

RELATÓRIO DE GESTÃO 2019

Ministério
da Economia





A black and white aerial photograph of a dense urban area, likely Brasília, showing numerous high-rise buildings and office complexes. The city extends towards a distant horizon under a sky filled with scattered clouds.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2019

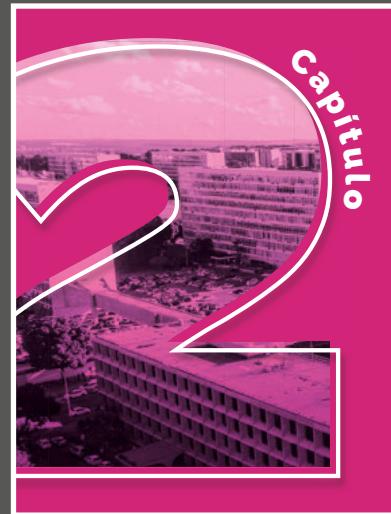
Ministério da Economia

Sumário



17 Governança do Ministério

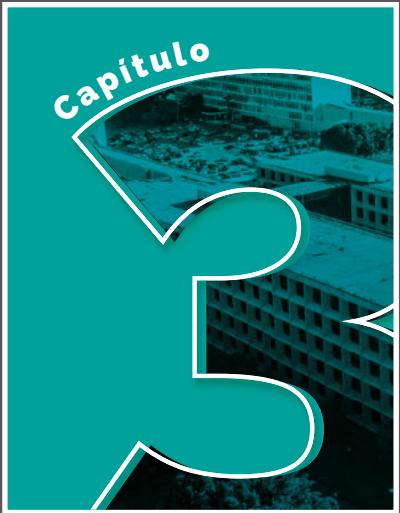
Visão Geral Organizacional	18
Estrutura Organizacional	22
Planejamento Estratégico Institucional	23
Políticas e Programas de Governo	26
Cadeia de Valor	27
Estrutura de Governança	29
Gestão de Riscos e Controles Internos	32



39 Resultados da Gestão

Promover o Crescimento e o Emprego no Brasil	39
Promover a transformação do Estado para torná-lo menor e mais eficiente	43
Recuperar o Equilíbrio Fiscal e Controle de Gastos Públicos	49
Desburocratizar e digitalizar os serviços para o cidadão	54
Promover a competição e funcionamento dos mercados	58
Intensificar a desestatização das empresas estatais federais	60
Melhorar o ambiente de negócios e modernizar a economia brasileira	62
Ampliar a inserção internacional da economia brasileira	66
Simplificar tributos	68
Elevar a qualificação do capital humano no Brasil	70

Sumário



72

Conformidade
e eficiência da
Gestão

Gestão Orçamentária e Financeira	73
Gestão de Pessoas	77
Gestão de Licitações e Contratos	81
Gestão Patrimonial e Infraestrutura	83
Gestão da Tecnologia da Informação	84
Gestão de Custos	88
Sustentabilidade Ambiental	92
Relacionamento com a Sociedade	93



97

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Demonstrações Contábeis	99
Fundos	124

Carta do Ministro da Economia, Paulo Guedes

A Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, posteriormente convertida na Lei nº 13.844/2019, criou o Ministério da Economia. Com isso, as estruturas e competências dos ministérios da Fazenda; do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; e do Trabalho foram absorvidas e passaram a integrar esta nova pasta. Além de equacionar a governança e a gestão da nova conformação ministerial, a equipe econômica do governo do Presidente Jair Bolsonaro tinha o enorme desafio de promover, em parceria com o Congresso Nacional, um conjunto de reformas estruturantes capazes de reverter o quadro de crise gerado por decisões e políticas econômicas inadequadas, sobretudo na última década.

Desde o início do ano, o Ministério da Economia tem envidado esforços para a recuperação do equilíbrio fiscal, melhoria da qualidade dos serviços públicos para o cidadão e aumento da produtividade e da competitividade da economia brasileira, de modo a permitir o crescimento econômico e a expansão da renda e emprego. Reorientar o país leva tempo, mas consideramos imperativa a retomada do crescimento da economia brasileira de forma sustentável, por meio de um conjunto amplo e coordenado de reformas e medidas de políticas econômicas voltadas para garantir a estabilidade econômica, melhorar a alocação

e uso dos recursos públicos, estimular a inovação, incentivar o aumento da produtividade dos fatores e dos investimentos, promover maior integração do Brasil na economia regional e global, preservando-se o equilíbrio das contas públicas.

Conforme estratégia concebida pelo novo Governo, essa nova organização institucional criou a oportunidade ideal para integração e aperfeiçoamento de políticas públicas transversais, monitoráveis e efetivas, visando assegurar impactos positivos reais na sociedade e, simultaneamente, reduzindo os custos de operacionalização de diversas ações governamentais. A economia brasileira vem passando por ajustes e já começa a apresentar sinais consistentes de retomada do crescimento, com redução substancial dos juros de equilíbrio e com inflação sob controle, como resultado de ações implementadas pelo governo. Dentre as diversas realizações alcançadas pelo Ministério ao longo de 2019, destacam-se:

- Aprovação da Nova Previdência, fundamental na reorganização das contas públicas, que permitirá redução importante das despesas federais, abrindo espaço para que recursos sejam aplicados em áreas como saúde, educação e segurança. A reforma também promoverá sustentabilidade ao sistema previdenciário, garantido que todos os beneficiários recebam suas aposentadorias;

- Avanço na sustentabilidade fiscal, por meio de maior controle das despesas públicas e consequente redução do déficit fiscal primário e da dívida pública;
- Mudanças nas regras para ampliar acesso dos trabalhadores aos recursos do Programa de Integração Social – PIS, do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PA-SEP e, especialmente, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- Aprovação da MP da Liberdade Econômica (convertida na Lei nº 13.874/2019), que estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica e disposições sobre a atuação subsidiária e excepcional do Estado como agente normativo e regulador;
- Criação da Plataforma + Brasil, sistema informatizado que reúne em um só local as diferentes modalidades de transferências de recursos federais para estados, municípios e organizações da sociedade civil;
- Digitalização de 515 serviços, com destaque para as etapas entre a solicitação e retirada do seguro-desemprego, promovendo importante economia para o governo e para a sociedade a cada ano;
- Racionalização da estrutura de Governo por meio da extinção de 21 mil cargos, funções e gratificações na Administração Pública Federal;

- Criação da Rede Nacional para Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) para integrar, de forma padronizada e simplificada, o processo de registro e legalização de empresas e negócios, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, reduzindo o tempo de abertura de empresa com atividade de baixo risco;
- Modernização e conformidade das operações de importação, exportação e procedimentos aduaneiros em benefício da sociedade, assim como promoção de segurança da cadeia logística internacional, por meio do Programa Portal Único de Comércio Exterior (PCE) e do Programa Operador Econômico Autorizado (OEA), com vistas à intensificação do processo de inserção econômica internacional;
- Aperfeiçoamento das técnicas de controle aduaneiro, com o uso intensivo de gestão de riscos, ações de inteligência e de integração institucional, que permitiu, por exemplo, a apreensão de 55 toneladas de cocaína, de janeiro a novembro de 2019;
- Maior acordo comercial entre regiões da história, o Acordo de Associação Birregional Mercosul-União Europeia, os quais, juntos, representam cerca de 25% do PIB mundial e um mercado de 780 milhões de pessoas. Adicionalmente, o Mercosul também concluiu negociações com a Associação Europeia de Livre Comércio – EFTA;
- Revisão de todas as 36 normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho.

cujo processo é conduzido em ambiente tripartite, com a participação de trabalhadores e empregadores; houve até o momento a republicação das NR 01, 03, 22, 24, 28, e a revogação da NR 02; e

- Readequação das empresas estatais por meio de diversos processos de desinvestimento no sentido de estimular a privatização de ativos onerosos que não fazem parte da atividade principal das companhias. As desestatizações e os desinvestimentos chegaram a R\$100,5 bilhões, superando a expectativa inicial de R\$76 bilhões para 2019.

As medidas de ajuste fiscal contribuíram para a redução substancial do risco país, com o Credit Default Swap (CDS) de 5 anos alcançando um patamar abaixo de 100 pontos (há 1 ano era de cerca de 180), levando à redução dos juros reais de equilíbrio, possibilitada pelas expectativas de inflação ancoradas e cadentes. Como consequência haverá significativo estímulo ao investimento, possibilitando um cenário de elevação do crescimento de forma sustentável. Além disso, em 2019 o volume de crédito livre (27,6% do PIB) ultrapassou o crédito direcionado (20,2% do PIB). Tal mudança de composição favorece a melhora na alocação do crédito, pois é estimulada pelos investimentos de maior retorno e estimulará a produtividade. O mercado de trabalho apresenta forte retomada, com o maior saldo líquido de criação de empregos dos últimos seis anos. Com medidas estruturais que estimularão o mercado de trabalho, reduzindo a sua rotatividade, como do Novo FGTS, tais resultados tendem a ser ainda mais expressivos em 2020.

Ainda que tenhamos atingido importante melhoria nos indicadores econômicos, continuaremos trabalhando, avançando na agenda de reformas e políticas estruturantes, sempre perseguindo um consistente progresso econômico. O novo pacto federativo e as reformas tributária e administrativa serão objetivos importantes a serem perseguidos em 2020.

Por fim, destacamos que o Relatório de Gestão Integrado do Ministério da Economia de 2019 apresenta uma seleção dos principais valores e entregas realizadas ao longo de 2019. O documento foi elaborado com base no Planejamento Estratégico do Ministério da Economia e permite à sociedade conhecer, de maneira objetiva, transparente e acessível, o trabalho desempenhado nesta Pasta. Considerando as conquistas realizadas com a estratégia adotada em 2019, temos convicção de que 2020 será um ano de excelentes resultados para a economia brasileira e para o desenvolvimento do País.

Paulo Roberto Nunes Guedes
Ministro da Economia



Determinação da Materialidade das Informações

O processo de trabalho para elaboração desse documento é coordenado pela Diretoria de Gestão Estratégica (DGE), órgão da Secretaria de Gestão Corporativa (SGC), ligada à Secretaria Executiva (SE).

A estrutura básica do documento e a forma de organização do conteúdo foi definida com base nas orientações do TCU a respeito de prestação de contas integrada e com base em experiências anteriores na realização de trabalhos desta natureza.

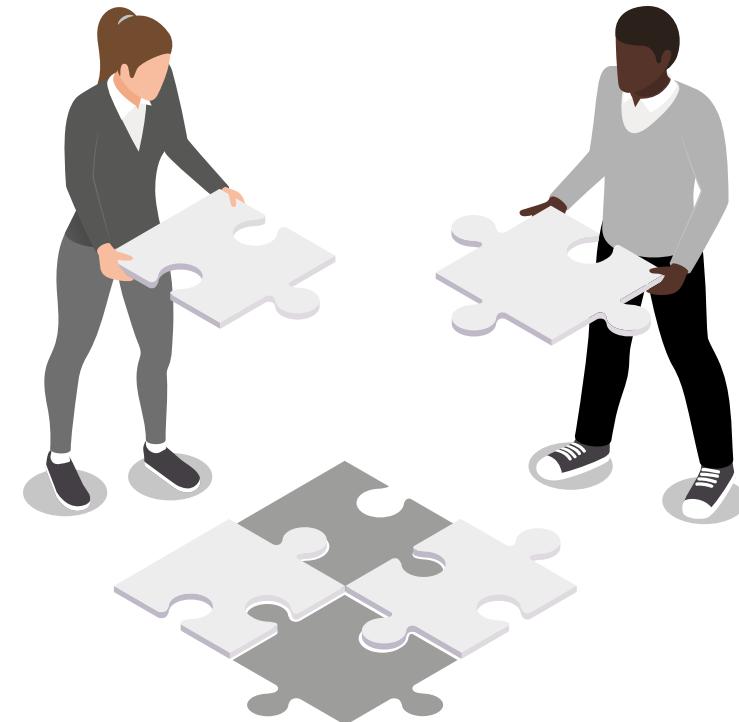
A seleção dos temas a serem incluídos no relatório é realizada em função, sobretudo, do disposto no Decreto de Estrutura Regimental do ME, do desenho da Cadeia de Valor Integrada e do Mapa Estratégico do Ministério da Economia. Visando manter uma estrutura objetiva e integrada, foram citadas as principais entregas realizadas pelo ME no exercício de 2019 considerando o impacto que tiveram nas partes interessadas.

Como partes interessadas, poderíamos citar, de forma abrangente e exemplificativa: a sociedade (considerando os cidadãos), as empresas e as suas diversas e múltiplas formas de representação; os poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário); outros Estados Nação constituídos etc.

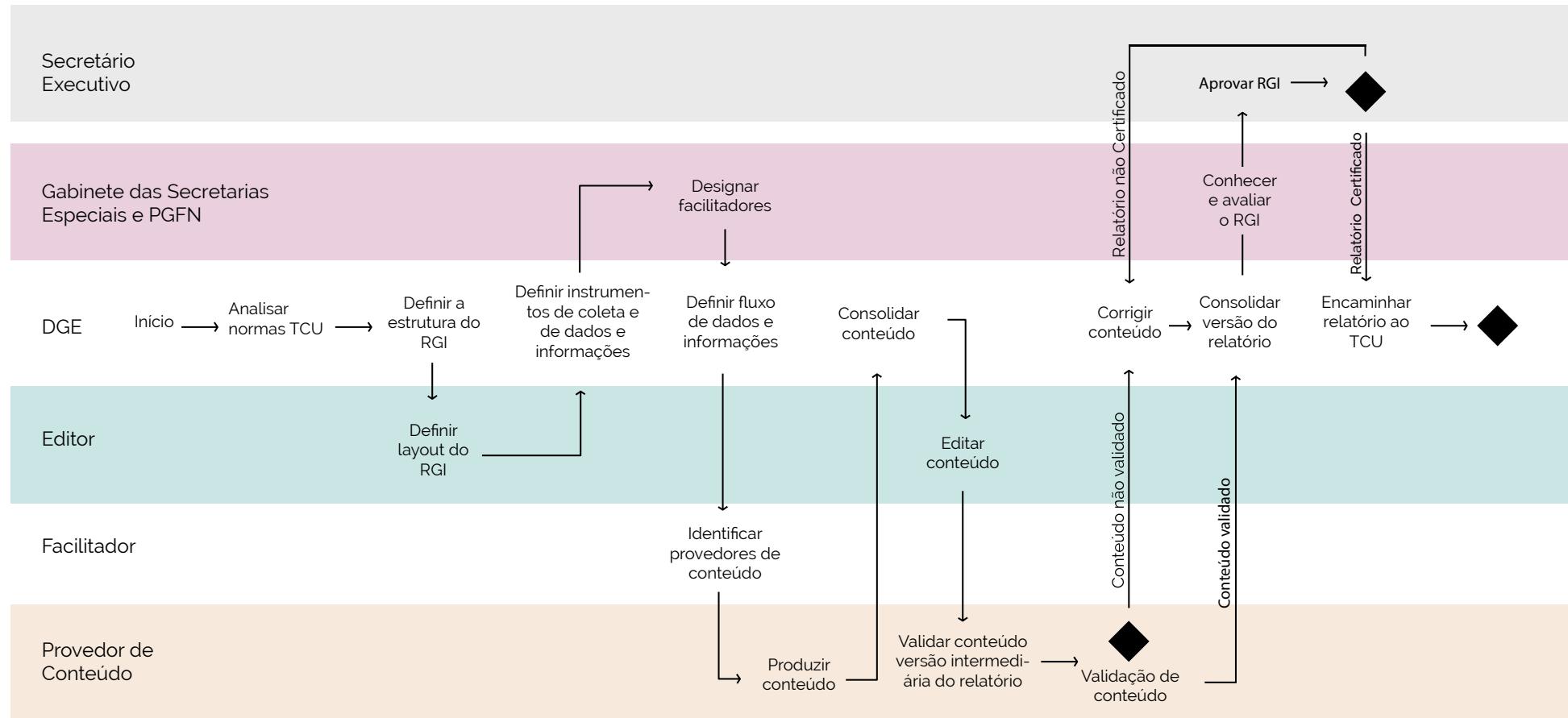
A produção de conteúdo é realizada de forma descentralizada, considerando a participação das diversas áreas do ministério em função das suas competências estatutárias e regimentais.

A validação do conteúdo é realizada em ciclos sucessivos, considerando diversos atores em diferentes níveis da hierarquia, até chegar a nível da Alta Administração.

Visando tornar o trabalho claro e preciso, o respectivo processo é desenhado a nível de atividades com a identificação de atores, aos quais são associados papéis e responsabilidades, conforme fluxograma a seguir:



Fluxo de Trabalho do Processo de elaboração dos Relatórios de Gestão



Ministério em Números

Este item do relatório apresenta alguns dados e informações resumo considerando, inclusive, o disposto nos capítulos 2 e 3 do documento, destacando algumas questões relevantes, e está organizado em duas perspectivas:

1. Perspectiva do Resultado Finalístico
2. Perspectiva da conformidade e eficiência da gestão

1. Perspectiva do Resultado Finalístico

Esta perspectiva de análise apresenta alguns resultados relevantes gerados direta ou indiretamente pelo ministério para a sociedade em 2019 em função da sua atuação institucional.

Tema 1 – Crescimento e Emprego

Objetivo estratégico correlacionado com o tema:

Promover o Crescimento e Emprego no Brasil

Para este tema destacamos a aprovação da Nova Previdência (EC 103/2019), que foi um passo essencial rumo ao equilíbrio fiscal, permitindo, de um lado, reduzir o crescimento dos gastos com aposentadorias esperado para as próximas décadas; e, de outro, ampliar a oferta de trabalho na economia, a renda agregada e as receitas previdenciárias. Em consequência, a pressão sobre as contas públicas será reduzida, possibilitando equilíbrio fiscal com menor nível de taxação e melhor alocação de gastos públicos nas áreas de educação, saúde e outras.

Também em 2019 o ME empreendeu iniciativas voltadas para a facilitação do acesso dos trabalhadores aos recursos do PIS, do PASEP e principalmente do FGTS.

Além disso, foram empreendidas iniciativas que buscaram a redução de custos para o empreendedor, como a Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019); e iniciativas que estimularam e facilitaram o acesso ao crédito, como a edição da Medida Provisória nº 897, de 01 de outubro de 2019, e a edição da Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019.

Destacam-se ainda neste tema as iniciativas que visavam dar transparéncia a informações sobre inspeção do cumprimento das obrigações trabalhistas e das normas de segurança e saúde no trabalho, além de outras que visavam o aumento da concorrência e melhoria do ambiente de negócios, com vistas à promoção do crescimento e emprego no Brasil.

Tema 2 – Recuperação do equilíbrio fiscal

Objetivos estratégicos correlacionados com o tema:

Recuperar o equilíbrio Fiscal e Controle de Gastos Públicos

Promover a transformação do Estado para torná-lo menor e mais eficiente (objetivo transversal)

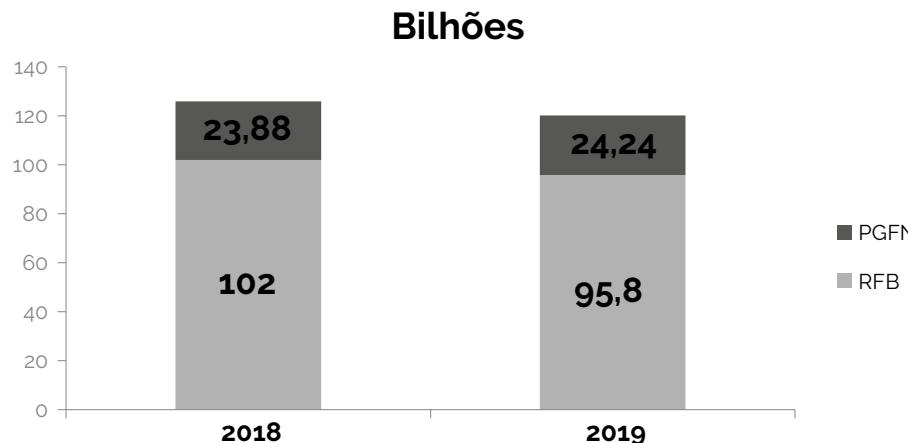
Inicialmente considera-se relevante fazer referência à arrecadação das receitas federais, que alcançou R\$ 1.537 trilhões no período de janeiro a dezembro de 2019, em termos nominais, o que representa um crescimento de 1,71% em relação ao ano de 2018. Esse resultado é função de fatores exógenos ao ministério associados ao funcionamento e desempenho da economia brasileira e mundial; das políticas econômicas e previdenciárias adotadas no período; assim como das medidas adotadas internamente ao ministério para a otimização dos seus macroprocessos.



Fonte: RFB

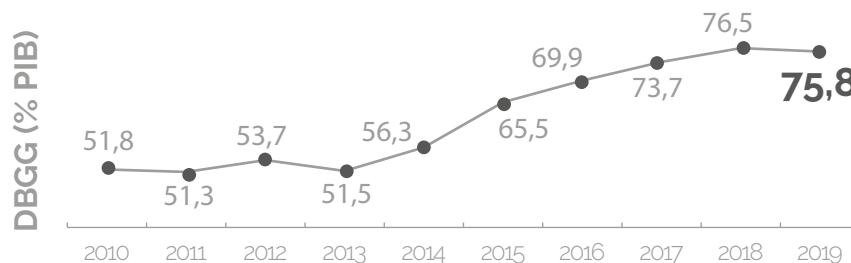
Como exemplo dessas medidas internas que contribuíram para o aumento da arrecadação de receitas federais apresenta-se os valores recuperados a partir da adoção de estratégias de cobrança administrativa e judicial, conforme demonstrado no gráfico que segue abaixo:

Evolução do valor recuperado



Fonte: RFB e PGFN

Com relação à gestão da dívida, destacam-se os efeitos do conjunto de medidas econômicas que contribuíram para a melhoria dos cenários fiscais e da trajetória da dívida bruta do Governo Federal, conforme demonstra o gráfico a seguir:



Fonte: Banco Central

Redução da Dívida - A Dívida Bruta do Governo Geral registrou 75,8% do PIB em 2019 (76,5% em 2018). Destaque para: a) taxas de juros mínimas; b) déficit primário menor; c) pagamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e d) venda de dólares pelo Banco Central.

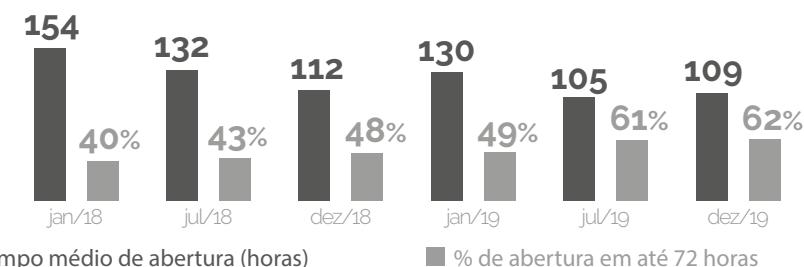
Tema 3: Produtividade e Competitividade

Objetivos estratégicos correlacionados com o tema:

- Promover a competição e funcionamento dos mercados
- Melhorar o ambiente de negócios e modernizar a economia brasileira
- Simplificar Tributos
- Intensificar a desestatização das empresas estatais federais
- Ampliar a inserção internacional da economia brasileira
- Elevar a qualificação do capital humano no Brasil
- Promover a transformação do Estado para torná-lo menor e mais eficiente (objetivo transversal)

Algumas iniciativas do ME que podem ser destacadas com relação a essa temática:

- Publicação da Lei de Liberdade Econômica (LLE), nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, facilitou a abertura de empresas eliminando exigências e simplificando procedimentos como o licenciamento prévio para a maioria dos negócios de baixo risco e registro automático de empresas com emissão imediata do CNPJ.
- Simplificação e agilidade na abertura, alteração, fechamento de empresas a partir das juntas comerciais do Brasil, através do REDESIM.
- Diminuição do tempo de abertura de empresas no Brasil para 4 dias e 13 horas, conforme demonstra o gráfico abaixo:

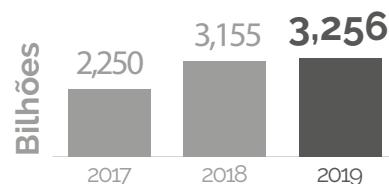


Fonte: Portal de Monitoramento do Redesim

- Aprimoramento da Lei da Informática, com o objetivo de evitar retaliações comerciais da União Europeia e Japão contra o Brasil, manter a segurança jurídica e do contrato estabelecido entre o governo e as empresas beneficiárias até o fim da vigência dos programas (Lei de Informática 2029).

- Proteção da indústria e do comércio do Brasil por meio da apreensão de R\$ 3,25 bilhões de mercadorias contrabandeadas e descaminhadas (3,22% mais que 2018) e 64,4 toneladas de drogas apreendidas (62% acima do quantitativo de 2018).

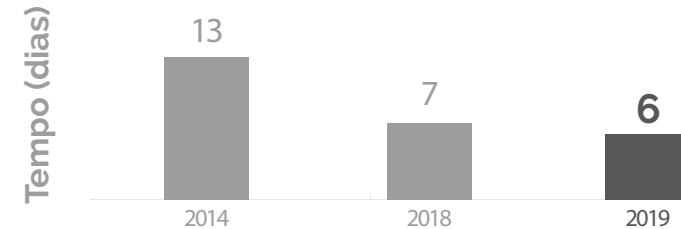
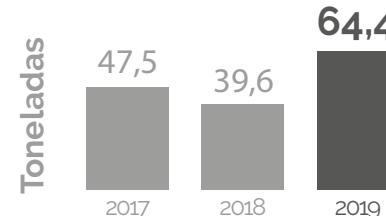
Valor Mercadorias Apreendidas



Fonte: CTMA, e-OVR, CEN

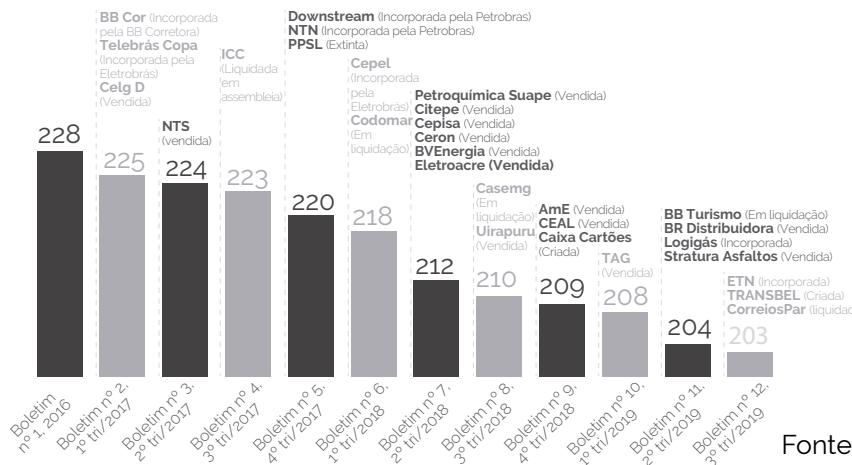
- Portal Único do Comércio Exterior reduz burocracia, custos e prazos. Tempo para exportar caiu de 13 para 6 dias.

Quantidade de Drogas



Fonte: Deax - Dep. De Estatística da Secex

- Redução do tamanho do Estado e consequente otimização da alocação de recursos públicos, mediante a redução de 71 empresas da União e gradativa redução de empresas estatais federais como BBTUR, CorreiosPar, Casemg e Codomar, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Fonte: Boletim das Estatais Federais

Tema 4: Serviços Públicos

Objetivos estratégicos correlacionados com o tema:

Desburocratizar e digitalizar os serviços para a sociedade

Promover a transformação do Estado para torná-lo menor e mais eficiente (objetivo transversal)

Em relação à essa temática destacam-se os seguintes resultados entregues para a sociedade:

- Transformação de 515 Serviços públicos que antes eram prestados de forma presencial e agora podem ser acessados e processados na Internet (<http://painelservicos.servicos.gov.br/>), resultando na economia de R\$1,7 bilhões para o governo e R\$ 1,4 bilhões para a sociedade.
- Implantação da Carteira de Trabalho Digital, em substituição ao documento físico, e redução da emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social para brasileiros e Estrangeiros.
- Seguro-Desemprego 100% Web. Permite ao trabalhador, via web ou aplicativo, solicitar o benefício, acompanhar seu requerimento, cadastrar recurso administrativo e recorrer do indeferimento.

2. Perspectiva da conformidade e eficiência da gestão

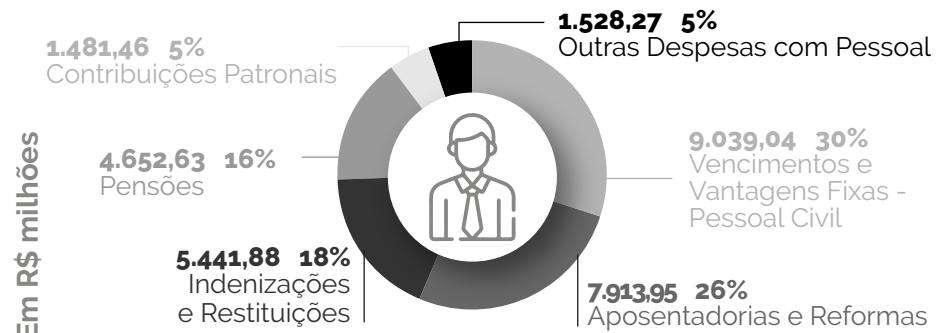
Objetivos estratégicos correlacionados com o tema:

Aprimorar a Governança e a gestão no Ministério da Economia com fundamento no princípio da integridade (Inclui Gestão Estratégica, Gestão de Pessoas, estão de Tecnologia da Informação, Gestão Administrativa, Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil, Comunicação Institucional e Comunicação Interna, Gestão de Riscos, Integridade e Transparéncia)

Promover a transformação do Estado para torná-lo menor e mais eficiente (objetivo transversal)

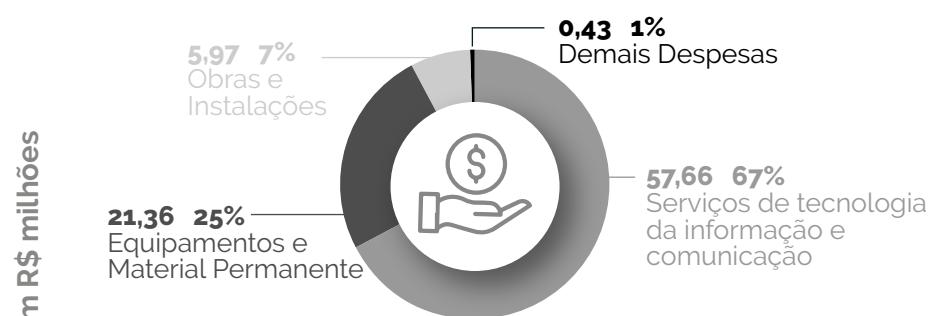
Tema 1: Despesas Realizadas

Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios



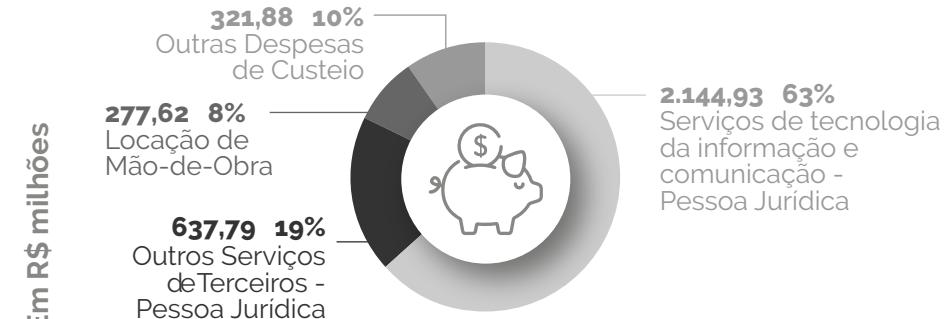
Fonte: SIAFI - 29/01/2020

Investimento



Fonte: SIAFI - 29/01/2020

Custeio

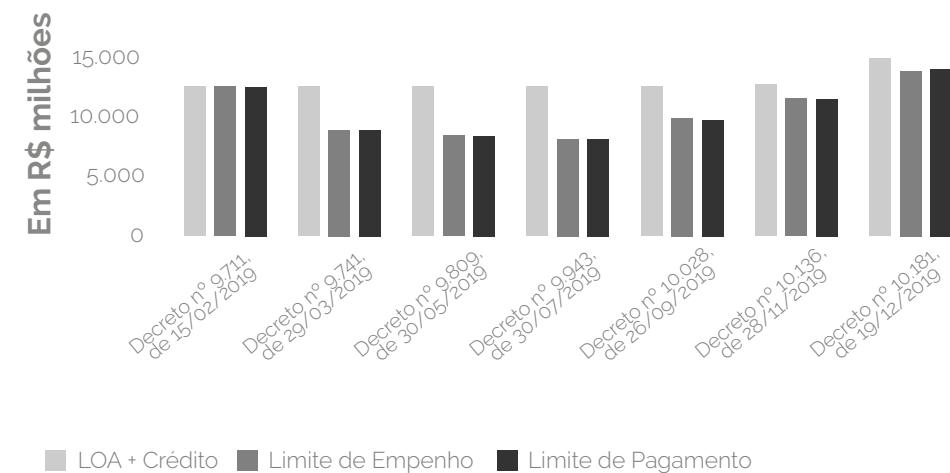


Fonte: SIAFI - 29/01/2020

Contingenciamento de despesas

O gráfico abaixo explicita o Limite de Movimentação e Empenho – LME e o Limite de Pagamento – LP estabelecidos para cobertura de despesas do ME e, em consequência, o contingenciamento, resultante da diferença entre a dotação mais os créditos adicionais e o LME.

Em consequência dos sucessivos decretos reduzindo o LME e LP, o ME editou e publicou, em agosto de 2019, a Portaria nº 424, suspendendo novas contratações, limitando a realização de despesas e implementando outras medidas necessárias para a racionalização dos gastos e a consequente redução de despesas, adequando-as aos normativos orçamentários vigentes.



Fonte: SIAFI - 29/01/2020

Tema 2: Pessoas

Seguem abaixo algumas informações sobre pessoas:

Quadro de cargos e funções

Devido a reforma administrativa, atualmente o Ministério da Economia possui uma estrutura 30% menor se comparada à soma das estruturas dos extintos Ministérios.

Evolução dos Cargos e Funções



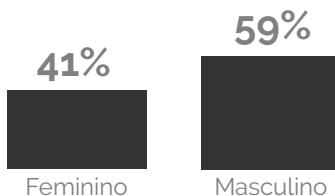
Fonte: DGP/SGC/SE

Se comparada à força de trabalho dos extintos ministérios, o Ministério da Economia sofre uma redução de 13% da força de trabalho, o que representa 6 mil agentes públicos, conforme demonstra o gráfico, abaixo, da evolução da força de trabalho.



Faixa etária (anos)	%
De 26 a 35	10%
De 36 a 45	27%
Acima de 45	63%

Distribuição da força de trabalho por gênero



Fonte: SIAPE

Tema 3: Tecnologia da Informação (TI)

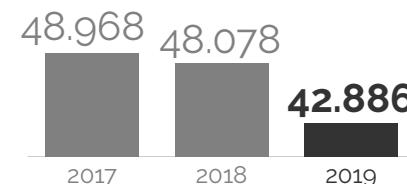
Seguem abaixo algumas informações sobre TI:

Montante de recursos aplicados em TI

Grupo Despesa	Montante de Recursos Aplicados em TI (R\$ milhões)	
	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas
Investimento	211,85	57,66
Custeio	2.845,98	2.297,50
Total	3.057,83	2.355,17

Detalhamento de alguns recursos aplicado em TI

Fonte: SIOP (Elemento de Despesa 40 - Direta e FAT)



Fonte: SIAPE

Cadeia de Valor	Principais iniciativas na área de TI	Principais resultados (benefícios e impactos)
Gestão Fiscal	BigData - ambiente de análise de dados da PGFN	Geração de conhecimento para melhoria da eficácia dos ajuizamentos e da eficiência da arrecadação; Maior controle dos créditos inscritos; Aumento da economicidade do processo de inscrição e ajuizamento
	Evolução dos sistemas de atendimento ao contribuinte	Melhoria no acesso à informação da dívida (Facilitação da forma de pagamento e do parcelamento da dívida)
	Portal Regularize da PGFN	Reestruturação do sistema e-CAC - simplificação, facilidade de acesso
	Evolução do Sistema de Informação das Estatais (SIEST) e de seus painéis digitais	Aprimoramento na transparência da informação, na classificação e na avaliação das empresas estatais
	Melhorias no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)	Atendimento aos requisitos legais e de negócio do processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para garantia de processos confiáveis de elaboração e tramitação de alterações orçamentárias e de gestão do orçamento impositivo (emendas parlamentares individuais de execução obrigatória)
	Simplificação e modernização do eSocial	Facilitação no envio de informações pelas empresas, servindo de base para implementação do novo leiaute em 2020
	Painel de Contribuintes Ativos	Transparência e clareza dos contribuintes de ICMS para o público externo
Gestão da Dívida Pública	Visualização Integrada das Dívidas da União, dos Estados e dos Municípios que visou o acesso público às informações referentes às dívidas públicas interna e externa	Disponibilizar para o público as informações referentes aos limites de endividamento, de operações de crédito e concessão de garantias; disponibilizar a visão dos Precatórios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; simplificar a prestação de informações referentes às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas

Cadeia de Valor	Principais iniciativas na área de TI	Principais resultados (benefícios e impactos)
Melhoria da Governança e da Gestão Pública	Digitalização de serviços públicos, totalizando mais de 500 serviços digitalizados em 2019	Mais de 500 serviços digitalizados em 2019 (média de 1,5 serviço por dia), ensejando economia anual estimada de R\$ 345 milhões para o Governo e R\$ 1,4 bilhão para sociedade, conforme metodologia definida pela Secretaria de Governo Digital (SGD)
	Novo modelo de contratação centralizada da API do CPF (dados cadastrais)	Redução da consulta de CPF, passando de R\$ 0,34/cpf consultado para R\$ 0,005/CPF consultado
	Lançamento do Login Único	Facilitação de autenticação digital de mais de 22 milhões de brasileiros já cadastrados
	Evoluçãoções do Projeto Sigepe	Automatização, simplificação e otimização de processos de trabalho em gestão de pessoas, viabilizando economia com realocação de servidores, redução de erros/fraudes, bem como disponibilização da Carteira Funcional Digital
	Atualização da API de Compras Governamentais	Otimização da disponibilização mensal das informações de Compras Governamentais para a sociedade (transparência)
	Lançamento do Siconfi Gerencial	Disponibilização de informações financeiras, contábeis e fiscais dos entes subnacionais com maior facilidade, consistência e de forma mais inteligível
	Lançamento do Barramento de serviços do PEN	Infraestrutura centralizada que permite aos órgãos usuários do SEI enviar processos ou documentos administrativos digitais de uns para os outros de maneira segura e com confiabilidade de entrega; atualmente, já implantado em mais de 30 órgãos
	Evolução do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)	Evoluçãoções diversas visando atendimento às necessidades das áreas de gestão de pessoas, obrigações legais e atendimento de recomendações de órgãos de controle, além da migração de diversas transações para nova interface com padrão Web
	Lançamento da plataforma PagTesouro	Nova plataforma para pagamento de serviços públicos através de novos meios digitais, com maior facilidade para o usuário, melhor controle pelo gestor público do que é arrecadado e resposta em tempo real sobre a efetividade das transações; além disso, promoveu-se a atualização normativa para contemplar o contexto tecnológico de meios de pagamentos atuais
	Adoção de soluções de atendimento automatizado (chatbots) para diversos serviços	Disponibilização de novos canais de atendimento simples e automatizados, por meio da implementação dos chatbots "Jaque" (Siconfi), "Isis" (Plataforma +Brasil), "Lia" (ComprasNet) e "Diva" (SCDP)
	Lançamento do aplicativo da Carteira de Trabalho Digital (CTPS Digital)	Maior comodidade para o trabalhador, reduzindo os custos e a burocracia, além de prover informação mais confiável
	Evoluçãoções na Plataforma +BRASIL (antigo SICONV)	Plataforma Web, de âmbito nacional, com potencial para integrar diversos sistemas, de forma a garantir o acompanhamento da execução das políticas públicas efetivadas pelas mais diversas modalidades de transferências de recursos da União, a fim de viabilizar uma gestão pública íntegra, simples, efetiva e transparente

Cadeia de Valor	Principais iniciativas na área de TI	Principais resultados (benefícios e impactos)
Desenvolvimento e Eficiência Econômica	Aceleração no registro de empresas	Processamento automático de 96% das solicitações; filiais estrangeiras passando a serem autorizadas em 3 dias
	Novo portal de informações do Siscomex	Melhoria na busca por informações sobre o comércio exterior, com visual e navegação modernizados; além disso, resultou uma economia anual de cerca de R\$ 650.000 nos custos de sustentação do portal
	Racionalização dos diversos contratos firmados com a empresa pública SERPRO	Ações de supressão de serviços obsoletos, de renegociações de preços, de uniformização de serviços sobrepostos, de simplificação de regras contratuais etc, contemplando serviços estratégicos de TI que suportam os sistemas estruturantes à Administração Pública Federal e serviços à sociedade, proporcionando economia e otimização de recursos

Capítulo



Governança do Ministério

1 Visão geral organizacional

O Ministério da Economia é um órgão público da Administração Direta integrante da estrutura do Governo Federal, que tem atuação em grande parte do território nacional. Foi criado em janeiro de 2019 e resulta da integração de 4 extintos ministérios, quais sejam: Ministério da Fazenda (MF); Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP); Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC); e Ministério do Trabalho (MTb).

O Decreto nº 9.745, de 04 de abril de 2019, modificado pelos Decretos nº 10.041, de 03 de outubro de 2019; nº 10.044, de 04 de outubro de 2019; nº 10.072, de 18 de outubro de 2019; aprova, dentre outras coisas, a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Economia.

Nesse contexto, destacam-se os textos da missão e da visão do ministério, que foram aprovados pelo seu Comitê Ministerial de Governança (CMG):

Missão: Promover o crescimento econômico sustentável, apoiado na melhoria do ambiente de negócios, aumento da competitividade e na eficiência do setor público, para a geração de empregos.

Visão: Estimular uma economia orientada pela liberdade econômica, com a promoção de melhores oportunidades para os brasileiros e a oferta de serviços públicos de qualidade para a sociedade.

O conjunto dos negócios do ministério é complexo e está representado, de forma sintética e esquemática, na sua Cadeia de Valor Integrada, referenciada em tópico específico deste documento. Ali é possível identificar, dentre outras coisas, os principais macroprocessos de negócio da instituição, os órgãos do ministério que atuam nesses macroprocessos e como esses macroprocessos são organizados e coordenados para a geração de valor para as partes interessadas.

Cabe destacar que alguns dos macroprocessos de negócio do ME extrapolam as fronteiras da sua estrutura organizacional, tendo em vista o fato do Ministério atuar como órgão central de diversos sistemas estruturadores do governo federal, conforme listados abaixo:

Sistema Estruturador	Função	Principais Sistemas Relacionados
Administração Financeira Federal	Organiza as atividades de programação financeira da União, de administração de direitos e haveres, garantias e obrigações de responsabilidade do Tesouro Nacional e de orientação técnico-normativa sobre a execução orçamentária e financeira	SIAFI
Contabilidade Federal	Organiza o registro de atos e fatos relacionados à administração orçamentária, financeira e patrimonial da União, utilizando regras contábeis.	SIAFI, SIC
Informações Organizacionais do Governo Federal (SIORG)	Organiza as atividades de desenvolvimento organizacional dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. É a fonte oficial de informações sobre a estrutura organizacional das instituições do Poder Executivo Federal.	SIORG
Patrimônio da União	Política de gestão do patrimônio imobiliário da União	SPUnet
Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC)	Organiza as atividades de administração de pessoal civil do Poder Executivo Federal da administração direta e das autarquias	SIGEPE, SIAPE
Planejamento e de Orçamento Federal	Organiza o conjunto de atividades ligadas ao processo de planejamento e orçamento federal na Administração Pública Federal	SIOP





Serviços Gerais (SISG)	Organiza as atividades de administração de edifícios públicos e imóveis residenciais, bens, serviços, transporte, comunicações administrativas e documentação. A função logística é apoiada por diferentes sistemas, que são gerenciados por órgãos distintos.	SIASG, SIADS
Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP)	Organiza a gestão dos recursos de tecnologia da informação (bens e serviços que compõem a infraestrutura tecnológica de suporte automatizado ao ciclo da informação)	-
Sistema de Informações das Estatais (Siest)	Reúne dados para promover a eficiência e a transparéncia das empresas estatais federais	SIEST
Transferências da União	Gestão das transferências de recursos financeiros da União para estados, municípios e organizações da sociedade civil	Plataforma +Brasil

Fonte: Ministério da Economia

1. Cenário nacional e internacional

Cenário Externo

O ano de 2019 foi marcado por desafios advindos do mercado internacional, em grande parte decorrentes do conflito comercial entre Estados Unidos e China, cujo acirramento tem influenciado os fluxos mundiais de comércio. Como consequência da perspectiva de redução das operações de exportações ou importações, a confiança dos empresários, nos diversos países, tem sido afetada.

Isso tem resultado em impactos negativos sobre os gastos de investimento e sobre a produção industrial.

Ao longo de 2019, houve desaceleração da atividade global, em parte devido às incertezas políticas, decorrentes do impasse para solução do conflito comercial entre Estados Unidos e China e da indefinição do processo de saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit). Em conjunto, esses eventos afetaram a confiança dos empresários, o que exerceu influência negativa sobre o comércio internacional e, portanto, sobre o fluxo de exportações e importações e os potenciais lucros decorrentes dessas atividades. A consequência de todos esses fatores acarretou o arrefecimento da demanda global.

Diante dessa desaceleração, as autoridades monetárias de diversos países e regiões, inclusive Estados Unidos e União Europeia, passaram a sinalizar reduções nas taxas básicas de juros, iniciando novo ciclo de leve afrouxamento monetário. Isso reforçou a liquidez internacional e os fluxos financeiros, com impactos positivos sobre os preços dos ativos e sobre o crédito. Nesse sentido, já é possível observar uma melhora das condições financeiras globais, mesmo com a desaceleração do crescimento.

Outro ponto de tensão internacional em 2019 foi a elevação dos preços do petróleo, devido aos embates diplomáticos entre EUA e Irã, com reflexos nos preços dos combustíveis, na inflação e no comércio.

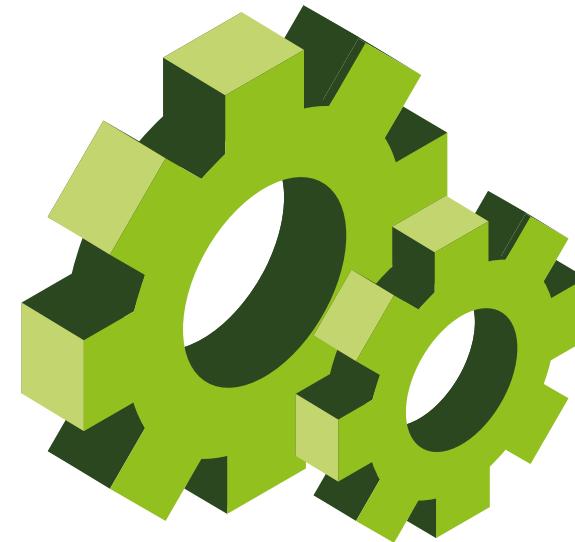
Também contribuiu para as incertezas do ambiente externo a elevação dos preços de carnes, devido a problemas decorrentes da gripe suína africana, que afetou



a produção chinesa. Com isso, houve aumento das importações chinesas de carnes oriundas do Brasil, principalmente aves e bovinos, com repercussão nos preços nacionais de atacado e varejo e nos índices de inflação. Esse episódio favoreceu o aumento das exportações de carnes, todavia pode provocar queda nas exportações de soja para a China, tendo em vista que este produto é utilizado como insumo nas rações dos suínos.

Houve ainda o acirramento de tensões políticas em países da América do Sul, em especial devido a distúrbios políticos e econômicos, com manifestações e protestos na Venezuela, Chile, Equador, Peru e Paraguai, além da transição política na Bolívia e na Argentina.

Essas condições internacionais têm afetado o nível de atividade da economia brasileira, por meio do comércio e dos fluxos financeiros. Por um lado, o arrefecimento da demanda mundial tem gerado impacto negativo sobre as exportações brasileiras. Por outro lado, isso tem sido suavizado pelo ciclo de afrouxamento monetário em diversos países, pela consequente expansão da liquidez global, que tem melhorado as condições financeiras domésticas.



Nota-se que o ambiente externo na transição para 2020 mostra gradual diminuição do ritmo do crescimento global, mas com tendência à estabilização da atividade e manutenção da inflação em níveis baixos. Permanecem incertezas relacionadas à disputa comercial entre EUA e China e ao desfecho do Brexit. O afrouxamento monetário, por outro lado, continua favorecendo a paulatina recuperação dos fluxos de capitais para economias emergentes. Nesse sentido, com a melhoria das condições fiscais já se observa importante redução do risco país, que está em níveis inferiores à média do período de classificação do Brasil como grau de investimento (abr/2008 a set/2015). O EMBI+ BR fechou o ano de 2019 a 215 pontos base, abaixo da média do período de investment grade (242 p.b.). Já o CDS 5 anos fechou 2019 em 99 pontos base, bem inferior à média de 171 p.b. no investment grade. Mesmo com as incertezas do mercado internacional, o Brasil tem conquistado uma posição de credibilidade que se destaca entre seus pares no cenário internacional.





Cenário Interno

O PIB fechou 2019 em 1,1%, abaixo das expectativas. De acordo com os dados do IBGE, o consumo das famílias cresceu pelo terceiro ano seguido em 2019 e ajudou a sustentar, mais uma vez, a expansão do PIB.

Conforme podemos observar no gráfico abaixo que demonstra a série histórica, o PIB vem de uma trajetória de recuperação (com resultados positivos) a partir do ano 2016.



Link do gráfico para série histórica:

https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa

Fonte: "IBGE - Contas Nacionais Trimestrais"

Os dados de criação de vagas de trabalho privado formal e a expansão de crédito livre corroboram a conclusão de que o setor privado tem se fortalecido e assumiu o protagonismo na dinâmica de crescimento.

Nesse contexto, acredita-se que a Reforma da Previdência, que aconteceu no final de 2019, e as demais reformas (administrativa, tributária) previstas para acontecerem em 2020 tendem a reacelerar a economia brasileira, em tempos de crise por causa do coronavírus.

2 Estrutura Organizacional

A [Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019](#), convertida na [Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019](#), estabeleceu nova organização básica dos órgãos da

Presidência da República e dos Ministérios, na qual foi criado o Ministério da Economia (ME), integrando atribuições dos extintos Ministério da Fazenda (MF); Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP); Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC); e Ministério do Trabalho (MTb).

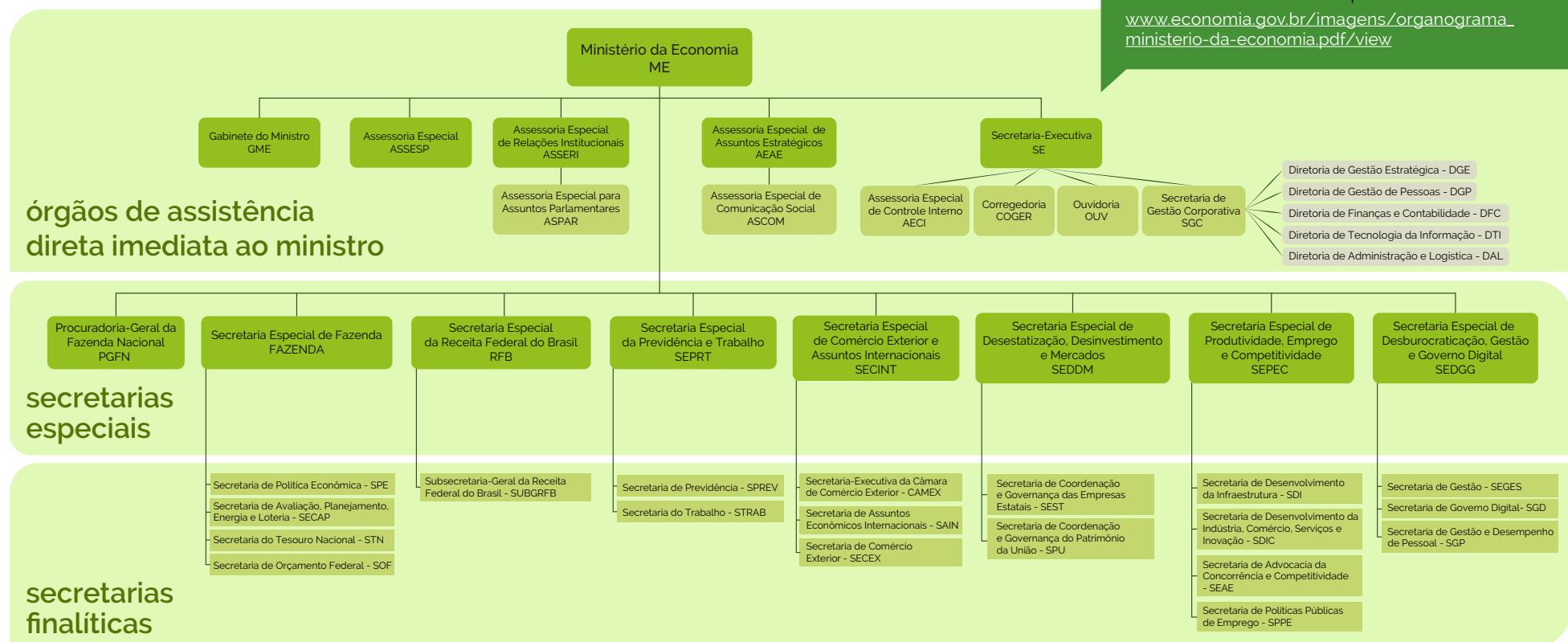
O decreto de estrutura organizacional do ME mais recente é o [Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019](#), que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Economia.

O trabalho de elaboração desse decreto, considerando a complexidade do Ministério da Economia, teve como premissas:

- o fortalecimento da capacidade institucional;
- a melhoria das condições de funcionamento, proporcionando melhor desempenho no exercício de suas competências institucionais; e
- a mitigação dos riscos de sobreposição de competências identificados.

A figura abaixo apresenta as unidades da Alta Administração do ME de acordo com o referido normativo.

A estrutura detalhada do ME pode ser acessada no link
www.economia.gov.br/images/organograma_ministerio-da-economia.pdf/view



Fonte: DGE/SGC/SE





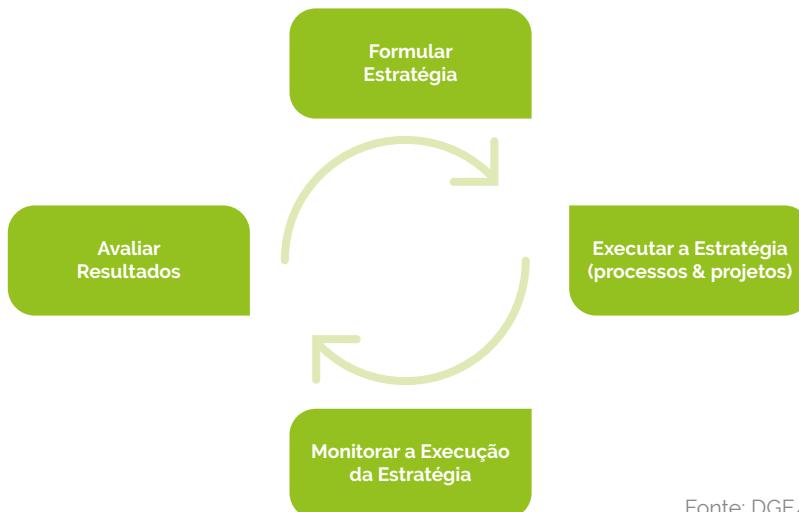
3 Planejamento estratégico institucional

1. Do Processo de Planejamento Estratégico Institucional do Ministério da Economia

O processo de Planejamento Estratégico Institucional do Ministério da Economia – PEI-ME, como expressão do planejamento setorial da Pasta, é coordenado e executado pela Secretaria de Gestão Corporativa (SGC/SE/ME), que exerce, mediante sua Diretoria de Gestão Estratégica (DGE/SGC/SE), as funções de órgão setorial dos sistemas de planejamento e de organização e inovação institucional.

Esse processo é composto das etapas/subprocessos: Formulação/revisão da Estratégia; Monitoramento da estratégica e avaliação da estratégica, que em seu 1º Ciclo contou com a participação de representantes dos Órgãos que compõem a Estrutura Organizacional do ME: o Gabinete do Ministro, a Secretaria-Executiva, as 7 Secretarias Especiais e a PGFN. Na figura a seguir demonstra-se o Ciclo de Planejamento Estratégico Institucional do ME (nível setorial):

Etapas do ciclo de PEI-ME



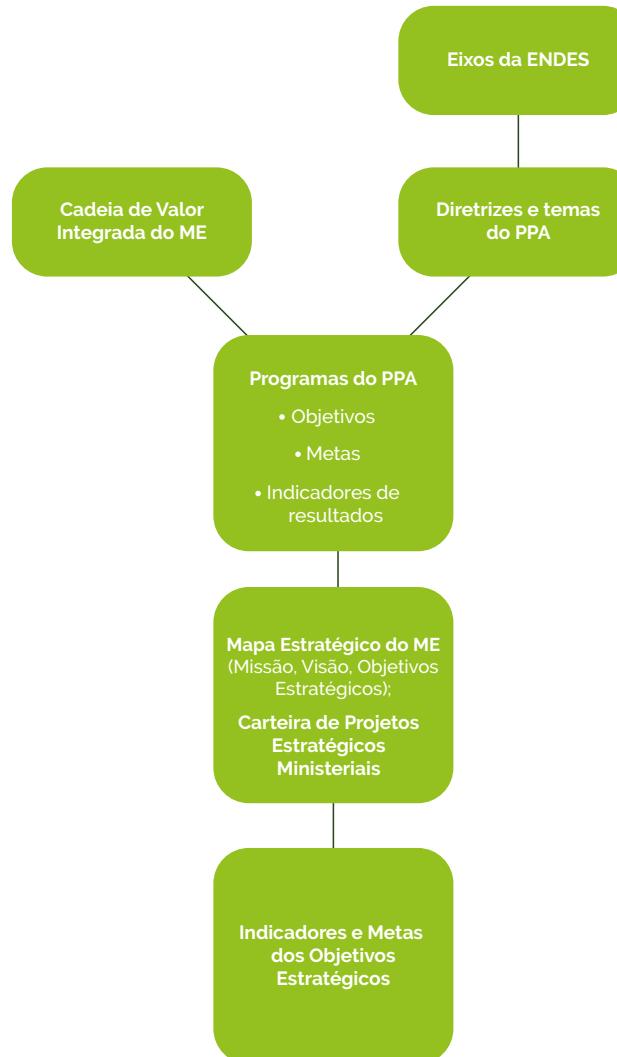
Fonte: DGE/SGC/SE

Todos os instrumentos estratégicos, como a Cadeia de Valor Integrada, o Mapa Estratégico, a Lista de Projetos Estratégicos Ministerial, os Indicadores e Metas, resultantes do processo de PEI-ME são aprovados pelo Comitê Ministerial de Governança (CMG).

Dentre os desafios existentes nesse 1º Ciclo de PEI-ME, destaca-se a necessidade de definir em tão pouco tempo a estratégia de uma pasta tão complexa e heterogênea, tendo em vista a fusão dos 4 extintos ministérios (Fazenda, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e do Trabalho e Previdência), de modo a integrar e desdobrar o planejamento governamental setorial do Ministério - PPA-ME período 2020-2023 (programas, objetivos, metas e indicadores), tendo como objetivo melhorar a tomada de decisão de seus dirigentes, por meio de monitoramento e avaliação de resultados, tendo em vista dar transparéncia para a sociedade a respeito da implementação das políticas públicas de responsabilidade da pasta.

Dessa forma, o 1º Ciclo de PEI-ME iniciou-se no 1º trimestre de 2019 pela discussão e elaboração da Cadeia de Valor Integrada do Ministério, instrumento que foi insumo tanto para a discussão e elaboração da proposta de PPA-ME período 2020-2023, como para a definição da missão, visão e objetivos estratégicos, os quais foram vinculados aos valores entregues à sociedade pelos conjuntos de processos da Cadeia de Valor em referência: a) Melhoria da Qualidade dos Serviços Públicos para o Cidadão; b) Aumento da Produtividade e da Competitividade da Economia Brasileira; c) Recuperação do Equilíbrio Fiscal; e d) valor final entregue: Crescimento e Emprego.

A figura a seguir apresenta o desdobramento da formulação da estratégica no contexto do ME, em 2019, demonstrando também o seu alinhamento com o PPA-ME (2020-2023):



Fonte: DGE/SGC/SE

Diante disso, tendo como insumo a Cadeia de Valor Integrada do ME e a necessidade de desdobrar a proposta de Plano Plurianual do ME -2020-2023, posteriormente instituído pela Lei Nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, o CMG aprovou em 7 de outubro de 2019 o Mapa Estratégico do ME, horizonte 2019-2022, apresentado a seguir, composto de missão, visão e objetivos estratégicos (de contribuição para o alcance dos objetivos dos programas finalísticos dispostos na proposta de PPA-ME-2020-2023), e a Lista de Projetos Estratégicos Ministeriais (PEMs).



Mapa Estratégico do Ministério da Economia 2019 a 2022

Missão: Promover o crescimento econômico sustentável, apoiado na melhoria do ambiente de negócios, aumento da competitividade e na eficiência do setor público, para a geração de empregos

2019

Visão: Estimular uma economia forte, orientada pela liberdade econômica, com a promoção de melhores oportunidades para os brasileiros e oferta de serviços públicos de qualidade para a sociedade

2022

Sociedade (cidadãos e empresas)

Promover o Crescimento e Emprego no Brasil

Economia brasileira

Equilíbrio Fiscal

Recuperar o Equilíbrio Fiscal e Controle de Gastos Públicos

Produtividade e Competitividade

Promover a competição e funcionamento dos mercados

Intensificar a desestatização das empresas estatais federais

Melhorar o ambiente de negócios e modernizar a Economia Brasileira

Ampliar a inserção internacional da economia brasileira

Simplificar Tributos

Elevar a qualificação do capital humano no Brasil

Serviços Públicos

Desburocratizar e digitalizar os serviços para a sociedade

Promover a transformação do Estado para tomá-lo menor e mais eficiente

Gestão do Ministério da Economia

Aprimorar a Governança e a Gestão* do Ministério da Economia com fundamento no princípio da integridade

Fortalecer a identidade institucional do Ministério da Economia

* Inclui Gestão Estratégica, Gestão de Pessoas, Gestão de Tecnologia da Informação, Gestão Administrativa, Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil, Comunicação Institucional e Comunicação Interna, Gestão de Riscos, Integralidade e Transparência.

Fonte: DGE/SGC/SE

Ressalta-se que o trabalho de discussão, definição e aprovação dos indicadores e suas respectivas metas associados aos objetivos estratégicos do Mapa Estratégico do ME tem previsão de ser finalizado ainda no 1º trimestre de 2020, para que o ME possa dar início às etapas de monitoramento e avaliação de sua estratégia, dando continuidade ao 1º Ciclo de PEI-ME.

4 Políticas e Programas de Governo

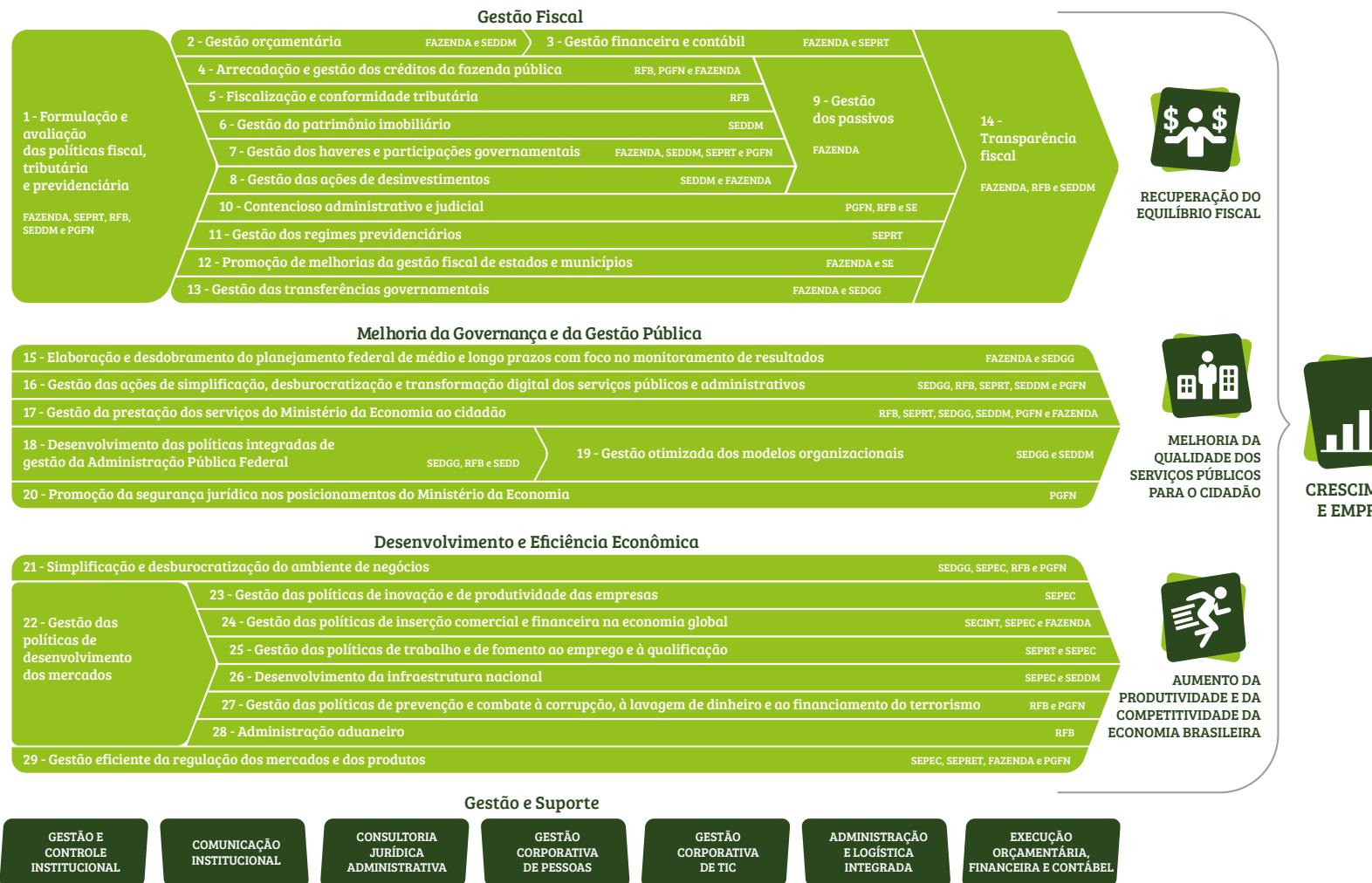
O Ministério da Economia desenvolve políticas públicas relacionadas as suas competências regimentais previstas no Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019. Importante registrar que a [Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019](#), estabeleceu a nova estrutura do governo federal. Dentro da organização dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios, o Ministério da Economia receptionou atribuições dos Ministério da Fazenda (MF); Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP); Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC); e Ministério do Trabalho (MTb).

Segundo a [Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016](#), que institui o Plano Pluri-anual (PPA) para o período de 2016 a 2019, as políticas públicas da União estão refletidas em Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Os Programas Temáticos organizam recortes selecionados de políticas públicas, expressando e orientando a atuação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade. Por seu turno, os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado expressam e orientam a atuação governamental destinada ao apoio, à gestão e à manutenção da Administração Pública. No PPA 2016-2019, o Ministério da Economia é responsável por 31 Objetivos e 95 Metas em 15 Programas Temáticos (apresentadas no Anexo I). Informações sobre os atributos dos programas e dos processos de monitoramento e avaliação do PPA 2016-2019 estão disponíveis no [Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento \(SIOP\)](#).



5 Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor Integrada do Ministério da Economia é composta por 3 (três) cadeias temáticas finalísticas e uma cadeia de gestão e suporte. As três cadeias temáticas são: Gestão Fiscal; Melhoria da Governança e da Gestão Pública; e Desenvolvimento e Eficiência Econômica.



Fonte: DGE/SGC/SE

A Cadeia foi elaborada a partir de entrevistas individuais com os Secretários Especiais do Ministério, Secretário Executivo e Procurador-Geral da Fazenda Nacional a fim de compreender quais são as entregas de valor do ME para a sociedade. A elaboração também envolveu a realização de workshops com representantes de cada Secretaria Especial e Secretaria para construção, ajustes e validação dos Macroprocessos da Cadeia de Valor. Devido à amplitude de temas tratados pelo ME, a Cadeia de Valor foi elaborada no nível de macroprocessos (e não de processos) permitindo uma melhor representação das interfaces entre os processos dos órgãos.

A Cadeia de Valor do ME apresenta os principais macroprocessos de negócio do Ministério, possibilita a localização dos processos das Secretarias Especiais, Secretaria Executiva e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como apresenta os resultados do Ministério para a sociedade, orientados à prestação de melhores serviços.

A figura ao lado ilustra os valores gerados em cada cadeia temática e o valor principal do ME para a sociedade a partir da convergência de cada valor gerado:



Fonte: DGE/SGC/SE





6 Estrutura de Governança

O Ministério da Economia absorveu um conjunto significativo de unidades e atribuições advindas das pastas que o precederam. A fusão agrupou estruturas distintas de governança e gestão, tanto para tratar dos aspectos internos à sua gestão quanto para se relacionar com os agentes externos ao órgão, manifestando a necessidade de convergir estruturas, integrar esforços estruturais, facilitar o processo decisório, monitorar a gestão e comunicar resultados institucionais.

Nesse contexto, foi criado o Programa de Integração, Governança e Estratégia do Ministério da Economia – Integra, associado ao objetivo estratégico de aprimorar a governança e gestão do Ministério da Economia com fundamento no princípio da integridade, com o objetivo central de promover a integração da gestão, por meio de uma governança que propicie a ação harmônica entre as estratégias, processos e projetos, para sedimentar as melhores práticas que contribuam ao alcance dos resultados almejados pelo Ministério da Economia.



Segundo o Referencial Básico de Governança do Tribunal de Contas da União (2014) entende-se governança no setor público como um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Nessa medida, as atividades do Integra visam à integração da gestão por meio de ritos e instâncias de governança de modo a propiciar a ação alinhada entre as estratégias, processos e projetos do Ministério da Economia, tendo como referenciais no processo decisório o Mapa Estratégico, a Cadeia de Valor, o Planejamento Estratégico Institucional, os indicadores estratégicos e o Plano Plurianual.

O modelo de governança do Ministério da Economia está estruturado em uma rede de comitês de governança, validado pela Portaria ME nº 123, de 27 de março de 2019, tendo o Comitê Ministerial de Governança – CMG como a principal instância de governança do ministério. O CMG é composto pelos seguintes membros: Ministro de Estado da Economia; Secretário-Executivo; Assessor Especial de Assuntos Estratégicos; Procurador-Geral da Fazenda Nacional; Secretário Especial de Fazenda; Secretário Especial da Receita Federal do Brasil; Secretário Especial de Previdência e Trabalho; Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais; Secretário Especial de Desestatização e Desinvestimento; Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade; e Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital.

Tendo em vista seu papel central na qualificação do processo decisório do Ministério da Economia, o CMG é o responsável por definir estratégias institucionais e diretrizes transversais de governança pública, inovação, planejamento, gestão de riscos, transparência e integridade, difusão de melhores práticas de gestão, eficiência na gestão administrativa e orientação dos processos de monitoramento e de avaliação de políticas públicas sob responsabilidade do Ministério. Para tanto, conta com a atuação de sete Comitês Temáticos de Apoio à Governança, representados na figura abaixo.



Fonte: DGE/SGC/SE





Em 2019 os oito comitês realizaram cerca de vinte reuniões presenciais, com entregas expressivas, tais como: Mapa Estratégico, Cadeia de Valor Integrada, Carteira de Projetos Estratégicos, Política de Comunicação, Plano de Integridade do Ministério da Economia - PREVENIR, lista de iniciativas de desburocratização, Portfólio de Projetos da Central de Compras do Ministério da Economia, Política de Gestão de Riscos, Guia de Gestão de Riscos Corporativos, além da discussão em andamento dos seguintes temas: Política de Segurança da Informação, Plano de Dados Abertos e Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, Política de Qualidade de Vida e Promoção da Saúde e do Programa Viver Bem.

Além das reuniões para tratar dos temas cabíveis à cada comitê, foram realizadas atividades de qualificação para os gestores dos comitês, com vistas a aprimorar seu funcionamento. Em 2019 foram promovidas, ao todo, catorze oficinas de planejamento, monitoramento e revisão das atividades de 2019 e de planejamento das entregas pretendidas para 2020, movimento essencial para promover a construção coletiva e o fortalecimento da governança.

O processo decisório embasado em um modelo de governança como o do Ministério da Economia tem-se revelado inovador na administração pública. Decisão colegiada embasada em evidências e processo decisório com foco no alinhamento, integração e articulação das orientações estratégicas de Governo com o planejamento setorial fazem parte do processo de construção e atingimento do alcance dos resultados esperados em meio à complexidade organizacional do Ministério da Economia.



7 Gestão de Riscos e Controles Internos

1. Programa de Integridade do Ministério da Economia

O Programa de Integridade do Ministério da Economia (Prevenir), foi instituído pela [Portaria ME nº 239, de 23 maio de 2019](#), em conformidade às diretrizes do [Decreto nº 9.203, de 22 novembro de 2017](#), e da [Portaria CGU nº 57, de 4 janeiro de 2019](#).

Como instrumento de governança e alinhado ao Planejamento Estratégico do Ministério, o Prevenir foi criado com o objetivo de promover medidas institucionais destinadas à prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção, abuso de poder, nepotismo, conflito de interesses, uso indevido de informação sigilosa e práticas antiéticas.

O Prevenir é gerido pela Comissão Executiva, órgão deliberativo composto pelas instâncias diretamente responsáveis pelo Programa, que são: Assessoria Especial de Controle Interno, Comissão de Ética, Diretoria de Gestão Estratégica, Corregedoria e Ouvidoria. É supervisionada pelo Comitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade (CRTCI), órgão colegiado de decisão sobre os assuntos relacionados a esses temas na estrutura de governança do ME.

Em 2019, a Comissão Executiva do Prevenir elaborou o Plano de Integridade 2019-2020, que propõe ações e medidas voltadas ao fomento de uma cultura sustentável de integridade, pela aplicação efetiva de diretrizes, políticas e procedimentos relacionados aos valores éticos e políticas de Integridade, bem como na instituição de mecanismos de gerenciamento de riscos.

Nesse sentido, as principais ações promovidas para promoção da Integridade no órgão foram: realização de 10 palestras de sensibilização (tratando de assédio moral; conflito de interesse, riscos para a Integridade, segurança da informação, canais de denúncias, entre outros); 2 cursos de formação em "Multiplicadores em Gestão de Riscos", oficinas de Conflito de Interesse, mapeamento e divulgação dos canais e fluxos de denúncia, oficinas de sensibilização e capacitação de líderes de projetos estratégicos do ME, entre outras ações voltadas ao fomento de uma cultura ética e de respeito às leis.

2. Comissão de ética

A Comissão de Ética do Ministério da Economia é uma das instâncias de integridade do ME e integra o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal. Os principais assuntos apreciados por esta Comissão são as denúncias recebidas, as consultas sobre conflitos de interesses e as consultas sobre participação de autoridades em eventos promovidos por organizações privadas.

Comissão de ética 2019

16 Denúncias recebidas

16 Processos instaurados

1 Palestra sobre Agenda Pública

18 Consultas sobre conflito de interesses respondidas

3. Atuação Correicional

A Corregedoria do Ministério da Economia é outra instância de integridade do Ministério e compõe o sistema de Correição do Poder Executivo Federal, na qualidade de unidade seccional, estando sob a supervisão administrativa do Secretário-Executivo do Ministério Economia e sob a supervisão técnica da Controladoria-Geral da União.

A Corregedoria tem como propósito o exercício das atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades praticadas por servidores do Ministério da Economia.

Ao longo do ano a Corregedoria deu tratamento a 908 Processos de Admissibilidade (processos que visam identificar a necessidade de apuração de responsabilidade de servidores), dos quais 327 foram iniciados em 2019. No que se refere a Processos Administrativos Disciplinares, ao final de 2019 existiam 100 processos em andamento e 88 a serem instaurados. Foram realizados ao longo do ano 41 julgamentos pela Corregedora e 241 análises de julgamentos com proposta de aplicação de penalidades de competência do Ministro de Estado da Economia (148 demissões, 28 cassações de aposentadoria, 37 suspensões, 4 advertências e 24 arquivamentos).

Quanto à responsabilização de empresas jurídicas, ao longo do ano foram conduzidos 19 Processos Administrativos de Responsabilização (PAR), sendo 3 destes processos instaurados em 2019. 4 PARs foram encaminhados para julgamento e 7 processos estão em fase de investigação em processos de admissibilidade.

Destaca-se ainda a realização de dez cursos aos servidores da Corregedoria do ME e outras corregedorias do Poder Executivo Federal, com o objetivo de uniformizar procedimentos e conseguir maior eficiência e integridade do seu corpo técnico, considerando, principalmente, a junção de servidores de diversas carreiras após a fusão dos Ministérios.

Penalidades Aplicadas pelo Ministro da Economia

Demissões.....	148
Cassação de aposentadoria.....	28
Suspensão.....	37
Advertência.....	4

4. Gestão de riscos

A Gestão de Riscos no Ministério da Economia absorveu funções, paradigmas, desafios e equipes das diferentes estruturas ministeriais que lhe deram origem.

Nesse sentido, e considerando o desafio de governança envolvido no âmbito do ME, o esforço de coordenação e integração institucional foi conduzido a partir do Comitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade (CRTCI).

O colegiado conta com representantes de 49 órgãos e entidades, tem reuniões presenciais mensais e atua sob Presidência da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), com Secretaria-Executiva conduzida pela Coordenação de Gestão de Riscos e Integridade (CORIS/AECI).

A atuação executiva do comitê viabiliza um espaço comum para debates, permite conduzir diretrizes e promover iniciativas de forma descentralizada, mas buscando a gradual convergência entre os órgãos e entidades que o compõem. Em 2019, foram realizadas 8 reuniões presenciais pelo CRTCI, e aprovadas **7 Resoluções**, na forma:

- 01** Resolução CRTCI nº 1, de 29 mai. 2019, que dispõe sobre o Regimento Interno do CRTCI;
- 02** Resolução CRTCI nº 2, de 27 jun. 2019, que dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do Ministério da Economia;
- 03** Resolução CRTCI nº 3, de 27 jun. 2019, que dispõe sobre o Primeiro levantamento de Riscos à Integridade no âmbito do ME, e sobre os Agentes de Integridade;
- 04** Resolução CRTCI nº 4, de 25 jul. 2019, que dispõe sobre o Plano de Integridade do ME;
- 05** Resolução CRTCI nº 5, de 29 ago. 2019, que dispõe sobre o Guia de Gestão de Riscos do ME;
- 06** Resolução CRTCI nº 6, de 29 ago. 2019, que dispõe sobre a certificação de Multiplicadores em Gestão de Riscos; e
- 07** Resolução CRTCI nº 7, de 16 out. 2019, que dispõe sobre o gerenciamento de riscos no âmbito do ME no biênio 2019-2020.

Em suma, ao longo de 2019 a Gestão de Riscos abrangeu iniciativas normativas, de capacitação, orientação, debate, fomento e perspectiva de monitoramento de riscos, nos campos tático, operacional, estratégico e de integridade.



Destaca-se que os 49 órgãos e entidades vinculados ao ME definiram objetos prioritários para aplicação do ciclo de gerenciamento de riscos ao longo de 2020, num esforço de alinhamento e sistematização dessas atividades em todo o conjunto do Ministério da Economia. A seguir, listam-se práticas específicas de alguns órgãos e entidades do ME, em função de seu grau de maturidade e relevância dos riscos gerenciados:

CARF

No Conselho Administrativo de Recursos Fiscais foram executados ciclos de avaliação de riscos para todos os macroprocessos finalísticos. Os macroprocessos "Analisar Admissibilidade de Recurso Especial", "Julgar Recursos Voluntário, de Ofício, Especial e Embargos" e "Preparar e Dar Suporte ao Julgamento" passaram pelo seu segundo ciclo de avaliação e o macroprocesso "Gerir o Acervo de Processos Administrativos Fiscais" passou pelo terceiro ciclo.

SOF

Na Secretaria de Orçamento Federal foram levantados e tratados os riscos dos Macroprocessos considerados prioritários em sua cadeia de valor, ou seja, aqueles processos que impactam os objetivos estratégicos da Secretaria: "Elaborar o PLDO", "Elaborar o PLOA" e "Acompanhar e Avaliar o Cenário Macrofiscal", e ao mesmo tempo avançou no tratamento de seus Riscos de Integridade e de seus Riscos Estratégicos.

SEPEC

Na Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade foi firmado Termo de Compromisso com a Controladoria Geral da União com a finalidade de mapeamento do processo e dos riscos do Programa Rota 2030.

PGFN

Na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o gerenciamento de riscos é dedicado especialmente aos processos relacionados à Dívida Ativa da União (DAU).

RFB

Na Secretaria Especial da Receita Federal, os processos de trabalho mapeados são classificados em essenciais, relevantes ou moderados, o que implica que devem ter seus riscos reavaliados a cada 2, 3 e 5 anos, respectivamente. Em 2019 foram treinados 22 (vinte e dois) servidores, de diferentes áreas. Estão em andamento ciclos de gerenciamento de riscos de 51 (cinquenta e um) processos de trabalho iniciados até o final de 2019, enquanto 02 (dois) processos já tiveram seus ciclos concluídos.

STN

Em 2019, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) priorizou a gestão de riscos nos processos de transferências a estados e municípios, de gestão financeira do investimento, de operações de crédito e subvenções, e da gestão de garantias e contragarantias. Na gestão da continuidade de negócios, o órgão iniciou levantamento sobre seu centro de dados, e pôde testar o funcionamento de sua sala alternativa, por ocasião da realização, em Brasília, da reunião dos países integrantes do grupo denominado BRICS. A estruturação da gestão da segurança da informação e das comunicações – SIC foi acelerada pela aprovação do plano de capacitação, a definição de uma metodologia de SIC, a criação de um comitê temático operacional e pela publicação da norma de governança de SIC. Foi realizado, ainda, importante diagnóstico das principais vulnerabilidades em segurança da informação no órgão. Por fim, a STN identificou e avaliou seus principais riscos à integridade, estabelecendo plano de tratamento para sua mitigação.

SEPRT

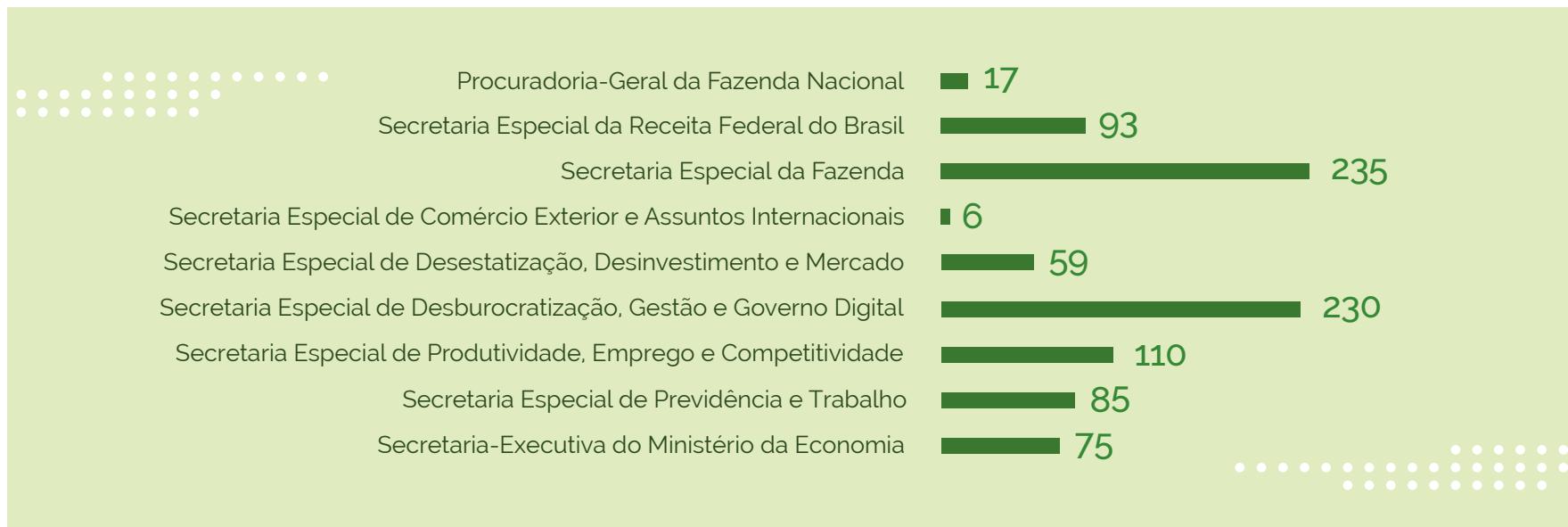
A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT) elaborou sua Política de Gestão de Riscos e disciplinou a metodologia de priorização de processos. Ao longo do ano, identificou os principais riscos à integridade junto aos servidores e aferiu a maturidade em Gestão de Riscos no âmbito da Secretaria. Por fim, definiu os processos a serem priorizados para implementação da gestão de riscos ao longo de 2020, quais sejam: auditoria de Investimento nos RPPS; Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade; Registro Sindical; Solicitação do Benefício Seguro Desemprego pela WEB.

5. Controles Internos e Atuação dos Órgãos de Controle

A Assessoria Especial de Controle Interno acompanha as deliberações exaradas em acórdãos, os pedidos de informação e as requisições do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como as orientações e recomendações da CGU, exaradas no sistema e-Aud.

O TCU, por meio de acórdãos, encaminha deliberações que podem resultar em determinações, recomendações ou apenas decisões para conhecimento do Ministério.

Foram recebidos 335 acórdãos na AECI/ME ao longo de 2019, o que demandou acompanhamento da Assessoria em um total de 910 ações de controle, assim distribuídas:



Fonte: Banco de Dados da AECI (Sistema de Controle de Demandas)

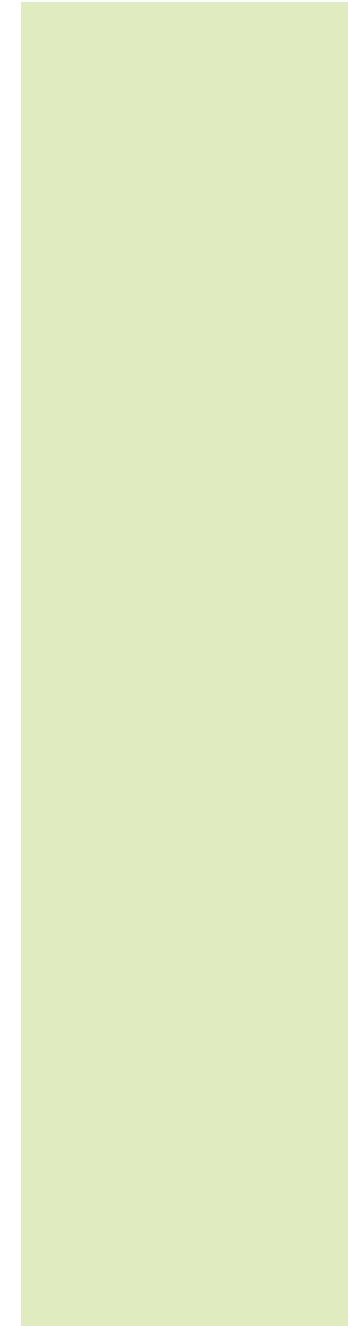
Entre os principais Acórdãos do TCU recebidos pelo ME no ano de 2019, destacam-se os seguintes:

- Acórdão 1174/2019-TCU-Plenário – tratou do grau de auditabilidade no âmbito da Receita Federal, a fim de identificar os riscos e impactos do atual estágio de transparência da administração tributária e propor melhorias aos processos.

Em resposta ao Acórdão o ME promoveu a edição do [Decreto nº 10.209, de 22 de janeiro de 2020](#), que dispõe sobre o compartilhamento de informações protegidas pelo sigilo fiscal junto aos órgãos de controle. Estão em andamento as providências para firmação de convênio entre a RFB e os órgãos de controle (TCU e CGU) para a efetiva operacionalização do compartilhamento.

- Acórdão 15129/2018-TCU-1ª Câmara – tratou da necessidade de aprimoramento dos controles dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CG-FAT). O ME elaborou plano de ação que prevê o mapeamento de processos e o desenvolvimento de sistema (SIGFAT) que propiciará esse aprimoramento.
- Acórdão 2569/2018-TCU-Plenário – tratou das práticas comerciais adotadas por grandes fabricantes de tecnologia da informação (TI) na relação com a Administração Pública, quando da contratação de licenciamento de software e seus serviços agregados. Como resultado do atendimento ao Acórdão, foram celebrados pela Secretaria de Governo Digital do ME acordos com os fabricantes, com a fixação de preços máximos a serem observados nas contratações públicas que envolvam produtos catalogados, a fim de racionalizar compras públicas da espécie e de mitigar distorções detectadas pelo TCU.
- Acórdão 1079/2019-TCU-Plenário – tratou de diagnóstico das obras paralisadas no país financiadas com recursos da União. O ME, por intermédio da Secretaria de Gestão (SEGES), conduziu as ações para a implantação do Cadastro Geral de Obras, ferramenta essencial para a mitigação dos riscos de paralisação de obras públicas.
- Acórdão 634/2019-TCU-Plenário – tratou de levantamento de disfunções burocráticas do estado brasileiro que afetam negativamente a competitividade do setor industrial. Durante o último trimestre de 2019, houve uma significativa evolução na substituição de obrigações para as empresas no âmbito do e-Social. [A Portaria nº 1.065, de 23 de setembro de 2019](#), combinada com a [Portaria nº 1.195, de 30 de outubro de 2019](#), dispensou os empregadores da necessidade de anotação em CTPS, já que o envio das informações ao e-Social já vale para preenchimento da Carteira de Trabalho eletrônica, e ainda liberou os empregadores do registro de empregados em livro e do envio de informações ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Ao longo de 2019, 1.076 recomendações da CGU foram objeto de acompanhamento pelos órgãos do ME. Compete à Assessoria Especial de Controle Interno monitorar o atendimento tempestivo dessas recomendações pelas Secretarias Especiais e Singulares do Ministério.





Capítulo

-
-
-
-
-
-
-
-
-
-

Resultados da Gestão

1 Promover o Crescimento e o Emprego no Brasil

Promover o crescimento econômico brasileiro, por meio da implementação de reformas que possibilitarão a contínua retomada de uma trajetória fiscal sustentável, permitindo a recuperação da confiança na economia e o destravamento de investimentos, com geração de emprego e renda.

1. Principais atividades e resultados

Processo de consolidação fiscal

A aprovação da Nova Previdência (*Emenda Constitucional n° 103, de 12 de novembro de 2019*) foi um passo essencial rumo ao equilíbrio fiscal, permitindo, de um lado, reduzir o crescimento dos gastos com aposentadorias esperado para as próximas décadas; e, de outro, ampliar a oferta de trabalho na economia, a renda agregada e as receitas previdenciárias. Em consequência, a pressão sobre as contas públicas será reduzida, possibilitando equilíbrio fiscal com menor nível de taxação e melhor alocação de gastos públicos nas áreas de educação, saúde e outras.

Nesse contexto também se destacam: o leilão do excedente da cessão onerosa (medida importante para destravar investimentos no setor de petróleo e para gerar volume significativo de receitas extraordinárias em 2019 a título de bônus de assinatura) e a redução da participação do governo federal no capital das instituições bancárias federais.

Novo FGTS

O chamado Novo FGTS faz parte de um conjunto de mudanças nas regras e flexibilização do acesso dos trabalhadores aos recursos, tanto do Programa de Integração Social (PIS), quanto do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e, especialmente, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), desde setembro de 2019, a saber:

- Liberação do Saque Imediato de até R\$ 500,00 por conta ativa ou inativa, sendo esse valor ampliado para R\$ 998,00 pelo Poder Legislativo;
- Criação de uma nova modalidade de saques, o Saque Aniversário, permitindo ao trabalhador receber anualmente, no mês de seu aniversário, uma parcela de seus recursos no FGTS;
- Criação de um Mercado de Recebíveis do Saque Aniversário como garantia para obtenção de crédito com potencial para atingir R\$ 100 bilhões em 4 anos;
- Fim da Multa de 10% por demissão, acabando com a contribuição adicional de 10% sobre a demissão sem justa causa;
- Medidas para melhoria das condições de gestão do Fundo; e
- Regularização dos processos de novação das dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FVCS), o que representa a solução de um problema de R\$ 94,5 bilhões para o setor público.



Redução de custos para o empreendedor

Essas iniciativas de redução de custo para o empreendedor foram feitas em 2019 e abrangem aspectos do mercado de trabalho, mercado de bens e serviços, sistema legal e em relação à abertura comercial. São medidas essenciais para a queda da taxa de juros estrutural e para a recuperação sustentável da economia. Dentre elas, destaque para a Lei da Liberdade Econômica (*Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019*) e revisão de todas as 36 normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho. Houve avanços concretos nessa agenda microeconómica, que visa ao aumento de produtividade, ganhos de eficiência, maior flexibilidade da economia e melhoria do ambiente de negócios, fundamentais para a consolidação do cenário benigno para a inflação. Ademais, esses esforços propiciam o crescimento da atividade econômica e a redução do custo do crédito da economia brasileira, abrindo mais espaço aos empreendedores e seus negócios.

Estímulos e facilitação de acesso ao mercado de crédito

O melhor acesso ao mercado de crédito tem sido uma das iniciativas da atual gestão. O problema da grande restrição de crédito limita o crescimento por parte de firmas com baixo colateral, embora mais produtivas. As iniciativas procuram mitigar esse problema por meio da redução de juros de equilíbrio e de reformas no setor financeiro. Dentre elas destacam-se: a Reforma da legislação do cadastro positivo e a edição da *Medida Provisória nº 897, de 01 de outubro de 2019*, conhecida como Medida Provisória do Agro.

Promoção da concorrência no setor de combustíveis

Publicação de Resoluções do Conselho Nacional de Política Energética para incentivar a concorrência nas indústrias de gás natural e combustíveis - *Resolução CNPE nº 09, de maio de 2019, Resolução CNPE nº 12, de 04 de junho de 2019, Resolução CNPE nº 16, de 24 de junho de 2019* e *Resolução CNPE nº 17, de 29 de agosto de 2019*.

Desconcentração Estoque PAC

Retirada da SDI e da CGPAC como níveis obrigatórios de decisão, dando celeridade ao processo de retomada das obras do PAC.

Aprovação PLC 79

Sanção do novo marco das telecomunicações com a publicação da *Lei nº 13.879, 03 de outubro de 2019*.

Contrato de Trabalho Verde e Amarelo

Edição da *Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019*, que institui o Contrato Verde e Amarelo e reestrutura o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), visando à simplificação e desburocratização normativa, à racionalização de procedimentos e à promoção de segurança jurídica para favorecer o empreendedorismo e o ambiente de negócios e, com isso, possibilitar a criação de novos e melhores postos de trabalho.

Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

Gestão e divulgação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Saldo de Emprego Formal - Série com ajustes



Fonte: CAGED/STRAB/SEPRT/ME

Evolução dos Estabelecimentos Declarantes e de Registros de Vínculos - Em mil



Fonte: RAIS/STRAB/SEPRT/ME

Portal da Inspeção do Trabalho

O Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil apresenta informações acerca da inspeção do cumprimento das obrigações trabalhistas e das normas de segurança e saúde no trabalho.

Resultados Alcançados na Fiscalização do Trabalho



Valor Total de FGTS/CS Recolhido/Notificado pela Inspeção do - Em mil



Fonte: Subsecretaria de Inspeção do Trabalho/STRAB/SEPRT/ME

2. Inovações e melhorias implementadas

Simplifica

As ações do Simplifica visam a desburocratização da economia brasileira, visando melhorar o ambiente de negócios do país. Essas ações também, melhorias de projetos, simplificações de regras e implementação de processos que tornam as tomadas de decisão mais céleres e assertivas, melhorando a produtividade da economia do Brasil.

Dentre essas ações se destaca o aprimoramento da Lei da Informática que adequou o país a regras internacionais, simplificando a forma de reconhecimento do conteúdo nacional dos produtos. O programa de melhoria contínua da competitividade criou regras e um sistema de acompanhamento de solicitações da sociedade civil, tornando o processo mais ágil e transparente para a sociedade.

Concorrência para a Prosperidade

O programa concorrência para a prosperidade visa auxiliar as entidades finalísticas em promover mudanças que melhorem a concorrência entre os mercados brasileiros. Por exemplo, mudanças nas resoluções do Conselho Nacional de Política Energética para incentivar a concorrência nas indústrias de gás natural e combustíveis.

Pró-Infra

O Pró-Infra visa impactar positivamente as medidas focadas em desenvolver a infraestrutura do país. Destacam-se a desconcentração das políticas do PAC, encerrando a SIS-PAC que deu mais autonomia aos órgãos finalísticos e retomou inúmeros investimentos que estavam parados no país. Além disso, a aprovação do novo marco das telecomunicações alterou a situação da prestação de serviços fixos das empresas, promovendo melhores serviços e maior autonomia para os consumidores.

CAGED e a RAIS

Foram lançados seis serviços digitais no Portal do Governo Federal que permitem solicitar vínculos empregatícios e alterações no banco de dados da RAIS e do CAGED, obter declarações e solicitar dados estatísticos identificados. Além disso, foram atualizados e modernizados os sistemas de consulta de dados da RAIS e CAGED e preparação dos sistemas informativos para a captação de dados pelo eSocial.



Obrigações Trabalhistas

Foram realizadas 221.942 ações fiscais para verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas, com destaque para a prevenção de acidentes e adoecimentos do trabalho, arrecadação do FGTS, formalização de vínculos trabalhistas, combate ao trabalho escravo, combate à discriminação no trabalho, inclusão de PCD, erradicação do trabalho infantil e promoção da aprendizagem.

A Fiscalização do Trabalho alcançou o valor de R\$ 6,3 bilhões de FGTS/CS recolhido e notificado, montante 20,5% superior a 2018.

O ano também foi marcado por alterações legislativas no FGTS, operacionalização da primeira Malha Fiscal e pela aprovação do desenvolvimento do Projeto FGTS Digital.

3. Desafios e riscos

Nos exercícios anteriores, principalmente no período de 2006 a 2016, houve substancial queda na produtividade brasileira, em razão do aumento da ineficiência alocativa (misallocation), caracterizada sobretudo pelo aumento de políticas de direcionamento de crédito; de benefícios e subsídios fiscais, creditícios e financeiros; do tamanho do Estado e do funcionalismo público, e do controle de preços administrados. Assim, o combate a tais distorções e a restauração da produtividade de forma sustentável, juntamente com o compromisso do Brasil com a consolidação e o equilíbrio fiscal a longo prazo, constituem os principais desafios do Ministério da Economia.

Quanto à ineficiência alocativa, em especial quanto aos investimentos, apesar dos avanços em 2019, são desafios a serem ainda transpostos: (i) ineficiência do sistema tributário, cujo ajuste se faz necessário por meio de reforma tributária; (ii) restrição de crédito, para a qual a redução de juros de equilíbrio ocorrida e as reformas no setor financeiro permitirão a sua mitigação; (iii) direcionamento de crédito e de subsídios fiscais, o que requer revisão ampla da política de subsídios; (iv) elevada informalidade, a ser mitigada com a continuidade de medidas como redução da burocracia, melhora do ambiente de negócios, revisões de normas regulamen-

tadoras do trabalho e ao Novo FGTS; (v) salários elevados e privilégios no setor público, sendo que a Nova Previdência e a Reforma Administrativa atacam esse aspecto diretamente.

Já o avanço na direção do equilíbrio fiscal e orçamentário constitui um desafio, que, alcançado, deverá contribuir, principalmente no médio e longo prazo, para o crescimento econômico sustentado por meio da geração de ambiente macroeconômico estável, da redução da carga tributária de equilíbrio e do aumento da poupança doméstica.

O maior risco dessa agenda de coordenação da política fiscal e preservação da sustentabilidade financeira da Federação é a falta de percepção de que política fiscal austera pode gerar efeitos positivos na economia e no bem-estar, mesmo no curto prazo, quando em geral se espera que o processo de consolidação fiscal apresente efeitos expansionistas. É fundamental, contudo, que os resultados positivos de 2019, e que venham a surgir com mais intensidade em 2020, não passem a impressão de que o caminho para o crescimento de longo prazo está totalmente pavimentado. Há muito que se fazer em termos de revisão do orçamento e reformas econômicas.

Destaca-se também a necessidade de garantia da manutenção de todas as funcionalidades existentes no CAGED e RAIS frente a migração de

dados para o eSocial, incluindo os novos dados a serem captados e a série histórica armazenada.

Outro desafio será a modernização e qualificação das bases de dados da RAIS para atendimento aos trabalhadores, empregadores e às demandas judiciais e adequar o acesso aos dados identificados das bases RAIS/CAGED, incluindo a disponibilização de informações públicas por meio do Portal PDET, aos termos da Lei de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) –

Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

No âmbito da Inspeção do Trabalho, há o desafio de aprimorar ações fiscais e o fornecimento de serviços de excelência aos trabalhadores e empregadores, por meio de uso da tecnologia.

Quanto ao Simplifica, algumas ações do Programa, como, por exemplo, o "Mobiliza Brasil", demandam articulação do Governo Federal com os estados e municípios. Também é necessária uma articulação com o Congresso Nacional para aprovação de regulamentações do Programa, como exemplo o PL Empresa Nasce Legal.

Em relação ao Concorrência para a Prosperidade, é possível que grupos setoriais se organizem para barrar as reformas microeconômicas que visam tornar os mercados mais concorrenrais.



2 Promover a transformação do Estado para torná-lo menor e mais eficiente

Promover a busca constante pela excelência dos serviços e a melhoria da gestão pública, a partir de ações que viabilizem um estado mais enxuto, eficiente e transparente, por meio de ações que possibilitem a prestação de um serviço público de qualidade para os cidadãos e da racionalização da utilização e destinação de imóveis da União, por meio da alienação de imóveis não necessários e redução do abandono, bem como modernização e simplificação da legislação patrimonial, definindo padrões para espaços e instalações de entidades públicas.

1. Principais atividades e resultados

- Corte de 21 mil cargos em comissão, funções de confiança e gratificações no âmbito do Poder Executivo federal por meio do *Decreto nº 9.725, de 12 de março de 2019*. A ação possibilitou, além da redução de quantitativos e de tipologias existentes, uma economia orçamentária anual na ordem de R\$ 194 milhões de reais;
- Definição de critérios gerais, perfil profissional e procedimentos para ocupação de cargos em comissão e funções de confiança no Poder Executivo Federal por meio do *Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019*;
- Ampliação de regras para ficha limpa no serviço público por meio do *Decreto nº 9.916, de 18 de julho de 2019*. Estendeu a cerca de 110 mil servidores as exigências de comprovar idoneidade moral, reputação ilibada e perfil profissional ou formação acadêmica compatíveis para ter direito a ocupar cargos comissionados e funções de confiança na Administração Pública Federal (APF);
- Controle e estabilização das despesas de pessoal ativo, com crescimento nominal de 0,4%, muito abaixo da série histórica, e redução do número de servidores de 630 mil para 607 mil;
- Extinção de cerca de 40 mil cargos obsoletos e passíveis de execução indireta possibilitada pelo *Decreto nº 9.754, de 11 de abril de 2019* e *Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019*. Deste quantitativo, 26.542 tiveram extinção imediata por já estarem vagos;
- Compartilhamento de imóveis no estado de Santa Catarina, por meio do Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGov), que gerou economia aproximada de R\$ 500 mil aos cofres públicos;
- Aumento da produtividade com a diminuição de custos fixos das empresas estatais, gerando economia que irá contribuir para a redução de dívidas e aplicação de recursos em atividades prioritárias;
- Realização de diversas transações de desinvestimentos com o objetivo de voltar o foco do Estado à consecução de políticas públicas fundamentais, como saúde, segurança e educação;
- Alienação de R\$ 180,9 milhões em imóveis da União e R\$ 331,4 milhões atualmente em processo de alienação, reduzindo o número de imóveis vagos ou em estado de abandono e rentabilizando este patrimônio.

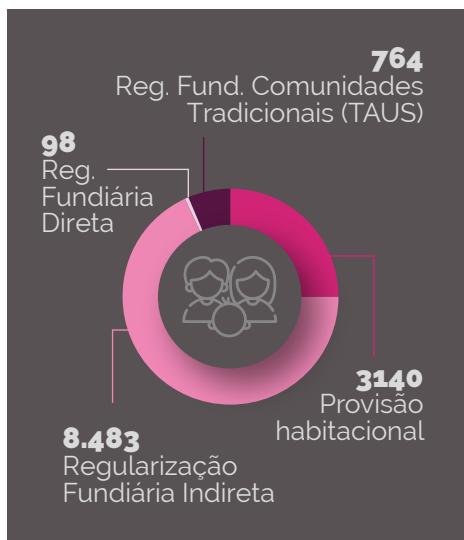
Valor dos imóveis alienados ou em processo de alienação - R\$



Fonte: RELATÓRIO MENSAL DE GESTÃO - SPU (DEZEMBRO 2019)

- Concessão de título de propriedade e autorização de uso sustentável de imóveis da União a 12.485 famílias, contribuindo para a Política Nacional de Regularização Fundiária e a provisão habitacional.

Famílias Beneficiadas Em Projetos De Regularização Fundiária E Provisão Habitacional



Fonte: Relatório Mensal De Gestão - Spu (Dezembro 2019)

2. Inovações e melhorias implementadas

Transparência e qualificação da tomada de decisão por meio de informações gerenciais

Implementação do Painel de Raio-X da APF, que, lançado em versão provisória em 2019, consolida os principais indicadores de gestão dos 191 órgãos da APF direta, autárquica e fundacional. O Painel gera relatórios personalizados e individualizados, órgão a órgão, contendo informações sobre orçamento primário, custeio administrativo, composição e característica da força de trabalho, estrutura de cargos e carreiras, patrimônio da União, adesão a soluções de serviços compartilhados e utilização do Processo Eletrônico Nacional (PEN), assim como evolução do processo de transformação digital na Administração. Tais dados são utilizados como subsídio basilar às iniciativas de transformação do Estado.

Novas regras para a realização de pregões na forma eletrônica

Publicação do *Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019*, trazendo inovações como a obrigatoriedade a estados e municípios que recebem recursos das transferências voluntárias da União utilizarem o pregão eletrônico e a contratação de serviços comuns de engenharia por meio dessa modalidade e a modificação dos modos de disputa e envio de lances (aberto e aberto e fechado), a adoção do sistema de cotação eletrônica para todos os casos de dispensa e o envio antecipado dos documentos de habilitação. O decreto, que já representa mais de 90% das licitações realizadas pelo governo federal, potencializa os ganhos nos processos de compras e desestimula conluios, dinamiza a disputa, gerando economia de tempo e de recursos públicos para a APF. Estima-se, a partir de estudos do Banco Mundial, uma economia de até 7,1% no valor das compras, algo em torno de R\$ 1,3 bilhão.

Aperfeiçoamento do processo normativo e sistêmico das transferências da União

Adequação dos processos da Caixa Econômica Federal (CEF), mandatária da União, ao teto estabelecido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), além do uso de tecnologia, gerando uma redução da carga operacional e, consequentemente, dos custos de acompanhamento em torno de R\$ 185 milhões.

Vídeo conferência para realização de perícias médicas

Implementação do serviço de vídeo conferência para realização de perícias médicas gerando agilidade e economia, sem prejudicar o sigilo profissional.

Sistema de Registro Eletrônico de Frequência (SISREF)

Implementação do SISREF garantindo segurança e transparência no registro de frequência na APF.

Compromisso com a transparência e a prestação de contas

Manutenção evolutiva do *Panorama das Estatais* para ampliação e atualização das informações disponíveis.

Boletim das Empresas Estatais Federais

Inclusão de novas empresas nas publicações do *Boletim das Empresas Estatais Federais* bem como a publicação das edições 9 a 12 do mesmo.

Boletim das Empresas Dependentes do Tesouro Nacional

Publicação do *Boletim das Empresas Dependentes do Tesouro Nacional* (volume 2 – Ano-base 2018).

Desburocratização de procedimentos

Elaboração do conjunto de medidas que integram a MP nº 915/2019, que moderniza e agiliza o processo de alienação de imóveis da União. Principais pontos: modernização do processo de avaliação de imóveis e do processo licitatório para alienação de imóveis da União; permissão para que o BNDES possa ser contratado para elaborar um plano de venda de ativos imobiliários da União, e a atribuição para a SPU da competência para administrar vendas do patrimônio imobiliário do INSS.

Regularização fundiária

Conclusão das tarefas técnicas referentes à regulamentação da *Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017*, estabelecendo procedimentos para a regularização fundiária urbana em áreas de domínio da União, que permitirão maior transparência e celeridade aos processos.



Panorama das
Estatais

Página Inicial

Visão Geral

Buscar Estatal



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

Ano
2020

Busca

Digite o assunto...



198
EMPRESAS
ESTATAIS
FEDERAIS



O Panorama das Estatais apresenta as empresas com informações cadastradas no Sistema de Informação das Estatais (SIEST) e no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), sendo de responsabilidade das empresas estatais federais a manutenção, integral e constantemente, de seus dados atualizados, conforme as seguintes normas vigentes:
- Portaria nº 9, de 22 de dezembro de 2016, que disciplina as regras para o fornecimento de informações;
- Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 (Art. 59, parágrafo único).

As informações das empresas em processo de cadastramento constarão no Panorama das Estatais à medida que os respectivos cadastros forem sendo providenciados. Por ora, com o objetivo de transparência, publica-se a lista com o nome de todas as empresas estatais federais.



Disponível em: <http://www.panoramadasestatais.planejamento.gov.br/>

Versão 1.8 - Atualizado em: 12/03/2020 00:45:38



Capítulo 2 - Resultados da Gestão

3. Desafios e riscos

Plataforma + Brasil

Internalização das transferências da União na Plataforma +Brasil trazendo uma simplificação nos processos, substituição de burocracia por controles tecnológicos, padronização, e ainda, uma mudança de cultura na APF;



TransformaGov

Continuação da implementação do TransformaGov, que tem por finalidade a proposição de novos arranjos institucionais e medidas de eficiência organizacional. A partir de um plano de trabalho customizado e desafiador, o Ministério da Economia propõe um conjunto de soluções para que o órgão otimize a execução de políticas públicas e torne o gasto público mais eficiente;



Transformação do Estado

Gestão de empresas estatais que potencializem resultados, paralelamente à criação de vagas no mercado privado. Há que se considerar, ainda a implementação de estratégias de desestatização que desenvolvam mercados e amplifiquem a política econômica na criação de empregos e ganhos de produtividade. Com relação aos riscos, cabe mencionar a possibilidade de desaceleração econômica e a possível ausência de ambiente regulatório com credibilidade para a alteração do mercado privado de forma satisfatória.

Uso dos imóveis

Ampliação da racionalização do uso dos imóveis e a redução do gasto público com aluguéis/manutenção, incluindo permutas, alienação e remições, considerando a necessidade de reordenamento e modernização do arcabouço legal que regulamenta a gestão do patrimônio da União. Além disso, ampliação da rentabilidade dos ativos imobiliários com proposta de constituição de fundos de investimentos imobiliários lastreados com bens da União, e o desenvolvimento de novos modelos de negócios.

Desestatização

Implementação de estratégias de desestatização que desenvolvam mercados e amplifiquem a política econômica na criação de empregos e ganhos de produtividade, considerando o desenvolvimento de ferramentas de gestão de empresas estatais que potencializem resultados, paralelamente à criação de vagas no mercado privado.



3 Recuperar o Equilíbrio Fiscal e Controle de Gastos Públicos

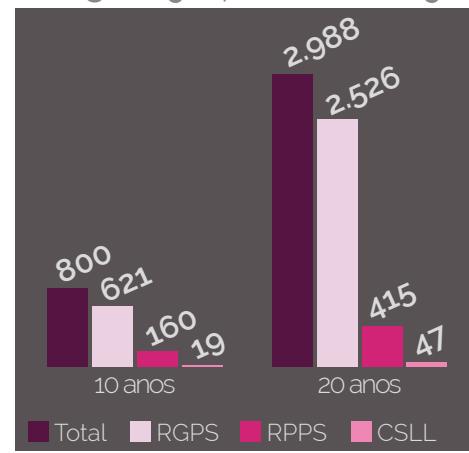
Assegurar o reequilíbrio e a sustentabilidade fiscal, bem como o controle dos gastos públicos, por meio da promoção da sustentabilidade do sistema previdenciário, incremento da arrecadação tributária e diminuição da participação do Estado na economia mediante desestatizações, desinvestimentos e desmobilizações de bens imobiliários da União.

1. Principais atividades e resultados

Emenda Constitucional 103/2019

Reformulação das regras constitucionais acerca da concessão e cálculo de benefícios previdenciários, fundamental para a sustentabilidade fiscal do País. A medida permitirá tornar o sistema previdenciário mais justo e sustentável e adequará as regras atuais ao perfil etário da população brasileira e ao padrão internacional, no âmbito do RGPS e do RPPS da União. A economia estimada com a proposta é de R\$ 800,3 bilhões em 10 anos. A EC trouxe, ainda, instrumentos para fortalecimento da gestão e fiscalização dos RPPS dos entes federados.

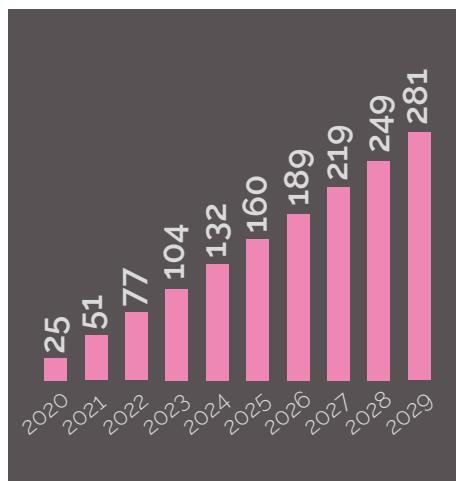
Economia em 10 e em 20 anos com EC 103/2019 (R\$ bilhões de 2019)



Combate às fraudes e irregularidades

Publicação da *Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019*, que instituiu medidas efetivas de combate às fraudes e irregularidades, por meio de programas de revisão dos benefícios com indícios de irregularidade e por incapacidade, com impacto estimado de R\$ 280 bilhões em 10 anos. Além disso, estabeleceu medidas que trazem segurança para a gestão dos RPPS.

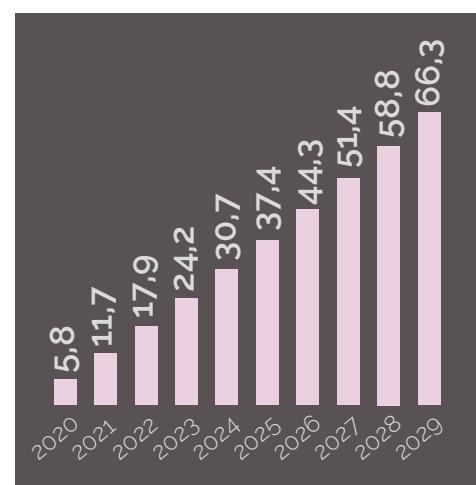
Economia acumulada em 10 anos com a Lei 13.846/2019



Racionalização dos processos judiciais e previdenciários

Publicação da *Lei nº 13.876, de 20 de setembro de 2019*, que permitiu maior focalização e racionalização dos processos judiciais previdenciários, por meio da melhor regulamentação da discriminação de verbas indenizatórias, da limitação da delegação de competência para a Justiça Estadual e do compartilhamento de informações econômico-fiscais entre órgãos, com economia de R\$ 66,3 bilhões em 10 anos.

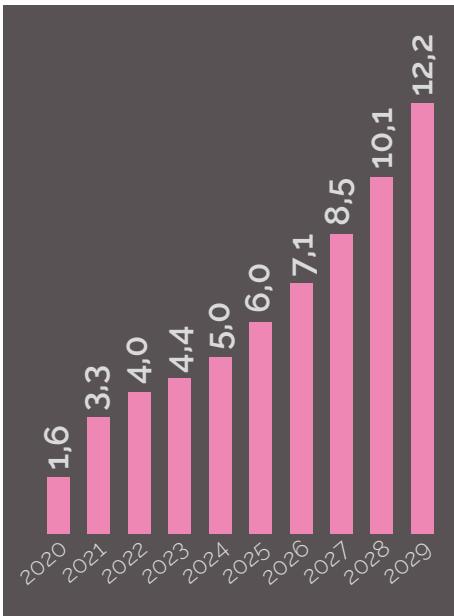
Economia em 10 anos com a Lei 13.876/2019, R\$ bilhões de 2019



Reestruturação do Sistema de Proteção Social dos Militares

Em conjunto com o Ministério da Defesa, foi publicada a *Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019*, que dispõe sobre a Reestruturação das regras do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas, dos Estados e do DF e aprovou uma alteração das regras de passagem para inatividade remunerada e pensão militar. Tal lei permitirá ganhos de mais de R\$ 12 bilhões em 10 anos.

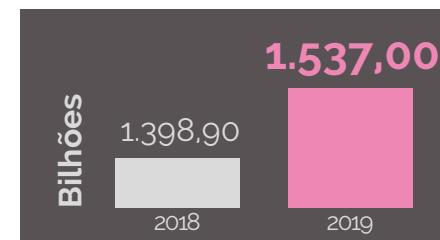
Economia acumulada em 10 anos com a Lei 13.954/2019, R\$ bilhões de 2019



Fonte: Ministério da Defesa

Arrecadação Federal

Arrecadação das receitas federais de **R\$ 1.537 trilhão** em 2019. 96% de toda a arrecadação federal é responsabilidade da Receita Federal do Brasil (RFB). Melhor resultado dos últimos cinco anos (1,71 % real a mais que em 2018).



Fonte: RFB

Valor em Cobrança recuperado pela RFB

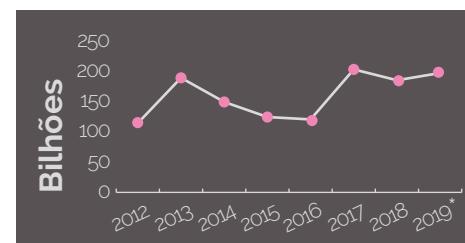
Ações de cobrança da RFB recuperaram **R\$ 95,8 bilhões** para a Fazenda Pública em 2019.



Fonte: RFB

Valor Total das Autuações da Fiscalização da RFB

A Fiscalização da RFB concluiu 11.938 auditorias externas gerando lançamentos tributários no valor de **R\$ 198,33 bilhões** em 2019.

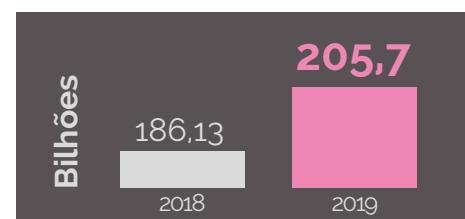


*Resultados registrados até 08/01/2020

Fonte: Sief Ação Fiscal - RFB

Valor Total dos Processos Julgados pelas Delegacias de Julgamento (DRJ's)

As DRJs julgaram **R\$ 205 bilhões** em litígios em 2019 (autuações fiscais, pedidos de compensação, restituição e resarcimento de tributos). Incremento de 10,5% em relação a 2018.



Fonte: e-Processo - RFB

Evolução do valor recuperado da dívida ativa da União e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

Em 2019, a PGFN recuperou mais de R\$ 24,2 bilhões superando o valor registrado no ano anterior em decorrência do aprimoramento das estratégias de cobranças aplicadas à dívida ativa da União e do FGTS.



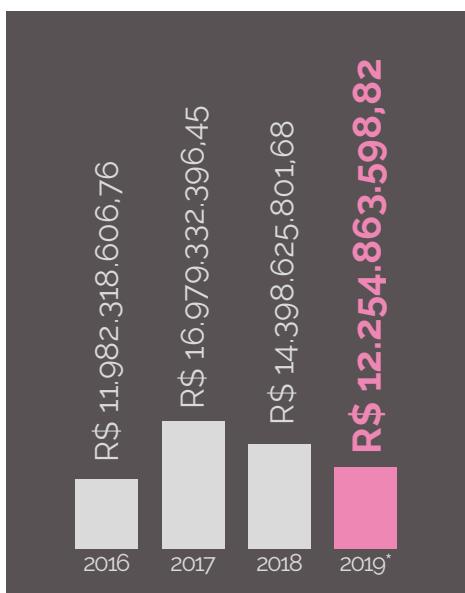
* não inclui o valor recuperado de créditos do FGTS no mês de dezembro de 2019.

Fonte: DW PGFN - Base dezembro 2019



Valor recuperado com estratégias de cobrança administrativa

O valor recuperado com estratégias de cobrança administrativa caiu 15% em 2019. Trata-se de algo esperado em virtude dos movimentos decorrentes do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) - evento do pagamento à vista em 2018.



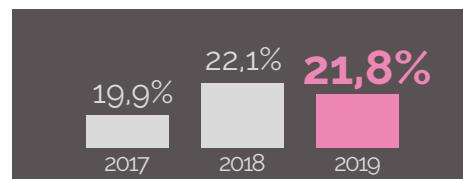
Valor recuperado com estratégias de cobrança judicial

Em 2019, houve um acréscimo de 21% em relação ao valor registrado em 2018 no valor recuperado com a estratégia execução forçada, superando pela primeira vez a marca de R\$ 7 bilhões.



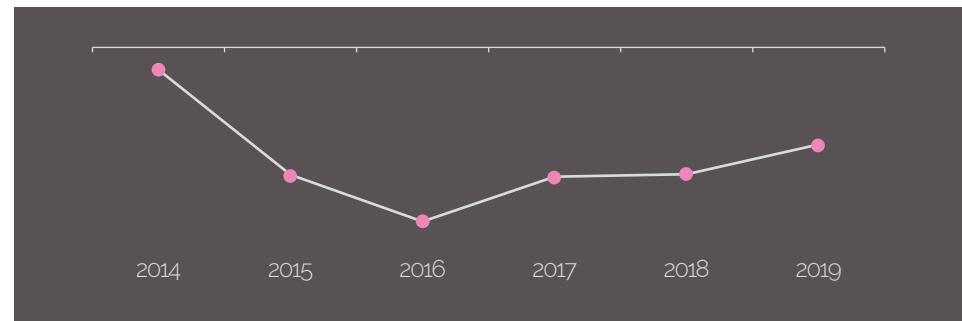
Índice de êxito na cobrança

O indicador mede a eficiência global dos processos de trabalho relacionados à cobrança dívida. A pequena queda em relação a 2018 decorre principalmente do alto valor dos débitos inscritos em 2019.



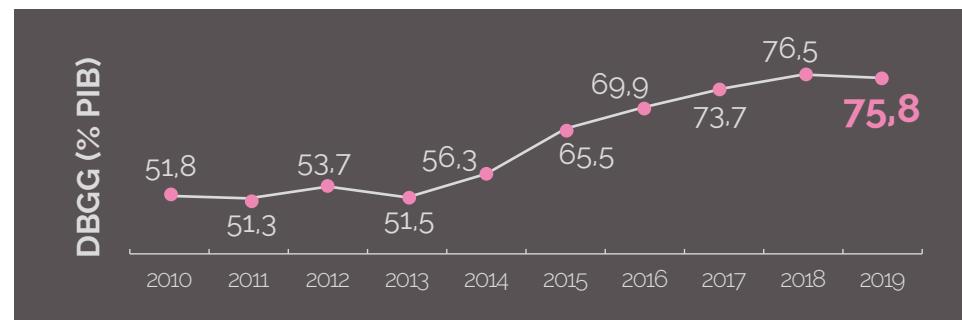
Redução do Déficit Primário - De 2018 para 2019 o resultado primário do Governo Central passou de déficit de R\$ 116,2 bilhões para déficit de R\$ 88,9 bilhões, evidenciando a continuidade do processo de consolidação fiscal.

Linha 1 - Resultado primário do Governo Central



Redução da Dívida - A Dívida Bruta do Governo Geral registrou 75,8% do PIB em 2019 (76,5% em 2018). Destaque: taxas de juros mínimas, déficit primário menor, pagamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e venda de dólares pelo Banco Central.

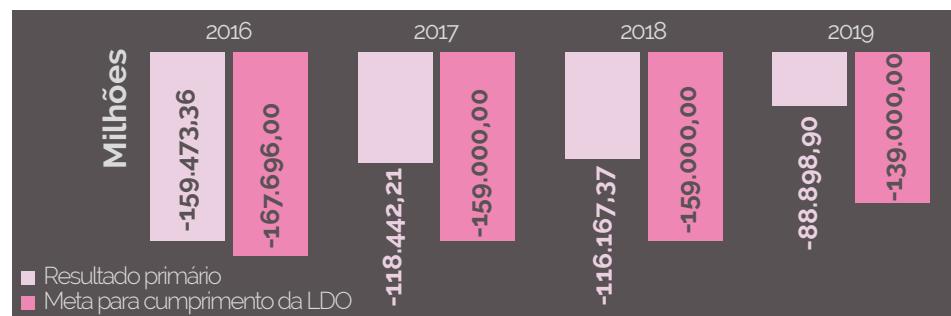
DBGG (%PIB)



Redução de Restos a Pagar - Em 2019, foram cancelados R\$ 29,23 bilhões de restos a pagar não processados, devido à nova regulamentação sobre a matéria. Com isso, o volume de inscrição de restos a pagar caiu significativamente.

Controle das Despesas Primárias - A fim de manter o equilíbrio entre receitas e despesas previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (meta de resultado primário), o orçamento é acompanhado durante todo o ano, respeitando-se a Regra de Ouro. São publicados bimestralmente Relatórios de Avaliações sobre a realização de receitas e despesas orçamentárias e quadrimensalmente Relatórios de Avaliação de Cumprimento da Meta. Quando necessário, é possível limitar o gasto por meio do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira. O Decreto e suas alterações posteriores adequam os valores da LOA à realidade de cada ano, limitando as despesas primárias ao valor das receitas primárias subtraída da meta de resultado, assegurando, assim, o equilíbrio entre receitas e despesas previsto na LDO.

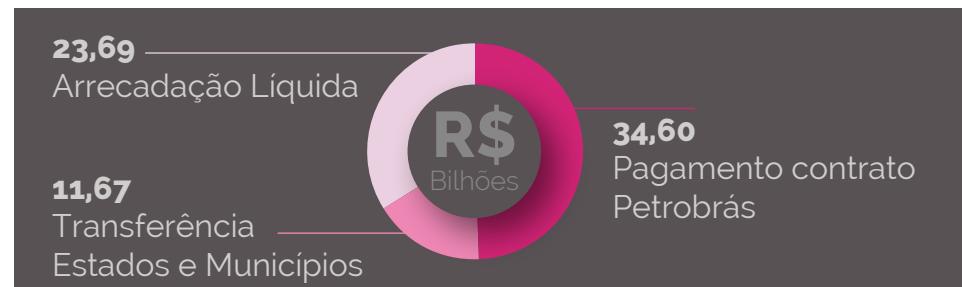
Resultado Primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social



Nova Previdência - A Emenda Constitucional (EC) 103 foi a medida de maior impacto fiscal no ano de 2019, a qual apresentará efeitos fiscais positivos ao longo de décadas. Conhecida como Nova Previdência, essa Emenda não apenas reduz as insuficiências geradas pelo modelo de repartição brasileiro, mas também torna o sistema mais progressivo do que no passado. As insuficiências diminuem essencialmente porque as pessoas deverão se aposentar um pouco mais velhas, com mais tempo de contribuição e/ou com benefícios um pouco menores do que no passado. A aposentadoria por tempo de contribuição foi extinta, o que significa um grande avanço em termos fiscais e distributivos, uma vez que esse tipo de aposentadoria representa hoje um custo elevado e redistribui renda para os trabalhadores mais escolarizados e de mais alta renda, que ingressam mais cedo e permanecem mais tempo no mercado de trabalho formal. Os valores das pensões por morte e as possibilidades de acumulação também serão menores. No tocante ao financiamento, vale destacar a redução das alíquotas para os trabalhadores dos estratos de renda mais baixos e a elevação para aqueles que apresentam rendimentos mais elevados, incluindo funcionários públicos. O combate a fraudes em benefícios previdenciários e ao devedor contumaz da previdência são iniciativas paralelas do Ministério da Economia que contribuirão para reduzir as insuficiências do sistema previdenciário brasileiro ao longo dos anos.

Leilão do pré-sal/Cessão Onerosa - Maior leilão de petróleo já realizado na indústria, o chamado Leilão dos Excedentes da Cessão Onerosa (operação realizada entre União e Petrobrás em 2010, por meio da qual a União cedeu 5 bilhões de barris de petróleo à empresa localizados na área denominada pré-sal). A concretização do leilão da cessão onerosa foi uma medida importante que gerou um volume significativo de receitas extraordinárias em 2019 a título de bônus de assinatura: R\$ 69,9 bilhões, sendo R\$ 34,6 destinados ao pagamento à Petrobrás e R\$ 11,7 bilhões transferidos a estados e municípios. Além de contribuir diretamente para a redução do déficit fiscal no presente, o leilão irá destravar investimentos no setor de petróleo. A exploração dos campos leiloados irá gerar outras receitas nos próximos anos (royalties, receitas de comercialização do óleo da União e outros tributos), contribuindo de forma importante para o reequilíbrio das contas públicas nas três esferas da federação.

Impacto fiscal do resultado final do leilão da cessão onerosa



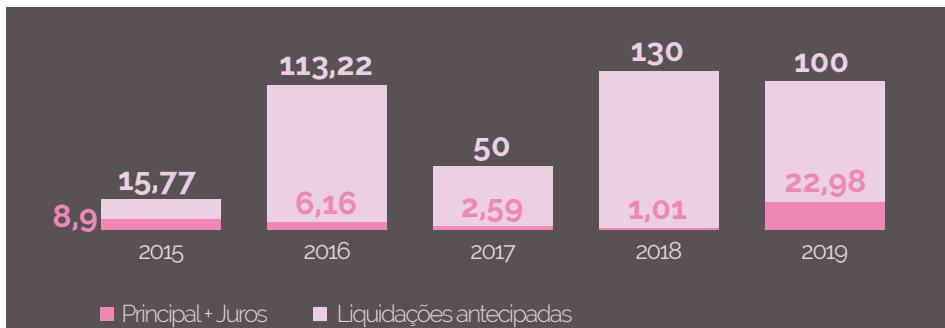
Fonte: Relatório Extemporâneo de novembro de 2019, Secretaria Especial de Fazenda. Disponível em: (<http://www.economia.gov.br/central-de-conteudos/apresentacoes/2019/apresentacao-extemporaneo-nov-19-impressa.pdf>). Acesso em 27 de janeiro de 2019.

Devoluções de bancos públicos - As instituições bancárias federais começaram um processo de redução do capital nelas investido pelo governo federal. Os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – empréstimos sem prazo para pagamento – foram usados por governos anteriores para reforçar o capital e ampliar a capacidade de empréstimo dos bancos públicos: aproximadamente R\$ 37 bilhões desses débitos são da Caixa Econômica Federal, R\$ 36 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), R\$ 8 bilhões do Banco do Brasil, R\$ 1 bilhão do Banco do Nordeste e R\$ 1 bilhão do Banco da Amazônia. A Caixa realizou o pagamento de R\$ 10 bilhões em 2019, mas o processo de devolução ao Tesouro Nacional por parte da Caixa e demais bancos públicos deve continuar nos próximos anos.

O BNDES possui outras obrigações com o governo federal, resultantes de recursos financeiros captados junto ao Tesouro Nacional que totalizaram mais de R\$ 440 bilhões no período 2008 a 2014. Desde 2015, o banco vem liquidando antecipadamente essas obrigações. Em 2019, foi efetuada a devolução antecipada de R\$ 100 bilhões e o restante deverá ser quitado nos próximos anos.



Devoluções do BNDES



Fonte: BNDES, disponível em: (<https://www.bnDES.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/recursos-do-tesouro-nacional/recursos-financeiros-captados-junto-ao-tesouro-nacional>). Acesso em 27 de janeiro de 2019.

Institucionalização da Avaliação de Políticas Públicas – Implementação de avanços importantes no sentido de institucionalizar a avaliação de programas e políticas conduzidas na esfera federal, aprimorando o controle do gasto público. Um marco desse processo foi a instituição do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), por meio do Decreto nº 9.834, de 12 de junho de 2019. O CMAP é uma instância de natureza consultiva, e tem como finalidades: 1) avaliar uma seleção de políticas públicas financiadas por gastos diretos ou subsídios da União; e 2) monitorar a implementação das propostas de alteração de políticas públicas resultantes das avaliações, em consonância com as boas práticas de governança.

Histórico do processo de avaliação de políticas públicas



2. Inovações e melhorias implementadas

- Análises de riscos** - Utilização de análises de riscos nas atividades de fiscalização e de cobrança tributária implicaram na maior disponibilização de receitas para o país dos últimos cinco anos.
- Inteligência Artificial** - Uso de Inteligência Artificial na análise de 471 mil declarações de pessoa física (PF) e pessoa jurídica (PJ - malha fina) detectando inconsistências e impedindo a evasão fiscal nestes casos. Na malha PF são usados 165 filtros.
- Ações junto aos maiores contribuintes** - Acompanhamento especial dos maiores contribuintes resultou em arrecadação adicional de R\$ 4,6 bilhões (41% a partir de 2.727 alertas de divergência, orientando o contribuinte ao correto cumprimento, o que implica em diminuição de custos e melhoria de imagem ao governo).
- Autorregularização** - Incentivo à autorregularização, com reflexo na arrecadação induzida (R\$ 1,7 bilhão a mais) e melhoria da relação Contribuinte/Estado, resultante do envio de 330 mil cartas de contribuintes que estavam retidos em malhas.
- Combate a fraudes** - Diminuição de fraudes potenciais, impedindo reflexo negativo nas receitas da União, através da inabilitação de 3,5 milhões de CNPJs (controle de omissos na DCTF).
- Valor de Terra Nua (VTN)** - Aperfeiçoamento da legislação sobre informação de Valor de Terra Nua (VTN) à RFB e implantação do serviço SIPT-WEB para envio de informação de VTN diretamente pelos municípios.
- DCTF-Web** - Expansão da DCTF-Web para os contribuintes responsáveis por mais da metade da arrecadação previdenciária.
- Dívida Ativa da União** - Modernização do Sistema de Inscrição em Dívida Ativa (SIDA).
- Negócios Jurídicos Processuais na Cobrança da Dívida Ativa** - A disponibilização desta importante ferramenta de autocomposição permitiu a regularização de débitos com a União e com o FGTS na ordem de R\$ 2,7 bilhões.

- **Arquivamento de mais de 200 mil processos de execução fiscal sem potencial de recuperação relevante** – A PGFN solicitou o arquivamento de mais de 200 mil execuções fiscais não garantidas em 2019, focando sua atuação judicial nos devedores com maior potencial de recuperação. A quantidade de processos arquivados já ultrapassa 1,6 milhão. Além de contribuir para desafogar o Poder Judiciário, como resultado dessa estratégia o valor recuperado com a execução forçada passou de R\$ 6 bilhões em 2018 para R\$ 7 bilhões em 2019.
- **CNIS e Observatório de Previdência** - O fortalecimento da governança do CNIS e a criação do Observatório de Previdência permitirão o compartilhamento de dados e o fomento de estudos que possibilitarão a redução de fraudes e o aumento da focalização das políticas sociais, com impactos positivos sobre o equilíbrio fiscal.
- **Celebração de Acordo de Cooperação Técnica com o CNJ e Banco Central** – Acordo de Cooperação Técnica para desenvolvimento do novo sistema de penhora on-line que substituirá o BacenJud 2.0, de forma a permitir sua modernização e a inclusão de novas funcionalidades, garantindo maior segurança e estabilidade para os usuários.
- **Seleção de devedores para as atividades do Sistema de Recuperação de Créditos baseada no risco** - Disponibilização de ferramentas de big data para seleção de devedores alvo das atividades de Investigação Fiscal, Combate à Fraude Fiscal Estruturada e Monitoramento.
- **Envio de débitos a Serasa Experian** - A PGFN passou a compartilhar eletronicamente sua base de débitos inscritos em dívida ativa da União com a Serasa Experian, potencializando a cobrança administrativa dos créditos da União.
- **Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF)** - Visando contribuir e estimular o processo de consolidação das contas públicas de estados e municípios, o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei complementar (PLP nº 149, de 2019), prevendo a criação de um programa temporário (PEF) que permitirá a estados e municípios, sem boa classificação de capacidade de pagamento – CAPAG, ou seja, sem nota A e B, nos termos da avaliação elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional, a contratarem empréstimos e financiamentos junto aos bancos e aos organismos multilaterais com garantias da União.
- **Propostas de Emendas Constitucionais** – Em 2019, foram encaminhadas ao Senado Federal três propostas de emenda constitucional, PECs nºs 186, 187 e 188, conhecidas, respectivamente, como PEC Emergencial, PEC dos Fundos e PEC do Pacto Federativo. Em conjunto, tais propostas promovem inúmeras alterações de caráter fiscal no texto constitucional, estabelecendo instrumentos para conter a expansão das despesas obrigatórias, no âmbito federal, estadual e municipal, além de introduzirem provisões que, em conjunto, ajudam a formar um arcabouço mais favorável à adoção de políticas fiscais sustentáveis.
- **PagTesouro** - A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) lançou em setembro 2019 uma nova plataforma de pagamentos para o Governo, o PagTesouro, que modernizará a interação entre o governo e o cidadão por meio da transformação digital. A partir de 2020, o cidadão terá novas opções além do boleto bancário para realizar pagamentos, permitindo assim uma melhoria na eficiência dos serviços públicos, redução de burocracia e do tempo de resposta do Estado para a sociedade. Os próximos passos envolvem o lançamento de edital para o credenciamento de Provedores de Serviços de Pagamentos (PSP's) e instituições financeiras para processar os pagamentos e a habilitação dos órgãos públicos que arrecadam taxas e serviços públicos. A meta é que sejam disponibilizados outros meios de pagamentos digitais como por exemplo cartão de crédito, débito em conta, carteiras digitais e pagamentos instantâneos.
- **Ação Padronizada para Manutenção de Infraestruturas** – Criação da Ação 219Z – Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União, tendo em vista proporcionar maior transparência e controle dos gastos orçamentários para manter condições normais de operação e da capacidade do nível de serviço de ativos de infraestrutura sob a responsabilidade da União, atendendo com isso recomendação contida no relatório do PIMA (Public Investment Management Assessment) que apresenta diagnóstico do Fundo Monetário Internacional sobre processo de investimento público brasileiro.
- **Melhorias no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)** – Otimização do processo de construção do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2020. Dentre elas, ressalta-se a reestruturação do módulo de solicitação de expansão de limites.
- **Classification of Functions of Government (COFOG)** – Foram implementadas diversas melhorias a fim de facilitar a inserção e a manipulação dos dados referentes à COFOG.



3. Desafios e riscos

Riscos fiscais - podem se materializar por variações em parâmetros macroeconômicos, tais como inflação, atividade econômica, massa salarial, taxas de juros e câmbio. Essas oscilações impactam as receitas e despesas públicas e produzem consequências sobre a trajetória da dívida pública. Destaca-se que aproximadamente 93% da receita primária está sujeita à volatilidade de variáveis macroeconômicas. Pelo lado da despesa primária, a volatilidade está ligada às variações do salário mínimo e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), impactando principalmente as despesas com benefícios previdenciários e assistenciais, o pagamento de seguro-desemprego e o pagamento de abono-salarial.

Riscos fiscais específicos - englobam demandas judiciais contra a União, garantias, riscos associados a programas de governo e a haveres da União, riscos derivados do relacionamento com entes subnacionais, empresas estatais e demográficos, entre outros.

Propostas legislativas - O ano de 2019 foi marcado pela tramitação de diversas propostas legislativas, com perspectiva de impacto direto na recuperação da dívida ativa da União, tais como a Reforma da Previdência, o Projeto de Lei nº 1646/2019, que caracteriza o devedor contumaz, e a *Medida Provisória nº 899, de 16 de outubro de 2019*, que disciplina a transação tributária. O envolvimento da PGFN nas discussões legislativas, participando de debates e audiências públicas, mostra-se essencial para a preservação e fortalecimento da atividade de cobrança dos devedores da União, bem como do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Regulamentação e implementação da EC 103/2019 - desafios associados à sua regulamentação infraconstitucional e ao cumprimento de suas determinações. São necessários, por exemplo: decreto que regulamente a concessão dos benefícios previdenciários; PL para regulamentar a aposentadoria especial; edição da Lei de Responsabilidade Previdenciária, com normas gerais voltadas à melhoria de gestão dos RPPS e mitigação dos desequilíbrios financeiros e atuariais; desenho e implementação da entidade gestora única do RPPS da União; auxílio aos entes federativos para realização de suas reformas previdenciárias e implementação de seus regimes de previdência complementar; estruturação do sistema integrado de dados, etc.

Aprovação de outros normativos previdenciários - Aprovação de medidas de habilitação, reabilitação e cotas de pessoas com deficiência e da lei de combate ao devedor contumaz e fortalecimento da cobrança da dívida previdenciária.

Risco para a imagem institucional da RFB - Restrições orçamentárias deverão impactar os sistemas de atendimento aos cidadãos e a facilitação do comércio exterior gerando forte reação de contribuintes e empresas junto aos meios de comunicação.

Risco de diminuição da arrecadação - Haverá descontinuidade dos sistemas que suportam a arrecadação, caso não sejam解决adas as pendências com SERPRO e DATAPREV.

Risco/Desafio no contencioso administrativo – 265 mil processos a serem julgados. O número de Auditores Fiscais, em toda as áreas, diminuiu de 12.135 em 2010 para 8.271 em 2019.

Risco de atraso tecnológico da RFB - Impacto negativo futuro na arrecadação. Há 55 módulos de sistemas concluídos dependendo de recursos para funcionar.

Legislação frágil para combater a evasão fiscal - A legislação penal extingue a punibilidade quando do pagamento/parcelamento do tributo sonegado.

Riscos orçamentários - imprevisibilidade dos créditos adicionais, principalmente os extraordinários, e das alterações decorrentes de emendas parlamentares e de bancada. Além disso, é possível que haja um aumento de solicitações de créditos sem previsão orçamentária para fins eleitorais.

Desafio - Equacionar os diversos riscos, com menos recursos humanos, tecnológicos e financeiros; solucionar a situação crítica dos restos a pagar nas unidades orçamentárias; e ampliar a capacitação dos agentes que comandam as Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOAs) dos Ministérios, principalmente em matéria orçamentária.

4 Desburocratizar e digitalizar os serviços para o cidadão

Promover a mudança do paradigma de serviços públicos, por meio da desburocratização e digitalização de serviços públicos, modernizando e simplificando os mecanismos de atendimento à sociedade. Paralelamente, a adoção de novas tecnologias e plataformas digitais ensejará maior agilidade e padronização na prestação de serviços, bem como redução de custos para o cidadão.

1. Principais atividades e resultados

Transformação de Serviços

515 serviços públicos que antes eram prestados de forma presencial agora podem ser acessados e processados na internet (<http://painelservicos.servicos.gov.br/>), resultando na economia de R\$1,7 bilhões para o governo e R\$ 1,4 bilhões para a sociedade.

Login Único

Plataformas do governo acessíveis com um único login e senha de identificação do cidadão. Já são 460 serviços públicos integrados ao *Login Único*, totalizando mais de 45 milhões de contas cadastradas.

Interoperabilidade

Compartilhamento dos dados cadastrais do cidadão entre órgãos do governo, eliminando a necessidade de apresentar documentos idênticos para benefícios e serviços de órgãos distintos.

Unificação de Portais

Consolidação de todas as informações, serviços e aplicativos do governo federal em um único portal, o *Gov.Br*.

Gestão e simplificação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial)

Envio das folhas de pagamento das empresas de porte médio e dos dados de trabalhadores dos pequenos empregadores, em especial as empresas do Simples Nacional. Houve, ainda, a dispensa da obrigação de anotação da CTPS e do Livro de Registro de Empregados, pois o envio das informações ao eSocial suprime tais obrigações.

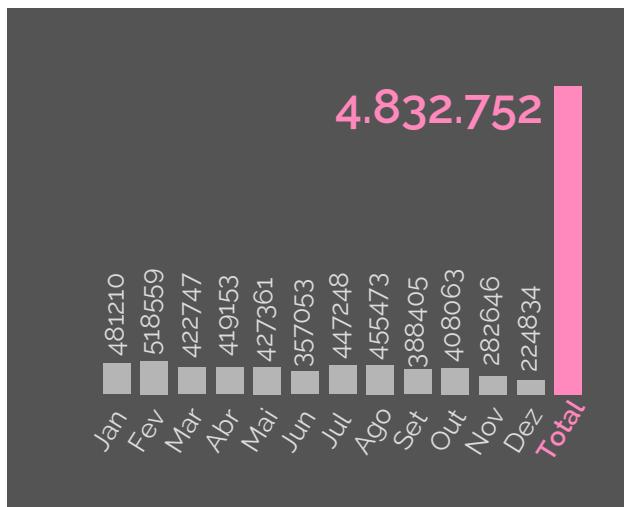
Implantação da Carteira de Trabalho Digital, em substituição ao documento físico, e redução da emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social para brasileiros e estrangeiros

Em 2019, o total de emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social reduziu 5% em comparação com o ano de 2018, em 2018 foram emitidas 5.084.515 CTPS e no ano de 2019 foram emitidas 4.832.752 CTPS. Já com a implantação da Carteira de Trabalho Digital, em setembro de 2019, houve um aumento nos acessos do documento digital, reduzindo significativamente a emissão do documento físico a partir de novembro de 2019.





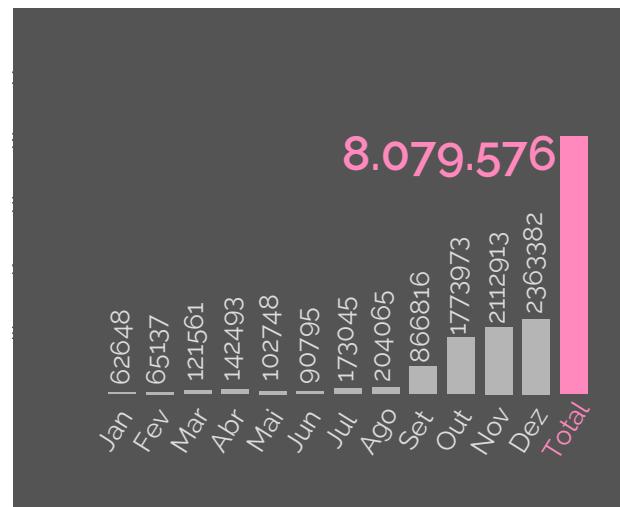
Emissão de CTPS física para brasileiros e estrangeiros em 2019



Fonte: SISTEMA CTPSWEB3.0

Em 2019, ocorreu mais de 8 milhões de acessos ao aplicativo da Carteira de Trabalho Digital, sendo mais significativo a partir do mês de setembro, mês que foi publicada a [Portaria SEPRT nº 1.065, de 23 de setembro de 2019](#), instituindo a Carteira de Trabalho Digital em substituição ao documento físico.

Acessos à Carteira de Trabalho Digital em 2019



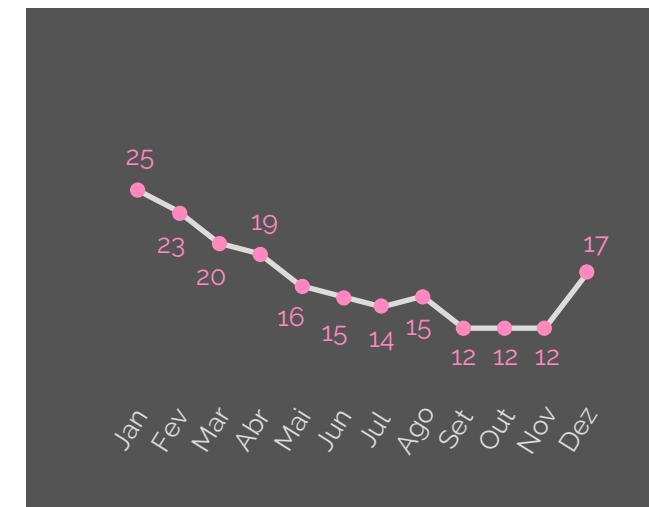
Fonte: SISTEMA CTPSWEB3.0

Seguro-Desemprego 100% Web

Permite ao trabalhador, via web ou aplicativo, solicitar o benefício, acompanhar seu requerimento, cadastrar recurso administrativo e recorrer do indeferimento.

Desburocratização e simplificação do fluxo de agendamento da Perícia Médica Federal

Tempo Médio de Espera de Atendimento Agendado da Perícia Médica (TMEA-PM) em 2019



Fonte: Sistema de Indicadores, Gestão e Monitoramento do Atendimento - SIGMA.

2. Inovações e melhorias implementadas

Lei de Liberdade Econômica (LLE)

A publicação da *Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019*, trouxe grandes inovações com a fixação do paradigma hermenêutico *pro libertatem* - as normas proibitivas devem ser lidas restritivamente – e a definição de seus princípios norteadores. É uma norma geral, no contexto de reformas econômicas, com vistas ao reaquecimento do setor produtivo.

Licenciamento 4.0

Regulamentando a LLE, o *Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019*, estabeleceu a classificação de risco para as atividades econômicas, exigindo a elaboração de matrizes de risco para cada ato público de liberação. O intuito da proposta é concentrar os esforços e recursos do Poder Público naquelas atividades que realmente são capazes de gerar grande impacto na sociedade, merecendo atenção prioritária.

Revisão

Paralelo à LLE, o *Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019*, prevê a completa revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decreto editados pela Administração Pública federal, autárquica e fundacional visando o saneamento emergencial do ordenamento pátrio.

Simplificação

A partir de 2020, haverá a dispensa do envio de informações do CAGED e da RAIS 2019 para grande parte dos empregadores.

Houve também a atualização e a modernização do processo de solicitação de inclusão/atualização de conteúdos ocupacionais na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), por meio do *Portal Gov.br*.

CTPS Digital

Significativa redução na emissão de CTPS Física.

Seguro-desemprego

Foi desenvolvida, no *Portal Gov.br* e na *CTPS Digital*, funcionalidade que permite ao cidadão solicitar o seguro-desemprego sem a necessidade de se deslocar a um posto de atendimento do ME. O trabalhador pode acompanhar o processo e as datas de liberação das parcelas, cadastrar recurso administrativo e recorrer em caso de indeferimento.

Inspeção do Trabalho

Foram adotadas ações relacionadas à digitalização e à desburocratização: canal de denúncias trabalhistas pela internet; autodiagnóstico trabalhista; orientação Trabalhista por meio de chatbot e pelo 158 - Alô Trabalho; conteúdo de capacitação para o público externo através do *canal da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho (ENIT) no YouTube*; e ampla revisão das Normas Regulamentadoras, no qual a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) participa da coordenação dos grupos técnicos.

Serviços de perícia médica

O fluxo procedural para realização do agendamento dos serviços de perícia médica foi simplificado e desburocratizado, por meio da centralização em um único sistema da Subsecretaria da Perícia Médica Federal (SPMF), permitindo relevante diminuição no Tempo Médio de Espera de Atendimento Agendado da Perícia Médica (TMEA-PM), a despeito da crescente demanda de serviços relacionados à atividade médico-pericial.



3. Desafios e riscos

Normativos

Efetiva concretização de suas determinações, de modo que não se transformem em normativos ineficazes.

Naturalmente, ainda existe o risco de que algum objetivo ou etapa não sejam atingidos no prazo definido pelos normativos, e por isso os decretos também têm a previsão de produção de efeitos para o caso de intercorrências. No caso do *Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019*, foram incluídas vedações para o caso de não consolidação de atos normativos; já o *Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019*, fixa prazo padrão de aprovação tácita para os casos em que os órgãos não editem ato normativo pertinente.

Transformação Digital

Os maiores desafios enfrentados resultam de situações circunstanciais, como as restrições orçamentárias aos projetos, fruto da situação fiscal do país. Outros riscos identificados são a limitação quantitativa da equipe técnica, a resistência de alguns poucos órgãos ao compartilhamento de bases de dados e adesão aos programas de transformação digital. Ainda assim, a demanda por transformação de serviços, que é maior que a atual capacidade de atendimento da equipe, confirma que o caminho de desburocratização pela transformação digital dos serviços e dos processos do Estado é o correto. Há necessidade contínua de investimento em Tecnologia da Informação, já que um dos principais riscos está relacionado à infraestrutura de TI destinada às soluções. Assim, é fundamental o investimento em serviços, softwares e equipes de apoio para garantir a disponibilidade e consistência dos serviços e informações disponibilizados ao público.

Unificação de portais

Os desafios na execução decorreram da escassez de recursos orçamentários para a conclusão da contratação necessária, também quanto ao modelo de tomada de decisão do projeto, que envolvia vários órgãos distintos e a complexidade tecnológica verificada na migração de portais de bases tecnológicas que exigiram mais tempo de planejamento e execução que o inicialmente planejado.

eSocial

Os principais desafios incluem a articulação entre os vários órgãos envolvidos; o acompanhamento contínuo da prestação do serviço junto ao SERPRO, como forma de mitigar os riscos de atraso na contratação ou descontinuidade do serviço; e o desenvolvimento de aplicações que sejam facilmente ajustáveis e com o menor número de validações possível, de maneira a se adaptar a eventuais alterações normativas que podem impactar no cronograma e exigir alterações no sistema.

Outro desafios

Potencializar o uso do Seguro-Desemprego 100% Web como o principal instrumento de habilitação ao benefício, bem como implementar a CTPS Digital em todo território nacional.

5 Promover a competição e funcionamento dos mercados

Estimular o crescimento do nível de emprego por meio de medidas de correção dos incentivos que propiciam a rotatividade e a informalidade

1. Principais atividades e resultados

Promoção da concorrência no setor de combustíveis

Publicação de Resoluções do Conselho Nacional de Política Energética para incentivar a concorrência nas indústrias de gás natural e combustíveis - Resolução CNPE nº 09, de maio de 2019, Resolução CNPE nº 12, de 04 de junho de 2019, Resolução CNPE nº 16, de 24 de junho de 2019 e Resolução CNPE nº 17, de 29 de agosto de 2019.

Redistribuição do banco de slots do aeroporto de Congonhas (SP)

Advocacia da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade (SEAE) para minimizar o efeito da concentração de mercado em Congonhas/SP, adequando a regulação para incentivar participação de mais concorrentes e estimulando a queda de preços.

Inclusão de Fintechs na rede de pagamento de tributos federais

Permissão que fintechs participem da rede de arrecadação de tributos federais. Tal inclusão permitirá às fintechs incrementarem seu menu de serviços aos clientes, aumentando sua competitividade e a concorrência no setor financeiro.

Desconcentração de Estoque do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Retirada da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI) e ao Comitê Gestor do PAC (CGPAC) como níveis obrigatórios de decisão, dando celeridade ao processo de retomada das obras do PAC.

Aprovação da PLC 79/2016

Sanção do novo marco das telecomunicações com a publicação da Lei nº 13.879 de 03 de outubro de 2019. Tal norma autoriza, mediante solicitação da concessionária, a adaptação do instrumento de concessão para autorização.

2. Inovações e melhorias implementadas

Concorrência para a Prosperidade

- Novo Marco das Telecomunicações, cujo objetivo é ampliar os investimentos e a disseminação da internet banda larga;
- Decreto de Análise de Impacto Regulatório, cujo objetivo é melhorar a qualidade dos atos normativos do governo federal, evitando a criação de obrigações desnecessárias à população;
- A Seae enviou análise ao PPI/PR a respeito das melhores práticas regulatórias e concorrenciais para o setor;
- Melhoria Regulatórios nos Editais de Arrendamento Portuário;
- A SEAE se manifestou junto à ANS sobre a nova regra de reajuste de planos de saúde individuais, sugerindo melhoria da base de dados e da capacidade preditiva do modelo, bem como um estudo de assimetrias regulatórias visando atingir uma política tarifária mais liberal; e
- A SEAE representa Ministério no Conselho Superior de Cinema e vem colaborando no desenvolvimento de uma política governamental para o streaming (vídeo sob demanda).

Pró-Infra

- Desconcentração Estoque PAC: O fim do SISPAC dá mais autonomia aos ministérios setoriais; e
- Aprovação do PLC 79, um novo marco de telecomunicações, permitindo a migração de contratos antigos das companhias sobre prestação de serviços de telefonia fixa.

3. Desafios e riscos

E

possível que ocorram organizações de grupos setoriais para barrar as reformas microeconômicas que visam tornar os mercados mais concorrentiais.

6 Intensificar a desestatização das empresas estatais federais

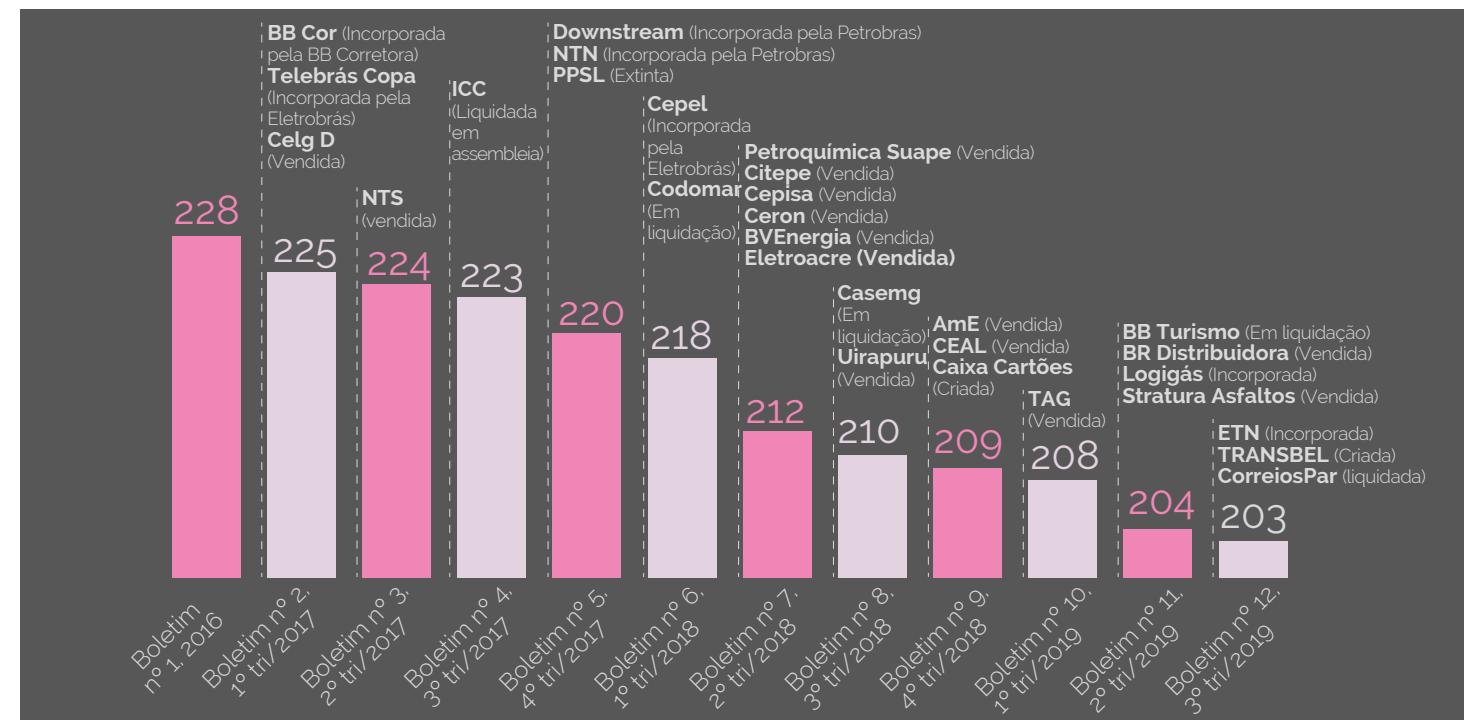
Reducir a participação excessiva do Estado na economia mediante desestatizações e desinvestimentos, contribuindo para uma economia mais competitiva e propiciando melhoria na alocação de recursos públicos, ao permitir a focalização da ação estatal nos serviços públicos essenciais.

1. Principais atividades e resultados

Redução no número de empresas

A União reduziu 71 empresas em 2019, sendo 14 subsidiárias, 38 coligadas e 19 participações minoritárias, que totalizaram R\$ 105,4 bilhões. De forma complementar, 4 liquidações de empresas estatais estiveram em andamento no ano de 2019 (BBTUR, CorreiosPar, Casemg e Codomar).

Empresas Estatais Federais



Fonte: Boletim das Estatais Federais

Vendas de ativos de recursos naturais

Início do processo de venda de ativos de recursos naturais, que somam R\$ 14,5 bilhões, com conclusão de R\$ 8 bilhões em vendas em 2019, permitindo às estatais maior atuação em atividades primordiais.

"Peer Review"

Assinatura do Projeto "Peer Review" da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre Governança das Estatais, com o objetivo de mitigar as barreiras ao crescimento e promover a sustentabilidade econômica e a eficiência.

2. Inovações e melhorias implementadas

Desestatização

A desestatização traz inúmeras mudanças para o país. A primeira e mais significativa é a redução do tamanho do Estado e a consequente otimização da alocação de recursos públicos, já que a Administração passa a se concentrar efetivamente nas demandas que não podem ser assumidas pela iniciativa privada. Em seguida, deve-se considerar o ganho em transparéncia, eficiência e competitividade das empresas. Os serviços ganham em qualidade e os custos repassados ao cidadão são reduzidos, gerando economia para o consumidor final. O impulso para o crescimento econômico do país ocorre de forma acelerada, com maior investimento de capital privado em áreas específicas, viabilizando a geração de emprego e a consequente melhora da qualidade de vida dos cidadãos.

"Peer Review"

Em busca de um Estado eficiente e profissional, a adesão do Brasil à OCDE tem por objetivo direcionar esforços em prol da melhoria da qualidade da governança, da redução da burocracia e do aumento da capacidade de prover serviços públicos adequados, implicando compromissos relevantes para a indústria e a economia brasileiras. O projeto "Peer Review" é um facilitador desse processo, visto que a aderência às diretrizes de Governança Corporativa para Estatais se configura em importante e valorizado instrumento da Organização, abrindo caminhos e facilitando o processo de acesso do Brasil.

Ao final do projeto, espera-se ter maior clareza acerca dos aspectos ainda pendentes para que o Brasil possa estar inteiramente alinhado às diretrizes e boas práticas postuladas pela Organização. Além disso, também está prevista assessoria técnica ao Brasil pela OCDE, principalmente na temática de privatizações e/ou desestatizações. Cabe salientar que não houve nenhum custo financeiro ao Brasil, visto que todo o projeto foi financiado pelo *UK Prosperity Fund*.

3. Desafios e riscos

Desafios Gerais

Ao falar em desestatização, o maior desafio enfrentado pelo processo é a resistência das pessoas e instituições, muitas vezes ocasionada por uma comunicação imprecisa acerca das implicações e possíveis consequências que essa mudança pode trazer ao Brasil e aos seus cidadãos.

Outro desafio importante é entender as vantagens que as modalidades de desestatização podem oferecer, sempre buscando uma maior otimização dos recursos públicos e mais ganhos em produtividade e competitividade.

Riscos Gerais

Com relação aos riscos, cabe mencionar a possível necessidade de adequação do arcabouço regulatório em casos específicos, exigindo a convergência e o envolvimento dos Poderes do Estado.

"Peer Review"

O principal desafio é a implementação efetiva das boas práticas recomendadas pela OCDE. O Brasil já possui expressiva participação nos instrumentos da Organização e, em 2019, o governo brasileiro promoveu significativo avanço e estabeleceu a acessão à OCDE como prioridade de política econômica externa, impulsionando os esforços para a concretização desse objetivo. Com relação aos riscos, destaca-se a possibilidade de alteração do marco regulatório, tornando imprescindível o envolvimento de todos os poderes do Estado nas reformas estruturais a serem implementadas no país. Mais especificamente, cabe salientar a importância da cooperação entre Executivo e Legislativo, o envolvimento dos atores políticos no processo e a conscientização da importância estratégica dessa adesão. É necessário considerar, também, a existência de riscos ainda não mapeados, já que o processo é longo e conta com muitas etapas, podendo exigir esforços não previstos inicialmente.

7 Melhorar o ambiente de negócios e modernizar a economia brasileira

7

1. Principais atividades e resultados

Incentivar a modernização das empresas por meio de fomento à inovação, digitalização e habilidades gerenciais, promovendo a melhoria no ambiente de negócios, remoção de obstáculos à produtividade e competitividade das empresas e aprimoramento da regulação microeconômica. Também engloba elevar a percepção de presença fiscal, com a consequente diminuição da sonegação, e incrementar a efetividade das ações de combate ao contrabando e descaminho.

Registro Automático

A implantação do Registro Automático de empresas fez com que, em 96% dos casos, o registro dos atos de constituição, alteração e extinção de empresário individual, empresário individual de responsabilidade limitada (EIRELI), sociedade limitada e cooperativa passe a ser *realizado de forma automática*, com emissão imediata do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Dispensa de licenciamento

287 atividades econômicas definidas como de baixo risco foram dispensadas de licenciamento e passam a não mais precisar de qualquer tipo de autorização para implantação e funcionamento.

Digitalização da autorização de filiais estrangeiras

A autorização de filiais estrangeiras no país é processo plenamente digital pelo *portal Gov.Br*. O fluxo do processo foi desburocratizado e o tempo de análise passou de 45 dias para 1 dia.

Revisão das Normas Regulamentadoras (NR)

Seguindo as diretrizes de simplificação, desburocratização e harmonização, foram revisadas as Normas Regulamentadoras 1, 2, 3, 12, 20, 22, 24, anexo de calor da NR-15 e adequação da NR-16, proporcionando-se normas mais simples, desburocratizadas, harmonizadas com o arcabouço internacional e com garantias mais efetivas de segurança e saúde do trabalhador.

Consolidação e revisão completa de decretos e demais atos normativos infralegais relacionados ao trabalho

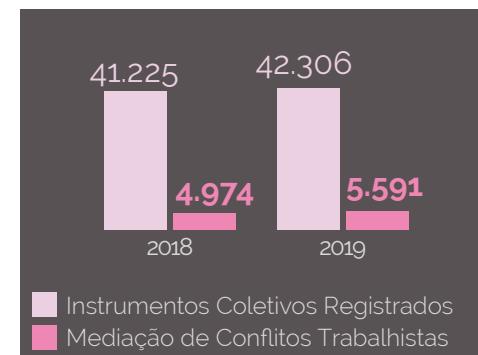
Consolidação e revisão de aproximadamente 800 decretos e normas infralegais relacionados ao trabalho, tornando o arcabouço normativo mais objetivo e alinhado com as alterações legislativas ocorridas ao longo dos últimos anos. Essa simplificação e desburocratização normativa teve por objetivo promover maior conformidade das empresas em relação aos direitos trabalhistas e às normas de saúde e segurança do trabalho.

Foram revogados 30 decretos e 192 portarias que continham conteúdos obsoletos ou exauridos. Também foram consolidadas todas as convenções e recomendações da OIT que estavam dispostas em 80 decretos presidenciais.

Sistema MEDIADOR

Gestão do sistema MEDIADOR, com recepção de 42.306 registros (34.883 Acordos Coletivos e 7.423 Convenções Coletivas) e conclusão de 4.974 mediações, que implica na redução da judicialização.

Resultados do Registro de Instrumentos Coletivos e da Mediação de Conflitos Trabalhistas



Fonte: Subsecretaria de Relações do Trabalho - Sistema MEDIADOR.



Adesão ao Protocolo de Madri para o Registro Internacional de Marcas

O Sistema de Madri facilita e simplifica o registro internacional de marcas. Com a submissão de um pedido e o pagamento de somente uma taxa à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), órgão internacional responsável pela administração do Sistema, é possível submeter o pedido para registro de marca nos mais de 120 países membros do Protocolo.

Constituição de sociedade de garantia solidária e de sociedade de contragarantia

A Lei Complementar nº 169, de 02 de dezembro de 2019, sancionada com vetos, autoriza a constituição de Sociedades de Garantia Solidária, entidades essas que passarão a integrar o Sistema Nacional de Garantias de Crédito.

Aprimoramento da Lei da Informática

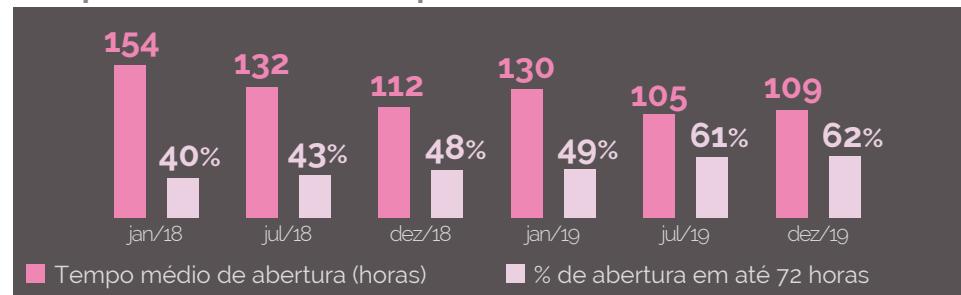
Reformulação da Lei da Informática com o objetivo de evitar retaliações comerciais da União Europeia e Japão contra o Brasil, manter a segurança jurídica e do contrato estabelecido entre o governo e as empresas beneficiárias até o fim da vigência dos programas (Lei de Informática 2029, PADIS 2022 ou conforme projetos específicos) e preservar o legado dos programas, como o ecossistema de PD&I e plantas industriais, foi elaborada Medida Provisória para alterar na legislação os dispositivos em desacordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Programa de Melhoria Contínua da Competitividade (PMCC)

Publicação da Portaria SEPEC nº 12.302, de 28 de novembro de 2019, que institui o Programa de Melhoria Contínua da Competitividade (PMCC) e cria o Comitê Deliberativo de Melhoria Contínua da Competitividade.

Diminuição do tempo de abertura de empresas no Brasil para 4 dias e 13 horas

Tempo de Abertura de Empresas

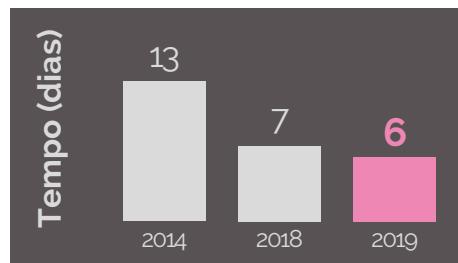


Fonte: Portal de Monitoramento do Redesim.

Portal Único do Comércio Exterior reduz burocracia, custos e prazos

Tempo para exportar caiu de 13 para 6 dias, aumentando a competitividade das empresas brasileiras e favorecendo a cooperação com o setor privado.

Tempo de Exportação - Modal Marítimo

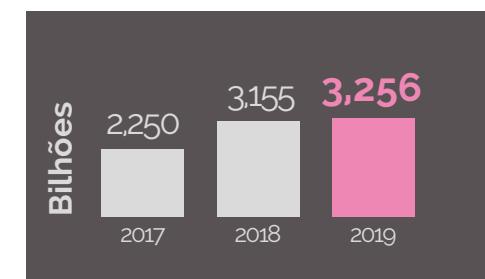


Fonte: Deax - Dep. de Estatística da Secex

Proteção da indústria e do comércio do Brasil

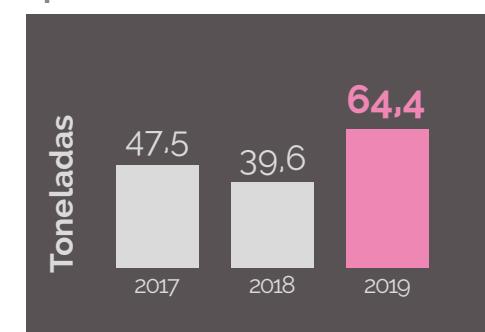
Apreendidos R\$ 3,25 bilhões de mercadorias contrabandeadas e descaminhadas - 3,22% mais que 2018. 64,4 toneladas de drogas apreendidas (62% acima do quantitativo de 2018).

Valor Mercadorias Apreendidas



Fonte: CTMA, e-OVR, CEN

Quantidade de drogas apreendidas



Fonte: CTMA, e-OVR, CEN

Representatividade dos OAE



Fonte: DW Aduaneiro



2. Inovações e melhorias implementadas

Lei de Liberdade Econômica (LLE)

A publicação da *Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019*, facilitou a abertura de empresas eliminando exigências e simplificando procedimentos como o licenciamento prévio para a maioria dos negócios de baixo risco e registro automático de empresas com emissão imediata do CNPJ. Também unifica e simplifica a legislação, alterando a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, possibilitando a declaração de autenticidade dos atos de registro por advogados e contadores, a publicação de atos societários e decisórios na Internet e o registro de atos meramente cadastrais online, bem como a abertura de filiais em estados distintos que também se tornou um procedimento online.

Ampliação de Certificados Digitais aceitos

A publicação da *Instrução Normativa nº 57, de 26 de março de 2019*, permitiu a utilização de qualquer tipo de certificado digital na assinatura dos atos levados a registro e não mais apenas o certificado do tipo A3.

Padronização do processo de abertura de empresas

Adoção do login Gov.Br. e do protocolo único REDESIM por todas as Juntas Comerciais, permite que o empreendedor percorra todas as etapas para a abertura de empresas com os mesmos procedimentos em qualquer estado.

Revisão das NR

Alinhando-se com os melhores padrões internacionais, proporcionou-se significativa redução do custo de conformidade e aumento da competitividade das empresas nacionais no mercado globalizado e garantiu-se melhor segurança jurídica e normas mais objetivas para a redução dos acidentes de trabalho.

Serviço de instrumento coletivo

O serviço de registro de instrumento coletivo foi inserido no processo de transformação digital do governo federal (Balcão Digital) a fim de eliminar ou reduzir os encargos burocráticos sobre o usuário, bem como desafogar os pontos de atendimento presenciais.

Com a implantação do SEI, todas as etapas de instrução do processo de registro sindical passaram a ser 100% digital, com possibilidade de petionamento eletrônico e o acompanhamento das decisões administrativas.

Simplifica

As ações do Simplifica visam a desburocratização da economia brasileira, visando melhorar o ambiente de negócios do país. Essas ações também, melhorias de projetos, simplificações de regras e implementação de processos que tornam as tomadas de decisão mais céleres e assertivas, melhorando a produtividade da economia do Brasil.

Dentre essas ações se destaca o aprimoramento da Lei da Informática que adequou o país a regras internacionais, simplificando a forma de reconhecimento do conteúdo nacional dos produtos. O programa de melhoria contínua da competitividade criou regras e um sistema de acompanhamento de solicitações da sociedade civil, tornando o processo mais ágil e transparente para a sociedade.

Prospera MPE

As ações do Prospera MPE focam as micro e pequenas empresas do país, sendo estas responsáveis por 27% do PIB, aproximadamente. As ações visam simplificar e fomentar as atividades de micro e pequenas empresas, pois além de grande participação do PIB, essas empresas são os grandes empregadores do país. Destaca-se a implementação a constituição da sociedade de garantia, que retira uma insegurança jurídica do modo de garantia de crédito, o que possui efeito direto sobre a segurança dos agentes financeiros em fornecerem crédito às MPE's.

Brasil 4.0

O Brasil 4.0 visa fomentar a inovação das empresas brasileiras, tornando o país mais aderente com as mudanças tecnológicas que estão surgindo. O Sistema de Madri facilita e simplifica o registro internacional de marcas. Com a submissão de um pedido apenas e o pagamento de somente uma taxa à

Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), órgão internacional responsável pela administração do Sistema, é possível submeter o pedido para registro de marca nos mais de 120 países membros do Protocolo, que abrangem cerca de 80% do comércio mundial.

Melhorias relevantes nas operações de Comércio Exterior

93% das importações desembaraçadas em menos de 24 horas e 95% das exportações com liberação imediata. Redução de 85% na quantidade de documentos exigidos dos exportadores nas suas operações. Publicação da *Instrução Normativa RFB nº 1.918, de 20 de dezembro de 2019*, que permite rapidez, simplificação e redução de custos às importadoras que utilizam o Trânsito Aduaneiro.

Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (OEA)

Agilidade para empresas brasileiras exportadoras através de acordos com China e Mercosul para reconhecimento de nossas empresas participantes do Programa Brasileiro de OEA. Redução em 84% (10 para 3 dias) para empresas importadoras OEA que optam pelo "despacho sobre águas".

Melhorias no ambiente de negócios

Menor custo e complexidade para empresas de treze unidades da federação que utilizam a mesma de-



clarão entregue para a RFB como principal fonte de informação para apuração do ICMS.

Simplificação e agilidade na abertura, alteração e fechamento de empresas a partir das juntas comerciais do Brasil, através do REDESIM.

Criação da Central de Balanços permite às empresas divulgar suas demonstrações contábeis obrigatórias gratuitamente através da internet.

Criptoativos

Publicadas normas e orientações para informação à administração tributária sobre operações realizadas com criptoativos, conferindo maior transparência a essas transações.

Autorregularização

Incentivos aos contribuintes para que se autorregularizem antes de autuações (330 mil avisos).

Previdência privada

Instituído módulo na e-Financeira para captar dados sobre previdência privada.

Intercâmbio de informações

Realização de trocas de informações com 96 administrações tributárias estrangeiras, em virtude de acordos internacionais.

Atendimento eletrônico

88% dos atendimentos na Receita Federal são eletrônicos (197 milhões de acesso).

3. Desafios e riscos

Alguns dos desafios foram a lentidão dos trâmites legislativos e suas características próprias de revisão e reelaboração de textos normativos. Ainda, em alguns casos, as medidas de simplificação provocaram certa resistência da sociedade em relação às alterações propostas.

Apesar de haver demanda para se reduzir a burocracia, aumentar a competitividade da economia e se reduzirem os acidentes de trabalho e adoecimentos ocupacionais, é necessário promover ações de diálogo e de comunicação para sensibilizar a sociedade sobre os benefícios e impactos positivos que as medidas pretendem alcançar.

No âmbito do registro sindical, é necessário promover constante modernização da legislação, com vistas a acompanhar o dinamismo do movimento sindical brasileiro e mitigar o juízo de discricionariedade, primando por critérios objetivos que promovam maior segurança jurídica à análise de processos referentes à atividade.

Os riscos se relacionam com as articulações que as Subsecretarias precisam fomentar para que as mudanças ocorram. Uma vez que as ações propostas envolvem majoritariamente mudanças regulatórias ou de regras institucionais, há a grande necessidade de se buscar a sinergia de outros entes em finalizar as propostas.

Por exemplo, no Mobiliza Brasil há a necessidade de articulação do Governo Federal com estados e municípios. Ou em alguns casos há a necessidade de se buscar apoio no congresso para aprovação de Projetos de Lei, como o Projeto de Lei Empresa Nasce legal e o PLP 521/2018, que trata da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e). Deste modo, um desafio interno é identificar todos os agentes de interesse e de influência no processo para pavimentar o caminho de sinergia para aprovação das medidas propostas.

Ademais, é imperativo coibir a concorrência desleal na economia em função do contrabando, que apresenta crescimento maior do que apreensões. Estima-se que haja perda de R\$ 12,2 bilhões na arrecadação (cigarros). A RFB tem apenas 2.716 funcionários

para 23.102 km de fronteira. O risco para a proteção das fronteiras e da segurança públicas, com a diminuição de funcionários aduaneiros e das Equipes de Vigilância e Repressão enfraquece o combate ao contrabando de mercadorias, armas e drogas, implicando na insegurança do país.

As restrições orçamentárias acarretam atrasos nos sistemas que facilitariam a relação com as empresas, impedindo a implementação de 55 sistemas e atrasando outros que são prioridades do governo (REDESIM, Portal Único Siscomex). A escassez de recursos humanos também causa impactos em setores como a Ouvidoria, atrasando as respostas às demandas dos cidadãos. Ficam prejudicadas também, as análises dos pedidos do Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras, postergando a geração de milhares de empregos, investimentos e arrecadação.

Neste contexto, um dos principais desafios seria obter melhores resultados, se utilizando de menos recursos, visando diminuir os impactos negativos no ambiente de negócios e na segurança dos cidadãos.

8 Ampliar a inserção internacional da economia brasileira

Promover maior participação da economia brasileira no mercado internacional por meio da melhoria da governança da política comercial, da ampliação da participação brasileira nos fluxos internacionais de comércio e investimentos e da qualificação da atuação do Brasil em organismos e fóruns econômicos internacionais.

1. Principais atividades e resultados

Negociações comerciais

Conclusão de acordos comerciais com União Europeia e Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), liberalização do comércio automotivo com México e Argentina e celebração do acordo de facilitação de comércio no âmbito do Mercosul.

Cooperação econômica internacional

Otimização da gestão dos recursos do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) por meio da transferência de sua administração fiduciária ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) e ampliação da participação de projetos brasileiros na carteira do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) de US\$ 621 milhões para cerca de US\$ 1,5 bilhão.

Governança institucional

Nova estrutura da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) promoveu maior alinhamento entre as políticas econômica e comercial; nova Comissão de Financiamentos Externos (COFEX) aprimorou o processo decisório para a concessão de financiamentos externos com garantia soberana para estados e municípios.

Apoio aos agentes econômicos

Publicação de guias processuais na área de defesa comercial, permitindo mais objetividade na condução dos pleitos, e lançamento de nova estrutura de contato com investidores, via Ombudsman de Investimentos Diretos e Ponto de Contato Nacional.



2. Inovações e melhorias implementadas

Alinhamento da política comercial à econômica

A nova estrutura do Ministério da Economia viabilizou o tratamento da política comercial como um importante pilar da agenda econômica nacional. Esta governança evita a sobreposição institucional e facilita a coordenação de posição no tratamento das políticas públicas, demonstrando a importância do comércio exterior para estimular a produtividade, o crescimento e o emprego; manter a inflação sob controle; e, equilibrar o balanço de pagamentos.

Processo decisório colegiado

Aprimorou-se a estrutura de colegiados (CAMEX, COFIEX e BRASIL-OCDE) para racionalizar a participação de atores da agenda econômica na formulação, condução e implementação das ações econômico-comerciais. Isso permitiu ao país estabelecer uma política comercial moderna, alinhada aos objetivos gerais da política macroeconômica nacional e aderente às melhores práticas internacionais de eficiência administrativa, governança e transparéncia.

3. Desafios e riscos

Contexto Internacional

Incertezas e tensões bilaterais e sistêmicas (EUA-China, OMC e Brexit), bem como eventos extraordinários de ordem sanitária contribuíram para o desaquecimento da demanda internacional.

Contexto Regional

Novos ciclos políticos na região, e especialmente no Mercosul, reforçaram a necessidade de ajuste da atuação brasileira para permitir o prosseguimento da agenda de integração comercial do país e a recuperação de nossas exportações de bens manufaturados.

Âmbito fiscal

O quadro orçamentário impôs limitações à participação brasileira em mecanismos internacionais de financiamento ao desenvolvimento; bem como demandou esforços adicionais para honrar compromissos financeiros já assumidos.

Desburocratização e redução do custo Brasil

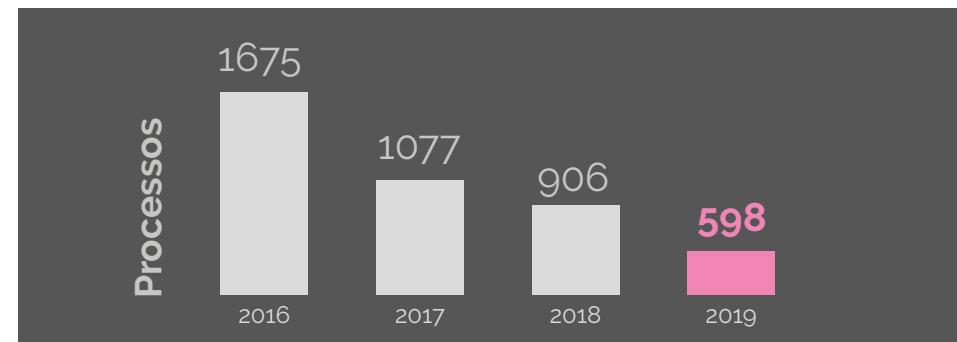
Necessidade de compatibilização das reformas estruturais com a agenda de simplificação administrativa e modernização tarifária no comércio exterior brasileiro, de forma transparente, gradual e previsível.

9 Simplificar tributos

Promover a simplificação da complexidade do sistema tributário brasileiro, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias e a justiça fiscal. Propiciar maior facilidade na interpretação da legislação tributária, assegurando maior segurança jurídica e diminuindo o número de litígios.

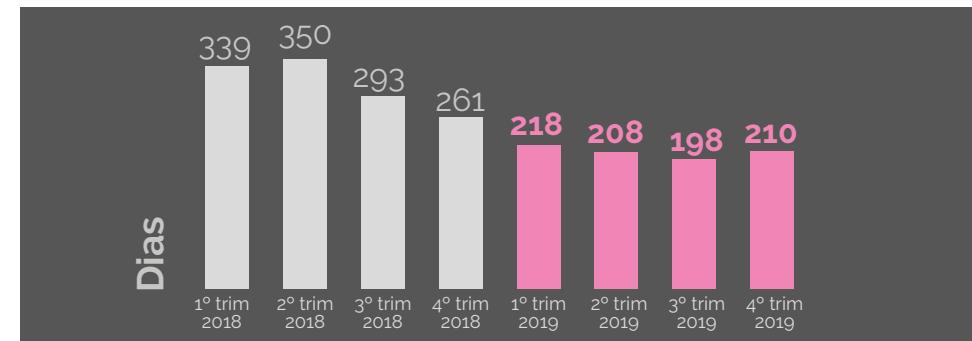
1. Principais atividades e resultados

Redução do estoque de processos de Consulta Externa aguardando solução



Fonte: e-Processo - RFB

Redução do tempo médio de tramitação dos processos de Consulta Externa



Fonte: e-Processo - RFB

2. Inovações e melhorias implementadas

- Definição dos procedimentos relativos à revisão e à consolidação dos atos normativos inferiores a decreto no âmbito da RFB. Até junho de 2021, deverão ser revisadas e consolidadas 1.785 instruções normativas.
- Publicação da Instrução Normativa de consolidação ([Instrução Normativa nº 1.911, de 11 de outubro de 2019](#)) de PIS/Cofins.
- Adesão em 2019 de todas as unidades da federação à escrituração digital. As dispensas simplificam e facilitam o ambiente de negócios do país, pois as empresas deverão preencher e enviar uma única escrituração referente à apuração do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), eliminando-se redundâncias e promovendo uma maior integração entre os entes.

- Incorporação, à versão Web do programa Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DOMP), dos créditos de IRRF Cooperativas e de Retenção Previdenciária integrado ao Sistema de Controle de Créditos de Retenção, Salário Família e Maternidade (RETSAM). O PER/DOMP Web é instrumento para transmissão de pedidos de restituição e ressarcimento e declarações de compensação, trazendo inúmeras facilidades para o contribuinte, a exemplo da recuperação automática de informações que já constam das bases de dados da Receita. Em razão da maior facilidade no preenchimento do PER/DOMP Web, verificou-se redução nos erros no preenchimento que costumavam resultar em indeferimentos e não homologações.

3. Desafios e riscos

Reforma Tributária

Participação da Receita Federal do Brasil na elaboração da Reforma Tributária, atuando junto com outros órgãos do Ministério da Economia e o Congresso, inclusive apresentando os cálculos das consequências que advirão das inúmeras propostas.

Normativos tributários

Rever/Simplificar/Consolidar até 23 de dezembro de 2020 70% de 1.785 normas tributárias (desde 1978), visando facilitar a vida fiscal dos cidadãos e das empresas, com a diminuição da complexidade e dos litígios, bem como incentivando o cumprimento voluntário das obrigações tributárias.

Serviços para o cidadão

Simplificar/agilizar os procedimentos aos cidadãos/empresas inclusive através da implementação de 55 novos sistemas, ainda que no momento não haja recursos orçamentários/financeiros para tanto.

Risco de Anistias Tributárias (Refis)

Risco sempre presente e que traz danos à cultura de cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias, conforme estudos.

10 Elevar a qualificação do capital humano no Brasil

Promover a capacitação e qualificação específica e orientada de trabalhadores, empregados ou não, visando elevar o patamar de produtividade das empresas e viabilizar negócios que carecem de mão de obra qualificada.



1. Principais atividades e resultados

Fundo a Fundo no FAT

Primeiras adesões de estados e municípios à transferência fundo a fundo de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para gestão e manutenção da Rede de Atendimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE).

Primeiro Contrato de Impacto Social para Qualificação Profissional

Após um processo de contratação bastante inovador, foi assinado o primeiro contrato para qualificação profissional de 800 jovens trabalhadores, no qual a remuneração do fornecedor está vinculada ao alcance de metas de empregabilidade dos egressos da qualificação.

Vouchers Empresariais

No âmbito da Estratégia Nacional de Qualificação para a Produtividade e o Emprego, foram assinados os acordos de cooperação técnica com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para implantação do sistema de vouchers empresariais.

Estratégia Nacional de Qualificação para Produtividade e Emprego

Em 11 de novembro de 2019, foi publicado o *Decreto nº 10.110, de 11 de novembro de 2019*, que instituiu a nova estratégia do Ministério da Economia para promover a qualificação profissional visando ao aumento da produtividade e da empregabilidade.

2. Inovações e melhorias implementadas

Foi publicado o *Decreto nº 10.110, de 11 de novembro de 2019*, que instituiu a nova estratégia do Ministério da Economia para promover a qualificação profissional visando ao aumento da produtividade e da empregabilidade. A nova estratégia pretende, principalmente, resolver o déficit de alinhamento entre a oferta e a demanda de cursos de qualificação profissional, colocando o setor produtivo empregador no centro do processo.

Uma das principais ações é a concessão de vouchers aos empregadores para pagar cursos no âmbito do acordo de gratuidade entre o governo federal e o Sistema S (SENAI e SEBRAE). Estima-se que a parceria alcance aproximadamente:

1 milhão de matrículas de março de 2020 até 2022, no caso do **SENAI**, e

400 mil de matrículas de março de 2020 até 2022, no caso do **SEBRAE**.

Deste modo, espera-se promover maior empregabilidade do trabalhador e mais produtividade das empresas. Os vouchers, de forma inédita, aproximarão os empregadores da

formação dos colaboradores.

Outra ação importante é a contratação de fornecedores privados de serviços de qualificação profissional, cuja remuneração estará vinculada ao alcance de metas preestabelecidas. Dentre os principais benefícios que essa medida estão o aumento do emprego para os jovens que serão qualificados e a mudança de paradigmas quanto à forma como a Administração Pública usualmente contrata seus serviços. Essa inovação pode inspirar outras iniciativas que vinculem o pagamento ao alcance de resultados efetivos.

Já a transferência fundo a fundo do FAT é uma medida que traz maior visibilidade e clareza sobre os recursos transferidos ao fundo por estados e municípios, sendo os recursos destinados para a gestão e manutenção da Rede de Atendimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE). A adesão de Estados e Municípios à transferência fundo a fundo no âmbito do SINE significa a retomada da parceria entre a União e estados e municípios para o financiamento dos serviços oferecidos especialmente para a manutenção e funcionamento de sua rede de atendimento, que compreende cerca de 1.400 unidades no Brasil. É uma entrega importante em

um momento em que as taxas de desemprego ainda se encontram elevadas, demandando, portanto, uma atuação mais efetiva para promover a (re)colocação de trabalhadores no mercado de trabalho. Até maio de 2019, a União trabalhava em parceria com estados e municípios, por meio de convênios, para oferecer à sociedade os serviços do SINE:

- a)** intermediação de mão de obra;
- b)** orientação profissional;
- c)** encaminhamento para a qualificação profissional e
- d)** concessão do benefício do seguro-desemprego.

Esses convênios foram encerrados por determinação legal e substituídos pela sistemática de transferências fundo a fundo.

3. Desafios e riscos

Os principais desafios ou riscos envolvidos nas novas iniciativas de desenvolvimento do capital humano residem no desempenho da própria economia, na ausência de um marco normativo específico que alicerce as contratações de qualificação profissional vinculadas à performance e na ausência de contratos de gestão com as entidades do Sistema S que propiciem uma abrangência maior e mais exaustiva dos compromissos de gestão. Questões orçamentárias, decorrentes da situação fiscal e da imprevisibilidade dos contingenciamentos e descongestionamentos também podem afetar a estratégia de qualificação.

Capítulo

5

**Conformidade e
eficiência da
Gestão**

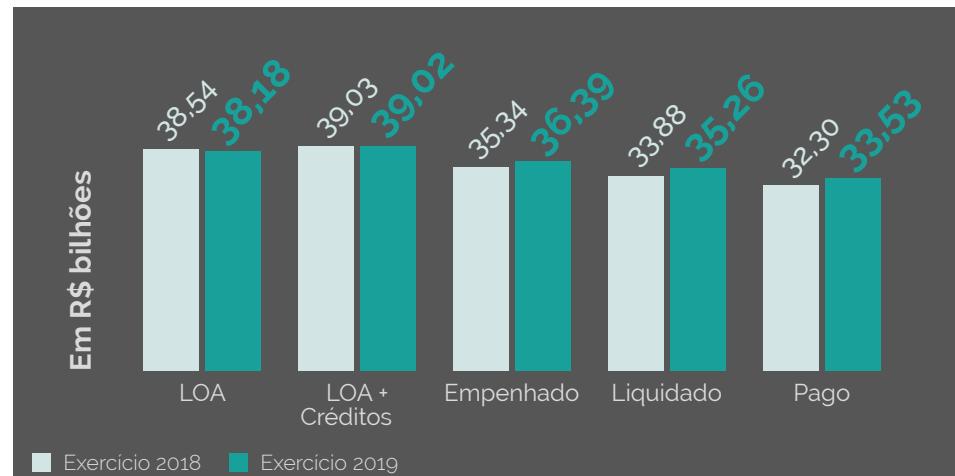
1 Gestão Orçamentária e Financeira

Execução Lei Orçamentária Anual (LOA 2019) 01

Em 2019, o Ministério da Economia foi criado, por meio da Medida Provisória nº 870, de 1 de janeiro, convertida na Lei 13.844, de 18 de junho, resultado da transformação das estruturas dos extintos Ministério da Fazenda, Ministério do Trabalho, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, que passaram a integrar esse novo Ministério.

A Lei Orçamentária Anual (LOA 2019) consignou ao Ministério da Economia – Administração Direta uma dotação de R\$ 38,18 bilhões. No decorrer do exercício houve uma suplementação de R\$ 831 milhões, fixando como montante final o valor de 39 bilhões. Do total autorizado, o valor empenhado representou 93% do limite disponível, já os valores pagos representaram 92% dos valores empenhados.

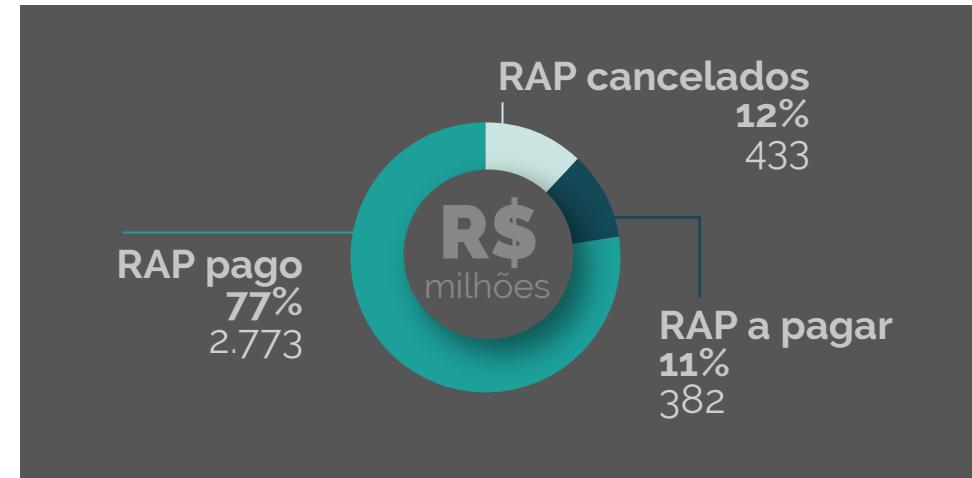
Esse desempenho quando comparado ao ano anterior, conforme gráfico abaixo explicita que as dotações disponibilizadas se mantiveram estáveis. Já a performance da execução das dotações, as despesas empenhadas e pagas aumentaram 3% e 4%, respectivamente.



Fonte: SIAFI - 29/01/2020

Execução dos Restos a Pagar - RAP (Exercício 2019) 02

Restos a pagar - RAP



Fonte: SIAFI - 29/01/2020

Ressalte-se que cerca de 98% dos restos a pagar processados e 60% dos restos a pagar não processados, ou seja, 77% dos valores inscritos em RAP foram efetivamente pagos no exercício de 2019, totalizando R\$ 2.773 milhões.

É oportuno destacar que em face da publicação do Decreto nº 9.428, de 28 de junho de 2018, que estabelece que os restos a pagar não processados desbloqueados têm o prazo máximo de um ano e meio, após seu desbloqueio, para serem liquidados, foram cancelados, em 2019, 21,62% do montante dos restos a pagar não processados.

Execução do Orçamento por Elemento de Despesa 03

Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios

No que se refere às despesas com pessoal e encargos sociais, o montante pago foi de R\$ 30 bilhões, sendo que em termos percentuais, as despesas com pessoal ativo representam 30%, aposentadoria e pensões 42% e as demais despesas desse grupo equivalem a 28% em 2019.

Investimento

Em relação a execução das despesas com aquisição de software, planejamento e execução de obras e para a aquisição de equipamentos e material permanente, entre outros investimentos, destaca-se os recursos destinados a gestão dos sistemas Informatizados da Secretaria Especial da Receita Federal (RFB) e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), bem como dos valores destinados a gestão dos sistemas informatizados de administração financeira e contábil que foram responsáveis aproximadamente por 65% dos investimentos em tecnologia da informação e comunicação da Administração Direta.

Aproximadamente 58% (R\$ 12 milhões) foram destinados para o fortalecimento institucional da RFB.

Custeio

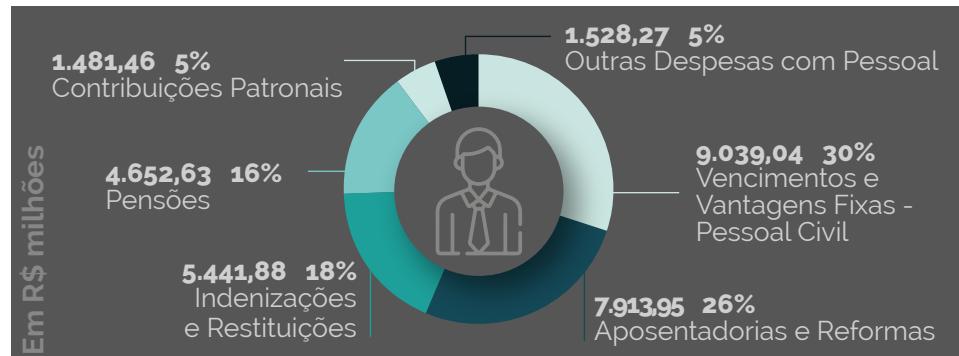
No âmbito das despesas de custeio, o maior dispêndio se deu com a manutenção dos serviços de tecnologia da informação e comunicação que envolve despesas com a manutenção de software, hospedagem de sistemas e dados, serviços de telefonia, serviços técnicos profissionais.

Desses recursos, em torno de 60% foram utilizados para a Gestão dos Sistemas Informatizados da RFB e do CARF, seguidos de despesas com energia elétrica, água, serviços de locação de imóveis entre outras classificadas como Outros Serviços de Terceiros. As despesas com terceirizados, ou seja, locação de mão de obra realizada por meio da contratação de pessoas jurídicas que prestam serviços como limpeza, higiene e vigilância foram destinados aproximadamente 8% dos recursos.

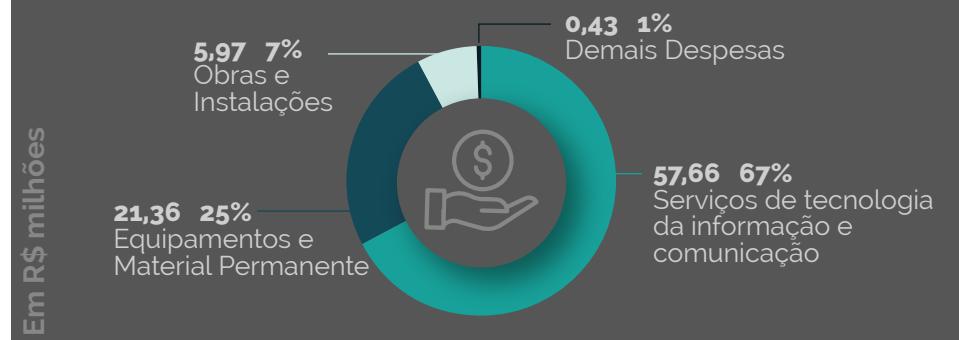
Destaca-se que, em relação a 2018, a criação do Ministério da Economia proporcionou um redução de 10% da dotação orçamentária destinada ao custeio das despesas discricionárias, além da redução de 13,88% nas despesas empenhadas e 3,06% no carregamento de restos a pagar.

Fonte: SIAFI - 29/01/2020

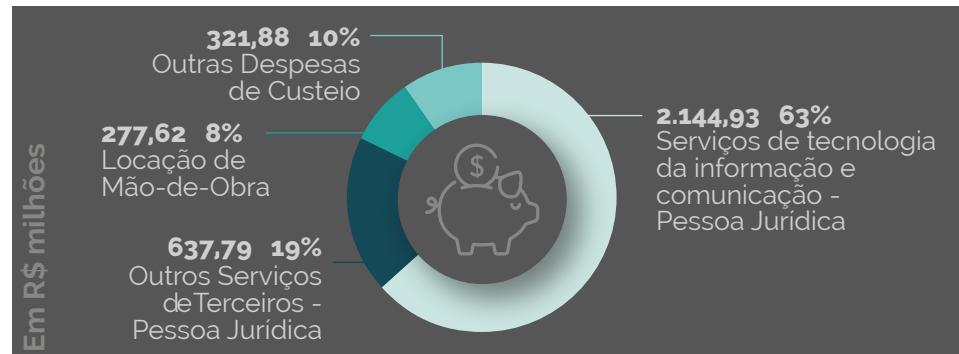
Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios



Investimento



Custeio



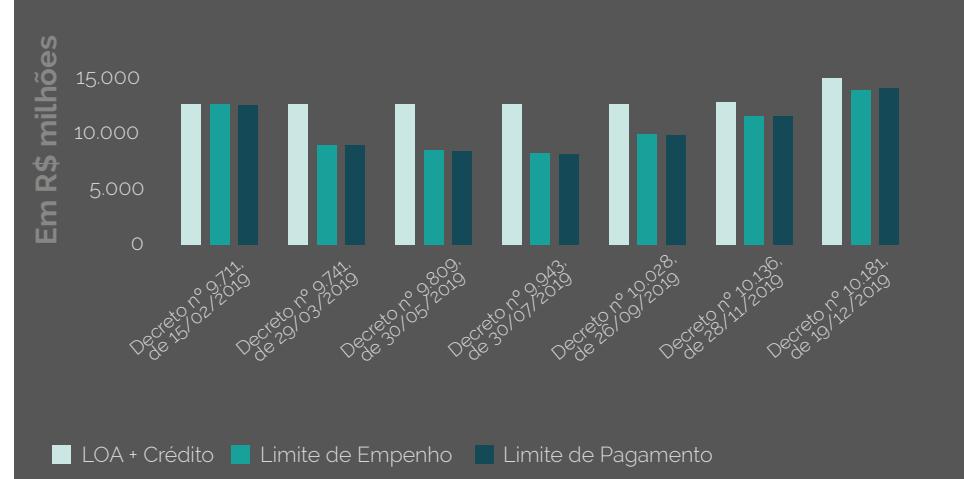
Contingenciamento de despesas

O gráfico abaixo explicita o Limite de Movimentação e Empenho – LME e o Limite de Pagamento – LP estabelecidos para cobertura de despesas do ME e, em consequência, o contingenciamento, resultante da diferença entre a dotação mais os créditos adicionais e o LME.

Releva destacar que o Decreto nº 9.741/2019 reduziu em aproximadamente 29% o LME e o LP fixados pelo Decreto nº 9.711/2019, sendo que o Decreto nº 9.943/2019 aumentou o contingenciamento para cerca de 35% da dotação aprovada na LOA 2019, no final do mês de julho daquele ano.

Em consequência dos sucessivos decretos reduzindo o LME e LP, o ME editou e publicou, em agosto de 2019, a Portaria nº 424, suspendendo novas contratações, limitando a realização de despesas e implementando outras medidas necessárias para a racionalização dos gastos e a consequente redução de despesas, adequando-as aos normativos orçamentários vigentes.

É oportuno ressaltar a suma importância da mencionada Portaria, que foi revogada em 18 de dezembro de 2019 por meio da Portaria nº 661, ao possibilitar ao ME o desenvolvimento de suas atividades essenciais.



Fonte: SIAFI - 29/01/2020

Execução das Despesas Discricionárias no PPA

No que tange ao cumprimento da missão institucional do Ministério da Economia, se destaca no âmbito do PPA, o Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Economia, que responde por 84.56 % dos recursos destinados no Plano Plurianual, seguido do Programa de Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional, com 15.39% no âmbito dos Programas temáticos.

Cabe destacar que no âmbito do Programa de Gestão e Manutenção são executadas as ações que dão suporte à a atuação governamental e nos Programas Temáticos são executadas aquelas ações que visam entregar bens e serviços a sociedade por meio das políticas públicas organizadas por temas. A distribuição dos recursos pagos em 2019 no âmbito do Ministério da Economia – Administração Direta se deu no âmbito de 7 Programas Temáticos, envolvendo e 16 objetivos.

Programas PPA



Fonte: SIAFI - 29/01/2020

Serviços da Dívida Pública 04

O gráfico registra que a Dívida Interna consumiu, em 2019, 94% dos pagamentos da Dívida Pública brasileira, apresentando o seguinte desempenho: a) R\$ 244,70 bilhões para quitação de principal; b) R\$ 268,18 bilhões para pagamento de juros e encargos e, c) R\$ 462,26 bilhões para gastos com refinanciamento.

Em que pese a magnitude dos dados de 2019, os serviços da dívida foram reduzidos em 2.47% (R\$ 26,20 bilhões) em relação ao exercício de 2018. O refinanciamento da dívida externa, por sua vez, cresceu 1052%, passando de R\$ 553 milhões para R\$ 6.37 bilhões.

Por outro lado, a cobertura do resultado negativo do BACEN foi reduzido em 57%, em virtude da variação cambial.



Distribuição dos valores pagos dos serviços da Dívida Pública Federal



Fonte: SIAFI – 29/01/2020

Transferências Constitucionais e Legais Inversões Financeiras e Subvenções Econômicas

Transferências Constitucionais e Legais - A repartição de receitas entre Estados, Distrito Federal e Municípios superou em aproximadamente 7,3% as transferências realizadas em 2018, alcançando a cifra de R\$ 216,09 bilhões.

Inversões Financeiras e Subvenções Econômicas - Destacam-se as subvenções econômicas, com o quesito equalização de taxas de juros por apuração semestral, que apesar do desembolso de R\$ 10,63 bilhões, foi reduzido em 27,13%, face à redução das taxas de juros (SELIC, TJLP, Rendimento da Poupança).

Cabe destacar que a Subvenção no âmbito do Programa PSI sofreu redução inicial pelo Congresso Nacional, e recomposta por meio de crédito suplementar.

A metodologia das subvenções, em virtude de pagamento inscritos em rap, explicam o valor pago em cada exercício significativamente inferior ao valor empenhado. No entanto, no Proex (0267 e 0A84) a redução deve -se à baixa procura pelos bancos financiadores, além de reprogramação da execução de operações para o próximo exercício.

Desempenho

Com a criação do Ministério da Economia foi realizado um esforço para unificar os processos das estruturas extintas, sem a paralisação das atividades. Nesse sentido foram envidados esforços para que todas as atividades relacionadas com orçamento e finanças fossem realizadas com êxito. Destaca-se no ano a realização das fases qualitativa e quantitativa do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020, além da participação na elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2020 – 2023.

Desafios:

- Aperfeiçoar e mapear os processos de gestão orçamentária e financeira.
- Aperfeiçoar as ferramentas de controle e transparência do orçamento.
- Aprimorar o alinhamento entre o Planejamento Estratégico, PPA e Orçamento.
- Racionalizar o uso dos recursos de forma a dar maior efetividade aos recursos discricionários.

Ações futuras:

- Implementar modelo de gestão do orçamento e financeiro do ME visando a racionalização do gasto.
- Implantar painel de informações sobre a gestão orçamentária, financeira do ME.
- Avançar em conjunto com outras áreas nas ações do Projeto Unifica visando a redução das despesas com a unificação dos espaços das Superintendências Regionais de Administração, Gerencias Regionais de Administração e Superintendências Regionais do Trabalho.
- Elaborar cadastro de ações adequado com a nova realidade do ME implantada em 2019.
- Implantar ferramenta para controle e solicitações orçamentárias.

2 Gestão de Pessoas

Conformidade Legal

Legislação Aplicada

Em virtude da fusão dos quatro ministérios, para que o órgão tivesse governança em gestão de pessoas, foram editados diversos atos delegando competências e redefinindo fluxos e procedimentos na demanda de gestão de pessoas. Além disso, para assegurar conformidade legal nos atos praticados, este ministério observa todas as normas aplicáveis à gestão de pessoas principalmente as orientações da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP), órgão central do Sipec.



01 Emenda Constitucional
02 Medida Provisória
05 Instrução Normativa
06 Norma de Execução

05 Lei
09 Decreto
38 Portaria

Aliado a isso, por meio de informações extraídas do Siape, são realizadas auditorias preventivas periodicamente, de forma a corrigir eventuais inconsistências. Por fim, acompanhamos as diligências e apontamentos dos órgãos de controle (TCU e CGU) e cuidamos para que seja dado o devido atendimento pelas unidades integrantes dos órgãos seccionais do Sipec deste ministério.

Apontamentos dos Órgãos de Controle

Demandas	Atendidas em 2019
Acórdãos TCU	12
Demandas TCU	52
Demandas Corregedoria	13
Atos e-Pessoal	559
Indícios e-Pessoal	308
Demandas CGU	6

Fonte: DGP

Visando atender o princípio da publicidade, os atos internos deste ministério são publicados diariamente no boletim eletrônico de pessoal e serviço, **e-BPS**.



369
SIC **141**
Ouvidoria **28**
SeCI

Além das demandas dos órgãos de controle, foram atendidas **369** demandas de acesso à informação, **141** manifestações de Ouvidoria, e **28** análises de conflito de interesses.

Indicadores de Conformidade

A conformidade nos processos de gestão de pessoas é realizada por meio dos seguintes indicadores:

- Acompanhamento dos processos instruídos a título de reposição ao erário;
- Acompanhamento de concessões, licenças e benefícios;
- Controle e acompanhamento dos recolhimentos e registros das obrigações sociais;
- Aferição de critérios para ocupação de Cargos e Funções;
- Atendimento das demandas de órgão de controle;
- Perícias médicas e reavaliações;
- Controle do teto constitucional;
- Controle e registro de informações no sistema e-Pessoal;
- Entrega das declarações de bens e renda;

O acompanhamento regular dos indicadores e da folha de pagamento revelam que no exercício de 2019, foram descontados R\$ 56 milhões, em respeito ao teto constitucional e aproximadamente 13 milhões em procedimento de reposição ao erário em valores recebidos indevidamente, mostrando efetividade no controle dos recursos públicos alocados para custeio da folha de pagamento.

R\$56 milhões
Abate teto



R\$13 milhões
Reposição ao Erário

Aferição de Critérios

Em 2019 foi editado o [Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019](#) que estabeleceu os critérios, o perfil profissional e os procedimentos gerais a serem observados para a ocupação dos cargos e funções de confiança. Este Ministério aferiu os critérios de todos os servidores ocupantes de DAS/FCPE e detectou que todos servidores atendiam os critérios estabelecidos para os cargos efetivamente ocupados.

Além disso, a Diretoria de Gestão de Pessoas acompanha todos os procedimentos de designação/nomeação para garantir que os postulantes ao cargos atendam os requisitos necessários, no ato da nomeação.

Avaliação da Força de Trabalho

Reforma Administrativa

Após a entrada em vigor do Decreto nº 9.769/2019, o Ministério da Economia realizou a unificação do quadro de pessoal dos extintos ministério. Operacionalizado no período de 2 a 10 de fevereiro de 2019, a reforma administrativa movimentou 108.083 (cento e oito mil e oitenta e três) vidas, entre servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Ação Desenvolvida	Resumo da Ação	QT de Servidores
Reforma Administrativa	Fusão dos extintos MF, MP, MDIC e MTB, na estrutura do ME	108.083
Transferência de Inativos	Centralização dos Inativos do ME (Decreto 9.498/2018)	7.099
Redistribuição - Ministério da Cidadania	Servidores da Subsecretaria de Economia Solidária	22
Redistribuição – CRPS	Servidores do Conselho de Recursos da Previdência Social	292
Redistribuição – ENAP	Servidores da extinta ESAF	208
Redistribuição – INSS	Servidores da Carreira de Perito Médico Federal (MP nº 871/2019)	4.132

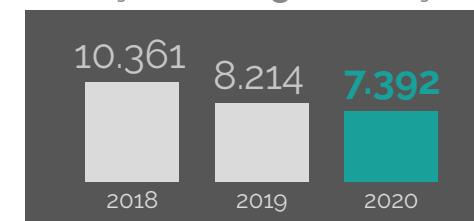
Fonte: DGP

Quadro de cargos e funções

Devido a reforma administrativa, atualmente o Ministério da Economia possui uma estrutura 30% menor se comparada à soma das estruturas dos extintos Ministérios.

NOTA: O valor de 2018 é a soma do quadro de cargos e funções dos extintos MTb, MF, MDIC e MPDG.

Evolução de Cargos e Funções



Fonte: DGP



Fonte: SIAPE

Força de Trabalho

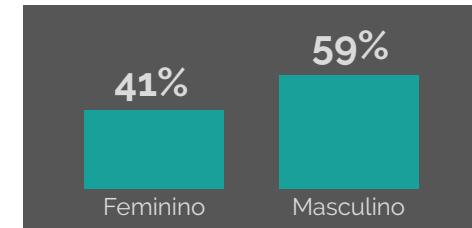
Se comparada à força de trabalho dos extintos ministérios, o Ministério da Economia sofre uma redução de 13% da força de trabalho, o que representa 6 mil agentes públicos.

NOTA: estagiários não foram considerados

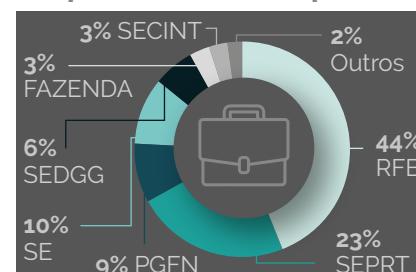


Faixa etária (anos)	%
De 26 a 35	10%
De 36 a 45	27%
Acima de 45	63%

Por Gênero



Contagem da Força de Trabalho por Secretaria Especial



Situação Funcional



Progressão Funcional

No exercício de 2019, a DGP assegurou a evolução funcional de 8.344 servidores, de acordo com os critérios legais estabelecidos para o desenvolvimento em cada plano de cargo/carreira, considerando fatores como antiguidade, merecimento e qualificação profissional.

Gestão do Programa de Estágio Curricular

Condutor da política de estágio no País, em 2019 o órgão contou com a colaboração de 7.552 estudantes de nível médio e superior. Desse total, o perfil que prevaleceu foi o de estudante com idade média de 22 anos e jornada de 20 horas semanais. O Sudeste e o Nordeste foram as regiões que mais contrataram.

Valores da Bolsa Estágio

	20 horas semanais	30 horas semanais
Escolaridade	R\$ 486,05	R\$ 694,36
Nível Médio	R\$ 787,98	R\$ 1.125,69
Nível Superior na modalidade Graduação	R\$ 1.165,65	R\$ 1.665,22
Total		

Valor da diária do Auxílio-Transporte: R\$ 10,00

Fonte: COCRT/CGDEP

Avaliação de Desempenho

O Sistema AvaliaME passou a ser utilizado para medir a performance dos servidores no exercício das competências institucionais, permitindo, inclusive, a elaboração de Plano de Trabalho, em que todos os membros possam ser avaliados quanto aos resultados institucionais. No total foram avaliados 13.518 servidores e disponibilizadas 347 vagas de gratificação de qualificação (GQ).

Gratificação de Desempenho	Nº de Servidores
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE)	1.815
Atividade Fazendária (GDAFAZ)	5.570
Atividade Técnica de Planejamento (GDATP)	12
Atividades Médicas (GDM-PGPE), (GDM-PECFAZ) e (GDM-PST)	32
Atividade de Cargos Específicos (GDACE)	249
Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (GDPST)	3.929
Atividade em Políticas Sociais (GDAPS)	42
Atividade em Infraestrutura (GDAIE)	742
Atividade do Seguro Social (GDASS)	1.137
Total	13.518

Fonte: CODEP/CGDEP

Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

Seleção e Recrutamento de Pessoas

No 2º semestre do ano de 2019, foram analisadas quarenta (40) minutas de editais de seleção interna, por meio de procedimentos de recrutamento e seleção que foram aprimorados ao longo do ano. O modelo de seleção e recrutamento desenvolvido visa a eficácia e a ocupação de cargos comissionados de modo a valorizar os profissionais que atuam no serviço público. Após a publicação da nova Estrutura Regimental do Ministério, com o Decreto nº 10.072, o órgão também publicou a descrição dos perfis profissionais desejáveis para ocupação de cada cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior (DAS) ou Função Comissionada do Poder Executivo (FCPE), de níveis 5 e 6. Desse modo, o ME tornou mais transparente o processo de seleção de ocupantes do Cargos em Comissão e das Funções de Confiança.

Concurso Público

O [Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019](#), tornou mais rígidas as regras para a elaboração de proposta de solicitação de concurso público. Para atender as regras do normativo, o ME deu início ao mapeamento de macroprocessos e processos organizacionais, a fim de dimensionar as necessidades do órgão, que concentra 37 áreas de competência.

Detalhamento da Despesa de Pessoal

Evolução dos gastos com pessoal

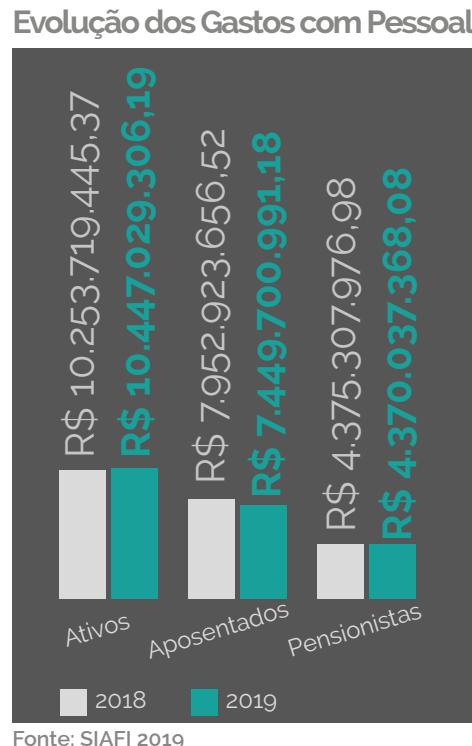
Os dados indicam redução nas despesas com aposentados e beneficiários de pensão civil. Por sua vez, o custo com a folha de pagamento de servidores ativos aumentou 1,89% em relação a 2018.

Folha de Pagamento

As despesas com pessoal do Ministério da Economia somaram R\$ 22,267 bilhões. Houve uma redução de R\$ 315 milhões em relação às despesas do exercício 2018 registradas pelos extintos MF, MPDG, MDIC e Mtb, conforme gráfico a seguir:



Capítulo 3 - Conformidade e Eficiência da Gestão



Comparativo Global - 2018 x 2019



Qualidade de vida e desenvolvimento de pessoas

Promoção da saúde e qualidade de vida

Foram realizadas ações contínuas para a promoção da saúde e do bem-estar dos servidores, como campanhas de conscientização e prevenção de doenças, e atividades como ginástica laboral, meditação, aulas de violão, dentre outras ações culturais. Uma das ações de destaque foi a Semana do Servidor, que promoveu a integração e o sentimento de pertencimento dos servidores do novo Ministério, por meio de palestras, ações de saúde e de apresentações feitas pelos servidores. Além disso, o ME promoveu a "1ª Corrida do Ministério da Economia", que reuniu 1.500 participantes e arrecadou 3 toneladas de alimentos que foram doados para entidades filantrópicas. Os servidores também foram convocados para realizar os Exames Médicos Periódicos, por meio de convênio firmado com a Geap Saúde. A iniciativa tem como propósito prevenir doenças e melhorar a qualidade de vida dos servidores.

Capacitação

Em maio de 2019 foi lançado o Aplicativo Desenvolva, com o objetivo de aproximar o servidor de ações de capacitação de qualidade adequadas ao contexto do serviço público, com foco principalmente na capacitação gerencial dos perfis de liderança e de alta gestão do Ministério. No app, a DGP divulga ações de desenvolvimento promovidas pelo órgão, por escolas de Governo ou mesmo por outros órgãos.

Incentivo à Profissionalização (Graduação, Especialização, Mestrado, Doutorado e Cursos de Idiomas)

PGFN	21			
RFB	856			
SGC	29			
SIT	0			
STN	7			
Unidade	Horas	Custo R\$	Liderança/gerencial	Total de Capacitados
PGFN	55.520	3.133.964,01	1.260	3.475
RFB	488.978	19.910.355,70	391	36.939
SGC	32.239	1.400.737,45	669	1.651
SIT	46.142	1.752.882,88	121	1.688
STN	12.654	554.369,79	116	390

Fonte: SIAFI 2019

Índice de Evasão de Servidores

Liberação dos Servidores a Outros Órgãos

182 remoções em 2019 (apenas movimentações internas que ensejaram em publicação de ato de movimentação).

- 696 servidores/empregados de outros órgãos para o ME
- 1.563 servidores cedidos do ME para outros órgãos

Principais Desafios e Ações Futuras

A unificação exigiu da gestão do órgão o gerenciamento adequado do quadro diversificado de servidores, que contempla diversos cargos e carreiras, bem como a necessidade de padronização do fluxo do trabalho.

Observou-se também o significativo volume de evasão do quadro de servidores devido a aposentadorias, requisições, e cessões, o que gerou um déficit de servidores que demanda a realocação de atividades. Nesse contexto, o ME tem como estratégia o investimento em capacitação e a ampliação do uso das tecnologias de simplificação e desburocratização, a fim de alocar as pessoas de forma eficiente, transformar os processos de trabalhos e entregar produtos de qualidade.

3 Gestão de Licitações e Contratos

990
contratações diretas

194
pregões realizados

145
outras modalidades

98
unidades contratantes do Ministério

R\$ 1.100.912.638,52

Total de pagamentos em contratações com funcionamento administrativo em 2019 do Ministério da Economia:

Fonte: SIAFI

Detalhamento dos Gastos com Funcionamento Administrativo	
Objeto	R\$
Locação de imóveis	R\$ 114.856.535,77
Energia e Água	R\$ 103.879.714,54
Apoio técnico administrativo/secretariado	R\$ 235.715.708,00
Vigilância e brigada	R\$ 180.865.033,04
Limpeza	R\$ 91.617.558,89
Manutenção de bens móveis e imóveis	R\$ 86.014.119,02
Locação de máquinas	R\$ 5.003.737,37
Diárias e passagens	R\$ 26.584.850,39
Outros (telecomunicações, material de consumo, demais serviços)	R\$ 256.375.381,50
Total	R\$ 1.100.912.638,52*

*Valor empenhado. O valor efetivamente pago é de R\$912.998.122,70 até 23/01/2020

Principais tipos de contratações diretas

Finalidade	Objeto	Valor
Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe)	Contrato 03/2019 - Serviços especializados de Tecnologia da Informação (TI) (Dispensa 02/2019 - UASG: 201004)	R\$ 103.182.970,00
Serviços de remessa de correspondência	Contrato 15/2019 - Prestação pelos Correios ECT, de serviços e venda de produtos, tipos: Encomendas Nacionais, Aquisição de Produtos e-cartas, Cedo, Mala Direta Básica, que atendam as necessidades da Contratante (Inexigibilidade 21/2019 - UASG: 170607)	R\$ 22.297.120,91
Prestação de serviços de pagamentos no DF	Contrato 13/2019 - contratação da Caixa Econômica Federal (CAIXA), para prestação de serviços de execução operacional e atividades conexas destinadas à prestação do serviço de pagamento do benefício do Seguro-Desemprego (Inexigibilidade 23/2019 - UASG: 170607)	R\$ 116.285.316,35





Contratações mais relevantes

Destacam-se contratações de apoio administrativo, secretariado, vigilância, visto que se tornaram contratos de grande vulto, dado o tamanho que o órgão adquiriu após a reforma administrativa.

Justificativas referentes às contratações

As contratações se devem especialmente por dois motivos. O primeiro é a reforma administrativa decretada, visto que foram necessárias ações de unificação e reestruturação das pastas dos extintos Ministérios fundidos no ME. O segundo, por consequência, é garantir que as contratações possibilitem o adequado funcionamento logístico do órgão em todo o país.

Conformidade legal

- [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#)
- [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#)
- [Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005](#)

Desafios, fraquezas e principais riscos enfrentados em gestão de licitações contratos

- a)** o gerenciamento processual dos contratos oriundos dos 4 órgãos extintos;
- b)** a busca e unificação dos dados;
- c)** a inserção dos processos físicos no SEI;
- d)** o estabelecimento dos normativos, estrutura e padrões; e
- e)** a gestão com a equipe distribuída em diversos prédios e lugares diferentes.



4 Gestão Patrimonial e de Infraestrutura

Total de investimentos
R\$ 30.945.599,60

Equipamentos
R\$ 22.908.004,40

Obras e instalações
R\$ 8.037.595,20



Desfazimento de ativos e desmobilizações

Quantidade de processos	112
Valor	R\$ 19.125.301,7

Administração predial

Valor gasto com manutenção predial	R\$ 71.042.482,60
Quantidade de prédios geridos	639

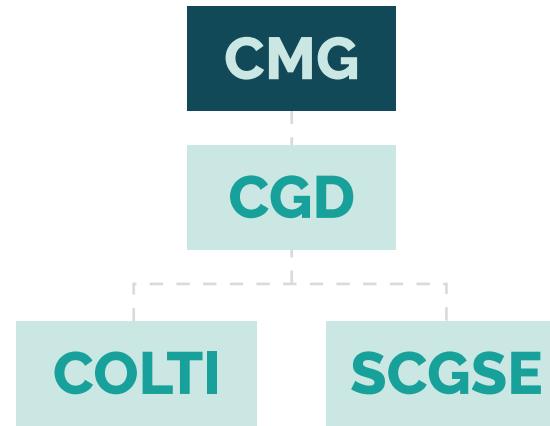
Locações

Quantidade de imóveis locados	247
Valor gasto com locação de imóveis	R\$ 114.856.535,77
Valor gasto com locação de equipamentos	R\$ 5.003.737,37

Desafios, fraquezas e principais riscos enfrentados em gestão de licitações contratos

- a) Enorme quantidade de prédios sob gestão;
- b) Falta de pessoal para a gestão dos imóveis;
- c) Falta de espaço físico para armazenamento de bens; e
- d) Falta de pessoal para a gestão patrimonial.

5 Gestão de Tecnologia da Informação



O **Modelo de governança de TI** do ME tem como principal instância o Comitê de Governança Digital (CGD), vinculado ao Comitê Ministerial de Governança (CMG). O CGD é presidido pelo Secretário-Executivo e composto por representantes do Gabinete do Ministro, os Secretários Especiais Adjuntos, a Subprocuradora-Geral da Fazenda Nacional, a Secretaria de Gestão Corporativa e o Diretor de Tecnologia da Informação. Com o objetivo de dar suporte às ações do CGD, foram criados o Colégio de Líderes de TI (COLTI), formado pelos titulares das unidades de TI do ME, e o Subcomitê Gestor dos Sistemas Estruturantes (SCGSE).

A atual estrutura de governança permite a construção coletiva das políticas e diretrizes ministeriais relativas à TI. Dentre os instrumentos aprovados pelo CGD, com duas reuniões realizadas em 2019, destaca-se a Estratégia Integrada de Tecnologia da Informação, que norteará as ações de TI até 2022, e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI/ME), além de critérios de priorização.

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TI, o Ministério da Economia observa e aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal.

Contratações mais relevantes de recursos de TI

Os principais contratos são os firmados com as empresas públicas SERPRO e DATAPREV, que totalizam cerca de 3 bilhões de reais e estão voltadas para a sustentação de sistemas utilizados por cidadãos, empresas e governo, para a prestação de serviços e para a sustentação de infraestrutura de dados e comunicação.

Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)	
Nº	Valor em R\$ milhões
19/2018	1.556,62
43/2019	595,64
07/2018	187,80
19/2017	144,63
03/2019	103,18
72/2017	65,12
04/2019	30,90

Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev)	
Nº	Valor em R\$ milhões
02/2018	171,70
06/2018	159,23
18/2018	15,81

Consórcio Serpro e Dataprev	
Nº	Valor em R\$ milhões
69/2017	23,91

Montante de recursos aplicados em TI

Montante de Recursos Aplicados em TI (R\$ milhões)		
Grupo Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas
	2019	2019
Investimento	211.85	57,66
Custeio	2.845,98	2.297,50
Total	3.057,83	2.355,17

Fonte: SIOP (Elemento de Despesa 40 - Direta e FAT)



Cadeia de Valor	Principais iniciativas na área de TI	Principais resultados (benefícios e impactos)
Gestão Fiscal	BigData - ambiente de análise de dados da PGFN	Geração de conhecimento para melhoria da eficácia dos ajuizamentos e da eficiência da arrecadação; Maior controle dos créditos inscritos; Aumento da economicidade do processo de inscrição e ajuizamento
	Evolução dos sistemas de atendimento ao contribuinte	Melhoria no acesso à informação da dívida (Facilitação da forma de pagamento e do parcelamento da dívida)
	Portal Regularize da PGFN	Reestruturação do sistema e-CAC - simplificação, facilidade de acesso
	Evolução do Sistema de Informação das Estatais (SIEST) e de seus painéis digitais	Aprimoramento na transparência da informação, na classificação e na avaliação das empresas estatais
	Melhorias no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)	Atendimento aos requisitos legais e de negócio do processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para garantia de processos confiáveis de elaboração e tramitação de alterações orçamentárias e de gestão do orçamento impositivo (emendas parlamentares individuais de execução obrigatória)
	Simplificação e modernização do eSocial	Facilitação no envio de informações pelas empresas, servindo de base para implementação do novo leiaute em 2020
	Painel de Contribuintes Ativos	Transparência e clareza dos contribuintes de ICMS para o público externo
Gestão da Infraestrutura	Visualização Integrada das Dívidas da União, dos Estados e dos Municípios que visou o acesso público às informações referentes às dívidas públicas interna e externa	Disponibilizar para o público as informações referentes aos limites de endividamento, de operações de crédito e concessão de garantias; disponibilizar a visão dos Precatórios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; simplificar a prestação de informações referentes às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas
	Plataforma de Gerenciamento de Infraestrutura (PGI)	Centralização e integração de todos os sistemas de gerenciamento de infraestrutura, proporcionando uma visão consolidada e centralizada das operações de TI, facilitando a tomada de decisões e a implementação de melhorias.

Cadeia de Valor	Principais iniciativas na área de TI	Principais resultados (benefícios e impactos)
Melhoria da Governança e da Gestão Pública	Digitalização de serviços públicos, totalizando mais de 500 serviços digitalizados em 2019	Mais de 500 serviços digitalizados em 2019 (média de 1,5 serviço por dia), ensejando economia anual estimada de R\$ 345 milhões para o Governo e R\$ 1,4 bilhão para sociedade, conforme metodologia definida pela Secretaria de Governo Digital (SGD)
	Novo modelo de contratação centralizada da API do CPF (dados cadastrais)	Redução da consulta de CPF, passando de R\$ 0,34/cpf consultado para R\$ 0,005/CPF consultado
	Lançamento do Login Único	Facilitação de autenticação digital de mais de 22 milhões de brasileiros já cadastrados
	Evoluçãoções do Projeto Sigepe	Automatização, simplificação e otimização de processos de trabalho em gestão de pessoas, viabilizando economia com realocação de servidores, redução de erros/fraudes, bem como disponibilização da Carteira Funcional Digital
	Atualização da API de Compras Governamentais	Otimização da disponibilização mensal das informações de Compras Governamentais para a sociedade (transparência)
	Lançamento do Siconfi Gerencial	Disponibilização de informações financeiras, contábeis e fiscais dos entes subnacionais com maior facilidade, consistência e de forma mais inteligível
	Lançamento do Barramento de serviços do PEN	Infraestrutura centralizada que permite aos órgãos usuários do SEI enviar processos ou documentos administrativos digitais de uns para os outros de maneira segura e com confiabilidade de entrega; atualmente, já implantado em mais de 30 órgãos
	Evolução do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)	Evoluçãoções diversas visando atendimento às necessidades das áreas de gestão de pessoas, obrigações legais e atendimento de recomendações de órgãos de controle, além da migração de diversas transações para nova interface com padrão Web
	Lançamento da plataforma PagTesouro	Nova plataforma para pagamento de serviços públicos através de novos meios digitais, com maior facilidade para o usuário, melhor controle pelo gestor público do que é arrecadado e resposta em tempo real sobre a efetividade das transações; além disso, promoveu-se a atualização normativa para contemplar o contexto tecnológico de meios de pagamentos atuais
	Adoção de soluções de atendimento automatizado (chatbots) para diversos serviços	Disponibilização de novos canais de atendimento simples e automatizados, por meio da implementação dos chatbots "Jaque" (Siconfi), "Isis" (Plataforma +Brasil), "Lia" (ComprasNet) e "Diva" (SCDP)
	Lançamento do aplicativo da Carteira de Trabalho Digital (CTPS Digital)	Maior comodidade para o trabalhador, reduzindo os custos e a burocracia, além de prover informação mais confiável
	Evoluçãoções na Plataforma +BRASIL (antigo SICONV)	Plataforma Web, de âmbito nacional, com potencial para integrar diversos sistemas, de forma a garantir o acompanhamento da execução das políticas públicas efetivadas pelas mais diversas modalidades de transferências de recursos da União, a fim de viabilizar uma gestão pública íntegra, simples, efetiva e transparente





Cadeia de Valor	Principais iniciativas na área de TI	Principais resultados (benefícios e impactos)
Desenvolvimento e Eficiência Econômica	Aceleração no registro de empresas	Processamento automático de 96% das solicitações; filiais estrangeiras passando a serem autorizadas em 3 dias
	Novo portal de informações do Siscomex	Melhoria na busca por informações sobre o comércio exterior, com visual e navegação modernizados; além disso, resultou uma economia anual de cerca de R\$ 650.000 nos custos de sustentação do portal
	Racionalização dos diversos contratos firmados com a empresa pública SERPRO	Ações de supressão de serviços obsoletos, de renegociações de preços, de uniformização de serviços sobrepostos, de simplificação de regras contratuais etc, contemplando serviços estratégicos de TI que suportam os sistemas estruturantes à Administração Pública Federal e serviços à sociedade, proporcionando economia e otimização de recursos

Cadeia de Valor	Principais iniciativas na área de TI	Principais resultados (benefícios e impactos)
Gestão e Suporte	Centro de excelência em Inteligência Artificial aplicada à Administração Tributária e Aduaneira	Desenvolvimento de sistemas cognitivos, de ciência de dados e de inteligência artificial na Receita Federal, estando esses serviços disponíveis para toda a administração tributária e aduaneira
	Centro de cruzamento de dados e criação de conhecimento	Análises complexas e produção de conhecimento relevante aos processos de negócio da Receita Federal, permitindo o fornecimento de informações detalhadas, sem ônus financeiros aos órgãos parceiros que as utilizam

Segurança da Informação

- Segmentação dos requisitos de segurança cibernética em controles mensuráveis que permitem a análise de segurança cibernética das principais plataformas digitais de atendimento ao cidadão, resultando em um mapa de riscos, monitorado periodicamente, que apresenta o nível de risco atual das plataformas de governo digital e auxilia na sua evolução até atingir o nível de risco desejado, tudo com fundamento nas normas ISO 27002/2013 (requisitos de SI e controles de segurança da informação), ISO 27005/2008 e ISO 31000/2018 (gestão de riscos), além das melhores práticas de mercado para segurança cibernética;
- Adaptação do Portal e-CAC da Receita Federal para aceitar certificados digitais em nuvem de quaisquer fornecedores credenciados junto ao ITI; e
- Conclusão de 6 projetos de Segurança da Informação, os quais determinaram a execução de aproximadamente 110 novas ações de melhorias nos processos da STN.

Principais desafios e ações Futuras

- Modernização dos meios de pagamento ao governo e o aprimoramento da gestão dos créditos administrativos do governo federal;
- Disponibilização de soluções do tipo Dados como Serviço;
- Aperfeiçoamento dos critérios de avaliação do valor agregado por iniciativas viabilizadas pela Tecnologia da Informação;
- Promoção de novos serviços públicos digitais voltados à sociedade;
- Implantação de novos módulos do SIGEPE;
- Implantação do SISREF em novos órgãos para registro eletrônico de frequência;
- Atenção ao processo de desestatização do Serpro e da Dataprev, considerando a atual dependência desses fornecedores;
- Ampliação da transparéncia das informações sobre as empresas estatais federais;
- Adequações tecnológicas para atendimento às diretrizes da [Lei Geral de Proteção de Dados](#); e
- Garantia de orçamento para sustentação dos sistemas e das soluções de TIC que suportam os serviços prestados à sociedade durante o exercício de 2020, considerando que em 2019 o corte orçamentário prejudicou o andamento das ações planejadas.



6 Gestão de Custos

Novo Modelo de Mensuração de Custos do Ministério da Economia

O Modelo de mensuração de custos do Ministério da Economia (criado pela fusão dos Ministério da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, do Trabalho e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, incluindo o Ministério da Previdência, que recentemente já havia sido incorporado à estrutura do então Ministério da Fazenda) baseou-se naquele vigente no extinto Ministério da Fazenda, o qual foi implantado pelo Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda (PMIMF), que tinha, dentre outras iniciativas, a construção de soluções coletivas e desafios gerenciais comuns a diversos órgãos da estrutura do Ministério.



Com a criação do Ministério, as iniciativas de modernização da gestão ficaram sob responsabilidade do Programa de Integração, Governança e Estratégia do Ministério da Economia (Integra), instituído pelo Comitê Ministerial de Governança do Ministério da Economia (CMG), o qual contém, dentre outros, o Comitê Estratégico de Desburocratização, Inovação, Processos e Projetos (CDIPP).

O Ministério da Economia adotou como objeto de custo sua Cadeia de Valor Integrada. Esse instrumento é uma das mais importantes ferramentas de gestão e visa garantir excelência na entrega da proposta de valor, além de ser alinhada com o planejamento estratégico e plano plurianual. Ela retrata os macroprocessos que a instituição pretende acompanhar na presente gestão, podendo ser detalhada pelas unidades e de acordo com suas necessidades. Sua estrutura é composta por macroprocessos finalísticos e de gestão e suporte. Os macroprocessos finalísticos são subdivididos em três cadeias temáticas: Gestão Fiscal, Melhoria da Governança e da Gestão Pública e Desenvolvimento e Eficiência Econômica.

Partindo desse pressuposto, a codificação de centros de custos levou em consideração o título da cadeia de valor, o macroprocesso no qual ele se encaixa, seus atores e unidades que foram beneficiados com os custos. Aos códigos referentes aos macroprocessos de administração e logística foram inseridos também as unidades da federação e os prédios aos quais os custos estão relacionados.

Como produto da mensuração tem-se a geração de informações sobre os custos das políticas públicas e macroprocessos executados pelo Ministério, permitindo fornecer subsídio para tomada de decisões, como racionalização e melhor alocação de recursos públicos.





Desafios

- Implantação e a adaptação dos códigos de centros de custos, de acordo com mudanças que possam ocorrer na estrutura do Ministério e sua Cadeia de Valor;
- Atendimento do projeto Unifica e construção da metodologia de custos prediais; e,
- Disponibilização de Painel Informações de Custos.

Quanto à implantação do modelo de mensuração de custos do Ministério da Economia, foi criado um subcomitê de custos subordinado ao CDI-PP, com portaria a ser publicada. Este subcomitê tem como objetivo reunir representantes de todas as secretarias especiais e áreas estratégicas da Secretaria de Gestão Corporativa para debater e decidir sobre temas de gestão de informações de custos. É neste subcomitê que a setorial de custos do Ministério da Economia pode alcançar maior capilaridade nos trabalhos de implantar o modelo de mensuração, além de ganhar com a participação de todos nesse desafio.

Projeto Unifica



O Projeto Unifica, lançado em março de 2019, refere-se ao modelo de prestação de serviços de Administração, Logística e Gestão de Pessoas e tem como objetivo a centralização, especialização, redução de custos e eficiência na execução dos processos transacionais, considerando a otimização de espaço físico, bem como o aproveitamento e redistribuição da força de trabalho.

Esse projeto é de responsabilidade da Secretaria Executiva do Ministério da Economia, sob a gestão da Secretaria de Gestão Corporativa.

A metodologia de mensuração de custos, com base nos macroprocessos da atividade de Gestão e Suporte, foi inserida ao Projeto Unifica com grau de subprojeto. Esse subprojeto tem como objetivos a criação da metodologia dos códigos de centros de custos e a elaboração de relatórios de acompanhamento para necessidades

específicas dos gestores responsáveis pelas Secretarias Especiais, bem como das Unidades Descentralizadas. A criação dos códigos de centros de custos está embasada na estrutura organizacional e na Cadeia de Valor Integrada mediante a temática de Gestão e Suporte e, no que se refere à elaboração de relatórios de acompanhamento, serão encaminhados, de forma semanal e mensal, para os representantes das Secretarias Especiais, bem como das Unidades Descentralizadas nos estados.

Importante frisar que com o advento do Unifica, surgiu a necessidade na adoção de mais um objeto de custo no Ministério da Economia que são os custos prediais. Este trabalho tem como objetivo identificar os custos de cada edifício ocupado pelos órgãos do Ministério, subdividido por Secretarias Especiais e Singulares. Com este novo objeto de custo, almeja-se encontrar informações físicas que a execução orçamentária pode não apresentar: ocupação por metro quadrado; quantidade de servidores e terceirizados ocupantes de cada prédio; melhor possibilidade de rateio de despesas compartilhadas; entre outras possibilidades. Cumpre salientar que a metodologia está em fase de elaboração e deverá ser submetida para aprovação pelo subcomitê de custos do Ministério.

O subprojeto possui como resultados esperados fomentar o combate ao desperdício e disseminar a cultura de racionalização de custos no âmbito do Ministério; disponibilizar informações tempestivas e consistentes referentes os custos atribuídos aos macroprocessos de Gestão e Suporte; proporcionar a comparabilidade dos custos com Gestão e Suporte entre os órgãos que possuem estruturas semelhantes; instrumentalizar os gestores dos órgãos com relatórios gerenciais para tomada de decisão quanto à alocação mais eficiente de seus custos; subsidiar a melhor utilização dos custos de Gestão e Suporte quanto a avaliação dos resultados dos macroprocessos finalísticos; viabilizar a tomada de decisão orçamentária através das informações de custos.

Painel de Custos do Ministério da Economia

Quanto à disponibilização das informações de custos, que tem como intuito atender ao princípio da transparência e de facilitar o acesso aos dados de custos pelos gestores, o Ministério da Economia visa disponibilizar um painel de custos. O modelo a ser adotado baseia-se ao que era utilizado internamente pelo extinto Ministério da Fazenda, até o exercício de 2018. Essa solução contava com informações sobre custos totais do Ministério, a divisão desses custos em aba por categorias como:

- (a)** por grandeza de natureza de despesa (Folha, Tecnologia da Informação e Demais);
- (b)** por órgão da estrutura do antigo Ministério da Fazenda;
- (c)** por relação entre custos finalísticos e de suporte;
- (d)** por macroprocessos e processos que compunham a Cadeia de Valor Integrada do antigo Ministério da Fazenda;
- (e)** por unidade da federação na qual o custo é identificado;
- (f)** por natureza de despesa detalhada; e,
- (g)** por unidade responsável (por Unidades Gestoras Responsáveis – UGRs – e por Unidades Organizacionais – UORGs).

Ademais, existia uma aba com informações sobre o quantitativo da força de trabalho do antigo Ministério da Fazenda, com a finalidade de complementar a informação sobre os custos com pessoal.

Em virtude da estruturação do Ministério da Economia no exercício de 2019, a atualização do painel de custos ainda não foi realizada, pois, além de toda a estrutura organizacional e orçamentária terem sofrido mudanças, a cadeia de valor desse ministério, informação fundamental para a montagem do painel, foi aprovada somente em agosto de 2019, não existindo, portanto, tempo hábil para a estruturação do objeto e seus centros de custos. Diante o exposto, a atualização do painel do antigo Ministério da Fazenda não representaria o gasto do Ministério da Economia como um todo, tendo em vista a não representação de toda nova estrutura.

Como desafio na implantação do painel, tem-se como principal objetivo estruturar a consolidação dos dados de toda a estrutura do Ministério e a divulgação de suas informações para o público externo. Ademais, tem-se por objetivo reproduzir o que era disponibilizado no painel do antigo Ministério da Fazenda, acrescentando as informações sobre as secretarias especiais e suas respectivas singulares, além dos custos prediais. Encontra-se em estudo a adição de novos filtros, para que as consultas mais detalhadas possam ser realizadas, evidenciando os custos por macroprocessos ou custos prediais, que deverá possuir aba própria.



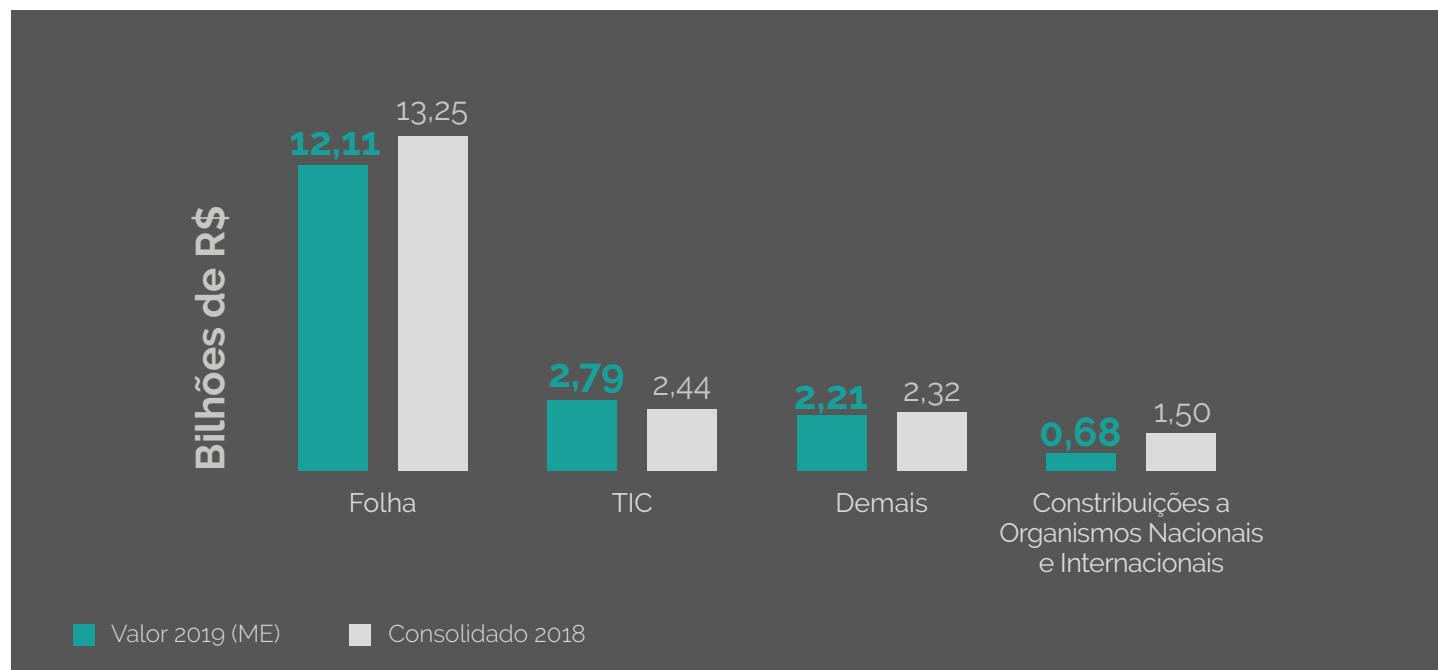


Resultados da Gestão

Durante o exercício de 2019, o Ministério da Economia trabalhou com custos estimados de R\$ 17,80 bilhões, sendo que cerca de 68,02% ou R\$ 12,11 bilhões foram gastos com folha de pagamento, R\$ 0,68 bilhões com contribuições a organismos nacionais e internacionais, R\$ 2,79 bilhões com tecnologia da informação e R\$ 2,21 bilhões distribuídos pelos demais custos do Ministério.

A partir do que fora apresentado nos relatórios de gestão dos antigos Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e do Trabalho e Emprego, no exercício de 2018, tem-se o seguinte quadro comparativo: Foram observadas as principais variações percentuais: cerca de 9% de decréscimo na folha de pagamento, decorrente da aposentadoria de 4058 servidores, e de 54% de decréscimo nas contribuições a organismos nacionais e internacionais, decorrente do aumento de pagamentos por reconhecimento de Despesa de Exercícios Anteriores (DEA).

Custos 2018 x Custos 2019



Fonte: Tesouro Gerencial

7 Sustentabilidade Ambiental

Práticas e critérios de sustentabilidade adotados

No âmbito desta Pasta foram adotados critérios e práticas de sustentabilidade utilizadas pelo órgão, a depender do tipo de contratação. Como exemplo, citamos: aquisição de produtos com selo de baixo consumo de energia; aquisição de produtos reciclados ou recicláveis; compra de produtos de maior durabilidade; entre outros.

Redução de resíduos poluentes

É realizada a coleta seletiva de materiais, em diferentes escalas de acordo com a legislação estadual. De modo geral, os materiais recicláveis e rejeitos são separados, sendo o rejeito coletado para destinação correta e os recicláveis destinados a cooperativas para o devido tratamento. Também há coleta de pilhas e baterias, bem como a instalação de "papa cartão", utilizado para o descarte de cartões magnéticos e afins.

Consumo de copos descartáveis

Houve campanhas para a redução de descartáveis, sendo utilizados copos de vidros para o consumo de água para estações trabalho e reuniões.

Ainda assim, em 2019 foram adquiridos 21.265 pacotes de copos plásticos, para unidades com atendimento ao público.

Ações para redução do consumo de recursos naturais

Consumo energia 2019:

51.808.779 KWH



O ME implantou diversas medidas espalhadas pelo Brasil com o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica, dentre as quais: compra de materiais elétricos classificados como de baixo consumo elétrico, instalação de foto sensores e sensores de presença, desfazimento de bens de alto consumo e manutenção dos sistemas de ar condicionado.

Consumo água 2019:

998.265 m³



Foram implementadas diversas medidas com o objetivo de reduzir o consumo de água, dentre as quais: instalação, em algumas unidades, de sanitários a vácuo e constante manutenção das redes de encanamento.

Consumo de papel:

51.970 resmas



O ME implantou em todas as suas unidades do país o processo eletrônico SEI, que substituiu os processos impressos no órgão. Também realizou campanhas com o objetivo de redução de materiais impressos nas unidades.

8 Relacionamento com a sociedade

Principais canais de Comunicação com a Sociedade

A Comunicação do Ministério da Economia foi estruturada em janeiro de 2019 com suas atividades orientadas pela Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos. Para gerenciar a área foi criada a Assessoria Especial de Comunicação Social com um assessor chefe e cinco gerências de projeto: Relacionamento com a Imprensa; Mídias Digitais; Planejamento e Conteúdo; Redes Sociais; e Publicidade, Promoção e Administração de Contratos.

Em 2019, a Gerência de Relacionamento com a Imprensa reforçou o núcleo de assessores e designou jornalistas como pontos focais em cada Secretaria Especial, para estreitar a relação com as equipes técnicas, facilitar a prospecção de assuntos e agilizar a construção de respostas às demandas diárias dos jornalistas. A Gerência também executou uma política de governança com os vários órgãos vinculados, para evitar o desencontro de informações e garantir a precisão dos dados divulgados. Em 2019, realizou 5.319 atendimentos à imprensa, entre veículos nacionais regionais e estrangeiros.

Acompanhou e organizou, em média, quatro coletivas de imprensa, por mês, além de dezenas de entrevistas exclusivas e conversas de background. Cerca de 1.150 textos foram elaborados, entre releases, notas à imprensa e avisos de pauta. Além disso, as equipes promoveram 567 coberturas de eventos realizados no período.

A Gerência de Mídias Digitais atuou, em 2019, na criação, desenvolvimento e estruturação do Portal da Economia (www.economia.gov.br) e da intranet, incluindo todas as demais subpáginas. Entre elas, destacam-se as páginas do TáxiGov, do Plano Mais Brasil, da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), Portal de Oportunidades e Portal da Informação. A equipe foi responsável por toda a estruturação e atualização do espaço destinado ao Acesso à Informação, adequando a área de acordo com as normas de transparéncia definidas pela Controladoria-Geral da União (CGU). Foram criados e atualizados perfis de mais de 200 agendas de autoridades. De janeiro a dezembro de 2019, o Portal da Economia obteve 5.647.418 visualizações com o registro de acesso de 1.632.208 usuários.

A Gerência de Produção de Conteúdo dirige e supervisiona os assuntos relativos à produção de conteúdo e é responsável pela elaboração de material jornalístico e institucional para divulgação das ações do ministério. É composta por uma Coordenação, que acompanha todos os atos internos e externos do ministério e supervisiona o trabalho fotográfico e audiovisual das solenidades e eventos.

A Divisão de Criação, Fotografia e Audiovisual também faz parte dessa Gerência, promovendo a criação e produção de material digital para o órgão, a elaboração de materiais gráficos, infográficos para matérias, vídeos, criação de identidade visual para eventos, campanhas para novos serviços ao cidadão e aos servidores. Em 2019, foram feitas publicações como o **Orçamento Cidadão, a Mensagem Presidencial e os Relatórios de Gestão 2018** dos quatro extintos ministérios. Também elaborou apresentações de novas medidas econômicas como **Reforma da Previdência e Plano Mais Brasil**. Foram 117 matérias, mais de 50 publicações e apresentações, 44 vídeos institucionais e mais de 162 mil fotografias.

Em 2019, a Gerência de Redes Sociais passou a gerir os canais do ministério nas redes sociais: Twitter, Facebook, Instagram e Youtube. Foram produzidos mais de 2 mil tweets, 569 posts para Facebook e 252 posts no Instagram, além de coberturas de coletivas, reuniões, eventos e palestras e publicação de conteúdo especial no Instagram Stories. Atuou na elaboração, produção e disseminação de serviços e notícias, incluindo séries educativas com vídeos e animações. Foi criado, ainda, o serviço de monitoramento das redes sociais com produção de relatórios, além de boletim de alertas de temas relevantes. Ao fim de 2019, o Twitter possuía 495 mil seguidores; o Instagram, 134 mil ; e o Facebook, 75 mil.



Por meio da Gerência de Publicidade, Promoção e Administração de Contratos, a Assessora Especial viabilizou a execução de mais de 500 serviços ao ministério – e, assim, facilitou o acesso dos cidadãos às políticas públicas e programas de governo elaborados pela pasta. A atuação da gerência incluiu a impressão de materiais gráficos, a realização de eventos internos e externos e centenas de horas de trabalho de profissionais especializados. Foram mais de 100 eventos em 2019, entre reuniões, seminários, congressos, simpósios e coletivas de imprensa, com um público estimado de 10 mil pessoas.

A Assessoria cumpriu também a Portaria 123, de 27 de março de 2019, ao criar o Comitê Estratégico de Comunicação Integrada (CECI), órgão colegiado de natureza deliberativa e de caráter permanente, com participação de um representante de cada órgão do ministério, e que possui a finalidade de elaborar e aprovar, em nível estratégico, políticas e diretrizes relativas à Comunicação Social, observadas as orientações da Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

A partir de junho de 2019, foram realizadas três reuniões ordinárias e uma extraordinária do Comitê, com a deliberação de medidas como a aprovação da Política de Comunicação do Ministério; o redesenho da Ascom e a divulgação do Mapa da Ascom; o processo de licitação da nova empresa de comunicação que prestará serviço ao Ministério; status do projeto de integração dos sites institucionais, entre outras decisões.

Outras unidades fazendárias como a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), a Secretaria de Previdência (SPREV), o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) atuam de forma direta na comunicação e interação com a sociedade por meio de canais próprios.

Resultados dos serviços da Ouvidoria

Ouvidoria do Ministério da Economia

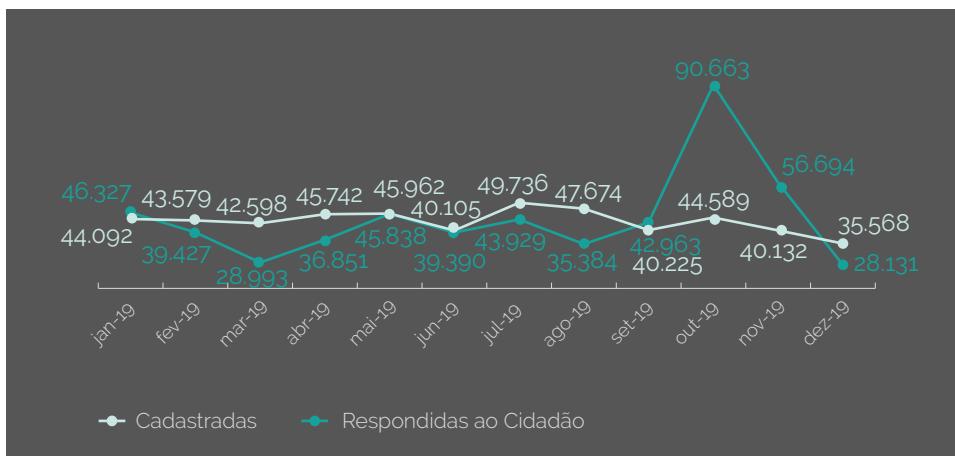
A Ouvidoria é a unidade responsável por promover a interlocução e a mediação entre a sociedade e o Ministério da Economia. É sua competência, portanto, receber e tratar as manifestações de ouvidoria, solicitações de simplificação e pedidos de informação.

Manifestações de Ouvidoria

Em virtude do processo de transição administrativa promovido pela Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, convertida na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e com base no §3º do art. 10 da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, a Ouvidoria do Ministério da Economia passou a ser responsável pelas manifestações de ouvidoria dos extintos Ministérios da Fazenda (MF), do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Serviços (MDIC), e do Trabalho (MTb), bem como o tratamento das manifestações relacionadas ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) que eram de responsabilidade da extinta Ouvidoria Social e Previdenciária do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS).

Diante desse cenário, foram recepcionadas, em 2019, mais de 520.002 manifestações. No quadro abaixo, apresenta-se a relação de manifestações cadastradas por manifestações respondidas. Faz-se necessário destacar que o prazo legal de atendimento das demandas é de 30 dias, podendo ser prorrogado por mais 30 dias. Dessa forma, é comum que sejam respondidas, dentro de um determinado ano, demandas que tenham sido cadastradas no ano anterior à apuração. Além disso, havia, nos extintos Ministério do Trabalho e na Ouvidoria Previdenciária, demandas represadas de anos anteriores e que foram concluídas em 2019.

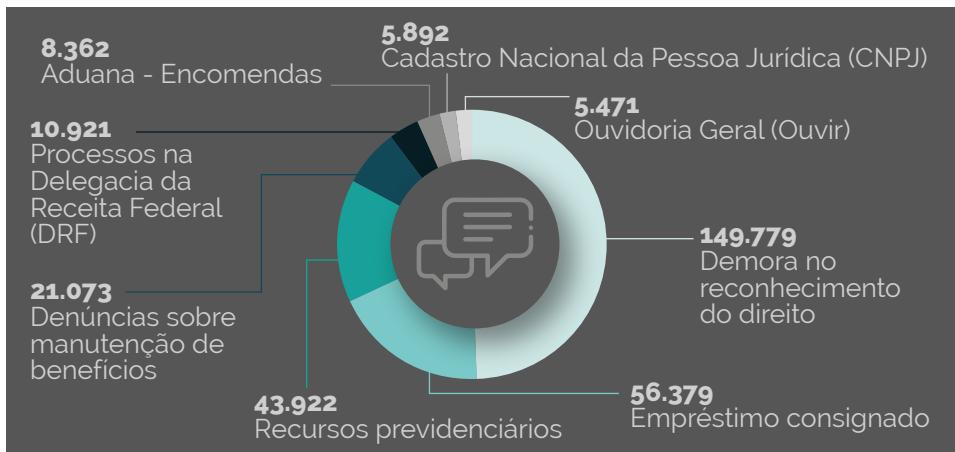
Quantitativo de manifestações cadastradas x manifestações respondidas em 2019 (Independente da data de cadastro)



Fonte: Sistemas SISOUVIDOR + SOU-WEB

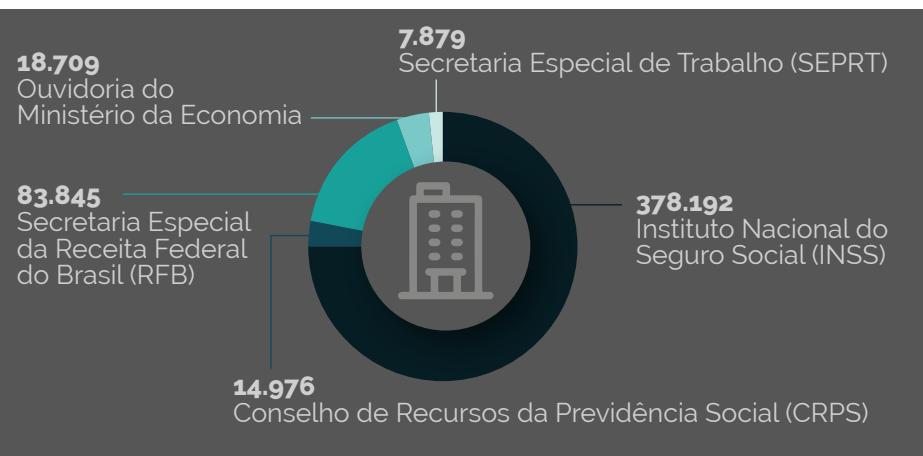
Das manifestações recebidas, 82% são reclamações, 11% são solicitações de providências e 5% são denúncias e estão relacionadas aos seguintes assuntos:

Quantitativo cadastrado em 2019 por assunto mais demandado



Fonte: Sistemas SISOUVIDOR + SOU-WEB

Quantitativo cadastrado em 2019 por órgão mais demandado



Fonte: Sistemas SISOUVIDOR + SOU-WEB

Solicitação de simplificação

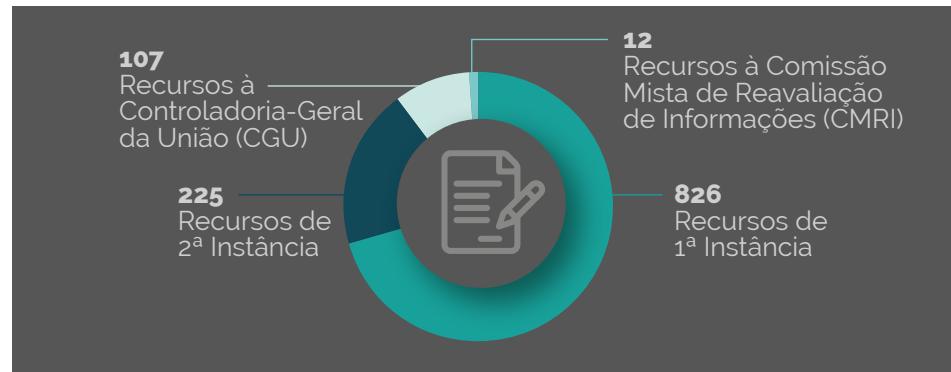
Em relação às solicitações de simplificação, foram recebidas 56 demandas, sendo que 16% foram acatadas pelo Comitê de Desburocratização, Inovação, Processos e Projetos (CDIPP). A unidade que mais recebeu solicitações foi a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. As sugestões de simplificação referiam-se ao código de acesso ao Portal e-CAC e Declarações da Receita Federal.

Serviço de Informação ao Cidadão

De acordo com o Painel de Lei de Acesso à Informação, da Controladoria-Geral da União (CGU), o Ministério da Economia ocupou o 1º lugar dentre aqueles que mais receberam pedidos de informação em 2019. Foram mais de 13.400 solicitações, sendo que 99,3% já se encontram concluídas com tempo médio de resposta de 10,61 dias. Os pedidos versam em geral sobre Administração Pública, Patrimônio da União e Fiscalização do Trabalho, o que reflete entre os órgãos mais demandados no Ministério, que são: a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União e Secretaria do Trabalho, conforme gráfico abaixo.

No que diz respeito aos recursos, o Ministério recebeu:

Tipos de recursos recebidos pelo Ministério



Fonte: Sistema e-SIC

A Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação no Ministério da Economia recebeu **41 reclamações** devido à falta de resposta no prazo estipulado em lei.





Capítulo



**Informações
orçamentárias,
financeiras e
contábeis**

1 Apresentação

A Coordenação Geral de Contabilidade e Custos – CGCON, de acordo com o Decreto nº 9.745 de 08/04/2019, compõe a estrutura da Secretaria de Gestão Corporativa, na Diretoria de Finanças e Contabilidade.

À CGCON compete:

- i)** Atividades de orientação, análise e acompanhamento contábil das unidades gestoras jurisdicionadas;
- ii)** Realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- iii)** Elaborar o Relatório Contábil (declaração do contador, demonstrações contábeis e notas explicativas) e Relatório de Gestão;
- iv)** Coordenar, orientar e disseminar, no âmbito do Ministério e suas atividades relativas à apuração de custos dos programas e ações, de forma a evidenciar os resultados da gestão;
- v)** Gerar informações gerenciais, em apoio ao processo de tomada de decisão.

Além disso, a CGCON exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do Ministério da Economia.

O escopo deste Relatório de Gestão leva em conta as demonstrações demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) consolidadas do Ministério da Economia - Administração Direta. As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas do Ministério da Economia encontram-se disponíveis no link: <http://www.economia.gov.br/acesso-a-informacao/demonstracoes-contabeis>



2 Demonstrações Contábeis



Balanço Patrimonial (em bilhões)

ATIVO	NE	2019	2018
CIRCULANTE		1.429	1.348
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	1.328	1.230
Créditos a Curto Prazo	02	75	90
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	03	25	27
NÃO CIRCULANTE		2.087	2.098
Créditos a Longo Prazo	02	1.469	1.541
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	03	34	22
Investimentos	04	422	373
Imobilizado/Intangível	05	162	160
TOTAL DO ATIVO		3.516	3.445
PASSIVO	NE	2019	2018
CIRCULANTE		1.307	1.067
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	06	1.097	807
Provisões a Curto Prazo	07	51	53
Demais Obrigações a Curto Prazo	08	159	208
NÃO CIRCULANTE		6.773	6.435
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	06	5.057	4.884
Provisões a Longo Prazo	07	1.694	1.530
Demais Obrigações a Longo Prazo	08	22	22
PASSIVO EXIGÍVEL		8.080	7.502
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-4.564	-4.057
Resultados Acumulados		-4.564	-4.057
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.516	3.445

Fonte: CGCON - DFC

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos, e sua evolução de 2019 em relação a 2018. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Ministério da Economia, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação patrimonial da entidade.

Conforme demonstrado no gráfico o Ministério da Economia encerrou o exercício de 2019 com um passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) da ordem de R\$ 4.5 trilhões, um acréscimo de 9,75% em relação ao valor de 2018 (R\$ 4,1 trilhões). O principal motivo desta variação negativa foi o crescimento da Dívida Pública no período em cerca de R\$ 463 bilhões.

Situação Patrimonial

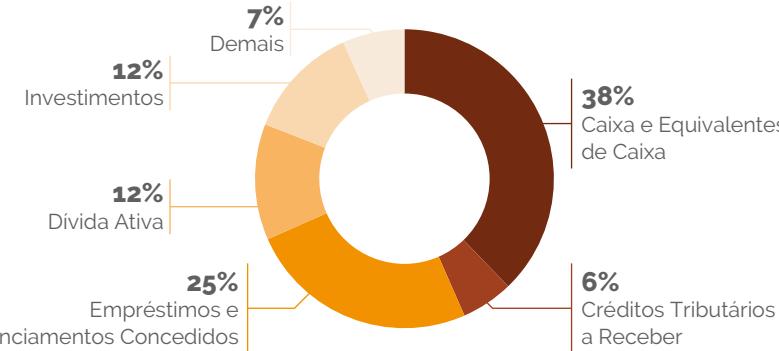


Fonte: CGCON - DFC

Portanto, das obrigações a pagar do Ministério da Economia (R\$ 8.080 bilhões), cerca de 76,16% (R\$ 6.154 bilhões) é relativa à Dívida Pública do Governo Federal e 13,16% (R\$ 1.064 bilhões) é o passivo atuarial (benefícios previdenciários: aposentadorias e pensões) do Regime Próprio dos Servidores Públicos do Poder Executivo Federal.

Dos ativos do Ministério da Economia os recursos em caixa (Conta Única) correspondem cerca de 38% e os empréstimos e financiamentos concedidos, 25%, sendo os mais representativos.

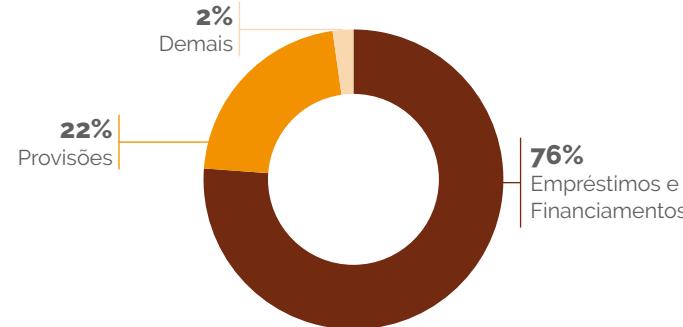
Ativos



Fonte: CGCON - DFC

Passivos

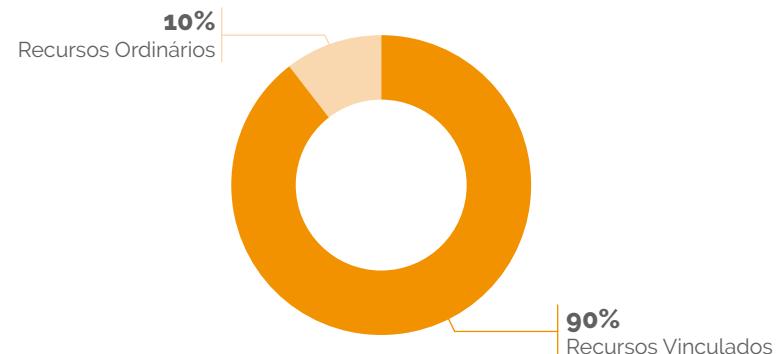
Dos passivos do Ministério da Economia os Empréstimos e financiamentos correspondem cerca de 76% e as provisões, 22%, sendo os mais representativos.



Fonte: CGCON - DFC

Disponibilidades Financeiras

Em 2019 o ME apurou um Superávit Financeiro de 1.215 bilhões, sendo 90% deste valor recursos vinculados (destinações específicas).



Fonte: CGCON - DFC



Demonstração das Variações Patrimoniais (em bilhões)

VARIAÇÃO PATRIMONIAL	NE	2019	2018
AUMENTATIVA		9.671	9.441
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	505	499	
Contribuições	335	830	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	59	56	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	505	734	
Transferências e Delegações Recebidas	7.381	6.906	
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos	62	34	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	824	382	
DIMINUTIVA		9.941	9.810
Pessoal e Encargos	18	15	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	19	18	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	34	30	
Variações Patrimoniais Diminutivas	799	872	
Transferências e Delegações Concedidas	8.420	8.500	
Desvalorização e Perda de Ativos e Desincorporação de Passivos	290	222	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	362	153	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	10	-270	-370

Fonte: CGCON - DFC

O resultado patrimonial de 2019 do ME foi um déficit de R\$ 270 bilhões, cerca de 27% menor que o déficit de R\$ 370 bilhões no exercício de 2018.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (em bilhões)

FLUXOS DE CAIXA	2019	2018
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-316	-179
INGRESSOS	7.644	8.392
Receitas Derivadas e Originárias	1.146	1.104
Outros Ingressos Operacionais	70	512
Transferências Financeiras	6.429	6.775
DESEMBOLSOS	-7.960	-8.571
Pessoal e Demais Despesas	-51	-51
Juros e Encargos da Dívida	-285	-279
Transferências Concedidas	-229	-218
Outros Desembolsos Operacionais	-124	-41
Transferências Financeiras	-7.272	-7.983
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	146	153
INGRESSOS	149	157
Alienação de Bens	4	2
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	146	155
DESEMBOLSOS	-4	-4
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-1	-1
Outros Desembolsos de Investimentos	-2	-3
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	268	328
INGRESSOS	1.019	1.113
Operações de Crédito	972	929
Outros Ingressos de Financiamento	47	184
DESEMBOLSOS	-751	-785
Amortização / Refinanciamento	-751	-785
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CX. E EQ. DE CAIXA	98	301
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.230	929
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	1.328	1.230

Fonte: CGCON - DFC

Em 2019 o ME auferiu uma Geração Líquida de Caixa superavitária de R\$ 98 bilhões. O superávit do fluxo das atividades de financiamento (operações de crédito) foi o que mais influenciou com R\$ 268 bilhões. Entretanto, a Geração Líquida de Caixa sofreu uma redução de 67.45% quando comparado ao exercício anterior. O principal motivo dessa variação na geração de caixa foi o déficit de R\$ 316 bilhões das atividades operacionais em 2019.

Balanço Orçamentário (em bilhões)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	(%) REALIZAÇÃO	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.009	1.058	104,88	49
Receitas Tributárias	517	540	104,54	23
Receitas de Contribuições	416	389	93,51	-27
Receita Patrimonial	26	80	307,33	54
Receitas de Serviços	32	31	94,99	-2
Outras Receitas Correntes	17	17	100,14	0
RECEITAS DE CAPITAL	1.336	1.256	94,07	-79
Operações de Crédito	425	597	140,30	171
Alienação de Bens	0	4	7985,35	4
Amortização de Empréstimos	34	146	428,84	112
Outras Receitas de Capital	118	135	115,12	18
Refinanciamento	759	375	49,42	-384
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2.344	2.314	98,72	-30

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	% EMPENHOS	DESPESAS EMPENHADAS	% LIQUIDAÇÃO	DESPESAS LIQUIDADAS	% PAGAMENTO	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
CORRENTE	685	704	80,09	564	98,08	553	99,61	551	140
Pessoal e Encargos Sociais	44	39	80,27	31	99,76	31	93,33	29	8
Juros e Encargos da Dívida	378	399	71,36	285	99,95	285	100,00	285	114
Outras Despesas Correntes	263	267	93,13	248	95,72	238	99,97	238	18
CAPITAL	1.049	336	83,53	281	99,86	281	100,00	281	55
Inversões Financeiras	5	6	56,61	3	98,16	3	100,00	3	3
Amortização da Dívida	1.044	330	84,01	277	99,98	277	100,00	277	53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5	5	0,00	-	-	-	-	-	5
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	693	68,32	474	100,00	474	100,00	474	220
SUPERAVIT	-	-	-	995	0,00	-	-	-	-995
TOTAL DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	1.740	1.739	133,07	2.314	56,50	1.307	99,84	1.305	-575
TOTAL DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	1.740	1.739	133,07	2.314	56,50	1.307	99,84	1.305	-575

Fonte: CGCON - DFC

Resultado Orçamentário

494	Orçamento corrente
501	Orçamento de capital
995	Resultado orçamentário

Em 2019 o ME obteve um superávit orçamentário de R\$ 995 bilhões, ou seja, a receita arrecadada (R\$ 2.314 bilhões) foi superior a despesa empenhada (R\$ 1.319 bilhões). O resultado apurado foi superávit corrente de R\$ 494 bilhões e superávit de capital de R\$ 501 bilhões.

Balanço Financeiro (em bilhões)

INGRESSOS	NE	2019	2018
Receitas Orçamentárias		2.314	2.374
Ordinárias		482	464
Vinculadas		1.941	1.936
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-109	-27
Transferências Financeiras Recebidas		6.429	6.775
Resultantes da Execução Orçamentária		3.226	2.733
Independentes da Execução Orçamentária		3.202	4.043
Recebimentos Extraorçamentários		83	529
Inscrição dos Restos a Pagar		13	17
Outros Recebimentos Extraorçamentários		70	512
Saldo do Exercício Anterior (Cx. e Eq. de Cx.)		1.230	929
TOTAL		10.056	10.607
DISPÊNDIOS	NE	2019	2018
Despesas Orçamentárias		1.319	1.338
Ordinárias		100	43
Vinculadas		1.219	1.295
Transferências Financeiras Concedidas		7.272	7.983
Resultantes da Execução Orçamentária		4.638	4.025
Independentes da Execução Orçamentária		2.623	3.944
Aporte ao RGPS		10	14
Pagamentos Extraorçamentários		138	56
Pagamento dos Restos a Pagar		14	16
Outros Pagamentos Extraorçamentários		124	40
Saldo do Exercício Seguinte (Cx. e Eq. de Cx.)		1.328	1.230
TOTAL		10.056	10.607

Fonte: CGCON - DFC

O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira do Ministério da Economia e possibilita a apuração do Resultado Financeiro do Exercício. Este resultado é um indicador de equilíbrio financeiro (e não de desempenho) e é apurado, entre outras formas, pelo confronto do saldo financeiro para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior.

No exercício de 2019 o ME obteve um resultado financeiro da ordem de R\$ 98 bilhões (decréscimo de 67,45% no comparativo com o ano anterior) em especial pela diminuição de recebimentos extraorçamentários em 2019.

Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas: Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (em bilhões)

ESPECIFICAÇÃO	DEMAIS RESERVAS	RES. ACUMULADOS	TOTAL
Saldo Inicial do Exercício 2018	0	-3.763	-3.763
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	76	76
Resultado do Exercício	-	-370	-370
Saldo Final do Exercício 2018	0	-4.057	-4.057
Saldo Inicial do Exercício 2019	0	-4.057	-4.057
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-238	-238
Resultado do Exercício	-	-270	-270
Saldo Final do Exercício 2019	0	-4.564	-4.564

Fonte: CGCON - DFC

Em 2018 o ME encerrou o exercício com um patrimônio líquido negativo da ordem R\$ 4.057 bilhões. No exercício de 2019, houve um acréscimo de R\$ 507 bilhões nesse saldo, decorrentes de lançamentos de Ajustes de Exercícios Anteriores e do Resultado do exercício.



3

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (ME/STN).

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do Ministério da Economia administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I) Balanço Patrimonial (BP);
- II) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV) Balanço Orçamentário (BO);
- V) Balanço Financeiro (BF);
- VI) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII) Notas Explicativas.

A. Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

B. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Destaca-se que as disponibilidades de caixa da União, depositadas no Banco Central do Brasil conforme estabelecido no §3º do art. 164 da Constituição Federal, são movimentadas sob os mecanismos da Conta Única do Tesouro Nacional (art. 1º da Medida Provisória nº 2.170/2001).

C. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. E com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber é constituído o ajuste para perdas.

D. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

Os estoques são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas pelo custo médio ponderado, conforme art. 106 da Lei nº 4.320/64.

E. Investimentos

São compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

F. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

G. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, neste Ministério são os softwares destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quanto tiverem vida útil definida).

H. Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

I. Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; quando houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; ou quando for comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

J. Atualização

De acordo com a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação. Considera-se os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Essas atualizações serão processadas mediante aplicação de variação percentual da PVG – Planta de Valores Genérica – vinculada ao respectivo imóvel, ao valor do terreno e do CUB – Custo Unitário Básico – ao valor contábil líquido da aquisição.

K. Depreciação de bens imóveis

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensalmente, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

L. Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

M. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).



Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios:

- I) Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) foi avaliada pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas; e
- II) Dívida Pública Federal Externa (DPFe) foi avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Foi realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

N. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

O. Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

P. Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I) Patrimonial;
- II) Orçamentário; e
- III) Financeiro.

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Q. Conformidade

A fim de promover a confiabilidade, a regularidade, a completude, da abrangência dos lançamentos e procedimentos contábeis no Ministério da Economia o setor de Contabilidade adota os seguintes procedimentos:

- I) Orientação, análise e acompanhamento contábil das unidades gestoras jurisdicionadas;
- II) Análise dos balanços, dos balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras jurisdicionadas;
- III) Assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda;
- IV) Realização da Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, à vista dos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, do plano de contas aplicado ao setor público e da conformidade dos registros de gestão da unidade gestora.



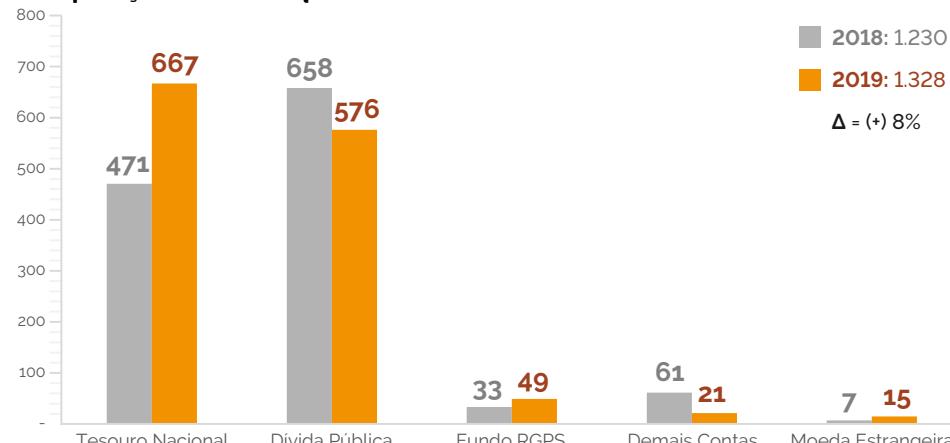
4 Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são os recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única da União (CTU) depositado no Banco Central e em outros bancos, bem como os seus equivalentes.

Em 2019 a Conta Única do Tesouro Nacional (CTU) representa 98,80% do saldo de Caixas e Equivalentes de Caixa. Para fins de controle essa rubrica é subdividida em três subcontas: Conta Única do Tesouro Nacional, do Fundo RGPS e da Dívida Pública.

Composição Caixa e Equivalentes de Caixa



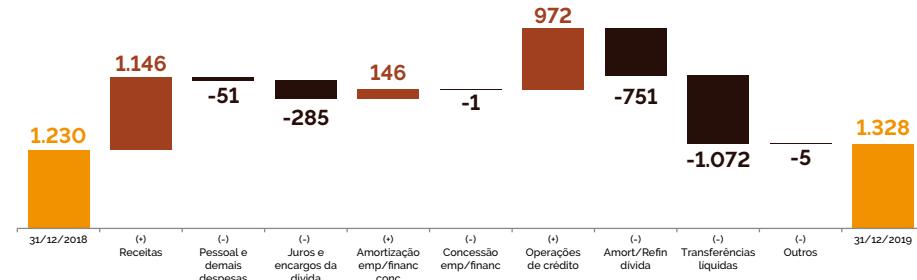
Fonte: CGCON - DFC

a) Conta Única - Subconta da Dívida Pública: A subconta "Dívida Pública" tem a finalidade de prover reserva de liquidez para a gestão da dívida pública, conforme estratégia definida pelo "Plano Anual de Financiamento da Dívida Pública Federal", publicado em www.tesouro.fazenda.gov.br/plano-anual-de-financiamento.

b) Conta Única - Subconta do Tesouro Nacional: Compreende os valores da conta única depositados no Banco Central do Brasil e destinados aos recebimentos e pagamentos da Administração Pública Federal.

c) Conta Única – Subconta do Fundo RGPS: Subconta destinada à movimentação financeira do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPs).

Evolução do caixa e Equivalentes de Caixa em 2019



Fonte: CGCON - DFC

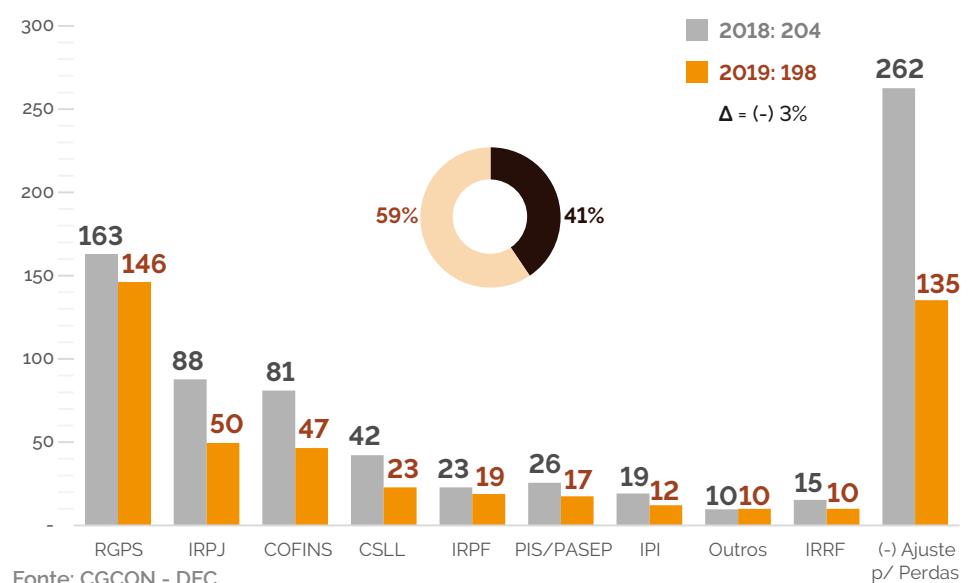
Conforme detalhamento, o item caixa e equivalentes de caixa totalizou em 31/12/2019 o montante de R\$ 1.328 bilhões. No comparativo com o mesmo período do ano anterior, verificou-se um acréscimo de 8% no saldo, perfazendo o valor aproximado de R\$ 98 bilhões.

02 – Créditos a Curto e Longo Prazo

Créditos Tributários a Receber

Os créditos tributários originam-se da ocorrência do fato gerador de tributo federal, instituídos conforme legislação, compreendendo os valores devidos pelos sujeitos passivos (contribuintes e assemelhados).

O gráfico abaixo evidencia as principais naturezas de receita registradas nas contas do ativo que contribuíram para as variações (aumento ou redução) nos estoques de créditos da Receita Federal do Brasil - RFB.



Os créditos tributários alcançaram em 2019 o montante de R\$ 333 bilhões. Porém, 41% (ou R\$ 135 bilhões) desse montante foi reconhecido em contas de ajustes para perdas. No ano de 2018, os créditos tributários totalizaram R\$ 467 bilhões e o reconhecimento de ajuste para perdas atingiu R\$ 262 bilhões.

Ajustes para Perdas sobre Crédito Tributário

Logo após o reconhecimento do crédito tributário, são iniciadas as atividades relacionadas à cobrança administrativa. Durante essa fase, há novamente verificações acerca de: (a) pedidos de parcelamento; (b) interposição de recursos e/ou pedido de impugnações; e (c) extinção do crédito, segregando-se o pagamento das demais modalidades de extinção. Nessa fase, é necessário um especial destaque em relação a:

a) se houver interposição de recursos e/ou pedido de impugnações, ocorrerá o desreconhecimento do crédito anteriormente constituído;

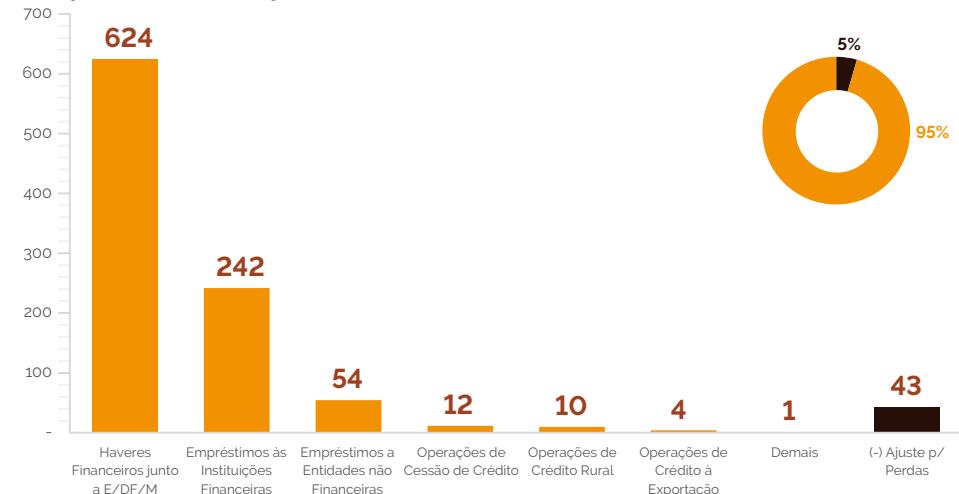
b) quando houver decisão favorável à União, dos recursos e/ou impugnações anteriormente apresentados, ocorrerá o reconhecimento do crédito tributário.

Se houver resultado positivo da cobrança administrativa, ou seja, se houver pagamento por parte do devedor, ocorrerá o registro da arrecadação e o crédito será baixado. Se não houver sucesso na cobrança administrativa, passam a ser observadas as seguintes regras: (a) os créditos com valores superiores a R\$ 1.000,00 (mil reais) são encaminhados para que sejam inscritos na dívida ativa; e (b) os créditos com valores inferiores ao valor supracitado permanecem na cobrança administrativa da RFB, reiniciando-se essa fase para tais créditos.

Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Os Empréstimos e Financiamentos Concedidos totalizaram em 2019 o montante de R\$ 947 bilhões, a título de comparação, em 2018, esse item totalizou R\$ 1.062 bilhões. Esse crédito é totalmente controlado Pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Sendo aproximadamente R\$ 624 bilhões referente aos créditos financeiros da União perante os Estados, Distrito Federal e Municípios e R\$ 323 bilhões não relacionados aos entes federativos. Cerca de 5% do total de Empréstimos e Financiamentos foi reconhecido em contas de ajustes para perdas.

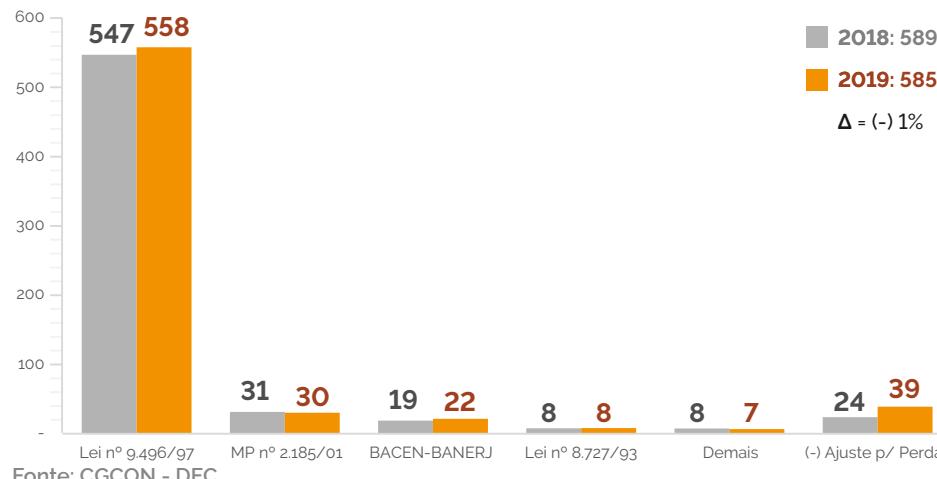
Composição dos Empréstimos e Financiamentos Concedidos



Fonte: CGCON - DFC

I) Haveres Financeiros da União relacionados aos Entes Federativos

Os créditos financeiros da União perante Estados e Municípios decorrem principalmente de programas de financiamento e refinanciamento de dívidas, implementados de acordo com legislações específicas e formalizados mediante a celebração de contratos entre as partes. Esses créditos decorrem, também, dos avais honrados pela União, decorrentes de contratos de garantia e seus respectivos contratos de contragarantia.



Fonte: CGCON - DFC

Os haveres financeiros da União relacionados aos entes federativos são categorizados segundo as normas ou atos que lhe deram origem em:

a) Lei nº 9.496/97 e alterações posteriores (LC nº 148/2014 e LC nº 156/2016)

- Consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal;

b) MP nº 2.185/2001 e alterações posteriores (LC nº 148/2014)

- Consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito com instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Municípios;

c) MP nº 2.179/2001

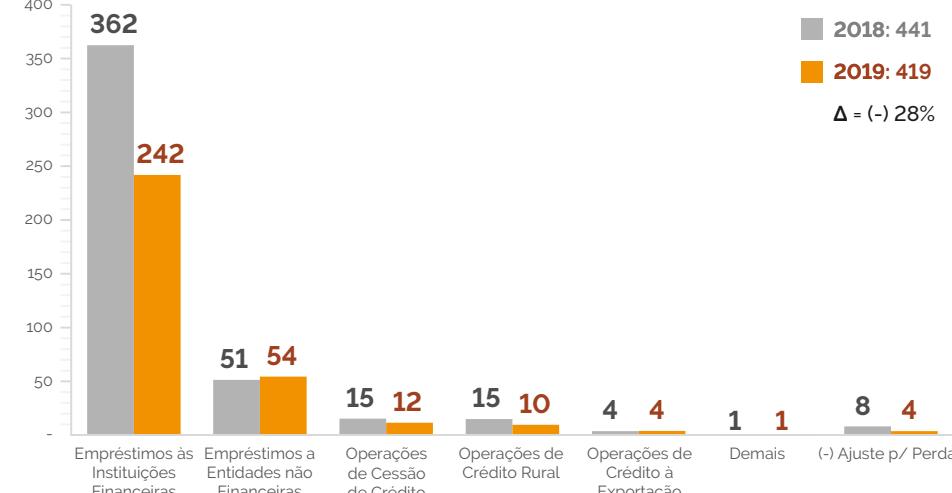
- Crédito do Banco Central do Brasil adquirido pela União em 29/7/2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A.- BANERJ, cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16/07/1998;

d) Lei nº 8.727/93

- Refinanciamento, pela União, de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados e dos Municípios com a União e sua administração indireta.

Ajuste para Perdas sobre Haveres Financeiros da União relacionados aos Entes Federativos: O ajuste para perdas de créditos com liquidação duvidosa, item “Consolidado”, referente às entidades das administrações indiretas estaduais e municipais, apresentou variação positiva de 33,32%, enquanto que o ajuste para perdas referente aos Estados apresentou aumento de 75,89%, em virtude da atualização dos valores provisionados relativos aos mutuários no âmbito da Lei nº 8.727/93 (administração indireta) e da Lei nº 9.496/97 (Estados), os quais ajuizaram ações contra a União, além dos avais honrados pela União e com recuperação não permitida em virtude de liminares judiciais.

II) Haveres Financeiros da União não relacionados aos Entes Federativos



Fonte: CGCON - DFC

Os haveres financeiros da União não relacionados a entes federativos são atualmente classificados em cinco categorias conforme a norma ou ato que lhe deu origem, sendo elas:

a) Haveres Originários de Empréstimos concedidos às Instituições Financeiras:

Este grupo é composto pelos haveres oriundos da concessão de empréstimos às Instituições Financeiras. O volume de recursos nos contratos aqui incluídos corresponde a aproximadamente 81% do total dos haveres da União sob a gestão da STN/COGEF, onde o BNDES aparece como a principal contraparte. O restante dos contratos encontra-se pulverizado entre Banco do Brasil, CAIXA, BNB e BASA.

b) Haveres Originários de Empréstimos a Entidades Não Financeiras:

Neste grupo de haveres encontram-se os empréstimos não enquadrados nos casos anteriores. Atualmente é composto pelas operações onde as contrapartes são a ANDE (Administração Nacional de Eletricidade, do Paraguai) e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

c) Haveres Originários de Operações de Cessões de Créditos: São os haveres decorrentes de operações realizadas entre a União e Entidades públicas envolvendo, na maior parte das vezes, a aquisição de créditos mediante emissão de títulos representativos da Dívida Pública Mobiliária Federal. Neste grupo, estão incluídos os haveres originados de operações estruturadas, tais como PROER, extinção da RFFSA entre outras operações.

d) Haveres Originários de Operações de Crédito Rural: Estão compreendidos neste grupo os haveres oriundos de programas de crédito rural, dentre os quais destacamos: Securitização, Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), Pronaf, Estoques de produtos agrícolas operacionalizados pela CONAB (Programa de Garantia de Preço Mínimo ao Produtor – PGPM), Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – PRLCB, Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP e outros.

e) Haveres Originários de Operações de Crédito à Exportação: Neste grupo encontram-se os haveres decorrentes do crédito à exportação, basicamente Proex.

Ajuste para Perdas - Haveres Financeiros da União não relacionados aos Entes Federativos: O ajuste para perdas é efetuado somente nas operações de crédito que são risco da União, ou seja, para os casos de não liquidação do mutuário em que a União arcará com o prejuízo. Para as operações com risco de crédito do banco, não foi efetuado nenhum ajuste para perda, pois é obrigação da instituição ressarcir a União.

Dívida Ativa Tributária

A dívida ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, inscritos por não terem sido quitados e não atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade. A Lei nº 4.320/1964, em seu art. 39, § 2º, define como dívida ativa tributária o crédito proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas. Os créditos provenientes das demais origens são considerados dívida ativa não tributária.

O gráfico a seguir apresenta o saldo dos créditos da Dívida Ativa administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, segregados em dívida ativa tributária não previdenciária, dívida ativa tributária previdenciária e dívida ativa não tributária.

Dívida Ativa Tributária 2019



Fonte: CGCON - DFC

Dívida Ativa Tributaria 2018



Fonte: CGCON - DFC



Classificação do Estoque da Dívida Ativa – Rating

Os créditos inscritos em dívida ativa da União são classificados em quatro classes, a depender do grau de recuperabilidade:

Classe "A": créditos com alta perspectiva de recuperação;

Classe "B": créditos com média perspectiva de recuperação;

Classe "C": créditos com baixa perspectiva de recuperação; e

Classe "D": créditos irrecuperáveis.

Classe	Crédito não Tributário	Crédito Previdenciário	Crédito Tributário não Previdenciário	Total Geral	
A	4	43	189	236	Ativo não Circulante (A+B)
B	11	147	395	553	789
C	9	104	221	334	Contas de Controle (C+D)
D	71	249	971	1.292	1.625
TOTAL	95	543	1.776	2.414	

Fonte: CGCON - DFC

Ajuste para Perdas da Dívida Ativa

A Portaria MF nº 293, de junho de 2017, define que o ajuste para perdas será calculado considerando a expectativa de recuperação dos créditos com rating "A" e "B". Conforme histórico de adimplemento, a expectativa de recuperação dos créditos da classe "A" é de 70% e consequentemente é definido um ajuste para perdas de 30%. A expectativa de recuperação dos créditos da classe "B" é de 50% e o percentual de ajuste para perdas foi definido em 50%.

03 - Demais Créditos e Valores a Curto e Longo Prazo

Neste item destacam-se os registros decorrentes do resultado apurado (Balanço BACEN), Créditos Sub-Rogados, e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Conta	31/12/2019	31/12/2018
Resultado do BCB	22	26
Créditos Sub-Rogados	18	8
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	12	11
Créditos Decorrentes de Infrações	7	9
Demais Créditos e Valores	5	2
(-) Ajuste para Perdas	-5	-7
TOTAL	59	49

Fonte: CGCON - DFC

Resultado Positivo Apurado – Balanço BACEN

O resultado positivo apurado no balanço semestral do Banco Central do Brasil, após a constituição de reservas, será considerado obrigação da referida entidade com a União, devendo ser objeto de pagamento até o décimo dia útil subsequente ao da aprovação do balanço semestral. Já a parcela do resultado positivo do BACEN correspondente ao resultado financeiro positivo de suas operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais por ele realizadas no mercado interno, observado o limite do valor integral do resultado positivo, será destinada à constituição de reserva de resultado.

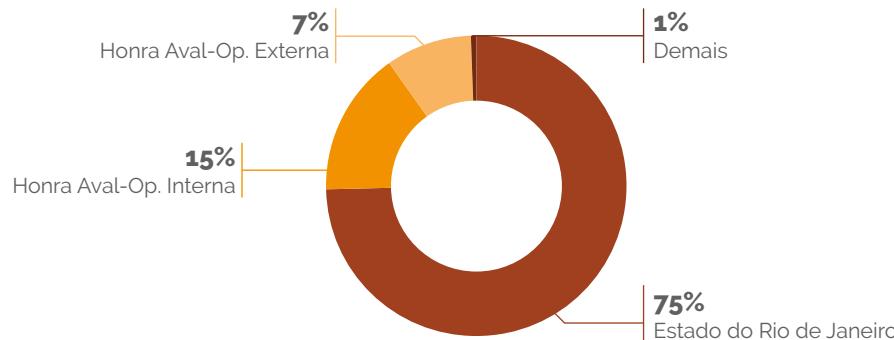
Resultado BACEN	Classe	31/12/2019	31/12/2018
Positivo	Balanço Apurado	22	26
Negativo	Custo das Operações Cambiais e Reservas	29	53
TOTAL		-7	-27

Fonte: CGCON - DFC

Ainda, a Lei nº 13.820/2019 prevê que o resultado negativo apurado no balanço semestral do BACEN será coberto, sucessivamente, mediante reversão da reserva constituída do resultado positivo e redução do patrimônio institucional do BACEN. Caso esse procedimento não seja suficiente para a cobertura do resultado negativo, o saldo remanescente será considerado obrigação da União com o BACEN, devendo ser objeto de pagamento até o décimo dia útil do exercício subsequente ao da aprovação do balanço.

Créditos Sub-Rogados

O gráfico abaixo apresenta a composição do montante de R\$ 18 bilhões referente aos registros de avais honrados pela União e pendentes de recuperação pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.



Atualmente existe duas rotinas de recuperação de avais honrados, uma relativa ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e outra referente às demais operações. A rotina do RRF até o momento considera somente as obrigações do Estado do Rio de Janeiro, com os valores correspondentes acumulados conforme prevê a Lei Complementar nº 159/2017.

Lei Complementar nº 159, de 19.05.2017, que implementou o RRF, determinou que os Estados que aderirem às condições da referida LC poderão ficar por até 36 meses sem efetuar pagamentos relativos às dívidas contratuais que a União venha a honrar como garantidora, podendo ser prorrogado por igual período.

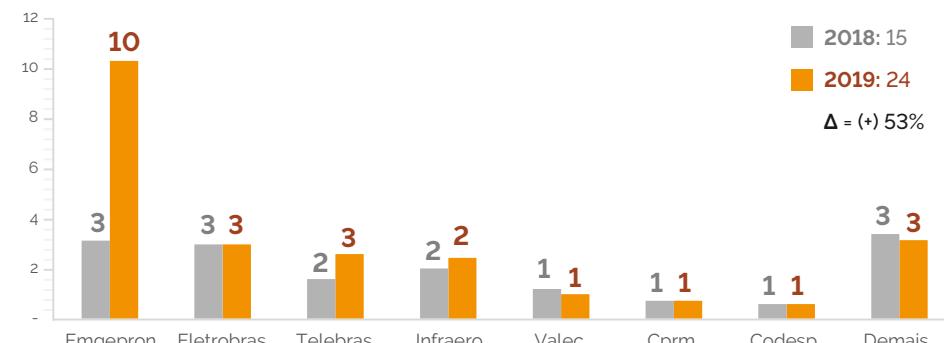
Os valores honrados pela União em decorrência do descumprimento, pelo Estado do Rio de Janeiro, das obrigações previstas no Contrato de Abertura de Contas, Nomeação de Agente Fiduciário e Outros Pactos (Conta A), por não se enquadarem nas hipóteses previstas nos art. 9º e 17 da LC nº 159/2017, não podem ser recuperados pela União por força de decisão liminar judicial.

04 - Investimentos

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

O Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) representa os valores transferidos para as empresas, com o objetivo de serem utilizados na integralização de ações de empresas estatais federais.

O saldo dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) é corrigido pela Taxa SELIC (AFAC – correção SELIC), nos termos do Decreto nº 2.673, de 1998, além da conta Títulos a Receber, que se refere a crédito decorrente das debêntures participativas da União junto à VALE S.A.



Investimentos e Aplicações Temporárias



A conta Investimentos e Aplicações Temporárias está composta das ações da União depositadas no Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal – FAD e no Fundo Nacional de Desestatização - FND, as quais estão destinadas à alienação, em conformidade com a Leis nº 9.069, de 29.06.1995 e a Lei nº 9.491, de 09.09.1997, respectivamente.

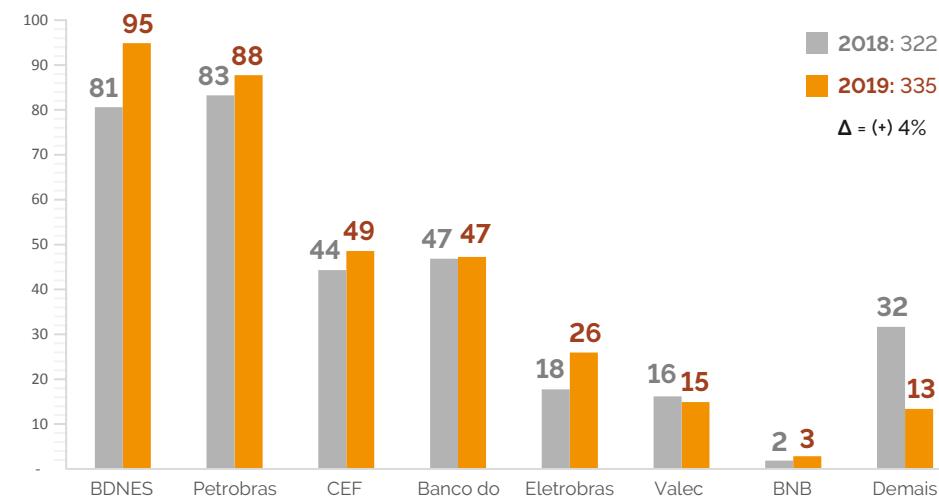
As principais ocorrências em 2019 foram:

No 3º trimestre de 2019, a variação ocorrida na conta refere-se a inclusão, no FND, das seguintes participações acionárias:

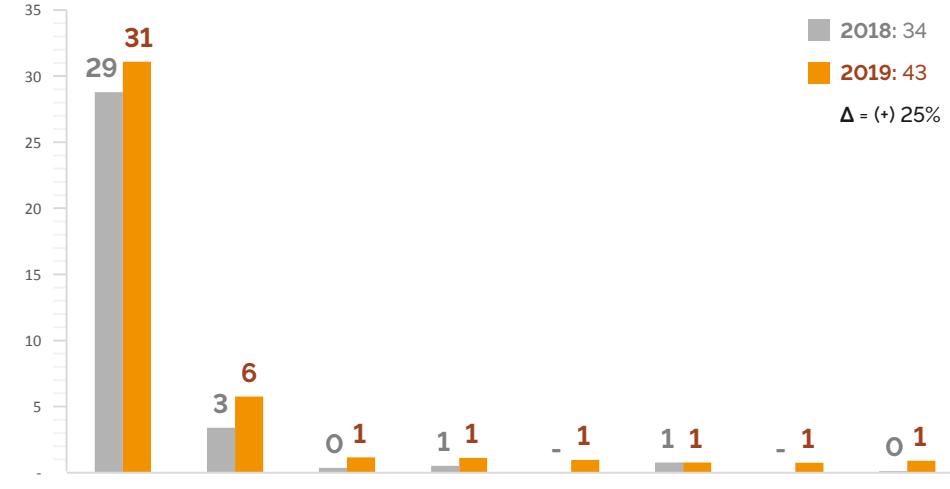
- Inclusão no PND: Empresa Gestora de Ativos S/A (EMGEA) nos termos do Decreto nº 10.008/2019;
- Inclusão no PND: da Casa da Moeda do Brasil (CMB) nos termos do Decreto nº 10.054/2019.

Participações Avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial

Os investimentos permanentes decorrentes de participações em empresas sobre cuja administração se tenha influência significativa devem ser mensurados ou avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme NBC T 16.10.

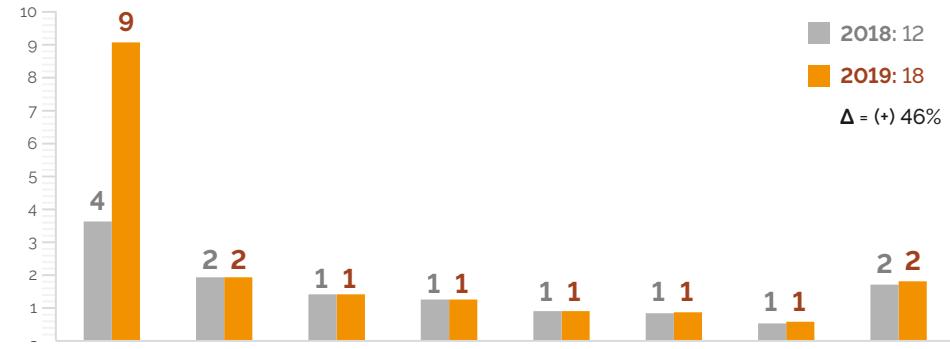


Fundos Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial



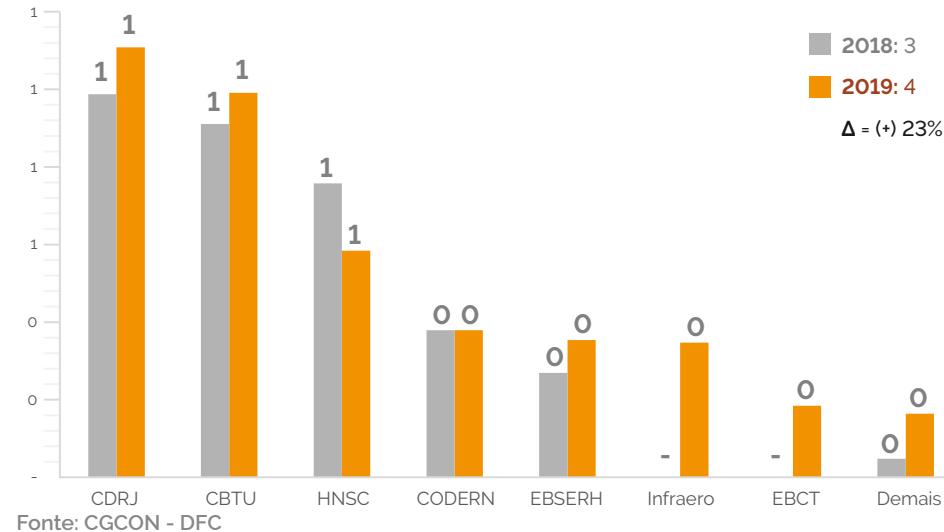
Cabe destacar que o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) foi extinto pela Lei n.º 12.431, de 27/06/2011. As últimas demonstrações aprovadas referem-se ao exercício de 2010. O processo de inventariança do Fundo encontra-se em andamento, tendo sido estipulado o prazo para o encerramento das atividades até 28/02/2020, conforme disposto no Decreto n.º 9.719, de 27/02/2019.

Participações Avaliadas pelo Método de Custo



Os investimentos permanentes decorrentes de participações em empresas sobre cuja administração não se tenha influência significativa serão registrados pelo custo de aquisição e, quando aplicável, acrescidos da atualização monetária, dos juros e de outros rendimentos auferidos, conforme dispõe as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Participações em Empresas com PL Negativo

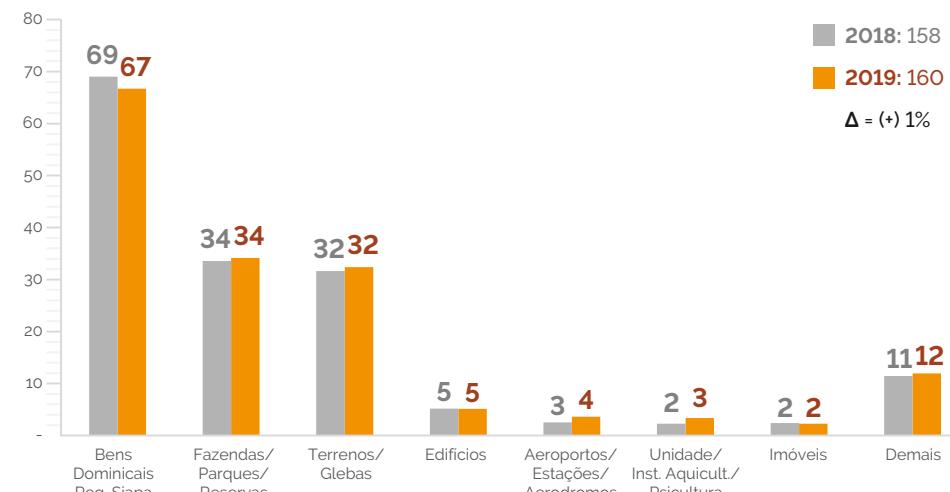


Quanto à CODERN, vale ressaltar que, de acordo com as informações repassadas pela empresa, não ocorreu a atualização da participação da União em função da indisponibilidade dos balancetes mensais contábeis do ano de 2018 e da revisão das demonstrações contábeis do exercício de 2017.

No período de 31.12.2018 a 30.09.2019 vale destacar o aumento no saldo da referida conta, no montante de R\$ 259,9 milhões, proveniente principalmente do registro da atualização com perdas de R\$ 300 milhões na INFRAERO, R\$ 65,1 milhões na EBSERH e de R\$ 80,4 milhões na CBTU, os quais foram contrabalançados parcialmente por ganhos de R\$ 193,4 milhões no HNSC.

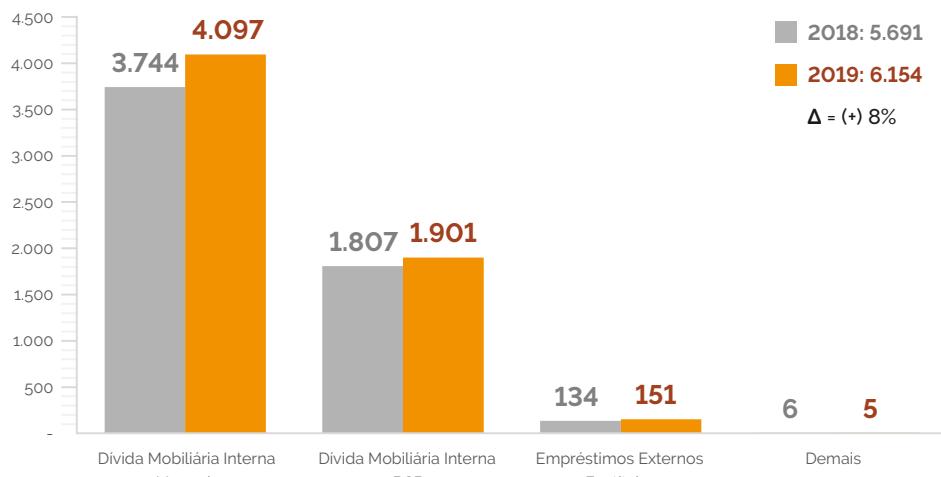
05 - Imobilizado

Bens imóveis



Os imóveis de uso especial são registrados e gerenciados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), integrado ao SIAFI, exceto quanto à depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado à Secretaria do Tesouro Nacional. O gerenciamento compreende os imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais.

06 - Empréstimos e Financiamentos



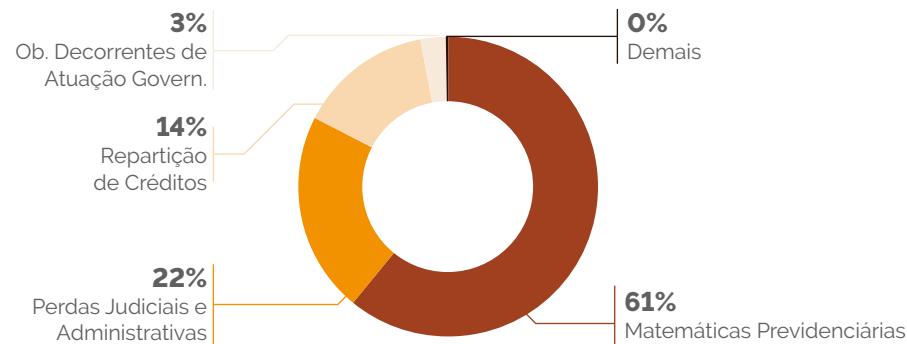
Fonte: CGCON - DFC

No saldo de Empréstimos Internos, está incluída a conta de Empréstimos Recebidos Antecipadamente, que corresponde a valores recebidos anteriormente em função do Programa Nacional de Desestatização – PND. A partir de recomendação dada pelo Grupo de Trabalho da Dívida Pública – GT DIV, instituído pela Portaria STN nº 38, de 22/01/2016, esta conta foi criada em dezembro/2016 para registro dos valores de títulos NTN-P, a serem emitidos pelo Tesouro Nacional, os quais se referem a liquidações financeiras já ocorridas por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em função do Programa Nacional de Desestatização – PND.

O estoque da Dívida Pública Federal – DPF apresentado nas demonstrações contábeis é calculado pela metodologia por apropriação. Trata-se da demonstração dos saldos de valores arrecadados, ou simplesmente reconhecidos, com os juros e deságios apropriados registrados no SIAFI.

07 – Provisões a Curto e Longo Prazo

As provisões perfazem R\$ 1.746 bilhões e destacam-se neste item a constituição de provisões para riscos fiscais e a provisão de repartição de créditos sujeitos a transferências constitucionais e legais.



Fonte: CGCON - DFC

Provisões matemáticas previdenciárias

Considerando a necessidade do reconhecimento do passivo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores civis da União e sua evidenciação no Balanço Patrimonial, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP de que tratam as Portarias STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 e nº 669, de 02 de agosto de 2017, e em observância à Portaria MPS nº 509, de 12 de dezembro de 2013, e aos parâmetros técnicos atuariais previstos na Portaria MF nº 464, 19 de novembro de 2018.

Provisão Matemática Previdenciária	31/12/2019	31/12/2018	AH%
Aposentadorias, Pensões e Outros Benefícios a Conceder do Plano Previdenciário do RPPS	720	840	-14.29%
(-) Contribuições do Inativo para o Plano Previdenciário do RPPS	-48	-31	52.32%
(-) Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS	-11	-8	40.33%
Subtotal	661	800	-17.44%

Fonte: CGCON - DFC

Provisão Matemática Previdenciária	31/12/2019	31/12/2018	AH%
Aposentadorias, Pensões e Outros Benefícios Concedidos do Plano Previdenciário do RPPS	761	697	9,28%
(-) Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	-208	-158	31,85%
(-) Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário do RPPS	-104	-79	31,85%
(-) Contribuições do Inativo e Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS a Conceder	-46	-39	16,65%
Subtotal	403	420	-4,14%
TOTAL	1.064	1.221	-12,86%

Fonte: CGCON - DFC

O descesso em cerca de R\$ 157 bilhões no valor do déficit atuarial pode ser explicada, em termos numéricos, pelo decréscimo das estimativas dos valores atuais com os benefícios a conceder pelo RPPS (da ordem de R\$ 120 bilhões) e acréscimo nos concedidos (R\$ 65 bilhões) e aumento dos valores das contribuições futuras sobre a folha de servidores ativos (da ordem de R\$ 75 bilhões), reflexo das alterações dos critérios constitucionais de elegibilidade aos benefícios de aposentadoria programada conjugada com o envelhecimento da massa de segurados. Destaca-se também, a evolução da qualidade da base de dados cadastrais, funcionais e remuneratórios dos segurados o que contribui para uma melhor precificação dos compromissos do plano de benefícios.

Registre-se que o resultado foi fortemente impactado pela utilização da taxa de juros parâmetro prevista no art. 26 da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, calculada pela Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média (ETTJM) e considerando a duração do passivo do RPPS. Assim, foi utilizada uma taxa de 5,86%, ante 6,02% da avaliação do exercício anterior, conforme Portaria da Secretaria de Previdência nº 17, de 20 de maio de 2019. Ainda assim, caso mantida a taxa de juros de 6,02%, o deficit montaria a R\$ 1.040.625.924.359,38, resultando em um decremento de 2,16%, no importe de R\$ 23 bilhões.

Perdas Judiciais e Administrativas

Risco	Perdas Judiciais	31/12/2019	31/12/2018	AH%	AV%
Provável	Tributária	377	52	623%	22%
	Petrobrás	1	2	-59%	0%
	Subtotal	378	54	603%	22%
Possível	PORTARIA AGU 318/2018 ART. 3º I,ASS1º	55	305	-82%	3%
	PORTARIA AGU 318/2018 ART. 3º SS3º	30	27	11%	2%
	PORTARIA AGU 318/2018 ART. 3º II,B,SS1º	5	6	-15%	0%
	PORTARIA AGU 318/2018 ART. 3º II,B,SS3º	60	32	89%	4%
	PORTARIA AGU 318/2018 ART. 3º II, A	685	815	-16%	41%
	PORTARIA AGU 318/2018 ART. 3º II, B	473	316	50%	28%
	Demais	2	3	-29%	0%
	Subtotal	1.311	1.504	-13%	78%
	TOTAL	1.689	1.558	8%	100%

Fonte: CGCON - DFC

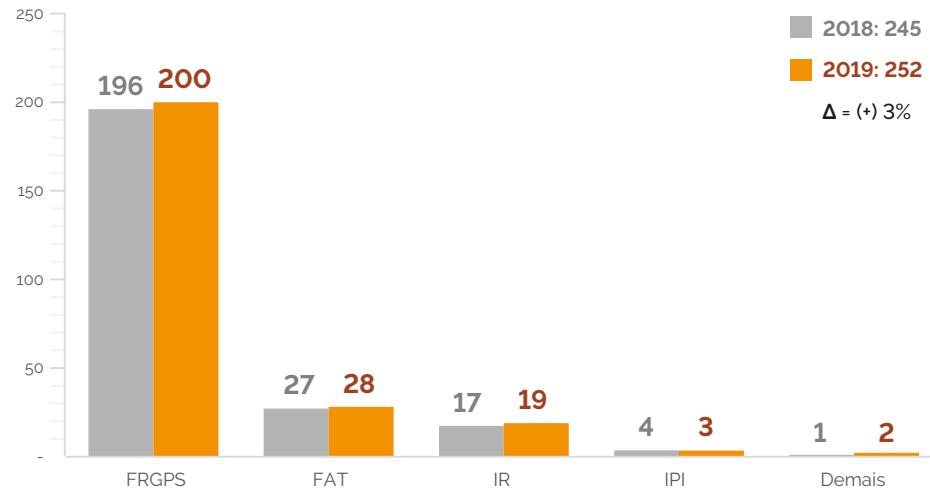
A PGFN apura periodicamente as informações acerca do montante atualizado de ações judiciais defendidas pela Procuradoria, que possam se converter em risco fiscal possível e provável e passarão a constar do Anexo de Riscos Fiscais, segundo o art. 4º, § 3º da Lei Complementar 101/2000 (LRF), além do Balanço-Geral da União. A Portaria AGU nº 318/2018 estabelece novos critérios e procedimentos a serem observados pela Procuradorias Federais durante a classificação do risco – risco provável, risco possível ou risco remoto – das ações ajuizadas contra a União, em substituição a Portaria AGU 40.

Os novos critérios promoveram mudanças significativas na classificação das ações, de modo que grande parte dos processos foram reclassificados, passando de risco provável para risco possível, reduzindo de forma substancial os valores registrados no passivo.



Repartição de Créditos

Este título registra os passivos de prazos ou de valores incertos relacionados aos créditos tributários e não tributários reconhecidos no lançamento por parte do agente arrecadador, a serem repartidos com outros entes da Federação ou entidades.



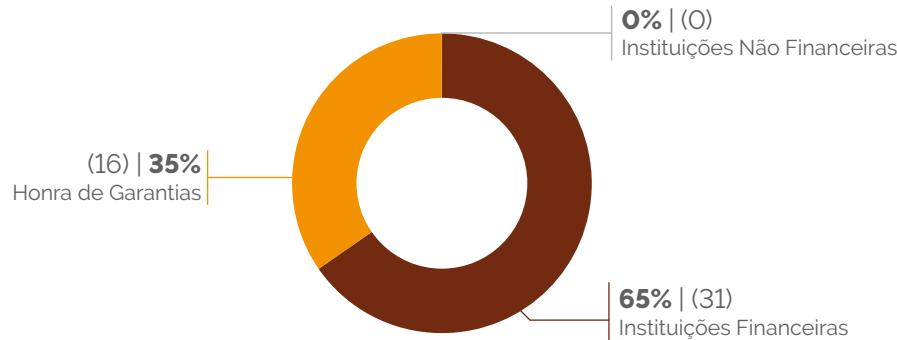
Fonte: CGCON - DFC

I) Provisões junto a Instituições Financeiras: são compostas basicamente pela estimativa das obrigações com subvenções econômicas referentes aos programas gerenciados pela STN. Os valores são informados pelas instituições financeiras, que estima os valores de subvenção com base no fluxo das operações contratadas com os mutuários até 30 de novembro, considerando o fluxo de recebimento na data base de 31/12/2019. Tais valores são trazidos a valor presente e segregados entre curto e longo prazo.

II) Honra de Garantias: Representam o reconhecimento de provisão decorrente da provável saída de recursos da União para pagamento de horas de avais, em função de garantias concedidas aos entes federados.

III) Provisões referentes a Instituições Não Financeiras: Representam as obrigações decorrentes da extinção de entidades em que a STN assume a responsabilidade pela quitação das obrigações remanescentes dessas instituições.

Obrigações Decorrentes de Atuação Governamental



Fonte: CGCON - DFC

08 - Demais Obrigações a Curto e Longo Prazo

Neste item, destacam-se principalmente três passivos: o primeiro, denominado recursos especiais a liberar, o segundo referente aos precatórios e o terceiro referente ao resultado negativo do BACEN.

Conta	31/12/2019	31/12/2018	AH%	AV%
Recursos Especiais a Liberar	88	128	-31%	50%
Precatórios	30	27	12%	17%
Resultado Negativo do BACEN	29	53	-46%	16%
Participações em Empresas com PL Negativo	4	3	23%	2%
Participações em Organismos Internacionais	3	-	100%	2%
Demais Obrigações	21	14	49%	12%
TOTAL	175	225	-22%	100%

Fonte: CGCON - DFC

Recursos Especiais a Liberar

Registra o valor dos recursos a liberar pelas unidades central ou setoriais de programação financeira, relativos ao limite de saque com vinculação de pagamento, estabelecido pelo órgão central.

Precatórios

Anualmente a Justiça Federal efetuará a apropriação nos órgãos/entidades devedores dos valores referentes as obrigações de precatórios e requisições de pequeno valor referente passíveis de pagamento no exercício seguinte.

Resultado Negativo do Bacen

Para maiores detalhes vide nota sobre os Demais Créditos e Valores.

Participações em Empresas com PL Negativo

Para maiores detalhes vide nota sobre Investimentos.

Participações em Organismos Internacionais

Essa conta contábil tem como função registrar as obrigações vinculadas a integralização de capital em organismos internacionais.

09 - Controles Contábeis

As contas de controle compreendem as contas em que são registradas a execução de atos potenciais e controles específicos.

Ativos e Passivos Contingentes

Subconta	Detalhamento	31/12/2019	31/12/2018	AH%	AV%
Ativos Contingentes	Previstos	54	49	11%	3%
	Confirmados	0	-	100%	0%
	Subtotal	54	49	11%	3%
Passivos Contingentes	Previstos	1.311	1.505	-13%	75%
	Não Confirmados	381	-	100%	22%
	Subtotal	1.692	1.505	12%	97%
TOTAL		1.746	1.554	12%	100%

Fonte: CGCON - DFC

Ativos Contingentes

Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

Ativos Contingentes Previstos

Segue abaixo detalhamento sobre os principais itens do Ativo Contingente:

Ativos Contingentes	Detalhamento	31/12/2019	31/12/2018	AH%	AV%
Previstos	INSS	45	42	6%	83%
	BNCC	5	5	0%	9%
	Securitização BB - Ajuizados	2	-	100%	4%
	Demais	2	1	100%	4%
	TOTAL	54	49	11%	100%

Fonte: CGCON - DFC

a) **INSS** - As dívidas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS com a União registradas no ativo contingente decorrem de dois instrumentos contratuais: (i) Contratos de Assunção, Renegociação e Quitação de Dívidas, celebrados entre a União e a rede bancária, com a interveniência do INSS, em 20.12.2004; e (ii) Contrato de Assunção, Renegociação e Quitação de Dívida nº 54/PGFN/CAF, de 28.12.2001, em que a União pagou ao Banco do Brasil, com sub-rogação



nos respectivos créditos, dívida do INSS decorrente de saldo devedor na conta de benefícios do extinto Instituto de Administração Financeira da Previdência Social – IAPAS. Contudo, o INSS não reconhece em seu passivo tais dívidas.

b) BNCC - O Banco Nacional de Crédito Cooperativo - BNCC foi extinto pela Lei nº 8.029/1990, tendo o Decreto nº 366/1991 disciplinado a transferência dos bens, haveres e contencioso judicial daquele Banco à União, os quais foram então transferidos à STN.

c) Securitização e Pesa – Ajuizados - Créditos decorrentes de alongamento de dívidas rurais conduzidos pela Advocacia Geral da União - AGU, em âmbito judicial e que foram desonerados de risco pela União, nos termos da Medida Provisória nº 2.196-3/2002. Segundo a legislação em vigor, tanto as operações quanto o risco passaram a ser da União. Com isso, as demandas judiciais tornaram-se competência ou da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN ou da AGU. Com a PGFN ficaram os alongamentos inadimplidos após a cessão à União e que, por consequência, foram inscritos na Dívida Ativa da União - DAU e executados judicialmente. Por sua vez, a AGU ficou responsável por dois grupos de ações judiciais: *(i)* aquelas que envolviam operações ajuizadas pelo Agente Financeiro antes da transferência dos respectivos créditos rurais ao Tesouro Nacional e que, em razão da cessão, a AGU substituiu o Agente Financeiro no polo ativo da ação; e *(ii)* as ações revisionais impetradas pelos mutuários posteriormente à MP nº 2.196-3/2002, cujo objeto de execução judicial não teve qualquer parcela inscrita em DAU.

Passivos Contingentes

Passivo contingente é:

a) Uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou

b) Uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

- i. É improvável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção da obrigação; ou
- ii. Não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação

Passivos Contingentes Previstos

Os passivos contingentes previstos para a PGFN estão descritos na nota explicativa - Provisões.

Passivos contingentes da União com a Caixa

Os demais riscos fiscais previstos referem-se a passivos contingentes da União com a Caixa Econômica Federal estão pendentes de pleno reconhecimento que possibilite o andamento dos respectivos processos administrativos de regularização. A solução dessas pendências está a demandar esforços da Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN/MF e da Secretaria Federal de Controle Interno - SFC/CGU-PR, com a finalidade de que sejam ratificados os valores alegados. A Caixa pleiteia, a partir de apurações feitas internamente, em 2011, as importâncias apresentadas na tabela a seguir:

Detalhamento	Valores Pleiteados pela Caixa		Valores Estimados pela STN	
	Valor	Data	Valor	Data
BÔNUS BNH	3	01/10/2011	4	31/12/2019
VOTO CMN nº 162/1995	0	30/06/2011	1	31/12/2019
PRODUBAN	0	30/06/2011	0	31/12/2019
TOTAL	3		5	

Fonte: CGCON - DFC

Convém esclarecer que eventuais diferenças encontradas nos saldos dessas operações, registrados nos demonstrativos da Caixa e da União, justificam-se pela aplicação de diferentes metodologias de atualização.

Passivos em Processo de Assunção

Esses passivos contingentes referem-se a dívidas em processo de reconhecimento do FCVS, dos tipos VAFS 1 e 2. Os saldos residuais dos contratos de financiamento habitacional encerrados que não provém do FGTS constituem o VAF 1. Por outro lado, constituem o VAF 2 se a origem do recurso é o FGTS. Eles são objeto do art. 1º Lei nº 10.150/2000.

Detalhamento	31/12/2019	31/12/2018	AH%
VAFS 1 e 2	109	103	6%
TOTAL	109	103	6%

Fonte: CGCON - DFC

Atos Potenciais Ativos e Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Subconta	Detalhamento	31/12/2019	31/12/2018	AH%	AV%
Atos Potenciais Ativos	Garantias e Contragarantias	241	235	2%	44%
	Contratos	7	6	14%	1%
	Convênios e Instrumentos Congeneres	0	0	90%	0%
	Subtotal	248	242	3%	45%
Atos Potenciais Passivos	Garantias e Contragarantias	280	278	1%	51%
	Contratos	13	5	172%	2%
	Organismos Internacionais	8	-	100%	1%
	Convênios e Instrumentos Congeneres	5	5	5%	1%
	Subtotal	305	287	6%	55%
TOTAL		553	529	5%	100%

Fonte: CGCON - DFC

Precatório e RPV

Subconta	31/12/2019	31/12/2018	AH%
Precatório e RPV	37	33	14%
TOTAL	37	33	14%

Fonte: CGCON - DFC

A Lei nº 13.463/2017 previu o cancelamento dos precatórios e RPVs federais cujos valores não tenham sido retirados pelos credores e estejam depositados há mais de dois anos em instituição financeira oficial, com transferência desses recursos para a Conta Única do Tesouro Nacional.

A lei prevê também que esses precatórios e RPVs cancelados podem ser reincluídos, nos montantes efetivamente recolhidos à Conta Única, e depositado novamente, a pedido do credor.

O pedido de reinclusão é um requerimento para que seja expedido novo precatório, mas conservará ordem cronológica do requisitório anterior e remuneração correspondente a todo o período. Segue os mesmos trâmites de um precatório normal, necessitando de novo ofício de requisição ao tribunal para constituição de um novo precatório ou RPV. A respeito dos precatórios, esse pedido deverá ser objeto de inclusão em lista até 1º de julho de cada ano para entrar no orçamento e ser pago no ano seguinte.

10 - Resultado Patrimonial

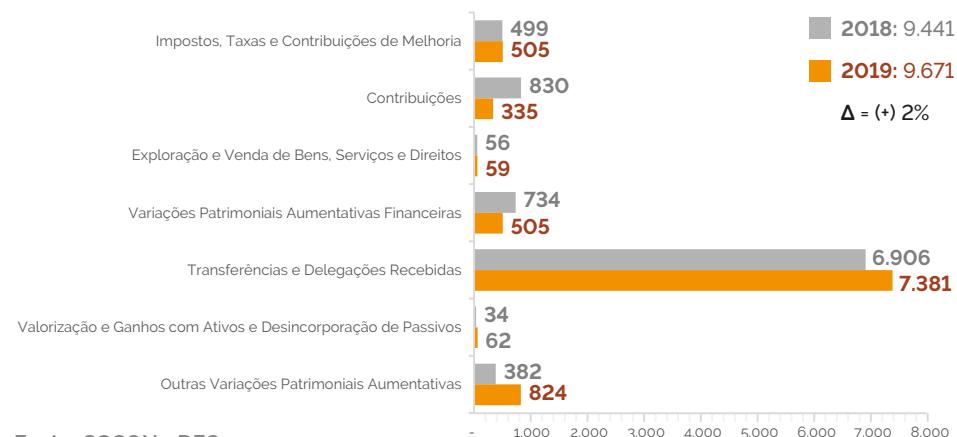
A Apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA e das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD. Ele é um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais (patrimônio).

Resultado Patrimonial	31/12/2019	31/12/2018	AH%
Variações Patrimoniais Aumentativas	9.671	9.441	2%
Variações Patrimoniais Diminutivas	-9.941	-9.810	1%
TOTAL	-270	-370	-27%

Fonte: CGCON - DFC

Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.



Fonte: CGCON - DFC

O resultado do período de janeiro a dezembro de 2019 pode ser explicado pelo desempenho da atividade econômica e por fatores não recorrentes, conforme explicitado no relatório "Análise da Arrecadação das Receitas Federais" de dezembro/2019, disponível no endereço <http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2019/dezembro2019/analise-mensal-dez-2019.pdf>.

No que tange às VPAs de contribuições ao FRGPs e ao PIS/Pasep, o saldo está zerado pois a partir do mês de junho estas passaram a ser registradas no FRGPs e no FAT.

Isso ocorreu pois a rotina de contabilização da Provisão para Repartição Tributária ao FRGPs e ao FAT, e consequentemente, do ajuste para perdas dos créditos referentes a esses fundos foi alterada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em conjunto com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) para atender ao Acórdão 927/2019 - TCU - Plenário.

Essa mudança ocorreu para melhor evidenciar as receitas que são vertidas ao fundo e os reflexos contábeis dos ajustes para perda no FRGPs.

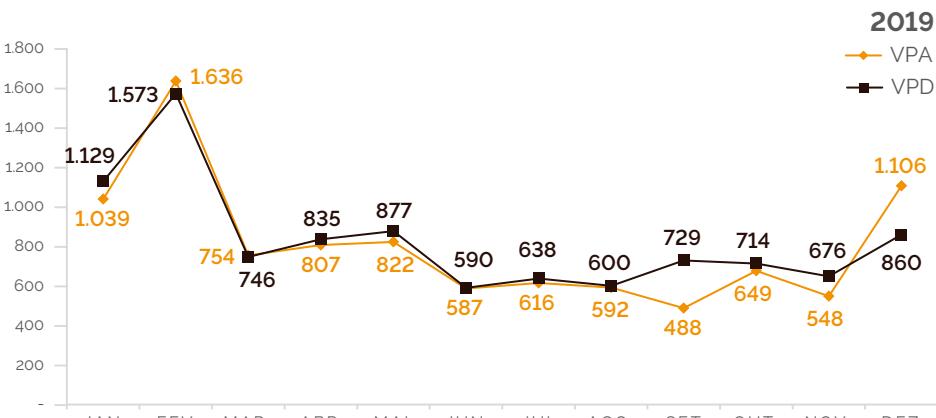
Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para a União, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.



Fonte: CGCON - DFC

O gráfico abaixo ilustra o acompanhamento mensal das Variações Patrimoniais no exercício de 2019:



Fonte: CGCON - DFC

Resultado Financeiro

A tabela abaixo compara o Resultado Financeiro (confronto entre as VPA financeiras e VPD financeiras), com o mesmo período do exercício anterior.

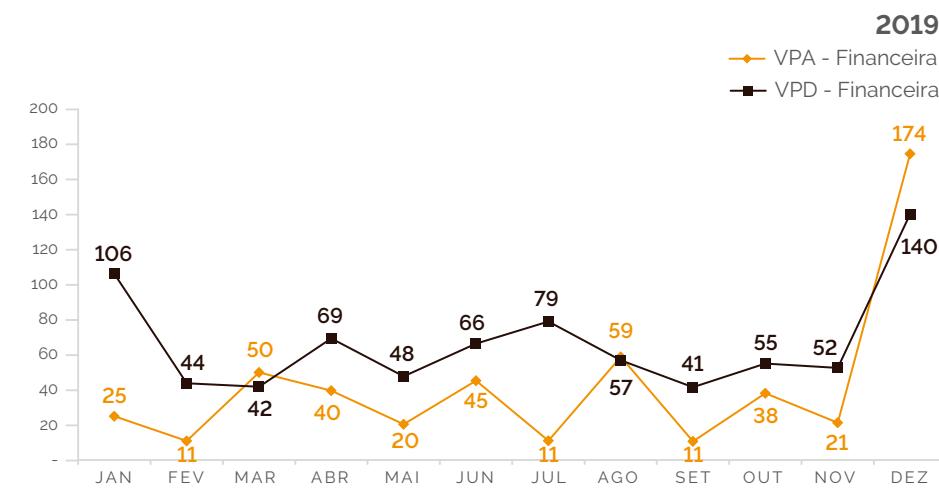
Resultado Financeiro	Subconta	31/12/2019	31/12/2018	AH%
Variação Patrim. Aument. Financeira	Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	54	69	-22%
	Juros e Encargos de Mora	-6	5	-235%
	Variações Monetárias e Cambiais	321	376	-15%
	Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	93	89	5%
	Aportes do Banco Central	43	191	-78%
	Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0	5	-90%
	Subtotal	505	734	-31%

Fonte: CGCON - DFC

Resultado Financeiro	Subconta	31/12/2019	31/12/2018	AH%
Variação Patrim. Diminu. Financeira	Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-325	-338	-4%
	Aportes ao Banco Central	-8	-19	-60%
	Variações Monetárias e Cambiais	-464	-505	-8%
	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-3	-9	-67%
	Subtotal	-799	-872	-8%
	TOTAL	-294	-137	114%

Fonte: CGCON - DFC

Observa-se que, o Resultado Financeiro sofreu um aumento 114%, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior o que, em termos monetários, representa uma variação de aproximados R\$ 156 bilhões.



Fonte: CGCON - DFC

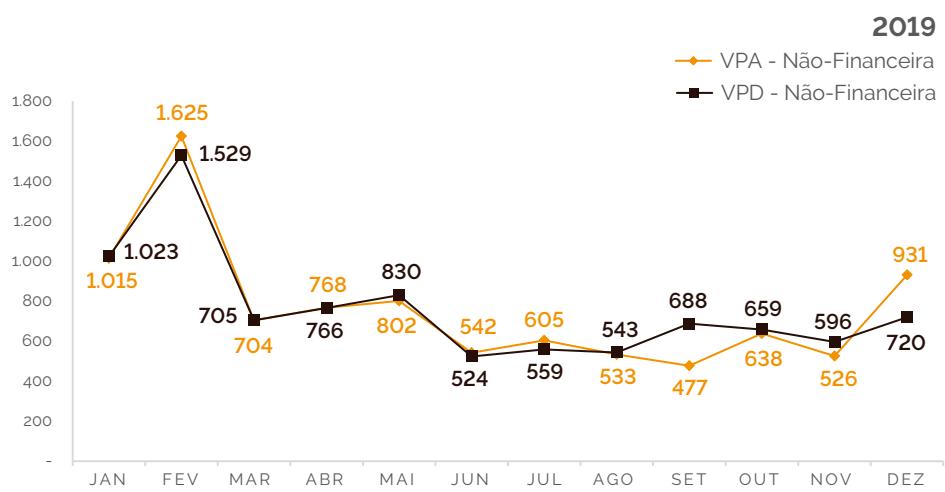
Resultado Não Financeiro

Na tabela abaixo, é apresentado o resultado da DVP, expurgando-se os efeitos da VPA financeira e VPD financeira.

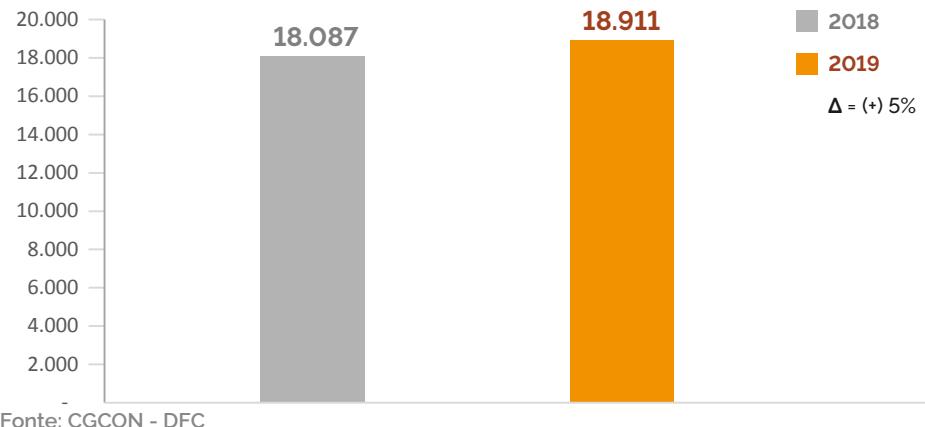
Outros Resultados	Subconta	31/12/2019	31/12/2018	AH%
Variação Patrimonial Aumentativa	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	505	499	1%
	Contribuições	335	830	-60%
	Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	59	56	6%
	Transferências e Delegações Recebidas	7.381	6.906	7%
	Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	62	34	83%
	Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	824	382	116%
Subtotal	9.166	8.707	5%	
Variação Patrimonial Diminutiva	Pessoal e Encargos Sociais	-18	-15	14%
	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-19	-18	2%
	Uso de Bens, Serviços e Cons de Capital Fixo	-34	-30	12%
	Transferências e Delegações Concedidas	-8.420	-8.500	-1%
	Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-290	-222	30%
	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-362	-153	137%
Subtotal	-9.142	-8.939	2%	
TOTAL	25	-232	-111%	

Fonte: CGCON - DFC

Ao desconsiderar as VPA e VPD financeiras, observa-se que, o resultado sofreu um decréscimo de 111%, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior o que, em termos monetários, representa uma variação de aproximados R\$ 257 bilhões.



Entre 2018 e 2019, observou-se um aumento de 5% nos custos operacionais, ocasionado, principalmente pelas rubricas de Pessoal e Encargos Sociais, Serviços de Terceiros – PJ e Depreciação, Amortização e Exaustão.

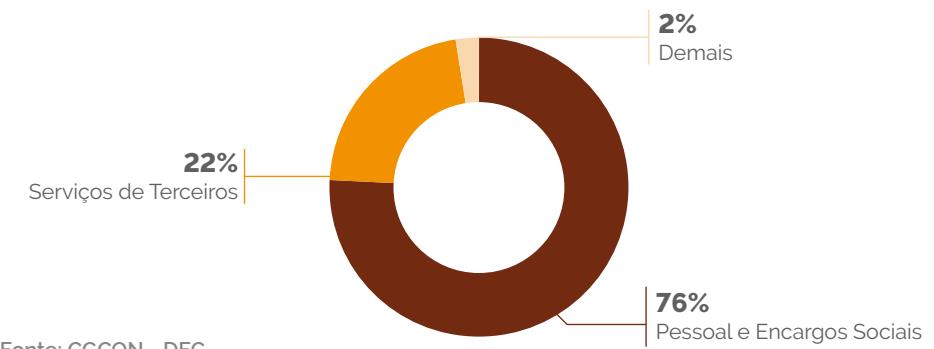


Custos Operacionais

Abaixo são apresentados todos os gastos que estão diretamente ligadas à atividade do Ministério da Economia, como: pessoal e encargos sociais, material de consumo, diárias, serviços de terceiros, depreciação.

Custos Operacionais	2019	2018	Variação	AH%	AV%
01. Pessoal e Encargos Sociais	14.328	13.801	527	4%	76%
02. Uso de Materiais de Consumo	27	27	0	2%	0%
03. Diárias	37	42	-5	-13%	0%
04. Serviços de Terceiros - PF	61	55	5	10%	0%
05. Serviços de Terceiros - PJ	4.110	3.953	157	4%	22%
06. Contrato de Terceirização por Subst. de M.O.	1	2	-1	-27%	0%
07. Depreciação, Amortização e Exaustão	334	193	141	73%	2%
08. Tributárias	13	13	0	0%	0%
Total Geral	18.911	18.087	824	5%	100%

Fonte: CGCON - DFC



Do montante de R\$ 18.911 bilhões referente ao exercício de 2019, 76% do valor equivale a custos com Pessoal e Encargos Sociais e 22% com Serviços de Terceiros - PJ.



Capítulo



Fundos

1 Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)

1. Aspectos Gerais

O Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), de natureza contábil, instituído por meio da Lei Federal no 10.633/2002, tem por finalidade prover os recursos necessários à organização e manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), bem como prestar assistência financeira para a execução de serviços públicos de saúde e educação, conforme disposto no inciso XIV do artigo 21 da Constituição Federal, com implementação a partir de 2003.

Conforme dispõe o Decreto Distrital no 36.287/2015, o ordenador de despesa da Unidade Prestadora de Contas (UPC)/(UG 170392) e gestor do referido fundo é o Secretário de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC-DF) e o gestor financeiro é o Subsecretário do Tesouro Distrital.

Objetivando aprimorar a gestão orçamentária e financeira do FCDF no âmbito da SEEC-DF, o Decreto Distrital no 34.710/2013 criou a Coordenação de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal – CFCDF. A CFCDF conta em sua estrutura com duas Gerências: Gerência de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Constitucional do Distrito Federal – GEOFI e a Gerência de Acompanhamento e Controle do Fundo Constitucional do Distrito Federal – GECON. A CFCDF tem por missão coordenar a gestão dos recursos do FCDF, acompanhando, controlando e administrando os registros contábeis, os créditos orçamentários e os repasses financeiros para as áreas de segurança pública, saúde e educação. Destacam-se a coordenação da elaboração da proposta orçamentária dos recursos do FCDF, a programação financeira e o acompanhamento das despesas públicas dos órgãos de segurança pública (pessoal e encargos sociais, custeio e investimento), saúde e educação (despesas de pessoal e encargos sociais para os dois últimos).

Os objetivos estratégicos para o período de 2018 a 2021 foram estabelecidos visando tornar eficaz, eficiente e transparente a aplicação dos recursos do FCDF. Abaixo são elencadas as perspectivas desses objetivos.

PERSPECTIVA	DESCRIÇÃO
Contribuição para a sociedade	Acompanhar e controlar a execução orçamentária e financeira das ações mantidas com recursos do FCDF.
Resultados institucionais	Realizar a interlocução das Unidades Gestoras do FCDF com os órgãos de controle no sentido de atender as solicitações, recomendações e determinações.
Processos internos	Supervisionar os procedimentos atinentes às operações de contabilidade dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras do FCDF.
Pessoas e tecnologias	Assegurar a consistência e padronização das informações produzidas pelas Unidades Gestoras.

2. Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo estabelecer os princípios, as diretrizes, as responsabilidades e o processo de gestão de riscos na Coordenação de Gestão do Fundo Constitucional do Distrito Federal (CFCDF), com vistas à incorporação da análise de riscos à tomada de decisão, em conformidade com as boas práticas de governança adotadas no setor público.

A CFCDF deu início ao processo de implantação da Gestão de Riscos em 2018, em atendimento à Recomendação nº 168763 da CGU, a qual solicitou à Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF) a implantação da gestão de risco no âmbito do FCDF, e, em consonância com a iniciativa estratégica de Implantação da Gestão de Riscos nas unidades de alta complexidade do Governo do Distrito Federal, prevista no Planejamento Estratégico do Governo do Distrito Federal 2016-2019.

No que se refere ao Plano de Implantação das Ações de Controle de Riscos, os riscos identificados e os controles propostos para realização das medidas de controle, seguem especificados no quadro a seguir:

2.1 GEOFI

GERÊNCIA	RISCO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROBABILIDADE	CONSEQUÊNCIA	NÍVEL	CONTROLE
Gerência de Execução Orçamentária e Financeira - GEOFI	Déficit orçamentário	Orientar, analisar e consolidar a proposta orçamentária anual das Unidades mantidas e assistidas com recursos do FCDF	Possível	Catastrófica	Extremo	Estudos preliminares relacionados à aplicação de recursos mais eficientes, evitando o desperdício de dotação orçamentária
	Previsão de recolhimento de contribuições menor do que o realizado		Possível	Menor	Médio	Modificar a solicitação das fontes 106, 123, 156 e 169, de maneira a se respeitar a fonte com a destinação dos recursos.
	Perda do prazo para lançar os remanejamentos		Improvável	Maior	Alto	Criar agenda no Outlook com alertas.
	Liberação total do orçamento às unidades		Possível	Catastrófica	Extremo	Criar regramento legal com o objetivo de reduzir a discricionariedade política
	Geração de despesas de caráter continuado sem viabilidade orçamentária e financeira sustentável ao longo dos anos		Provável	Catastrófica	Extremo	Fortalecer os mecanismos de governança para a gestão orçamentária e financeira do FCDF
	Liberação de despesa acima da necessidade da unidade gestora		Possível	Moderada	Médio	Inclusão de análise de riscos no parecer técnico a ser submetido à Governança
	Projeção distorcida da realidade		Possível	Maior	Alto	Automatização da extração de dados dos sistemas para as planilhas
	Análise equivocada nas Manifestações Técnicas		Possível	Moderada	Médio	Automatização da extração de dados dos sistemas para as planilhas
	Orientação equivocada		Possível	Menor	Médio	Participação em cursos de capacitação

2.2 GECON

GERÊNCIA	RISCO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROBABILIDADE	CONSEQUÊNCIA	NÍVEL	CONTROLE
Gerência de Acompanhamento e Controle - GECON	Julgamento irregular das contas do FCDF pelo TCU	Acompanhar a execução orçamentária e financeira das ações mantidas com recursos do FCDF	Raro	Catastrófica	Alto	Política de divulgação de prazos/alertas e alteração de legislação
	Restrição contábil das Unidades Gestoras - Conformidade Contábil	Assegurar a consistência contábil e padronizações das informações produzidas pelas Unidades Gestoras	Possível	Menor	Médio	Capacitação anual dos servidores das UGs para elaborar a prestação de contas diante à constante mudança na legislação aplicada
	Restrição contábil Indevido das Unidades Gestoras	Supervisionar os procedimentos atinentes às operações de contabilidade dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras do FCDF	Possível	Menor	Médio	Capacitação/Atualização anual dos servidores devido à rotatividade e à constante alteração da legislação aplicada
	Induzir as Unidades Gestoras do FCDF ao erro	Realizar a interlocução das unidades do FCDF com os órgãos de controle no sentido de atender solicitações, recomendações e determinações	Possível	Maior	Alto	Capacitação/Atualização anual dos servidores devido à rotatividade e à constante alteração da legislação aplicada
	Encaminhamento de Informações Incorretas aos Órgãos de Controle		Raro	Maior	Médio	Capacitação/Atualização anual dos servidores devido à rotatividade e à constante alteração da legislação aplicada
						Propor alteração ou edição de regras específicas para o FCDF
						Articulação com o TCDF para atendimento da Decisão 5744/2018 - TCDF

3. Principais Resultados em 2019

Panorama da despesa

Os recursos destinados ao FCDF estão classificados no orçamento da União – OGU, na função de governo “28 – Encargos Especiais” e na Sub-função “845 – Outras Transferências”, do Programa “0903 – Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica” e não indicam metas e produtos a serem alcançados pela União, visto que a execução dos recursos destinados à manutenção das ações dos órgãos que compõem o FCDF são revertidos em produtos e serviços para o DF.

Para o exercício em análise, foi aprovado orçamento para o fundo no montante de R\$ 14.302.079.961,00. Ao final do exercício de 2019 verificou-se execução de 97,89%, conforme se verifica no quadros abaixo.

Resumo Da Dotação Autorizada Da Despesa

Categorias Econômicas	Valores em R\$
Despesas Correntes (A) = (B+C)	13.918.668.099,23
Pessoal e Encargos Sociais (B)	12.480.934.840,31
Outras Despesas Correntes (C)	1.437.733.258,92
Despesas de Capital (D) = (E)	82.064.531,88
Investimentos	82.064.531,88
Total (A+D)	14.000.732.631,11

No que tange à distribuição dos recursos para as UGs que compõem o FCDF, o quadro a seguir demonstra que 53,74% da dotação autorizada foi utilizada na área de segurança e 46,26% nas áreas de saúde e educação do DF.

Resumo da Dotação Autorizada – 2019

Área	Valor Autorizado	%
Segurança	7.687.166.808,00	53,74
Saúde e Educação	6.614.913.153,00	46,26
Total	14.302.079.961,00	100

O próximo quadro apresenta a distribuição da dotação e a execução orçamentária por Grupo de Despesa em cada um dos órgãos do FCDF no exercício de 2019. Destaca-se a grande concentração em Despesas de Pessoal.

Órgão	Grupo de Despesa	Dotacao Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
PMDF	4 Investimentos	52.153.950,00	51.437.422,80	37.416.356,81	37.416.356,81
	Outras				
	3 Despesas Correntes	986.679.293,00	986.679.286,85	855.594.055,26	853.418.380,18
	Pessoal e				
CBMDF	1 Encargos Sociais	2.774.997.931,00	2.774.997.931,00	2.774.997.931,00	2.758.703.701,12
	Total	3.813.831.174,00	3.813.114.640,65	3.668.008.343,07	3.649.538.438,11
	4 Investimentos	29.859.701,00	29.836.354,29	15.486.130,58	15.472.155,58
	Outras				
SEE	3 Despesas Correntes	428.725.876,00	428.724.001,74	402.962.742,52	402.075.673,04
	Pessoal e				
	1 Encargos Sociais	1.281.814.948,00	1.281.814.947,89	1.279.863.933,71	1.273.179.437,91
	Total	1.740.400.525,00	1.740.375.303,92	1.698.312.806,81	1.690.727.266,53
PCDF	Outras				
	3 Despesas Correntes	40.000.000,00	40.000.000,00	40.000.000,00	40.000.000,00
	Pessoal e				
	1 Encargos Sociais	2.708.092.143,00	2.707.989.781,86	2.707.989.781,86	2.707.989.781,86
PCDF	Total	2.748.092.143,00	2.747.989.781,86	2.747.989.781,86	2.747.989.781,86
	4 Investimentos	40.707.853,00	40.707.853,00	29.176.019,49	29.176.019,49
	Outras				
	3 Despesas Correntes	136.873.940,00	136.873.940,00	127.365.503,97	127.239.205,70
SES	Pessoal e				
	1 Encargos Sociais	1.955.353.316,00	1.955.353.316,00	1.948.390.590,55	1.925.644.329,07
	Total	2.132.935.109,00	2.132.935.109,00	2.104.932.114,01	2.082.059.554,26
	Outras				
SES	3 Despesas Correntes	30.201.183,00	30.201.183,00	30.201.183,00	15.000.000,00
	Pessoal e				
	1 Encargos Sociais	3.836.619.827,00	3.836.619.827,00	3.836.619.827,00	3.815.417.590,35
	Total	3.866.821.010,00	3.866.821.010,00	3.866.821.010,00	3.830.417.590,35
TOTAL		14.302.079.961,00	14.301.235.845,43	14.086.064.055,75	14.000.732.631,11



4. Links

Os links abaixo são referentes aos dados do FCDF no Portal da Transparência e ao Relatório de Gestão de 2018 apresentado ao TCU.

<http://www.portaltransparencia.gov.br/orgaos/25915?ano=2018>

<https://contas.tcu.gov.br/econtasWeb/web/externo/listarRelatoriosGestao.xhtml;%20sessionid=zQZsKbGS2H50eM+lllePgLfX.host1d1:econtasWeb>



2 Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)

O FCVS é um fundo público de natureza contábil e financeira, criado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) pela Resolução nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional de Habitação (BNH), vinculado ao Ministério da Economia e administrado pela CAIXA. Cabe ao Fundo assumir o saldo residual não amortizado dentro do prazo do contrato de financiamento e parte dos descontos concedidos nas liquidações antecipadas e nas transferências de contratos de financiamento habitacional.

Pela assunção dos direitos e obrigações da extinta apólice do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH), que contava com garantia de equilíbrio permanente e em âmbito nacional do FCVS em 31 de dezembro de 2009, o Fundo é responsável pela liquidação da dívida perante o agente financeiro no caso de morte ou invalidez permanente do mutuário – MIP e pela assunção das despesas com a recuperação do imóvel nas ocorrências de danos físicos (DFI).

A [Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993](#), extinguia a cobertura do FCVS para novos contratos de financiamento do SFH, e pela [Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000](#) a União assumiu as obrigações do Fundo por meio de novação de dívidas.

1. Resultados 2019

Novação R\$ 1,49 bilhão
Pagamentos de MIP E DFI R\$ 2,96 milhões

2. Grandes Números do FCVS

GRANDES NÚMEROS DO FCVS - 2019		
	Quantidade	Valor
Contratos homologados e auditados aptos para novação	930.826	R\$ 74,47 bilhões
	Quantidade	Valor Estimado de Condenação
Ações Judiciais cadastradas pelas seguradoras como de interesse do FCVS (Garantia do SH/SFH)	61.075	R\$ 25,66 bilhões

Mais informações no sítio da Caixa, Administradora do FCVS, por meio do endereço:

<https://fundosdegoverno.caixa.gov.br/sicfg/fundos/FCVS/detalhe/numeros>

3 Fundo de Garantia para Construção Naval (FGCN)

O Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN) é administrado e gerido pela CAIXA, que o representa judicial e extrajudicialmente. Sujeito a direitos e obrigações próprias, o Fundo tem natureza privada e patrimônio próprio dividido em cotas, separado do patrimônio dos cotistas.

O FGCN visa garantir o risco de crédito das operações de financiamento à construção ou à produção de embarcações e o risco decorrente de performance (GP) de estaleiro brasileiro (com sede no país, que tenha por objeto a indústria da construção e reparo navais), conforme Estatuto, Regulamento e legislação vigentes.

1. Principais Resultados em 2019

No contexto da Recuperação Judicial do Grupo Sete Brasil, em 2019 o FGCN participou ativamente das reuniões de credores e assembleias gerais. As tratativas realizadas tiveram como pauta, em especial, a melhoria das condições apresentadas pelos proponentes compradores das 4 (quatro) sondas continuadas no âmbito do leilão judicial para alienação das citadas sondas, e ainda, a melhoria das condições da proposta vencedora, qual seja, da Magni Partners, finalizada em US\$ 296,15 milhões, em especial no que concerne às garantias apresentadas. Em decorrência da aprovação da referida proposta, a Sete Brasil apresentou proposta de reestruturação societária e financeira, que segue em análise pelos credores para deliberação. Em paralelo, e tendo sido aprovado pela governança da Petrobras a proposta da Magni, os credores aguardam a conclusão pela Sete Brasil da elaboração dos instrumentos jurídicos para assinatura pelas partes.

O FGCN aguarda ainda a assinatura pelos demais credores das cartas de fiança não honradas pelo Fundo, a qual foi apresentada pela Administradora como condição para liberação das hipotecas.

2. Resultados 2019

Rendimentos FI-FGCN

R\$ 12,2 milhões

Reserva Patrimonial

R\$ 55,7 milhões

RESULTADOS FGCN 2019

	Valor
Patrimônio Líquido	55.564
Receitas	598.793
Despesas	591.007

Mais informações no sítio da CAIXA, Administradora do FGCN, por meio do endereço:

<http://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx>

4 Fundo de Garantia à Exportação (FGE)

1. Finalidades e competências

O Fundo de Garantia à Exportação – FGE é um fundo público da União vinculado ao Ministério da Economia, sem personalidade jurídica, contábil, com natureza jurídica de Fundo Público (120-1), conforme classificação da Comissão Nacional de Classificação – CONCLA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O Fundo tem por objetivo prover recursos para a cobertura das garantias prestadas pela União em operações de seguro de crédito à exportação: i) contra riscos políticos e extraordinários e ii) contra riscos comerciais. Em ambos os casos, a cobertura se estende pelo prazo total da operação. No caso específico da cobertura contra riscos comerciais, as operações passíveis de cobertura são aquelas cujo prazo é superior a dois anos, à exceção das operações de Micro, Pequenas e Médias Empresas – MPME, que admitem prazo inferior a dois anos.

Os recursos do FGE poderão ser utilizados, ainda, para a cobertura de: i) garantias prestadas pela União contra riscos de obrigações contratuais sob a forma de garantia de execução; ii) garantia de reembolso de adiantamento de recursos e garantia de termos e condições de oferta; iii) para operações de bens e serviços das indústrias do setor de defesa; e iv) para produtos agropecuários cujo produtor seja beneficiário de cotas tarifárias para mercados preferenciais no momento da contratação com a instituição financeira.

2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento

O FGE foi criado pela Medida Provisória nº 1.583-1, de 25 de setembro de 1997, que, após consecutivas reedições, foi convertida na Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999. Posteriormente, foi alterado pelas Leis nº 10.856, de 5 de abril de 2004; nº 11.786, de 25 de setembro de 2008; nº 12.995, de 18 de junho de 2014; e nº 13.292, de 31 de maio de 2016.

O BNDES é o gestor do FGE, conforme disposto no art. 1º do Decreto nº 4.929, de 23 de dezembro de 2003, e tem suas competências definidas no art. 8º da Lei nº 9.818/1999. Constituem recursos do FGE, de acordo com o art. 3º da supracitada Lei:

- a)** o produto da alienação das ações;
- b)** a reversão de saldos não aplicados;
- c)** os dividendos e a remuneração de capital das ações;
- d)** o resultado das aplicações financeiras dos recursos;
- e)** as comissões decorrentes da prestação de garantia; e
- f)** os recursos provenientes de dotação orçamentária do Orçamento Geral da União.

Em 2005, as atividades relacionadas ao Seguro de Crédito à Exportação foram transferidas do IRB-Brasil Resseguros S.A. para a Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN, do então Ministério da Fazenda. Essa alteração se deu com a publicação da Medida Provisória nº 267, de 28 de novembro de 2005 (convertida na Lei nº 11.281, de 20 de fevereiro de 2006), que altera dispositivos da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, e com a publicação da Portaria nº 416, de 16 de dezembro de 2005 (atual Portaria nº 256, de 11 de maio de 2015, do Ministro do Estado da Fazenda).

Em 2019, com a publicação da Lei 13.844, de 2019, a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX e sua Secretaria-Executiva – SE-CAMEX passaram a integrar a estrutura básica do Ministério da Economia. Posteriormente, com o Decreto Nº 9.745, de 8 de abril de 2019, que aprovou a estrutura regimental do Ministério da Economia, a Câmara de Comércio Exterior passou a acompanhar e supervisionar o Fundo de Garantia à Exportação, além de elaborar proposta orçamentária para o cumprimento de obrigações do Seguro de Crédito à Exportação com recursos do Fundo. Em outubro do mesmo ano, foi editado o Decreto nº 10.044, de 2019, que dispõe que a Câmara de Comércio Exterior estabelecerá as políticas de financiamento e de garantia das exportações que assegurem a governança adequada, a sustentabilidade e a competitividade dos financiamentos, com base nas melhores práticas internacionais.

A propósito da gestão de risco, cumpre destacar que, com base na previsão legal do art. 4º §3º da Lei nº 6.704/1979, e por delegação conferida pelo então Ministro de Estado da Fazenda, a Secretaria de Assuntos Internacionais contratou a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF, em 01.07.2014. O atual contrato em vigor com a ABGF foi firmado em 30.04.2017 e teve sua última renovação realizada pela SE-CAMEX por meio do Termo Aditivo nº 05/2019, com vigência até 30 de junho de 2020.

3. Principais Resultados em 2019

O exercício de 2019 terminou com redução no número de empresas com cobertura do Seguro de Crédito à Exportação (SCE) em operações com prazo superior a dois anos. Isso ocorreu porque o Fundo de Garantia à Exportação (FGE), que dá lastro ao Seguro, passou a enfrentar restrição orçamentária a partir de 2018, quando o volume de sinistros nas operações cobertas pelo SCE aumentou devido aos defaults soberanos de Moçambique, Venezuela e Cuba. Como resultado desta restrição orçamentária, no exercício de 2019 foi aprovada a concessão do SCE para apenas uma empresa, e esta já tinha a cobertura do Seguro para outras operações, de forma que a aprovação não contribuiu para o aumento do número de empresas com cobertura do seguro. Além disso, várias operações de exportação com cobertura do SCE foram concluídas, de forma que algumas empresas deixaram de estar cobertas pelo seguro.

O crescimento expressivo no número de operações sinistradas a partir de 2018 levantou um alerta quanto à sustentabilidade do FGE e à viabilidade do modelo de concessão de seguro de crédito à exportação em funcionamento no Brasil. Nesse sentido, a partir de 2018, iniciou-se a discussão, ainda em curso, sobre as diretrizes para a reforma dessa importante política pública, responsável por prover apoio e condições de competitividade às exportações brasileiras.

Em 2019, conforme informado pela empresa contratada para operar o SCE, foi submetida à aprovação do Secretário-Executivo da Câmara de Comércio Exterior 1 pedido de concessão de garantia de cobertura de operações de crédito efetuado por exportadores, conforme distribuídos na tabela a seguir.

Tabela 1 – Pedidos de garantia de cobertura submetidos em 2019

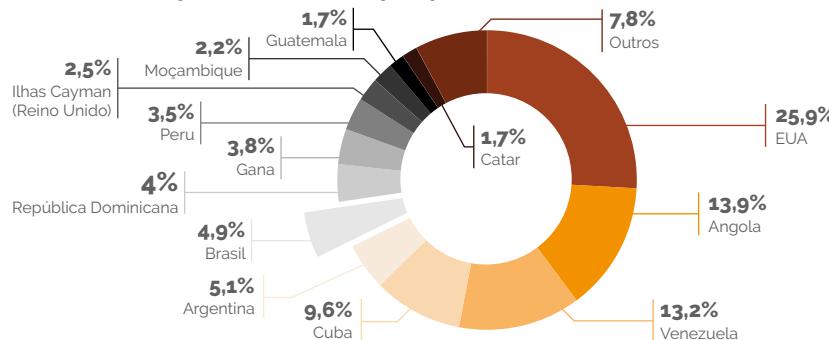
Natureza da operação	Quantidade	Nº de Países/destinos	Valor das Exportações	Prêmios Previstos
Promessa de Garantia	1	1	*	*
Certificado de Garantia MLP	0	-	-	-
Certificado de Garantia MPME	0	-	-	-
Indeferimento MLP	3	-	-	-
Indeferimento MPME	0	-	-	-

Fonte: ABGF

*Os valores não serão divulgados devido aos critérios para preservação de informações sigilosas referentes a operações em atas do COFIG, aprovados na 140ª RO do COFIG, realizada em 25.08.2016.

A exposição do FGE em 31.12.2019 alcançou o montante de US\$ 9,3 bilhões (incluindo operações aprovadas e notificadas, ambos os tipos ainda não concretizadas), apresentando uma diminuição, em dólares, de 31,2% em relação ao ano anterior. O Gráfico 1 mostra o valor da exposição do Fundo detalhada por país.

Gráfico 1 – Exposição do FGE por país em 31.12.2019



A Subsecretaria de Financiamento ao Comércio Exterior da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) é responsável pela elaboração do Relatório de Gestão do SCE/FGE anualmente. No entanto, para ser publicado, o relatório deve ser aprovado pelo Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), colegiado integrante CAMEX. A expectativa é que o relatório referente ao exercício de 2019 seja pautado na próxima reunião do COFIG a ser realizada.

5 Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab)

O FGHab é um fundo privado, constituído ao amparo da [Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009](#), com patrimônio próprio dividido em cotas, separado do patrimônio dos cotistas, sendo sujeito a direitos e obrigações próprias.

Sua finalidade é prestar garantias para até 2.000.000 de contratos habitacionais, firmados no âmbito do PMCMV, com recursos do FGTS, em caso de Morte e Invalidez Permanente (MIP), Danos Físicos no Imóvel (DFI) e Empréstimo por Perda de Renda (RTCP).

As diretrizes estratégicas do FGHab apresentam-se no contexto do planejamento do Ministério da Economia, gestor do Fundo.

1. Principais Resultados em 2019

Em 2019 foram analisados 10.711 acionamentos de garantias, com deferimento de 5.015 pedidos.

Considerando os acionamentos administrativos e as condenações judiciais, o FGHab honrou 4.615 garantias no valor de R\$ 237 milhões.

Destaques Operacionais - 2019

Operações Garantidas

1.994.098

(R\$ 150,8 bilhões)

**Garantias Honradas
4.615**

237 milhões

**Receitas de Comissões Pecuniárias
R\$ 293 milhões**

RESULTADOS FGHAB 2019

Receitas Operacionais	Despesas Operacionais
R\$ 754.733	R\$ 285.946
Resultado Líquido	Ativo Total
R\$ 468.787	R\$ 2.642.653

Mais informações no sítio da CAIXA, Administradora do FGHab, por meio do endereço: <http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx> em FGHab – Processo de Contas anuais.

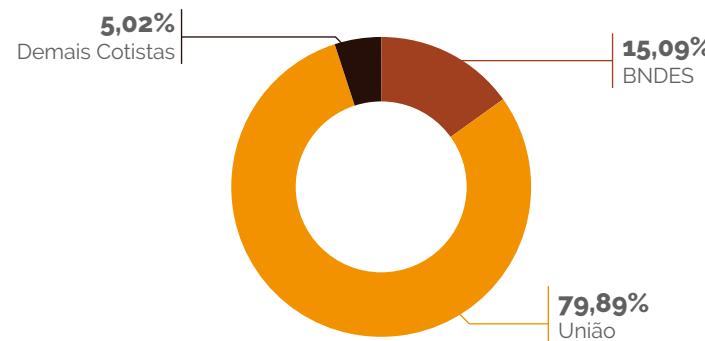
6 Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)

1. Descrição, Finalidade e Objetivos

O BNDES FGI (Fundo Garantidor para Investimentos), criado e administrado pelo BNDES, tem a finalidade de contribuir para a ampliação do acesso ao crédito para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), microempreendedores individuais e autônomos transportadores de carga, estes últimos apenas para aquisição de bens de capital inerentes à sua atividade.

Atualmente, o BNDES FGI apoia operações de crédito realizadas em diversas linhas e programas de financiamento, tanto no âmbito de linhas próprias dos agentes financeiros habilitados, quanto em repasses do BNDES, sempre garantindo parte do risco de crédito assumido pelos agentes financeiros nessas operações. Cabe ressaltar que, em 2019, o BNDES, em seu papel de administrador, promoveu a ampliação das linhas e programas de financiamento elegíveis à garantia do Fundo.

Composição Patrimonial em 31/12/2019



Dado contábil ou financeiro	31.12.2019 (R\$ mil)
Patrimônio Líquido	1.199.346
Integralizações de capital (fluxo em 2019)	3.850
Resgates de cotas (fluxo em 2019)	0
Disponibilidades (ativo)	21.509
Aplicações Financeiras (ativo)	1.232.576
Provisão para Encargos Não Ganhos (passivo)	59.344
Receita com Encargos Retidos (fluxo em 2019)	37.913
Renda de Aplicações em Títulos Públicos e Compromissadas (fluxo em 2019)	134.383
Despesas com Honras (fluxo em 2019)	70.064
Resultado do Exercício (em 2019)	92.445
Exposição total da carteira de garantias em 31.12.2019	2.674.228
Alavancagem sobre o Patrimônio Líquido em 31.12.2019 *	2,2 vezes

* O limite de alavancagem do Fundo corresponde a 12 vezes o Patrimônio Líquido.

2. Desempenho 2019

Valor Financiado (VF):

R\$ 661 Milhões

(Crescimento de 5% em relação a 2018)

Alcançada a marca de R\$ 8 bilhões no acumulado desde 2010

Valor Garantido (VG):

R\$ 458 Milhões

(Crescimento de 11% em relação a 2018)

Número de operações (Nop):**1627****(Crescimento de 20% em relação a 2018)**

- Agentes Financeiros em operação regular: 9 (sendo os 2 principais, privados)

Focando apenas no público Micro e Pequenas Empresas (MPE):

VF: R\$ 277 Milhões**(Crescimento de 77% em relação a 2018)*****VG: R\$ 194 Milhões****(Crescimento de 69% em relação a 2018)*****Nop: 1.169****(Crescimento de 33% em relação a 2018)***

*Crescimento decorre principalmente do aumento de operações com funding próprio dos Agentes Financeiros

- Rentabilidade da Carteira Renda Fixa do FGI: 11,78 % (Corresponde a 105,85% do benchmark estatutário, baseado no IRF-M)

3. Efetividade / Resultados (2010 a 2019)

O crédito garantido pelo FGI tem um histórico qualificado.

Das garantias outorgadas no acumulado desde o início de operação em 2010, cerca de 90% são operações com MPE e autônomos, público mais carente de acesso a crédito. Ademais, 57% referem-se a operações com a finalidade de investimento, o que contribui para o crescimento econômico e proporciona um crédito de prazo mais alongado. No acumulado histórico, as operações apresentam Prazo Total médio de mais de 5 anos.

Com relação às operações de repasse garantidas, cabe destacar que, no acumulado desde a constituição do fundo, mais de 60% dos tomadores nunca haviam acessado crédito do BNDES anteriormente, evidência que demonstra o potencial de acesso permitido pelo BNDES FGI.

4. Ações de Gestão, Acompanhamento e Controle

O FGI possui equipe no BNDES dedicada à sua gestão, responsável pela relação com cotistas, elaboração de regulamentos de operações, precificação, operacionalização das garantias e acompanhamento.

Todas as solicitações de honra de garantia, previamente ao pagamento, são objeto de análise de conformidade pelo BNDES, tendo sido honradas 660 operações pelo Fundo em 2019. Foram acompanhadas ainda em 2019, com base em critério amostral, 627 operações honradas em períodos anteriores, em fase de recuperação de crédito.



7 Fundo de Garantia de Operações (FGO)

O Fundo de Garantia de Operações (FGO) tem natureza privada, patrimônio próprio e separado do patrimônio dos seus cotistas e do seu Administrador.

Foi constituído pelo Banco do Brasil, com base nos termos da [Lei n° 12.087, de 11 de novembro de 2009](#), que também autorizou a União a ser cotista do FGO.

O FGO foi criado com o intuito de possibilitar o acesso ao crédito, garantindo parte do risco de crédito dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas instituições financeiras cotistas do Fundo para micro, pequenas e médias empresas, microempreendedores individuais e autônomos transportadores rodoviários de carga, na aquisição de bens de capital inerentes a sua atividade.

Os agentes financeiros (que também são cotistas) habilitados a trabalhar com o FGO são o Banco do Brasil (BB), a Caixa Econômica Federal (Caixa), o Banco do Nordeste (BNB), a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro (AgeRio) e a Agência de Desenvolvimento Paulista (Desenvolve SP).

Por decisão da Assembleia de Cotistas do FGO, desde 17 de dezembro de 2018 estão suspensas as contratações de novas operações com garantia do Fundo, constituindo-se em passo inicial para seu encerramento futuro.

1. Principais Resultados em 2019

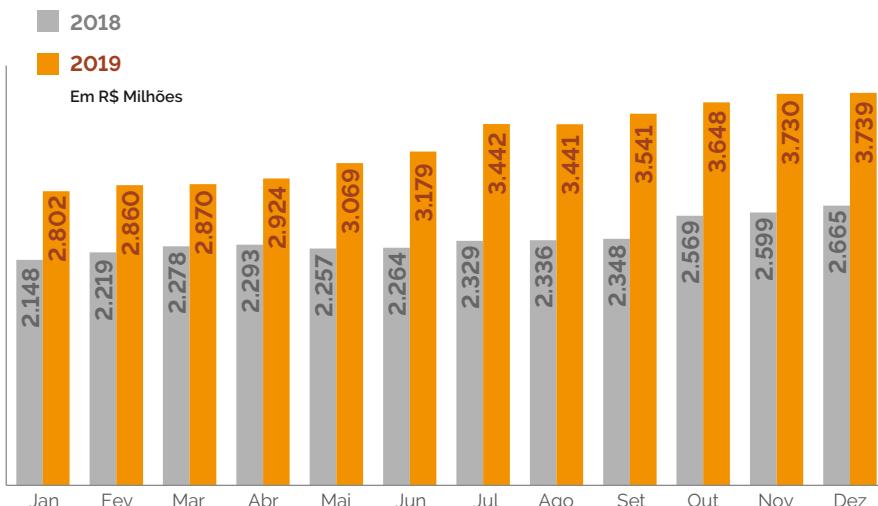
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2019	VARIAÇÃO
RECEITA OPERACIONAL	734.475	1.149.750	57%
Rendas de Comissão de Concessão de Garantias	379.298	110.590	-71%
Rendas de Recuperação de Honras	45.968	30.214	-34%
Resultado de Aplic. Interfinanceiras de Liquidez	750	1.009	35%
Resultado em Títulos e Valores Mobiliários	308.459	1.007.027	226%
Outras Receitas Operacionais	-	910	-

Valores em R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2019	VARIAÇÃO
DESPESAS OPERACIONAIS	(100.631)	(76.222)	-24%
Despesas de Captação	-	-	0%
Despesas com Provisão de Honras	(51.191)	(31.569)	-38%
Resultados de IFP (Instrumentos Financeiros Derivativos)	-	(443)	-
Despesas administrativas	(551)	(720)	31%
Despesas Tributárias	(18.965)	(5.529)	-71%
Despesas com Administração da Carteira	(27.539)	(34.950)	27%
Outras Despesas Operacionais	(2.385)	(3.011)	26%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	633.844	1.073.528	69%

Fonte: Administrador do FGO

2. Patrimônio do FGO



[https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/setor-publico/governo-federal/development-socioeconomico/fundo-de-garantia-de-operacoes-\(fgo\)#/](https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/setor-publico/governo-federal/development-socioeconomico/fundo-de-garantia-de-operacoes-(fgo)#/)

8 Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC)

O Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC) foi criado pela [Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997](#) (alterada pela Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, com regulamentação pelo Decreto nº 5.509, de 06 de março de 1998 (substituído pelo [Decreto nº 3.113, de 06 de julho de 1999](#), alterado pelo Decreto nº 3.889, de 17 de agosto de 2001), foi concebido com o objetivo de complementar as garantias aos agentes financeiros para acesso ao crédito por parte das micro e pequenas empresas, bem como das médias empresas exportadoras ou produtoras de insumos incorporados a produtos exportados.

O Fundo, portanto, destinou recursos para garantir o risco das operações de financiamento realizadas, direta ou indiretamente, pelo BNDES e pela FINAME, quando voltadas para micro e pequenas empresas ou para médias empresas exportadoras ou fornecedoras de insumos utilizados em produtos exportados.

O período de contratação de operações com garantia do FGPC vigorou entre os anos de 1998 a 2009, sendo a última operação contratada no ano de 2008. Nesse período foram aprovadas 17.535 operações de crédito com garantia do Fundo, totalizando R\$ 3,6 bilhões, em valores históricos. A parcela garantida totalizou R\$ 2,6 bilhões, também em valores históricos, correspondente a um percentual médio de cobertura de risco de 73%. O valor médio financiado foi de R\$ 203,6 mil e o prazo total médio de cerca de 54 meses. Foram beneficiadas 13.343 empresas, majoritariamente de micro e pequeno porte, que responderam, em conjunto, por 72% do valor e por 93% do número de operações.

1. Principais Resultados em 2019

Em 2019, as atividades de gestão tiveram foco no acompanhamento da recuperação de crédito pelo BNDES junto aos agentes financeiros, resultando no ingresso de mais de R\$ 14 milhões em valores recuperados ao Fundo (crescimento de cerca de 18% em relação a 2018).

Extrato Contábil (R\$)	31.12.2019
Patrimônio Líquido	2.255.619.091,13
Disponibilidades	2.259.038.434,46
Receitas de Comissões (2019)	0,00
Recuperações (2019)	14.125.444,49
Remuneração de depósitos bancários (2019) (1)	181.914.079,72
Créditos a Receber (2)	207.251.142,91
Honras de Aval Pagas em 2019	0,00
Honras de Aval a Pagar Acumuladas (vencido e vincendo)(3)	5.356.192,69
Risco Assumido (Saldo Devedor Vincendo Garantido p/ FGPC)	560.647,41
Alavancagem sobre o Patrimônio Líquido.	0,0002

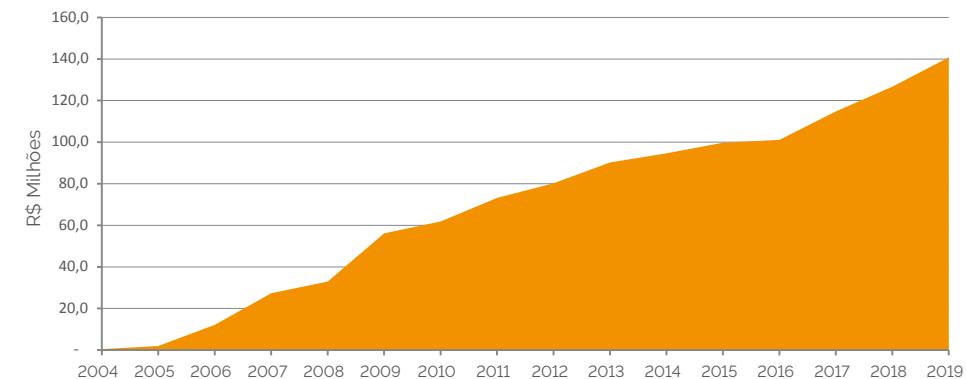
(1) Inclui R\$3.573.555,90 referente à provisão de rendimentos da conta única do tesouro.

(2) Honras de aval reclamadas e ainda não recuperadas (valores históricos).

(3) Pendentes de comprovação para cobertura

Fonte: BNDES

Recuperação Acumulada



Relatório completo do FGPC 2019 será disponibilizado no Portal do BNDES no seguinte endereço: <https://www.bnDES.gov.br/wps/portal/site/home/instituicoes-financeiras-credenciadas/fgpc-fundo-aval>



9 Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (FUNPROGER)

O FUNPROGER é um Fundo Especial de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Economia gerido pelo Banco do Brasil S.A. Foi criado pela [Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999](#), alterada pelas leis nº 10.360, de 27 de dezembro de 2001 e nº 11.110, de 25 de abril de 2005.

O Fundo tem como finalidade garantir parte do risco dos financiamentos concedidos pelas instituições financeiras oficiais federais, diretamente ou por intermédio de outras instituições financeiras, no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger, Setor Urbano) e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

O Funproger objetiva colaborar para que potenciais empreendedores, sem condições de oferecer todas as garantias exigidas pela rede bancária, possam ter seus empreendimentos efetivados e capazes de gerar emprego e renda, proporcionando aos agentes financeiros condições de aumentar a exposição a um segmento da população que ficaria excluído do crédito bancário.

Atualizações na legislação e readequações operacionais do Fundo estão em estudo para a retomada de contratações de garantias para novas operações.

1. Principais Resultados em 2019

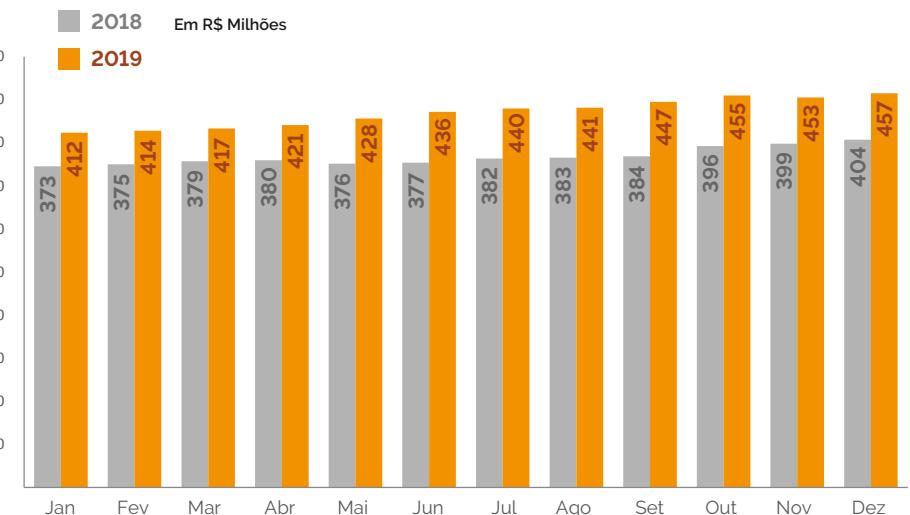
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2019	VARIAÇÃO
RECEITA OPERACIONAL	36.575	53.958	48%
Remuneração sobre valores disponíveis	33.599	49.424	47%
Honras de avais recuperadas	2.960	4.531	53%
Rendas de comissão de concessão de aval	16	3	-81%
Outras Receitas Operacionais	-	-	0%

Valores em R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2019	VARIAÇÃO
DESPESAS OPERACIONAIS	(39)	(73)	87%
Despesas administrativas	(39)	(73)	87%
Outras Despesas Operacionais	-	-	0%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	36.536	53.885	47%

Fonte: Gestor do Funproger

Patrimônio do Funproger



<http://portalfat.mte.gov.br/execucao-financeira-do-fat/relatorio-de-gestao-do-funproger/>

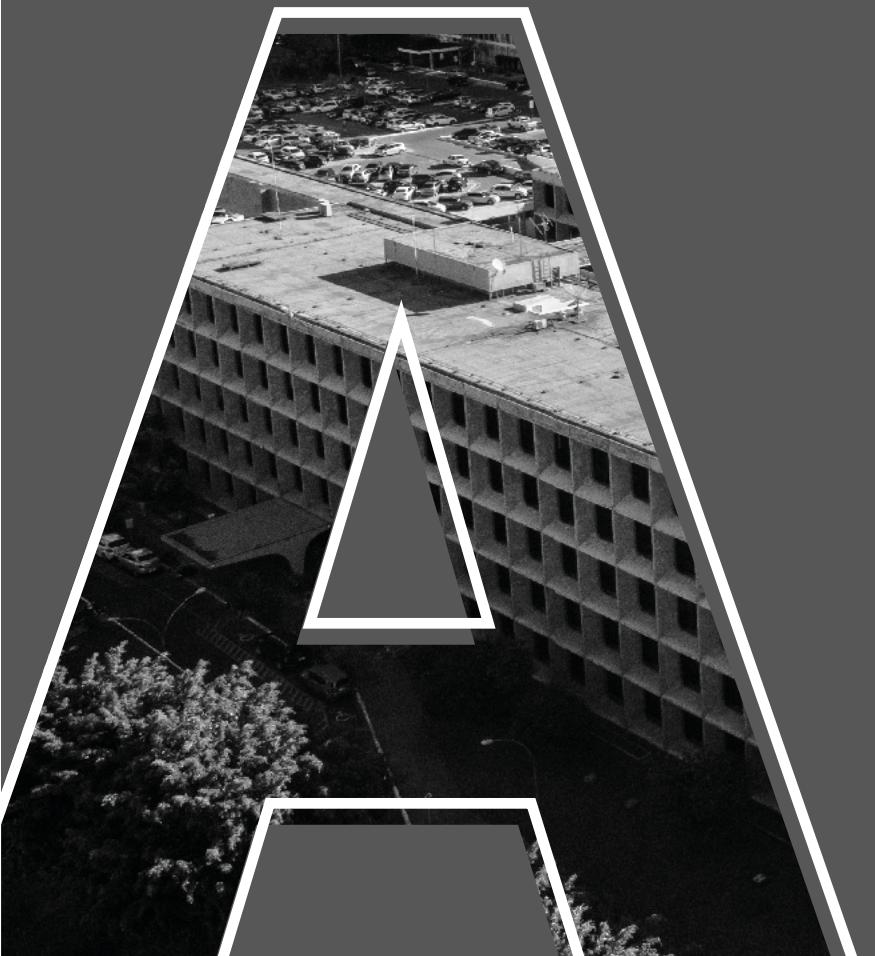
10 Fundo Soberano do Brasil (FSB)

No ano de 2019, o Fundo Soberano do Brasil – FSB foi extinto. O processo de extinção começou em 2018 com a publicação da Medida Provisória nº 830, de 22 de maio de 2018, que determinou a extinção do FSB e a destinação dos seus recursos para o pagamento da Dívida Pública Federal. Entre os meses de maio e junho daquele ano, todos os recursos do Fundo foram resgatados e destinados ao pagamento da Dívida.

No entanto, a referida Medida Provisória não foi convertida em lei, tendo sido rejeitada pelo Plenário da Câmara dos Deputados em sessão realizada no dia 4 de setembro de 2018. O Congresso Nacional não editou Decreto Legislativo a fim de disciplinar as relações jurídicas decorrentes da rejeição da Medida Provisória nº 830/2018 em plenário. Sendo assim, os atos praticados durante a vigência do normativo ficaram convalidados como atos jurídicos perfeitos.

Em 2019, foi editada a Medida Provisória nº 881, que extinguiu o FSB e revogou a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008. Após a referida MP ser convertida na Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, a extinção do Fundo tornou-se definitiva. Naquele momento, já não havia mais recursos financeiros no FSB, já tendo o seu patrimônio sido completamente transferido. Com a publicação da lei, foram realizados os últimos atos administrativos restantes para formalizar a extinção da unidade e, em seguida, foram notificados os órgãos de controle.

Para maiores informações, acessar os Relatórios da Administração do FSB, que apresentam o detalhamento das atividades do Fundo e de seu processo de extinção e estão disponíveis em <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-administracao-do-fundo-soberano-do-brasil/>.



Anexo

PPA 2016-2019 Objetivos e Metas

Programa	Objetivo	Orgão Responsável pelo Objetivo	Metas sob a responsabilidade do Ministério da Economia
2024 - Comércio Exterior	0805 - Aperfeiçoar o sistema de defesa comercial brasileiro	Ministério da Economia	043F - Elaborar novos regulamentos de subsídios e medidas compensatórias, e de salvaguardas.
2024 - Comércio Exterior	0805 - Aperfeiçoar o sistema de defesa comercial brasileiro	Ministério da Economia	043G - Reduzir o prazo médio de análise das petições de investigações originais antidumping de 60 para 45 dias.
2024 - Comércio Exterior	0807 - Aprimorar os instrumentos de apoio creditício oficial às exportações	Ministério da Economia	02P8 - Aumentar de 58 para 70 o número de empresas beneficiadas pelo PROEX-equalização
2024 - Comércio Exterior	0807 - Aprimorar os instrumentos de apoio creditício oficial às exportações	Ministério da Economia	"02P9 - Aumentar de 83 para 107 o número de empresas com cobertura do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) em operações com prazo superior a dois anos."
2024 - Comércio Exterior	0807- Aprimorar os instrumentos de apoio creditício oficial às exportações	Ministério da Economia	02PA - Aumentar de 487 para 550 o número de empresas beneficiadas pelo PROEX-financiamento
2024 - Comércio Exterior	0808 - Consolidar e fortalecer a base exportadora em todas as regiões do Brasil.	Ministério da Economia	0441 - Possibilitar que empresas atendidas pelo Plano Nacional da Cultura Exportadora, que ainda não exportem, realizem a primeira exportação
2024 - Comércio Exterior	0809 - Fomentar a promoção comercial de bens e serviços brasileiros	Ministério da Economia	0442 Incluir 1.500 empresas do setor de serviços na página eletrônica da Vitrine do Exportador
2024 - Comércio Exterior	0809 - Fomentar a promoção comercial de bens e serviços brasileiros	Ministério da Economia	0443 - Realizar 16 missões governamentais em mercados prioritários
2024 - Comércio Exterior	0816 - Ampliar o acesso das exportações de bens e serviços e dos investimentos brasileiros em mercados prioritários	Ministério da Economia	045V - Negociar 20 novos acordos comerciais ou acordos de investimento
2024 - Comércio Exterior	1061 - Simplificar, modernizar e aprimorar as normas e a gestão do comércio exterior de bens e serviços.	Ministério da Economia	0462 - Implementar o Portal Único de Comércio Exterior
2024 - Comércio Exterior	1061 - Simplificar, modernizar e aprimorar as normas e a gestão do comércio exterior de bens e serviços.	Ministério da Economia	0463 - Aumentar de 24% para 26,4% a participação das exportações amparadas pelo regime de Drawback no total das exportações brasileiras.
2024 - Comércio Exterior	1061 - Simplificar, modernizar e aprimorar as normas e a gestão do comércio exterior de bens e serviços.	Ministério da Economia	0464 - Realizar 32 seminários sobre operações de comércio exterior
2024 - Comércio Exterior	"1115 - Aprimorar o controle aduaneiro do comércio exterior, com vistas à facilitação dos procedimentos e exigências, garantindo a segurança no fluxo de bens e mercadorias."	Ministério da Economia	"04F1 - Diminuir o tempo médio total para liberação de bens e mercadorias na importação, de 17 para 10 dias, e na exportação, de 13 para 8 dias"
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	"0789 - Promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial."	Ministério do Desenvolvimento Regional	"02N5 - Apoiar e incentivar a implantação de 135 projetos e empreendimentos produtivos na área de atuação da Sufraama."

Programa	Objetivo	Órgão Responsável pelo Objetivo	Metas sob a responsabilidade do Ministério da Economia
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	"1157 - Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos"	Ministério da Economia	04R3 - Implementar o Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	"1157 - Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos"	Ministério da Economia	04R4 - Estruturação do Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário da União
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	"1157 - Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos"	Ministério da Economia	"04R5 - Aprimorar a gestão por resultados por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos, ferramentas e mecanismos de indução e fomento de melhorias na gestão pública"
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	"1157 - Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos"	Ministério da Economia	04R6 - Instituir a Rede de Inovação em Gestão do Governo Federal - InovaGov
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	"1157 - Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos"	Ministério da Economia	04R7 - Reestruturar o Sistema de Serviços Gerais (SISG) nos Órgãos do Poder Executivo Federal
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	"1157 - Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos"	Ministério da Economia	04R8 - Implantar o Sistema de Transferências Discricionárias da União
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	1158 - Aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para a segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética	Ministério da Economia	04RD -- Implantar o Processo Eletrônico Nacional nos Órgãos do Poder Executivo Federal
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	1159 - Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade	Ministério da Economia	04RH - Aprimorar a qualificação profissional dos agentes públicos por meio da atuação das escolas de governo
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	1159 - Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade	Ministério da Economia	04RI - Aprimorar o arcabouço normativo com vistas à melhoria da gestão de pessoas.
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	1159 - Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade	Ministério da Economia	04RJ - Desenvolver e implementar soluções de TI para aperfeiçoar os processos de gestão da força de trabalho e promover a melhoria da capacidade institucional dos órgãos e entidades da administração pública federal
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	1160 - Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos	Ministério da Economia	04RM - Ampliar a organização e integração das instituições federais do sistema de informações oficiais, de forma a atender as demandas nacionais e as necessidades da agenda internacional.

Programa	Objetivo	Orgão Responsável pelo Objetivo	Metas sob a responsabilidade do Ministério da Economia
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	1160 - Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos	Ministério da Economia	04RN - Ampliar o uso e aprimoramento das informações estatísticas, geocientíficas e de registros administrativos, em consonância com os conceitos, métodos, definições e classificações adotadas internacionalmente e ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	1161 - Aproximar as pessoas do Estado fortalecendo as políticas de controle social, transparéncia governamental e de acesso à informação	Controladoria Geral da União	04RQ - Publicar anualmente relatório em linguagem acessível ao cidadão sobre a aplicação dos recursos públicos, com foco nas políticas públicas
2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	1161- Aproximar as pessoas do Estado fortalecendo as políticas de controle social, transparéncia governamental e de acesso à informação	Controladoria Geral da União	04RR - Aprimorar as informações sobre a oferta de serviços públicos, o acesso a serviços públicos digitais e a capacidade de avaliação desses serviços pelo usuário, instituindo a Plataforma de Cidadania Digital.
2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	1092 - Desenvolver e aprimorar medidas na gestão de política econômica e assegurar a estabilidade do sistema financeiro nacional.	Ministério da Economia	049A - Manter a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no intervalo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).
2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	1092 - Desenvolver e aprimorar medidas na gestão de política econômica e assegurar a estabilidade do sistema financeiro nacional.	Ministério da Economia	049B - Promover o enquadramento das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) às exigências de capitalização definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).
2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	1094 - Desenvolver medidas de estímulo ao crescimento econômico, com ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura, e de melhoria do ambiente de negócios e da promoção da concorrência.	Ministério da Economia	049D - Fomentar o aumento da formação de poupança de longo prazo relacionada aos produtos de vida e previdência complementar aberta, por meio de medidas que incentivem as instituições dos mercados supervisionados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a se tornarem investidores institucionais de longo prazo.
2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	1094 Desenvolver medidas de estímulo ao crescimento econômico, com ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura, e de melhoria do ambiente de negócios e da promoção da concorrência.	Ministério da Economia	049E - Implementar políticas integradas de investimento público, financiamento e garantias, e estimular a participação do investimento privado.
2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	1094 - Desenvolver medidas de estímulo ao crescimento econômico, com ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura, e de melhoria do ambiente de negócios e da promoção da concorrência.	Ministério da Economia	049F - Desenvolver indicador subnacional de ambiente de negócios, avaliando todos os Estados brasileiros.
2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	1095 - Aprimorar a gestão de receitas e despesas para garantir o equilíbrio fiscal.	Ministério da Economia	049N - Cumprir a meta de resultado fiscal para o Governo Central estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Programa	Objetivo	Órgão Responsável pelo Objetivo	Metas sob a responsabilidade do Ministério da Economia
2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	1095 - Aprimorar a gestão de receitas e despesas para garantir o equilíbrio fiscal.	Ministério da Economia	049O - Cumprir a meta de arrecadação do Governo Central estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ou sua revisão contida no Decreto de Execução Orçamentária.
2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	1097 - Aprimorar a regulação das atividades econômicas e financeiras.	Ministério da Economia	049Z - Aperfeiçoar a regulação dos mercados de seguro, resseguro, previdência complementar aberta e capitalização.
2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	1097 - Aprimorar a regulação das atividades econômicas e financeiras.	Ministério da Economia	04A0 - Aperfeiçoar a regulação do mercado de valores mobiliários.
2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	1097 - Aprimorar a regulação das atividades econômicas e financeiras.	Ministério da Economia	04A1 - Promover a concorrência e aperfeiçoar os modelos de regulação econômica, com ênfase em políticas públicas que promovam a eficiência econômica e a produtividade da economia.
2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	1097 - Aprimorar a regulação das atividades econômicas e financeiras.	Ministério da Economia	04A2 - Regular atividades associadas a promoções e sorteios com fins comerciais, loterias e captação antecipada de poupança, visando à proteção da poupança popular.
2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	1099 - Ampliar a presença brasileira nas instituições e fóruns econômicos e financeiros internacionais e ampliar os fluxos de investimento entre o Brasil e o resto do mundo.	Ministério da Economia	04AV - Desenvolver e negociar estratégias no âmbito do G20 financeiro para aprimoramento da coordenação macroeconômica global, regulação e supervisão do setor financeiro.
2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	1099 - Ampliar a presença brasileira nas instituições e fóruns econômicos e financeiros internacionais e ampliar os fluxos de investimento entre o Brasil e o resto do mundo.	Ministério da Economia	04AX - Aumentar a integração do Brasil à economia global, melhorando as condições para o investimento internacional no País e para a internacionalização de suas empresas.
2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	1099 - Ampliar a presença brasileira nas instituições e fóruns econômicos e financeiros internacionais e ampliar os fluxos de investimento entre o Brasil e o resto do mundo.	Ministério da Economia	04R1 - Aumentar a representatividade do Brasil e a efetividade de sua participação na governança do Grupo Banco Mundial.

Programa	Objetivo	Orgão Responsável pelo Objetivo	Metas sob a responsabilidade do Ministério da Economia
2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios	1099 - Ampliar a presença brasileira nas instituições e fóruns econômicos e financeiros internacionais e ampliar os fluxos de investimento entre o Brasil e o resto do mundo.	Ministério da Economia	04R2 - Aumentar a representatividade do Brasil e a efetividade de sua participação na governança do Fundo Monetário Internacional.
2041-Estimular a agregação de valor ao bem mineral e o adensamento das cadeias produtivas por meio de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no setor mineral	0044-Estimular a agregação de valor ao bem mineral e o adensamento das cadeias produtivas por meio de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no setor mineral	Ministério de Minas e Energia	043E - Elaborar proposta de Programa de Desenvolvimento das Cadeias de Fornecedores de Bens (máquinas e equipamentos) e Serviços para Mineração - PROMINER com vistas ao adensamento produtivo.
2044 - Promoção dos direitos da juventude	0967 - Promover o trabalho decente para a juventude por meio da ampliação das oportunidades de inserção digna e ativa no mundo do trabalho, da qualificação profissional e do fomento à economia solidária	Ministério da Economia	040I - Integrar ações e políticas para a juventude ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
2044 - Promoção dos direitos da juventude	0967 - Promover o trabalho decente para a juventude por meio da ampliação das oportunidades de inserção digna e ativa no mundo do trabalho, da qualificação profissional e do fomento à economia solidária	Ministério da Economia	040J - Promover a qualificação de 350.000 jovens em situação de baixa renda por meio do Projovem Trabalhador
2044 - Promoção dos direitos da juventude	0967 - Promover o trabalho decente para a juventude por meio da ampliação das oportunidades de inserção digna e ativa no mundo do trabalho, da qualificação profissional e do fomento à economia solidária	Ministério da Economia	040K - Implementar as ações do Plano Nacional de Aprendizagem Profissional - PNAP para atingir a admissão de 1.700.000 aprendizes de 14 a 24 anos e pessoas com deficiência a qualquer tempo
2044 - Promoção dos direitos da juventude	0967 - Promover o trabalho decente para a juventude por meio da ampliação das oportunidades de inserção digna e ativa no mundo do trabalho, da qualificação profissional e do fomento à economia solidária	Ministério da Economia	040L - Fomentar e fortalecer 210 empreendimentos econômicos solidários compostos majoritariamente por jovens por meio do acesso a conhecimentos, às finanças solidárias e aos instrumentos e mecanismos de estruturação da produção, comercialização e consumo
2044 - Promoção dos direitos da juventude	0967 - Promover o trabalho decente para a juventude por meio da ampliação das oportunidades de inserção digna e ativa no mundo do trabalho, da qualificação profissional e do fomento à economia solidária	Ministério da Economia	040M - Articular, em parceria com o MEC, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) com a Aprendizagem Profissional
2046 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica	0563 - Promover o uso compartilhado do ambiente marinho e realizar o gerenciamento da zona costeira de forma sustentável.	Ministério da Defesa	04LN - Ampliar de 5% para 20% o total de municípios costeiros com diretrizes de uso e ocupação da orla marítima definidas (Projeto Orla).
2047 - Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil	1058 - Simplificar e integrar os processos de legalização de empresas.	Ministério da Economia	045W - Reduzir o tempo médio para legalização de empresas de baixo risco de 83 dias para 5 dias.
2047 - Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil	1059 - Promover soluções para ampliação dos mercados das Micro e Pequenas Empresas e do Artesanato brasileiro.	Ministério da Economia	045Y- Coordenar a implantação de soluções eletrônicas simplificadas de negócios para MPEs no portal Empresa Simples.
2047 - Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil	1059 - Promover soluções para ampliação dos mercados das Micro e Pequenas Empresas e do Artesanato brasileiro.	Ministério da Economia	045Z - Ampliar a participação de artesãos e trabalhadores manuais em feiras, eventos e espaços de comercialização permanente apoiados pelo Programa do Artesanato Brasileiro.

Programa	Objetivo	Órgão Responsável pelo Objetivo	Metas sob a responsabilidade do Ministério da Economia
2047 - Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil	1059-Promover soluções para ampliação dos mercados das Micro e Pequenas Empresas e do Artesanato brasileiro.	Ministério da Economia	0460 - Aumentar de 294 para 400 o número de artesãos ou trabalhadores manuais quilombolas cadastrados no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB).
2054 - Planejamento Urbano	0324 - Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e redução da pobreza urbana.	Ministério do Desenvolvimento Regional	00MQ - Promover a regularização fundiária urbana em imóveis da União geridos pela Secretaria do Patrimônio da União
2061 - Previdência Social	0250 - Fortalecer ações de inclusão e manutenção do cidadão no sistema previdenciário.	Ministério da Economia	00F9 - Ampliar o número de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em relação a População Ocupada com rendimento acima do teto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.
2061 - Previdência Social	0250 - Fortalecer ações de inclusão e manutenção do cidadão no sistema previdenciário.	Ministério da Economia	04NJ - Ampliar em 20% a quantidade de pessoas atendidas nas ações de educação previdenciária.
2061 - Previdência Social	0251 - Garantir a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários.	Ministério da Economia	04NK - Adequar ao padrão institucional do INSS 80% da rede de atendimento da Previdência Social.
2061 - Previdência Social	0251 - Garantir a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários.	Ministério da Economia	04NL - Reduzir o tempo médio total para decisão de requerimento inicial de benefícios para 45 dias.
2061 - Previdência Social	0252 - Fortalecer a sustentabilidade dos regimes previdenciários.	Ministério da Economia	00FJ - Reabilitar 60% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional
2061 - Previdência Social	0252 - Fortalecer a sustentabilidade dos regimes previdenciários.	Ministério da Economia	04NM - Reduzir o tempo médio de auditoria direta nos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS de seis para três anos.
2061 - Previdência Social	0252 - Fortalecer a sustentabilidade dos regimes previdenciários.	Ministério da Economia	04NN - Realizar anualmente a supervisão atuarial, contábil, de investimentos, do caráter contributivo e de informações previdenciárias em cada Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, por meio de auditoria indireta.
2061 - Previdência Social	0252 - Fortalecer a sustentabilidade dos regimes previdenciários.	Ministério da Economia	04NO - Realizar ações de promoção para adesão dos entes federados ao Regime de Previdência Complementar.
2063 - Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	0442 - Promover a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência e sua igualdade de oportunidades, por meio do fomento a sua autonomia, independência e segurança	Ministério da Economia	03UR - Apoiar a inclusão de pessoas com deficiência em 175 empreendimentos econômicos solidários ou cooperativas sociais
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	0287 - Fortalecer o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda por meio do aprimoramento das políticas de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e concessão de benefícios.	Ministério da Economia	04NQ - Aumentar de 3.36% para 4.18% a taxa de participação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda nas admissões do mercado de trabalho formal
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	0287 - Fortalecer o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda por meio do aprimoramento das políticas de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e concessão de benefícios.	Ministério da Economia	04NR - Consolidar o portal Emprega Brasil como instrumento de execução e gestão integrada das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	0287 - Fortalecer o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda por meio do aprimoramento das políticas de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e concessão de benefícios.	Ministério da Economia	04NS - Promover a qualificação profissional de 760 mil trabalhadores no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Programa	Objetivo	Orgão Responsável pelo Objetivo	Metas sob a responsabilidade do Ministério da Economia
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	0287-Fortalecer o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda por meio do aprimoramento das políticas de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e concessão de benefícios.	Ministério da Economia	04NT - Ampliar de 23,5% para 30% a inserção dos beneficiários de ações de qualificação no mundo do trabalho
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	0289 - Fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda, por meio da concessão de crédito direcionado a atividades empreendedoras e ao microcrédito produtivo orientado	Ministério da Economia	04NV - Atingir o volume de R\$ 37,5 bilhões de recursos aplicados em microcrédito produtivo orientado
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	0289 - Fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda, por meio da concessão de crédito direcionado a atividades empreendedoras e ao microcrédito produtivo orientado	Ministério da Economia	04NW - Atender 18.560.000 clientes em operações de microcrédito produtivo orientado
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	0289 - Fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda, por meio da concessão de crédito direcionado a atividades empreendedoras e ao microcrédito produtivo orientado	Ministério da Economia	04NX - Beneficiar 4.000.000 de trabalhadores por meio da concessão de crédito do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	0869 - Promover o direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador	Ministério da Economia	04O2 - Aumentar em 30% as ações de Inspeção para Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho realizadas nos segmentos econômicos prioritários
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	0869 - Promover o direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador	Ministério da Economia	04O3 - Aumentar em 20% as ações planejadas de Inspeção do Trabalho para o combate ao trabalho análogo ao de escravo, em especial nas áreas geográficas isoladas do país
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	0869 - Promover o direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador	Ministério da Economia	04O4 - Aumentar em 20% as ações de Inspeção do Trabalho para erradicação das piores formas de trabalho infantil
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	0869 - Promover o direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador	Ministério da Economia	04O5 - Aumentar em 10% as ações de Inspeção do Trabalho para inserção de pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	0869 - Promover o direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador	Ministério da Economia	04O6 - Aumentar em 10% a atuação da Inspeção do Trabalho para inserção de aprendizes adolescentes no mercado de trabalho

Programa	Objetivo	Órgão Responsável pelo Objetivo	Metas sob a responsabilidade do Ministério da Economia
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	0869 - Promover o direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador	Ministério da Economia	0407 - Reduzir em 50% o tempo médio de tramitação processual relativo aos autos de infração e notificações de débito de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	0869 - Promover o direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador	Ministério da Economia	0408 - Alcançar 6 milhões de pessoas por meio de ações de educação e de difusão de conhecimentos técnicos e científicos para o desenvolvimento da cultura de prevenção em segurança e saúde no trabalho
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	0869 - Promover o direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador	Ministério da Economia	0409 - Desenvolver e publicar 180 estudos e pesquisas visando à melhoria das condições de trabalho e proposição de políticas públicas de prevenção em segurança e saúde no trabalho
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	0869 - Promover o direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador	Ministério da Economia	040A - Reduzir o tempo médio da análise dos processos de registro sindical de 1.730 dias para 270 dias.
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	0869 - Promover o direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador	Ministério da Economia	040B - Reduzir de 45 para 15 dias o tempo médio de espera do trabalhador para assistência e homologação da rescisão do contrato de trabalho, nas unidades da rede de atendimento do Ministério do Trabalho.
2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	0869 - Promover o direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador	Ministério da Economia	040G - Garantir 85% de regularização das entidades sindicais registradas.
2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	0859 - Fomentar a competitividade e a inovação nas cadeias produtivas e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade e regulamentação técnica.	Ministério da Economia	02YF - Ampliar de 3 para 40 os laboratórios da Rede Laboratórios Associados ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) para Inovação e Competitividade (RELA).
2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	0859 - Fomentar a competitividade e a inovação nas cadeias produtivas e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade e regulamentação técnica.	Ministério da Economia	042P - Implantar 20 projetos de desenvolvimento de fontes alternativas para geração de energia e uso racional da energia elétrica e dos recursos hídricos
2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	0859 - Fomentar a competitividade e a inovação nas cadeias produtivas e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade e regulamentação técnica.	Ministério da Economia	042U - Ampliar de 550.311 para 1.000.000 o número de modelos de produtos no mercado com selo de avaliação da conformidade.

Programa	Objetivo	Orgão Responsável pelo Objetivo	Metas sob a responsabilidade do Ministério da Economia
2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	1038 - Promover a inovação nas empresas, o estímulo à P&D e a qualificação profissional.	Ministério da Economia	043O - Conectar 600 negócios nascentes inovadores (startups) a investidores e grandes empresas.
2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	1038 - Promover a inovação nas empresas, o estímulo à P&D e a qualificação profissional.	Ministério da Economia	043P - Atrair ao Brasil 30 centros de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I).
2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	1079 - Fortalecer e desenvolver os setores de comércio e serviços, contribuindo para agregação de valor, melhoria nas capacidades empresariais, inovação e diversificação produtiva.	Ministério da Economia	0489 - Elaborar recomendações que contribuam para o marco regulatório do comércio eletrônico no Brasil.
2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	1079 - Fortalecer e desenvolver os setores de comércio e serviços, contribuindo para agregação de valor, melhoria nas capacidades empresariais, inovação e diversificação produtiva.	Ministério da Economia	048A - Elaborar versão revisada da Nomenclatura Brasileira de Serviços e Intangíveis (NBS), para aperfeiçoamento das políticas públicas aplicadas ao setor de serviços.
2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	1093 - Elevar a competitividade, a qualidade e a produtividade da indústria brasileira por meio do investimento, da melhoria dos processos produtivos e da modernização do parque industrial.	Ministério da Economia	049G - Reduzir a idade média da frota de equipamentos rodoviários e ferroviários de transportes de cargas.
2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	1093 - Elevar a competitividade, a qualidade e a produtividade da indústria brasileira por meio do investimento, da melhoria dos processos produtivos e da modernização do parque industrial.	Ministério da Economia	049H - Incrementar a eficiência energética média dos veículos de Ciclo Otto comercializados no país de 2,07MJ/km para 1,82MJ/km.
2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	1093 - Elevar a competitividade, a qualidade e a produtividade da indústria brasileira por meio do investimento, da melhoria dos processos produtivos e da modernização do parque industrial.	Ministério da Economia	049I - Ampliar o percentual anual de investimento em P&D e Engenharia pelo setor automobilístico de 1,00% para 1,39% da receita operacional bruta menos impostos e contribuições.
2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	1101 - Ampliar o percentual anual de investimento em P&D e Engenharia pelo setor automobilístico de 1,00% para 1,39% da receita operacional bruta menos impostos e contribuições.	Ministério da Economia	04BX - Ampliar as ações de apoio aos Arranjos Produtivos Locais no País, como cursos de capacitação de gestores, aporte de recursos, visitas técnicas, orientação para desenho de projetos.
2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública	1041 - Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira.	Ministério da Justiça e Segurança Pública	04SQ - Aprimorar os mecanismos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo fortalecendo os procedimentos de supervisão e inteligência financeira.
2085 - Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social	1072 - Articular, expandir e qualificar a rede de cuidado e de reinserção social das pessoas e famílias que têm problemas com álcool e outras drogas.	Ministério da Cidadania	04DD - Ampliar as políticas de qualificação profissional por meio da lei de aprendizagem como meio de inserir no mundo do trabalho as pessoas mais vulneráveis às consequências negativas do uso de álcool e outras drogas.

Créditos

Participaram da elaboração deste Relatório de Gestão todos os órgãos do Ministério da Economia. Este Relatório é produto da construção coletiva e orientado pelas boas práticas prospectadas em organizações públicas e privadas.

Governo Federal

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro de Estado da Fazenda

Paulo Roberto Nunes Guedes

Coordenação e Supervisão Geral

Secretário Executivo

Marcelo Pacheco dos Guarany

Secretaria de Gestão Corporativa

Danielle Santos de Souza Calazans

Diretora de Gestão Estratégia

Raquel Gonçalves Coimbra Flexa

Arte

Ministério da Economia

Comunicação Social

Chefe de Assessoria Especial de Comunicação Social

Gabriela Valente

Gerência de Conteúdo

Cintia Lima

Coordenação de Criação

Letícia Lopes

Projeto Gráfico

Alessandra Ogawa

Erika Dixo

Jamil Ghani

Letícia Lopes

Murilo Lima

Diagramação

Erika Dixo

Jamil Ghani

Letícia Lopes

Murilo Lima

Foto

Gustavo Ranieri





RELATÓRIO
DE GESTÃO
2019

Ministério da Economia

